

Fabrícia keilla Oliveira Leite

JOVENS
MULHERES

JOVENS
MULHERES
E PROCESSOS DE
SUBJETIVAÇÃO:

modos de resistir e de se (re)inventar

Orientadora:
Maara Corcini Lopes



Capa: Daniel Cunha

Contato: danielcunhaapp@gmail.com

São Leopoldo, 2025.

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS (UNISINOS)
DIRETORIA DE PESQUISA PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DOUTORADO**

FABRICIA KEILLA OLIVEIRA LEITE

**JOVENS MULHERES E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO:
MODOS DE RESISTIR E DE SE (RE)INVENTAR**

**São Leopoldo
2025**

FABRICIA KEILLA OLIVEIRA LEITE

**JOVENS MULHERES E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO:
MODOS DE RESISTIR E DE SE (RE)INVENTAR**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Orientadora: Profa. Dra. Maura Corcini Lopes

São Leopoldo
2025

L533j Leite, Fabrícia Keilla Oliveira.
Jovens mulheres e processos de subjetivação: modos de resistir e de se (re) inventar / Fabrícia Keilla Oliveira Leite. -2025.
279f.:il.;30cm.

Tese(doutorado)- Universidade do Vale do Rio dos Sinos,
Programa de Pós-Graduação em Educação, 2025.
Orientadora: Profª. Dra. Maura Corcini Lopes.

1.Mulheres jovens. 2.Sexualidade. 3.Gênero. I. Título.
CDU 37:305-
055.2-053.6

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária: Tatiana Apolinário Camurça – CRB- 3/1045

Fabrícia Keilla Oliveira Leite

**JOVENS MULHERES E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO:
MODOS DE RESISTIR E DE SE (RE)INVENTAR**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Orientadora: Profa. Dra. Maura Corcini Lopes.

Linha de pesquisa: Educação, desigualdade e inclusão.

Aprovado em 26 de setembro de 2025

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Maura Corcini Lopes (Orientadora)
Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Profª Drª Regiane Lorenzetti Collares
Universidade Federal do Cariri - UFCA

Profª Drª Edla Eggert
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

Profª Drª Luciane Sgarbi Santos Graziottin
Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Profª Drª Betina Schuler
Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

RESUMO

Nas últimas décadas, vimos as crises profundas produzidas por um sistema capitalista decadente, em sua fase financeirizada e neoliberal. Atrelada a tal fenômeno, observamos a ascensão da extrema direita, que sustenta uma onda política conservadora ao redor do mundo. Os discursos de gênero e sexualidade ganharam grande projeção nesse cenário, inserindo-se em um campo de profundas disputas. Sob tal conjuntura, jovens mulheres têm se apresentado como barreira de resistência aos avanços de uma lógica conservadora, que ameaça o avanço de políticas voltadas às populações marginalizadas. Assim, a presente Tese tem como objetivo discutir e problematizar as formas de subjetivação de jovens estudantes do ensino médio, atravessadas por discursos heterogêneos de gênero e sexualidade, construídos nas tensões do contemporâneo. Inspirada nos estudos foucaultianos e feministas, e tendo por base teórica os preceitos de performatividade de gênero desenvolvidos por Judith Butler, utilizou-se como metodologia a Entrevista Narrativa. Foram realizadas vinte e uma entrevistas com jovens estudantes do Cariri cearense, matriculadas no ensino médio, em escolas da cidade de Juazeiro do Norte - CE. Das unidades analíticas principais, surgidas das análises do material empírico elaborado, observou-se como os discursos feministas e conservadores vêm penetrando nas experiências de mulheres jovens, solidificando movimentos contestatórios quanto à normatividade de gênero e sexualidade, percebidas como opressivas. A referência às construções subjetivas é muitas vezes pautada pelo acionamento das pautas das políticas de identidade. Porém, algumas narrativas esbarram nos impasses produzidos por tais discursos, quando alheios aos outros operadores de desigualdade. Sendo assim, defende-se a tese de que os processos de subjetivação de mulheres jovens ocorrem em uma zona fluida e contraditória, onde os discursos de gênero e sexualidade operam, em muitas circunstâncias, em sentidos opostos, evidenciando limitações emancipatórias. Nesse sentido, há um movimento permanente e instável, sustentado pelos discursos das identidades e da diversidade sexual, de contestação e afirmação da heteronorma, que, embora move os corpos para um campo de inteligibilidade, não tem garantido a parcelas consideráveis - como as mulheres pretas e pobres - o impulso necessário para angariar seu status de humanidade. Conclui-se que é urgente e necessária a integração de pautas de lutas que consigam abranger as demandas de mulheres com experiências distintas.

Palavras chave: mulheres jovens; gênero; sexualidade; subjetivação

ABSTRACT

In recent decades, we have witnessed profound crises produced by a decaying capitalist system, in its financialized and neoliberal phase. Linked to this phenomenon, we have observed the rise of the far right, which sustains a conservative political wave around the world. Discourses on gender and sexuality have gained significant prominence in this scenario, becoming a field of profound disputes. In this context, young women have emerged as a barrier of resistance to the advances of a conservative logic, which threatens the advancement of policies aimed at marginalized populations. Thus, this thesis aims to discuss and problematize the forms of subjectivation of young high school students, permeated by heterogeneous discourses of gender and sexuality, constructed within the tensions of the contemporary world. Inspired by Foucauldian and feminist studies, and based on the theoretical precepts of gender performativity developed by Judith Butler, the Narrative Interview methodology was used. Twenty-one interviews were conducted with young women from the Cariri region of Ceará, enrolled in high school in the city of Juazeiro do Norte, Ceará. From the main analytical units, which emerged from the analysis of the empirical material produced, it is reported how feminist and conservative discourses penetrate the experiences of young women, solidifying movements that contest gender and sexuality norms, perceived as oppressive. Reference to subjective constructions is often guided by the activation of identity politics agendas. However, some narratives encounter impasses created by such discourses, when they are unrelated to other operators of inequality. Therefore, the thesis is defended that the processes of subjectivation of young women occur in a fluid and contradictory zone, where discourses of gender and sexuality operate, in many circumstances, in opposite directions, highlighting emancipatory limitationst. In this sense, there is a permanent and unstable movement, sustained by discourses of sexual identity and diversity, of contestation and affirmation of heteronormity. Although it moves bodies toward a field of intelligibility, it has not guaranteed a considerable portion—such as Black and poor women—the necessary impetus to achieve their status as human. It is concluded that the integration of struggle agendas that encompass the demands of women with diverse experiences is urgent and necessary.

Keywords: young women; gender; sexuality; subjectivatio.

AGRADECIMENTOS

Esta tese apesar do resultado de muito trabalho, também nasceu de uma montanha de afetos, é fruto de um esforço intelectual mas também de encontros profundos e significativos aos quais sou eternamente grata.

Sou grata as muitas mulheres que orbitam em minha vida e que me inspiram. Minha mãe, que me ensinou desde cedo o gosto pelos livros, pela poesia, por ensinar e por aprender. A minha tia, sempre tão forte e decidida. A irmã que o nascimento me deu e as irmãs que a vida me presenteou. A Mama que renova minhas esperanças nas mulheres e na potência de uma geração. À Anna Carol, pela amizade que se renova desde a faculdade.

A Júnior, meu companheiro nessa jornada, seu incentivo constante, sua paciência em ouvir, sua serenidade para me acalmar, sua fala sempre objetiva e vibrante, me fizeram entender que eu poderia estar nesse lugar. A confiança que emana de seus olhos me fizeram chegar até aqui, e por isso minha eterna gratidão

Agradeço ao Instituto Federal do Ceará, pelo incentivo financeiro e pelo apoio continuado a minha formação. As estudantes que me estimulam e mobilizam a ser uma profissional melhor e uma pessoa mais atenta e empática. Todas as profissionais com as quais compartilho meu trabalho, todas mulheres dedicadas a educação e a inclusão de pessoas historicamente marginalizadas.

A minha orientadora, professora Maura, por todo o apoio nesta caminhada, sem seus ensinamentos e sua acolhida nada disso teria sido possível. Maura me ensinou tudo que conhecia apenas em teoria, como o rigor acadêmico e o exercício intelectual não se apartam da ternura e da beleza, sei que muito do que ouvi permanecerá em mim. Agradeço também a minha banca, Prof^a Betina, Prof^a Luciane, Prof^a Regiane e Prof^a Edla, seus direcionamentos na qualificação foram imprescindíveis para pensar este trabalho.

Ao meu grupo de pesquisa, o GEPI, a distância não foi empecilho para que construísse boas amizades e sentisse durante esses quatro anos o estímulo e apoio de cada uma de minhas colegas, Tati e Flávia minhas companheiras de sotaque e de turma, Tamyllé, Vírginia, Carol, Deise, Teo, Lauren e Carina, meu muito obrigada. Também não posso deixar de mencionar a RIATTE, e as manhãs de quinta repletas de discussões e aprendizados.

As professoras Monique e Rose que me auxiliaram nas escolas onde fiz as entrevistas, e a todas as jovens que aceitaram participar da pesquisa, sou muito grata por confiarem a mim suas histórias.

“Contas as histórias que tens, da melhor forma que podes”.

(Igiaba Scego)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização da Região metropolitana do Cariri 135

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Objetivo geral e específicos, perguntas orientadoras	33
Quadro 2 - Categorias temáticas dos trabalhos acadêmicos	51
Quadro 3 - Principais trabalhos encontrados	64
Quadro 4 - Demonstrativo dos trabalhos selecionados	73
Quadro 5 - Caracterização do grupo de mulheres entrevistadas	140

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CELAM	Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e do Caribe
COVID 19	Coronavirus Disease 2019
CREDE	Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação
EJAS	Educação de Jovens e Adultos
ESP	Escola Sem Partido
EUA	Estados Unidos da América
HIV	<i>Human Immunodeficiency Virus</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISTs	Infecções Sexualmente Transmissíveis
LBT	Lésbicas, Bissexuais e Transexuais
LGBTIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, travesti ou pessoa não-binária, Intersexo, Assexuais +
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não-binárias +
LGBTs	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros
MEC	Ministério da Educação
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PB	Paraíba
PCESP	Professores Contra o Escola Sem Partido
PE	Pernambuco
PEC	Proposta de Emenda à Constituição

PEE	Planos Estaduais de Educação
PeNSE	Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar
PR	Paraná
RIIAT	Registo, Investigação e Análise de Acidentes de Trabalho
SEDUC	Secretaria da Educação
SPAECE	Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará
TA	Termo de Assentimento
TALE	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
URCA	Universidade Regional do Cariri

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 ONDE O CAMINHAR INICIA	22
1.1 MOTIVAÇÕES E INQUIETAÇÕES ACADÊMICAS – SOBRE SER MULHER E INVESTIGAR QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA	22
1.2 MULHERES JOVENS NO CONTEMPORÂNEO - UM CORPO EM DISPUTA	34
2 REVISÃO DA LITERATURA: O QUE SE FALA SOBRE MULHERES JOVENS.....	47
2.1 GÊNEROS SEXUALIDADES E MULHERES JOVENS - CONSTRUINDO DISCURSOS	48
2.2 SUBJETIVAÇÕES: ENTRE OS FEMINISMOS E O NEOCONSERVADORISMO	62
3 O TEMA E AS TRAMAS	83
3.1 A CONSTRUÇÃO DAS MULHERES - GÊNERO, SEXUALIDADES E OS FEMINISMOS	84
3.2 O PRESENTE - “DISFÓRICO E REVOLUCIONÁRIO?” - OS FANTASMAS DE GÊNERO E O CAMPO SOCIAL BRASILEIRO	103
4 CONSTRUÇÕES METODOLÓGICAS - MULHERES JOVENS FALAM DE SI.....	118
4.1 O JEITO QUE ESCOLHI EXPLORAR - A ENTREVISTA NARRATIVA PARA ESPIAR, ESCUTAR E SENTIR.....	124
4.2 QUAIS MULHERES FALAM NO CARIRI DE DESIGUALDADES	134
5 “EU NÃO SEI O QUE EU SOU” - PERFORMATIVIDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA NARRATIVA DE SI DE MULHERES JOVENS	159
5.1 GÊNERO COMO PERFORMATIVO - O QUE FAÇO DAQUILO QUE É FEITO A MIM?	165
5.2 SEXUALIDADES E A MATRIZ HETERONORMATIVA - O QUE FAÇO DO DESEJO QUE CONSTRUO E QUE ME CONSTITUI?	187
6 “ME TOQUEI QUE EU IA TER QUE PASSAR POR COISAS QUE HOMENS NÃO PASSAM” - AS DESIGUALDADES OPERANDO EM CONSTRUÇÕES SUBJETIVAS	217
6.1 OS CORPOS DAS MULHERES JOVENS IMPORTAM? - ALARGANDO O GÊNERO	223
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	241

REFERÊNCIAS	246
APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA.....	266
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	266
APÊNDICE C – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	272
APÊNDICE D– PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP).....	273

INTRODUÇÃO

“Estamos num momento histórico de mudança, em que saímos de um paradigma binário e caminhamos para outro regime ainda não definido. O apavorante seria deixar esse processo nas mãos de políticos, de cientistas ou de psiquiatras. É um processo coletivo que diz respeito a toda a sociedade e deve ser objeto de reflexão coletiva.”
 (Preciado, 2021)

Começar um processo de escrita reflexiva parece nos levar a um lugar de profunda inquietude. Vamos, por meio de leituras e reflexões, confrontar suposições sobre o mundo e sobre nós mesmos, até que nossas certezas, tão profundamente arraigadas, começam a ruir. Gradualmente, em seu lugar, vão sendo produzidos estranhamentos, que renovam os questionamentos e multiplicam as dúvidas. Nesse lugar tão aflitivo e, ao mesmo tempo, prazeroso, de repente, começamos a nos mover. Absorta nesse processo, com disposição para desenvolver uma “atitude permanente de reflexão e transgressão” (Veiga-Neto, 2016, p. 26), inspirada nos estudos foucaultianos e nos estudos feministas, invisto na pesquisa em Educação, para problematizar práticas de gênero e sexualidade, constitutivas de formas de ser mulher jovem, na contemporaneidade.

Para iniciar essa introdução, trago na abertura deste capítulo, uma fala de Paul Preciado (2021), que, em entrevista ao jornal El País, anunciou que estaria em curso uma transformação substancial nos modos de viver o gênero e a sexualidade. A reflexão de Paul Preciado de que paradigmas de gênero e sexualidade estão sendo reconstruídos e precisam ser reivindicados de forma coletiva pela sociedade é o ponto central com o qual tensiono as experiências individuais de mulheres jovens. Além disso, é um tema que necessariamente suscitou algumas questões.

A primeira delas está amparada nos modos como os sujeitos podem/devem ser agentes principais nesse processo. Questiono quais seriam os termos de tal protagonismo. Entendendo, de acordo com Preciado (2022), que uma nova epistemologia está sendo construída silenciosamente, na qual os ditames anteriores estão sendo questionados e postos à prova, tentei responder ao longo desta investigação, como isso vem sendo operado no sentido de ditar novas subjetividades e construir novas práticas de si, em campos de ação pessoal e política.

A partir dessa primeira indagação, desdobrou-se outro ponto essencial, que diz respeito ao tempo histórico em que tais mudanças paradigmáticas se desenrolam. Encontramo-nos num momento de profundas transformações sociais e culturais, em que o

modelo neoliberal de governamento vem produzindo crises, agravando desigualdades e exigindo arrojados modelos de enfrentamento, dada sua capacidade de reinventar-se e de atualizar suas táticas de governo. Nos últimos anos, vivemos as consequências de um modelo econômico e uma racionalidade neoliberal, que, com o discurso de desinvestimento estatal, e uma lógica de empreendedorismo de si, vem impondo às populações mais vulneráveis uma frágil existência. Segundo Wendy Brown, na esteira da despolitização, da desregulamentação estatal e do desmonte de políticas de bem-estar social, tais modelos “tendem a reproduzir, em vez de amenizar, os poderes e as estratificações sociais produzidos historicamente” (Brown, 2019, p. 24).

Essa conjuntura vem construindo uma onda de fortes embates em torno das questões de gênero e sexualidade, intercalados, há algumas décadas, com momentos de reconhecimento de direitos das mulheres e LGBT+¹ e com momentos de visíveis retrocessos. Desde o início dos anos 2000, com mais força a partir da década de 2010, “o gênero, a sexualidade e a diversidade sexual foram transformados em armas de uma guerra político-moral” (César; Duarte, 2017), com consequências desastrosas para a própria democracia.

Nessas circunstâncias, ocorreu, no Brasil, a ascensão da extrema direita, aliada à escalada do neoconservadorismo, gestado por meio de discursos religiosos, havendo um ataque aguerrido a todas as pautas feministas e LGBT+. O campo educacional foi, muitas vezes, o palco principal de disputas políticas em torno de questões de gênero e sexualidade. Segundo um levantamento da ONG *Human Rights Watch* (2022), desde o ano de 2014, mais de 200 propostas legislativas tentaram barrar nas escolas, o debate sobre o que os conservadores denominam “Ideologia de Gênero”.

Nesse cenário, buscando instituir um movimento reativo ao neoconservadorismo, várias jovens mulheres começam a se apresentar publicamente, reconhecendo-se como sujeitos políticos, capazes de se organizar nesse campo de disputas. Em meados de 2015, em meio a fervorosos embates, ganham forças vários movimentos feministas, muitos deles mobilizados através das redes sociais (ciberativismo). Tais movimentos lutavam contra pautas conservadoras, as quais ganhavam mais espaço através de uma bancada evangélica forte, que trabalha para restringir os direitos das mulheres. Denominado de primavera feminista

¹ A sigla LGBT foi proposta na 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais realizada no ano de 2008 na cidade de Brasília. O termo substituiu a sigla GLS que naquele momento já não era representativa de toda a diversidade do campo das sexualidades. Nos últimos anos variadas terminologias vêm sendo utilizadas, como: LGBTQIA+, LGBTQIAP+, LGBTQIAPN +, todas essas mudanças tentam da conta da variedade de sujeitos e de experiências no que se refere a sexualidade. Apesar de reconhecer a importância da ampliação terminológica com o intuito de ampliação de direito ao reconhecimento, nesta tese utilizarei o termo LGBT+, exceto quando referenciar outros autores quando preservarei a sigla por eles acatada.

(Hollanda, 2018), o movimento encontrou nas escolas, entre jovens estudantes, vasto poder de mobilização, mostrando que retrocessos não seriam facilmente acatados.

Após mais de uma década, questiono o quanto esses tão heterogêneos discursos reverberam nas experiências de jovens mulheres, em espaços como a escola. Observo que, apesar dos esforços políticos, a discussão sobre gênero e sexualidade tem se ampliado e ocupado outros campos, como os próprios espaços virtuais. Nesse sentido, questionei ao longo desta Tese, o quanto, no presente, a produção de subjetividades imersas nesse emaranhado de “verdades” vem sendo ditada.

Os embates até aqui descritos e as transformações no campo do gênero e da sexualidade atravessaram a minha formação profissional como psicóloga educacional. Parti das minhas experiências na educação, numa Instituição Federal de Ensino, localizada no Cariri Cearense. A partir deste lugar, por meio de variados recortes experienciais, fui me movendo, ao longo de 15 anos, para o campo de estudos do gênero e da sexualidade. O meu fazer, assim como o de muitos profissionais da educação, pauta-se na luta para que as discussões sobre equidade de gênero e direitos LGBT+ estejam presentes no cotidiano escolar.

A partir de uma destas experiências, cuja prática foi foco da minha investigação no mestrado, iniciei as problematizações relativas ao tema principal desta Tese. Do lugar profissional e de luta onde me encontro, diante das frustrações que permeiam as políticas e as práticas educacionais, deparo-me com mulheres jovens, que, durante todos esses anos, vêm afetando a si mesmas e o meio onde circulam. Os modos como se engajam coletivamente, se apoiam mutuamente, e mesmo as formas como lidam com suas experiências pessoais, indicam a possibilidade de mudanças quanto aos sentidos de ser mulher e jovem.

Essas jovens apresentam um *ethos* político próprio de seu tempo, no qual redes sociais e tecnologias assumem um papel central nos seus modelos de compreensão do mundo. Veem-se imersas em tecnologias, nas quais compartilhar suas experiências tão pessoais de opressão e sofrimento as conecta imediatamente com outras jovens, criando um senso de coletividade que é necessário e urgente ao próprio feminismo. Algumas assumem-se feministas nos discursos; outras, apenas em suas práticas; e, ainda, tantas outras cultivam em si modos de ser e de viver pautados na resistência.

Interessou-me, portanto, compreender o modo de construção deste sujeito, que entendo, a partir de Foucault (2013) está sendo produzido nas relações de “poder-saber”, estabelecidas neste tempo. “Falar de sujeito, para Foucault, em primeiríssimo lugar, é falar de “modos de subjetivação” (Fischer, 1999). A partir de tal lógica, não há uma essência ou natureza a ser desvendada nas experiências destas jovens mulheres, mas há um processo

continuado de ação de variados discursos na produção de um sujeito.

Valho-me também do aporte teórico dos estudos de gênero e feministas, que muito avançaram, com o intuito de discutir e problematizar o sujeito do feminino e o sujeito dos feminismos. Tais discussões tensionam questões como a organização da sociedade pela diferença sexual, o binarismo de gênero, os conceitos de identidade, bem como os próprios feminismos baseados nos seus açãoamentos. Para tal empreitada, os preceitos teóricos de performatividade de gênero, de autoria de Judith Butler (2016) foram centrais.

Isto posto, o objetivo principal desta Tese é Analisar as formas de subjetivação de jovens estudantes do ensino médio, atravessadas por discursos heterogêneos de gênero e sexualidade, construídos nas tensões do contemporâneo.

Os objetivos específicos são:

- Discutir a partir da literatura, a articulação entre os conceitos de gênero, sexualidade e subjetivação;
- Situar as disputas em torno do gênero e da sexualidade na atualidade
- Articular os conceitos de gênero, sexualidade e processos de subjetivação com as narrativas das jovens mulheres
- Problematicar questões relativas ao açãoamento das identidades de gênero e sexuais, em sua relação com marcadores de desigualdades, na narrativa de mulheres jovens.

Nessa tese estão implicadas muitas leituras que desembocaram na busca por responder a uma pergunta que produziu a reflexão misturando a realidade dos estudos teóricos com a realidade narrada por 21 mulheres jovens todas estudantes do ensino médio da rede pública, com idades entre 16 e 18 anos.

A organização da estrutura do trabalho é a seguinte: no primeiro capítulo, apresento o percurso pessoal e profissional que me conduziu ao tema, aponto as justificativas que me levam a investir na pesquisa sobre mulheres jovens, especialmente, na área de educação e no campo social brasileiro. Em um subcapítulo expando a justificativa voltando o meu olhar para as mulheres jovens, definindo os contornos de tal grupo, e os dilemas contemporâneos referentes a suas experiências e vulnerabilidades impostas, em um mundo de desigualdades.

No segundo capítulo, apresento uma revisão de teses e dissertações, cujas temáticas se assemelham à minha proposta, com a intenção de vislumbrar como, no Brasil, os estudos acadêmicos vêm se apropriando do tema, quais análises têm sido desenvolvidas, e a partir de quais perspectivas teórico-metodológicas as pesquisas sobre mulheres jovens vêm acontecendo. No primeiro subcapítulo, trago, de forma ampla, as produções sobre mulheres

jovens, atravessadas pelo campo do gênero e da sexualidade; no segundo subcapítulo, foco nos estudos sobre a subjetivação de mulheres, seu gênero e suas sexualidades, privilegiando estudos que abordam conceitos pós-estruturalistas² e foucaultianos.

O terceiro capítulo apresenta o conteúdo conceitual quanto ao tema desta Tese que se divide em dois tópicos; no primeiro, abordo a questão das mulheres e dos feminismos, costurando, a partir do conceito de gênero, a história das principais controvérsias quanto aos sentidos da categoria mulher. Tensiono os entendimentos quanto aos modos de subjetivação das mulheres e a identidade da “mulher”, conduzo uma reflexão quanto aos variados modos como os feminismos se desdobram, trazendo as questões da pluralidade e desconstrução de um sujeito único universal. No segundo tópico, discorro sobre o campo de disputas onde essas jovens se constroem, descrevo o cenário de embates que tomou conta do campo social brasileiro, no tocante às questões de gênero e sexualidade, pontuando as disputas nos últimos anos (2011-2023), que se desenrolaram a partir do recrudescimento do neoconservadorismo e a reação marcante dos feminismos.

No quarto capítulo, descrevo o caminho metodológico que conduzi este estudo, e o percurso que levou à escolha dos espaços e dos sujeitos que compõe a pesquisa. Narro a minha entrada no campo, os principais desafios, e o caminho pouco linear até entender quais ferramentas utilizar. Além disso, aprofundo os principais contornos da pesquisa na área da educação, e analiso o uso da Entrevista Narrativa como metodologia principal de escuta das jovens mulheres. No segundo tópico, caracterizo as vinte e uma estudantes entrevistadas, e apresento às oito jovens cujas narrativas serviram como âncoragem dos conjuntos analíticos que emergiram de todo o escopo do material de pesquisa coletado. Junto a apresentação das jovens, as situo no espaço do Cariri Cearense, descrevendo as peculiaridades regionais e culturais que servem como delimitadores das contruções subjetivas das jovens entrevistadas.

No quinto capítulo, conduzo minhas análises a partir dos conceitos de performatividade de gênero e sexualidade de Judith Butler (2016), consturando a narrativa das jovens as concepções de um sujeito atuante e respondente na construção de si. No primeiro tópico, problematizo como as jovens, por meio de um processo contestatório, tentam

² O pós estruturalismo tornou-se uma designação guarda-chuva para vários autores franceses, dentre eles Foucault, que a partir dos anos 60 estabeleceu uma corrente de pensamento cuja referência era outro movimento intelectual francês: o estruturalismo. Há muitas controvérsias em relação a tais definições, dentre elas as que apontam que o pós de modo algum implica oposição absoluta ao estruturalismo, sendo o movimento muito mais uma continuação ou ampliação conceitual e teórica. O movimento tem forte influência nos estudos de gênero e feministas, carregando consigo, muitas de suas polêmicas. Aqui destaco que reconheço os consensos e dissensos quanto aos termos, mas optei por utilizá-lo entendendo que há uma consistência quanto aos seus usos, além de uma melhor acomodação diante de outros termos como pós modernismo ou pós crítico.

subverter as normativas de gênero que se impõe por meio de variados discursos aos seus corpos. Atento ao processo contraditório onde se afirmam disputas e embates com instituições, entendidas como conservadoras, ao mesmo tempo que se reafirmam discursos essencialistas, que servem a manutenção de uma ordem heteronormativa. De todo modo, observo como os feminismos são potentes como mecanismos de produção de subjetividades éticas, combativas aos conservadorismos religiosos.

No segundo tópico do capítulo, me aprofundo nas análises quanto aos discursos das sexualidades, entendendo que a afirmação de uma identidade sexual é um imperativo entre elas, a maioria se identifica por meio de uma identidade não normativa, o que as insere em um campo agonístico, onde vivem experiências combativas, ao mesmo tempo em que são condenadas, pelas mesmas experiências, a se conformarem ao regramento imposto pela dinâmica das identidades.

No sexto capítulo, aprofundo as discussões quanto ao campo de resistência a partir da análise da conjuntura de desigualdades as quais as jovens são submetidas, operando a partir dos conceitos de corpos abjetos e de vidas precárias de Butler (2016, 2019,2020) em conversa com outros autores, observo como a inteligibilidade está sempre ameaçada em uma sociedade tão desigual, marcada pelos racismos, onde o sistema de reconhecimento é maleável e impermanente.

Nas considerações finais, aponto para os efeitos ambiguos dos discursos heterogêneos sobre gênero e sexualidade nas experiências e subjetividades das jovens mulheres do Cariri Cearense, argumento como o avanço de discursos de direito das mulheres e direitos sexuais impactam na narrativa das jovens, que vêm assumindo um discurso de igualdade, e produzindo uma ação sobre si coordenada a resistência as normativas de gênero e sexual. Atrela-se a isso, a ascensão de um discurso das identidades, que serve estrategicamente a contestação, outras vezes a conformação a premissas de substancialidade e natureza. Aponto que tais dicotomias, podem servir a manutenção de um sistema de reconhecimento frágil, quando não se alinham a lutas políticas em aliança. Nesse sentido a tese por mim defendida é a de que: **os processos de subjetivação de jovens mulheres no contemporâneo ocorrem em uma zona fluida e contraditória, onde os discursos de gênero e sexualidade operam, em muitas circunstâncias, em sentidos opostos, evidenciando limitações emancipatórias.**

Todo o caminho acima descrito está circunscrito com base na premissa de que os efeitos normalizadores e totalizantes de individualização próprios da contemporaneidade³

³ No texto, o sujeito e o poder, Foucault escreve: “Mas eu gostaria de enfatizar que o poder do Estado (e esta é uma das razões de sua força) é uma forma de poder tanto individualizante quanto totalizadora. Acho que nunca

operam o tempo todo na elaboração dos nossos corpos e na condução de nossas experiências. Nesse sentido, pensar em práticas de si que conduzam a outros modos de existência, bem como “dar visibilidade a novas formas de experimentação subjetiva engendradas relationalmente nas práticas feministas e fora delas” (Rago, 2019) pode ser um caminho profícuo para reconhecer, nas frestas da dominação, possibilidades de liberdade.

A seguir, situo minhas aspirações e dou continuidade às justificativas e indagações que motivaram esta Tese.

na história das sociedades humanas - mesmo na antiga sociedade chinesa - houve, no interior das mesmas estruturas políticas, uma combinação tão astuciosa das técnicas de individualização dos procedimentos de totalização”. Essa força, segundo o autor, deriva da integração da tecnologia do poder pastoral, que tem como origem as instituições cristãs. Nesse sentido, trata-se de uma tática individualizante, que integra inúmeros poderes e saberes.



1

ONDE
O CAMINHAR
INICIA

1 ONDE O CAMINHAR INICIA

As ilustrações que abrem cada uma das sessões desta Tese foram produzidas por um artista gaúcho, pensadas para representar mulheres múltiplas, diferentes em suas formas, seus traços e talvez em seus próprios gestos. Com olhares fixos em lugares distintos, quem sabe em caminhos distintos, com formas de ver e pensar particulares, que podem dizer de um lugar único no mundo ou de experiências tão usuais e amplamente compartilhadas. Não são necessariamente mulheres deste tempo, mas fazem ver que cada uma de nós está situada em um tempo, que nos une umas às outras de forma inexorável. Há tanto o que nos assemelha e muito o que nos diferencia, mas talvez nada que em absolutamente nos delimita ou defina.

Diante de tal convicção, inicio o primeiro capítulo, onde apresento a minha história pessoal e profissional, com o intuito de explanar os modos pelos quais minhas vivências, conduziram-me a olhar para a experiência de mulheres jovens, e interrogar-me sobre os modos pelos quais elas vêm sendo afetadas pelas transformações do tempo presente. Além disso, vou aprofundando meu problema de pesquisa, costurando minhas interrogações com as justificativas quando as definições teórico metodológicas foucaultianas. Tentando traçar o meu problema a partir de um modo de fazer investigação por meio de problematizações constantes.

No segundo subtópico continuo a me aprofundar no meu objeto de estudo fazendo um movimento de apresentar algumas definições que guiaram o percurso investigativo, além de pontuar os conceitos com os quais pretendo operar, delimitando como o gênero e a sexualidade surgem como objetos de análise e operadores analíticos, sustentado pela teoria de Judith Butler.

1.1 MOTIVAÇÕES E INQUIETAÇÕES ACADÊMICAS – SOBRE SER MULHER E INVESTIGAR QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA

Apresentar como as minhas frequentes indagações sobre as condições de ser mulher desembocaram nesta pesquisa passa necessariamente por rememorar a minha história, ao me deparar com as imposições e amarras de uma vida já ditada, com um corpo marcado, no qual estava inscrito um modo orientado de existir. Em minhas lembranças, entender-me como mulher sempre passou pelo reconhecimento do injusto, do que me era negado. Quando descreve sua experiência de tornar-se mulher e seu posterior processo de transição, Paul Preciado compartilha uma narrativa que soa a todas nós bastante familiar: “as meninas não estavam autorizadas a fazer a maior parte das coisas que os meninos faziam. Esperava-se de

mim que cumprisse um trabalho de gênero e de reprodução sexual eficaz e silencioso” (Preciado, 2022, p. 18).

Essa lembrança narrada pelo autor se coaduna com a forma como tenho compreendido a minha construção de ser mulher, sempre pautada pelo estreitamento de possibilidades, pelo controle minucioso dos meus comportamentos, pelo olhar vigilante sobre meu corpo. Absorta no desconforto diante da constatação de tais fatos, fui me esgueirando pelos lugares educacionais que me eram apontados, fui guiando minha curiosidade, aguçando certos interesses e, não sei se por vontade ou causalidade, ingressei na graduação em Psicologia.

Desde a minha formação como psicóloga, atuo como servidora pública, primeiro, na área do serviço social e, posteriormente, na área da educação. Em ambos os espaços, em comum, o trabalho com pessoas em situação de vulnerabilidade social, com foco em ações voltadas para mulheres e juventudes. Coadunando minha prática profissional com a continuidade dos estudos acadêmicos, deparei-me com os estudos feministas, de gênero e de sexualidade, com os quais tive pouco acesso durante a graduação. Nesse momento, passei a me entender como mulher feminista e a me construir como pesquisadora.

Nesse processo pessoal e profissional de entendimento, o feminismo surgiu como uma bússola e, por vezes, é um alento que guia minhas práticas. Desde que ingressei numa Instituição Federal de Ensino, trabalhando no setor de assistência estudantil, entendi ser de suma importância trazer os debates sobre as desigualdades para o espaço institucional. Como profissional, sendo demandada em questões de adoecimento mental dos estudantes, não demorei para perceber como as questões das desigualdades e seus efeitos sobre a subjetividade desses sujeitos, aliadas a certas experiências de violência e exclusão, eram a gênese da maioria das queixas trazidas. Durante anos, atuei junto aos jovens do ensino médio, tratando de direitos humanos, em especial, do direito das mulheres e das minorias sexuais.

Nesse percurso, com o passar dos anos, gradualmente, fui percebendo como o estado de tensão e dos embates sociais das últimas décadas traz consequências nos espaços educacionais. Por um lado, observava mulheres jovens que se apropriavam de si através de certos discursos; LGBT+ atuantes reivindicavam reconhecimento e respeito; grupos organizados pautavam as questões étnicas e raciais. Por outro lado, via outros tantos jovens pouco afeitos ao diálogo, que expressavam, por meio de atitudes e discursos, seu descontentamento com a ascensão das pautas sociais. À medida que adentrava no espaço da sala de aula, os momentos de debate foram se tornando cada vez mais belicosos, com grupos ideologicamente distintos, com ideias tão recrudescidas, que não se abriam ao diálogo e pouco lembravam a proposta de um espaço democrático, de exposição de ideias e de valorização do

contraditório. Ainda pior, foi constatar como discursos de ódio e falas carregadas de preconceito passaram a ser proferidos num tom de naturalidade, transvestidos de simples opinião, pautados pelo princípio inequívoco da “liberdade de expressão”.

A partir desta experiência educativa em sala de aula, desenvolvi a minha pesquisa de mestrado⁴, na qual avaliei os efeitos das ações educativas para a promoção de mudanças discursivas acerca da desigualdade de gênero entre os jovens. A pesquisa foi delimitada em duas etapas: no primeiro momento, foram aplicados questionários com perguntas abertas tratando da temática. Participaram duas turmas de ensino técnico integrado ao ensino médio do Instituto Federal do Ceará – *Campus Juazeiro do Norte*, ou seja, jovens entre 14 e 18 anos. Posteriormente, durante encontros semanais, foram realizadas atividades diversas, nas quais os estudantes foram instigados a expressar suas percepções e seus afetos acerca dos temas debatidos.

O conteúdo explorado nos encontros com os grupos versava sobre os estereótipos de gênero e suas consequentes desigualdades, manifestadas tanto em espaço público, quanto em espaço privado, além das violências cotidianas sofridas por mulheres, nesses ambientes. O questionário aplicado antes da intervenção educativa revelou o conhecimento de várias temáticas apresentadas. Identificou-se que as informações relativas a questões de desigualdade estão disponíveis e são facilmente acessadas nas mídias digitais. Majoritariamente, através deste meio, os jovens se informam e constroem suas percepções. Por outro lado, os resultados demonstraram que os estudantes replicavam de forma sutil preconceitos de gênero, especialmente, com relação à análise da sexualidade feminina. Observou-se que, muitas vezes, envoltos num discurso que arroga liberdade e igualdade, escondem-se manifestações sexistas e machistas, apresentadas de forma envergonhada e disfarçada.

Apesar de mudanças discursivas significativas, identificadas nos questionários aplicados após a participação nas atividades educativas, pode-se perceber que tais transformações eram refratárias, sendo os dados superficiais. Quando perguntados a respeito dos comportamentos sexuais femininos, todos, de forma muito contundente, afirmavam, quase de forma imediata, serem favoráveis ao direito e à liberdade de as mulheres viverem sua sexualidade, mas, ao mesmo tempo, imprimiam falas de prudência e cuidado quanto a tal comportamento, no sentido de cautela e de conduta moralmente desejável para as meninas. Essa dualidade estava presente em vários discursos, imprimindo sempre um julgamento moral, apesar da defesa de liberdades individuais para as mulheres.

⁴ Link para o texto da dissertação: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/4865>

Ao constatar que os machismos, os sexismos, as homofobias se escondem encobertos por um discurso polido, cuja aparência se tornaria aceitável, questionei-me o quanto poderíamos falar de mudanças efetivas e o quanto tais transformações se davam em função de como as pessoas se sentem impelidas a expressar determinados discursos, apenas por temerem reações, sem, de fato, compreenderem as implicações de suas falas ou a sua responsabilidade quanto ao engajamento em prol de mudanças.

Outro ponto avaliado durante o mestrado refere-se aos modos como os discursos se efetivam por meio de reforços identitários, sempre que se convocam as identidades para discutir a promoção da igualdade. Os agendamentos dos ativismos políticos das identidades são apresentados de forma muito similar ao modo como tais demandas são postas nas redes sociais. Foram notórios, entre os jovens, os efeitos de uma socialização estabelecida nos meios digitais. As aprendizagens estão sendo construídas nesses espaços, isto é, o acesso a informações sobre direitos das mulheres, sexualidades, feminismos acontecem em plataformas como o *instagram*, o *facebook*, o *twitter*, o *tik tok*. Os entendimentos sobre pautas sociais tão caras geralmente alcançam os jovens, sem qualquer mediação, embaladas em fórmulas pouco interessadas na qualidade de certos conteúdos (Mikolsci, 2018). Observa-se, nesse sentido, o quanto preocupante é o fato de as instituições escolares se privarem de fazer esse debate, uma vez que elas podem, por meio da produção de espaços comuns e solidários, pautar e elaborar noções de reconhecimento das formas plurais de gênero e sexualidade.

Diante dos resultados encontrados na pesquisa do mestrado e do desconforto produzido pela constatação de que o clima de antagonismos e desavenças do ambiente político nacional era replicado nas relações entre jovens, estabeleci outras estratégias educacionais na instituição onde trabalho. Em parceria com outros profissionais, desenvolvi um grupo de estudo, em vez de trabalhar somente em sala de aula, ampliando assim o espaço de discussão. Tal ambiente era aberto à participação de toda a comunidade, porém as ações sempre se efetivavam pelas mãos dos sujeitos mais implicados e de fato interessados na temática⁵. Criamos um espaço de estudo, de reconhecimento e de mobilização institucional.

Marcou-me muito fortemente uma das atividades realizadas pelo grupo de estudos, em 2020. Trago-a para ilustrar a conciliação entre minhas vivências e a elaboração do tema desta pesquisa. O evento organizado fazia alusão ao Dia Internacional da Mulher. Naquele auditório, atentei a certas questões, que viriam a ser pauta da investigação que apresento aqui.

⁵ O grupo era aberto a toda comunidade acadêmica, sempre foi intenção convocar os meninos a participarem dos debates sobre gênero e sexualidade, para tanto tratamos de ampliar as temáticas, entendendo que poderiam ser debatidas pautas variadas, que abarcasse as experiências das juventudes de modo mais global.

Organizamos um evento educativo na Instituição, convidando mulheres ativistas para debaterem a situação das mulheres na região do Cariri e seus campos de luta e de ação política. Diante de um auditório lotado, apresentaram-se as três palestrantes: uma mulher de idade já avançada esboçava sua longa história de lutas no movimento feminista; uma jovem feminista apontava os desafios do movimento no presente; uma mulher trans nos confrontava com a urgência de um movimento que abarcasse a todas. Ali estava representada a pluralidade do ativismo feminista e, mais ainda, a pluralidade de ser mulher.

Havia alguns anos que aquele mesmo auditório tinha sido palco de uma discussão acalorada de agentes políticos e de entidades da sociedade civil organizada, envolvendo a aprovação de lei que proibia o debate das questões de gênero e de sexualidade nas escolas do município. Como tal proposta não vigorou, ali estávamos nós, falando sobre gênero e sexualidade, para uma plateia majoritária de jovens secundaristas. No espaço das perguntas, várias jovens que se dirigiram às palestrantes para argui-las se identificavam como mulher e como feminista. Recordando o meu próprio processo de construção como feminista, deparei-me com indagações relativas aos efeitos dos tantos discursos e embates travados nos anos anteriores, naquelas jovens e nos seus modos de viver suas subjetividades.

Algum tempo depois, ao ingressar no programa de doutorado em Educação da Unisinos, já me interessava por estudar as experiências de mulheres jovens. Minha proposta inicial era a investigação dos sofrimentos das estudantes, a partir de um recorte de gênero. Após investigar questionamentos relativos a práticas educacionais no mestrado, agora volto meu olhar para o sujeito e suas experiências cerceadas pelo gênero e as sexualidades. Esse olhar voltado para o sujeito permanece e se fortalece a partir das várias leituras desenvolvidas durante as disciplinas do doutorado, que me apresentaram instigantes ferramentas teórico-metodológicas provindas dos estudos feministas e pós-estruturalistas.

Além das leituras propostas nas disciplinas do curso, a participação semanal no nosso grupo de pesquisa, o GEPI, foi essencial para pensar esta investigação. Digo isso, pois já havia no grupo um conjunto robusto de investigações que tratavam da inclusão, e dos discursos que circulam e produzem verdades sobre corpos e práticas, os quais vem moldando muitas políticas públicas, que tratam de sujeitos historicamente excluídos. Coube a mim, a apropriação de tais achados para que pudesse fazer esta tese avançar no conhecimento construído pelo grupo ao longo dos anos. O conceito de desigualdade e a forma como atravessa as questões de raça, de gênero, de classe, de deficiências e tantas outras, serve como balizador que guia esta pesquisa no sentido de contribuir para o reconhecimento não só daquilo que mantém certas lógicas de desigualdades, mas das possibilidades de subvertê-las.

Com base em toda a minha história pessoal e acadêmica, e nas observações relativas às experiências de jovens mulheres em tempo de disputas políticas, delimitei meu problema de pesquisa: Como os discursos heterogêneos sobre gênero e sexualidade, imersos em tensões contemporâneas, reverberam no modo como jovens mulheres se narram?

Tal problematização e a imersão na leitura de variados autores assentam o foco da minha análise, ou seja, conduzo minhas observações para as formas de narrar a si, para compreender processos de subjetivação, que podem não estar em um campo de ação público, mas estão sempre envoltas num *status* ético e político. Para isso, ouvir jovens mulheres narrarem a si mesmas em suas práticas cotidianas, reconhecendo suas histórias, seus anseios e dilemas me pareceu o caminho mais adequado.

Nessa linha, surgem as questões de pesquisa que nortearam o presente trabalho:

- Como as pesquisas acadêmicas descrevem processos de subjetivação de jovens mulheres em relação a gêneros e sexualidades?
- De que forma se articulam discursos antagônicos em torno do gênero e das sexualidades na contemporaneidade?
- Quais os modos pelos quais as categorias gênero e sexualidades se intercalam para a elaboração de entendimentos sobre ser mulher jovem
- Como são acionadas as identidades de gênero e sexual, articuladas a marcadores de desigualdades, para as elaborações de si de mulheres jovens?

No mestrado, desenvolvi meu trabalho utilizando alguns conceitos e ferramentas de análise foucaultianas, especialmente, os oriundos de suas análises iniciais sobre o poder disciplinar. As discussões sobre gênero também partiram de teorias feministas pós-estruturalistas (Judith Butler, Teresa de Lauretis), cujo campo teórico, apesar dos tensionamentos, tem sido fértil para os feminismos. As premissas sobre um sujeito que “é constituído por múltiplas posições, plurais, contraditórias e contingentes” (Mariano, 2005), guiaram minhas interrogações e foram centrais para a problematização da minha temática de pesquisa.

O postulado básico da teorização de Foucault, que atenta para a desconstrução de um sujeito universal, já me havia sido apresentado na graduação. Recordo o impacto da leitura da “História da Loucura”, que trata de um pensamento que contraria ferozmente os entendimentos médico-biológicos, que asseguravam a gênese das psicopatologias nas desordens bioquímicas cerebrais. Conhecer todos os elementos históricos envoltos na produção daquilo que sempre tive como da ordem do natural mostrou-se aterrador em certos sentidos e alentador, em outros. Além disso, recordo o quão complexos e incapturáveis me

pareciam os modos de fazer pesquisa a partir de Foucault, pois percebi que, para ler o autor, era necessário despir-me de crenças fortemente sustentadas. E é esse deslocamento que venho fazendo até hoje e que me levou a construção desta investigação.

Mas, afinal, o que significa inspirar-me nas teorizações foucaultianas para conduzir essa investigação?

Gallo (2013) destaca que utilizar as teorizações de Foucault nas pesquisas em educação implica pensar e questionar nossa relação com a verdade, ou seja, não se trata de conceber o material como composto por verdades a serem desvendadas, mas assumir uma postura a partir de tal filosofia significa reconhecer sempre um ponto de partida, porém, nunca um lugar de chegada.

O autor também aponta que a própria obra de Foucault demonstra como os processos de investigação nos conduzem para lugares insuspeitos, abraça o fluxo dos acontecimentos e admite deslocamentos (Galo, 2013); portanto, não é possível estar preso a predefinições ou cânones preestabelecidos. Seguir tal caminho implica compreender as contribuições foucaultianas “como ferramentas” e utilizar suas obras e seus conceitos a partir daquilo que nos convoca o material pesquisado, mas sem, de modo algum, abrir mão do rigor de sua prática.

Ao pretender aproximações com as teorizações de Foucault, é indispensável a tarefa de trazer alguns pontos do seu desenvolvimento, os quais, desde já afirmo, não apresentam qualquer unidade. O pensamento intelectual do autor é complexo e se apresenta de forma descontínua e irregular; sua obra é densa, pois perpassa por vários campos de saber. É consenso entre seus debatedores que é possível organizá-la em três momentos. Veiga-Neto (2016) traz alguns marcadores de seu pensamento, a partir de três domínios: o ser-saber, o ser-poder e o ser-consigo. A questão do sujeito atravessa toda a cronologia da sua obra. Conforme o próprio autor aponta, seu trabalho objetivou “criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos” (Foucault, 1995, p. 231).

O primeiro momento da teoria de Foucault parte de um empreendimento arqueológico, sendo o discurso um dos motes principais de suas teorizações. A partir da análise dos saberes e de como eles atuam o tempo todo na produção de verdades, “o autor analisa os modos pelos quais os discursos formam os objetos de que tratam” (Fischer, 2001). De forma minuciosa, ele descreve como “nos tornamos, na Modernidade, o que somos como sujeitos de conhecimento e como assujeitados ao conhecimento” (Veiga-Neto, 2016, p. 44).

Tais saberes são construídos e operam em um campo relacional de poder e é disso que trata o segundo domínio de sua obra: o ser-poder. Denominada de fase genealógica, de acordo

com Dreyfus e Rabnow (1995), a genealogia é um “diagnóstico que se concentra nas relações de poder, saber e corpo nas sociedades modernas”. Foucault define o poder como produtivo e relacional. Desse modo, não é algo que provém do Estado e que seja em essência repressivo; o poder está em toda parte, não sendo algo que se possua, pois, para Foucault, “o poder só existe em ato” (Dreyfus; Rabnow, 1995, p. 243). O poder circula por modos complexos e difusos. Questões como “dominação, poder, liberação, liberdade, reversão e resistência” estão sempre sobrepostas e relacionadas (McLaren, 2016).

Tais diagnósticos sobre o poder em Foucault são possíveis tendo como *corpus* de análise as transformações, ao longo da história, de práticas de várias instituições como as prisões, os asilos, os hospitais, as escolas, que deixam de ter como base de suas ações os “castigos e violências corporais” e passam para um regime de disciplinamento dos corpos, tendo como finalidade a produção de corpos dóceis. Na passagem de uma sociedade de soberania para uma sociedade disciplinar, o poder disciplinar surge como solução, para que, por meio da individualização, se leve a vigilância a toda parte (Veiga-Neto, 2016).

Nesse sentido, o corpo é analisado como uma esfera única de ação de poderes tanto disciplinares (operados por meio da vigilância, do exame, da organização, do controle, com o sentido de otimizar a exploração e guiar de forma prática as condutas individuais), como da biopolítica (gerenciar de forma planificada a vida, gerenciar a própria espécie), manipulando macrofenômenos (Duarte, 2013).

Vale destacar que o conceito de governamentalidade surge e se torna central para a análise do poder em Foucault. A partir dele, dá-se uma nova tônica às suas teorizações, nas quais as problematizações saem do campo do poder-saber e se dirigem ao campo do governo/verdade. Inicialmente, as pesquisas de Foucault se voltavam para a observação da arte de governar dos estados modernos, entre os séculos XVI e XIX. Em seguida, a questão do governo passa a ser analisada numa perspectiva ética, em que o sujeito se constitui por meio de práticas de si (Noguera- Ramirez, 2013).

A partir da obra, *A História da Sexualidade*, especialmente no segundo e no terceiro volume, vislumbramos a questão da ética do sujeito no projeto de Foucault, a qual é entendida como a relação do sujeito consigo mesmo (Veiga-Neto, 2016). Podemos perceber que o autor trabalha a sexualidade não como um tema em si mesmo, mas problematiza, a partir de um jogo de verdades em torno do sexo e do desejo, os processos de subjetivação do sujeito da Modernidade.

Através de uma história da moral sexual, Foucault (1985) apresenta os modos como o indivíduo é constituído e constitui a si mesmo como sujeito. Vale destacar que tal operação se

dá por meio de práticas de si, ou seja, estamos falando de um sujeito ativo; no entanto, como ressalta Foucault, “essas práticas não são, entretanto, alguma coisa que o próprio indivíduo invente. São esquemas que ele encontra em sua cultura e que lhe são propostos, sugeridos, impostos por sua cultura, sua sociedade e seu grupo social” (Foucault, 2006, p. 276).

Como já foi dito, minha intenção ao mostrar o percurso do pensamento foucaultiano é unicamente apresentar as bases que fundamentam as análises desta investigação. As considerações apresentadas pelo autor são um indicativo dos caminhos teórico-metodológicos que começo a trilhar. Adiante nas análises retomo a questão da sexualidade, articulando o pensamento de Foucault as formulações de Butler, para argumentar como as sexualidades e os gêneros se reconfiguram no presente, e os novos modos com os quais operam, no mesmo sentido de produção de corpos.

Aprofundar-me nos debatedores de Foucault, especialmente nos que o tematizam na área da educação, foi bastante significativo e útil, pois muitas das minhas convicções, até mesmo as que me constituíram enquanto pesquisadora, tiveram que ser revisitadas e, às vezes, revistas. Foi um exercício exigente, do qual também extraí prazer, satisfação, especialmente, quando me pegava inadvertidamente abraçada a verdades relativas às mulheres, percebidas por mim como naturais. O processo de reconduzir-me pela pesquisa, desgarrando-me de tais preconceitos, ocorreu no cotidiano dos meus estudos e análises; assim, a cada certeza desfeita, surgiram outras possibilidades.

Nesse percurso, as ferramentas teórico-metodológicas até aqui apresentadas me levaram a analisar a problemática por meio de lentes não convencionais. Não se tratou apenas de apresentar os acirramentos políticos dos últimos anos e estabelecer-lhes valorações, inclusive, aos seus efeitos diretos sobre as mulheres jovens, mas “é preciso sempre examinar detida e cuidadosamente os elementos que estão em jogo, em termos de suas proveniências e emergências, articulações, superposições, especificidades, efeitos” (Veiga-Neto; Lopes, 2007). Trazer um estudo de inspiração foucaultiana envolve uma posição de suspeição constante com relação à realidade, desconfiando daquilo que se mostra de tal modo aparente.

Nesta fazedura, tentando ir além do evidente, convém mencionar algumas considerações feitas ao longo do percurso de construção desta pesquisa. Não tomei tais considerações como hipóteses, nos termos do enquadramento do cientificismo tradicional, mas como problematizações que assevero, marcaram todo o meu caminho investigativo. A fim de facilitar a exposição, trago-as organizadas em tópicos, logo abaixo.

- Minha pesquisa, supõe que estamos “atravessando um deslocamento epistemológico tecnológico e político sem precedentes” (Preciado, 2023, p. 34), o

que dispõe jovens mulheres a afetar e a serem afetadas pelo campo discursivo conflitante (às vezes, polarizado). Diante disso, interrogei-me se elas elaboram formas de narrar a si, implicadas em outros modos de subjetivação. Algumas podem sinalizar resistências subjetivas, entendendo que “resistências também requerem o envolvimento de processos de subjetivação” (Marinho, 2017). Nesse caso, podemos supor o estabelecimento de processos de subjetivação instados a partir de práticas de liberdade ou outra ética de si?

- Observo também que a inquietação política e social está conformada aos efeitos de políticas socioeconômicas e uma racionalidade neoliberal, em que um cenário de crise permanente vem se estabelecendo. Acrescenta-se a esse cenário, um estado persistente de desigualdades, que produz consequências ainda mais perversas no recorte mais vulnerável da população. Neste recorte, encontram-se os jovens, afetados por um quadro de desorganização dos processos de democratização, que têm sido produtores de desesperança e de incertezas (Da Silva, 2023). As variáveis gênero, sexualidade, juventudes, raça e classe se entrecruzam, embebidas num contexto de efervescência social e política, que move estes corpos, forçando certas fronteiras e instigando novas práticas.
- Oskala (2016) sugere que, nas últimas décadas, percebe-se que a racionalidade neoliberal arregimentou técnicas que promoveram mudanças significativas nas mulheres, havendo uma conexão muito estreita entre a idealização do feminino e o sucesso econômico. Destaco que a autora analisa a realidade de mulheres europeias e americanas; no entanto, aqui, estamos falando de mulheres jovens do sul global⁶. Marcada essa diferenciação e acatando que tal modelo econômico produziu novas técnicas de governo e, portanto, “considerando um laço inextricável entre formas de poder e formas de sujeito” (Oksala, 2016), debrucei-me sobre as especificidades das narrativas de mulheres na periferia do capitalismo.
- Trato aqui da realidade da região do Cariri Cearense, que faz parte da região do Nordeste Brasileiro, marcada por características culturais distintas, materializadas, nos últimos anos, pelas contradições entre o ambiente urbano e rural, manifestadas por um crescimento econômico considerável, devido, principalmente, ao comércio

⁶ O sul global não é uma referência geográfica, mas uma terminologia política e econômica que caracteriza um conjunto de países de regiões diferentes do mundo, com culturas diversas, mas que compartilham desafios sociais comuns derivados de um histórico de colonização e exploração, que desembocaram em marginalização política e desigualdades sociais e econômicas profundas. O conceito engloba países da América Latina, Ásia, África e Oceania.

e ao turismo religioso, sendo a religiosidade, portanto, um elemento central na cultura local. A região também é caracterizada por altos índices de concentração de pobreza e por valores culturais, tradicionais e patriarcais, que imprimem normas bastante rígidas ao corpo feminino, ditando seus modos de estar no mundo, por meio de concepções centralizadas na família e na maternidade.

Minha aposta investigativa emergiu destas reflexões, porém, não as tomei como certezas ou verdades. Ao longo da escrita desta Tese, desde a minha entrada no campo da pesquisa, sempre busquei reconhecer este lugar de partida. Reiterando o descrito acima, sustentada por pensadores contemporâneos, afirmo que estamos num mundo de rupturas, vivendo entre as ruínas de um modelo econômico em decadência, em torno de questionamentos constantes em relação ao regime normativo de gênero e sexualidade. Ao mesmo tempo tais rupturas também favorecem o surgimento de um notório movimento conservador, cujos principais investimentos estão em retomar uma normatividade sexual e de gênero dita ideal. Nesse contexto, surgem inadequações, inquietações e desajustes, que pude identificar que tem sido propulsores de outros modos de vida.

Durante a minha jornada, muitas vezes, me interrogei e continuo me interrogando a respeito de como é possível conhecer esses modos de vida, ou seja, como conseguir capturar as práticas de si, de mulheres jovens? Em busca de respostas, fui, aos poucos, construindo procedimentos de pesquisa que poderiam me conduzir à construção de dados. Num primeiro momento, vislumbrei no grupo focal um instrumento capaz de abarcar os conteúdos de fala de mulheres jovens. Apesar de convencida da validade de tal procedimento, me angustiava o fato de que o momento no campo se daria sem qualquer apoio de outros pesquisadores ou ajudantes de pesquisa, devido à distância entre os meus lugares de coleta e a instituição onde curso o doutorado.

Assim, em uma das aulas de prática de pesquisa, fui conduzida a atentar para a Entrevista Narrativa como recurso viável para os objetivos de pesquisa que havia traçado. Uma fonte de estudo e de inspiração foi a pesquisa de Sandra Andrade (2017), desenvolvida com mulheres jovens do Eja, na qual, a pesquisadora intercala conceitos de gênero e juventude para a compreensão de trajetórias educacionais. Apoiando-se numa perspectiva etnográfica, vai a campo e realiza entrevistas narrativas ressignificadas, como ferramenta principal de captação de dados.

De acordo com Andrade (2021), por meio de narrativas, discursivamente, se produzem identidades, uma vez que, ao narrar-se para o entrevistador, o sujeito não apenas descreve sua história ou a história de um fato, mas também significa, institui e confere sentido a si mesmo

e ao mundo. Assim, elejo-a como ferramenta de captação de dados. Nos capítulos subsequentes, aprofundo os conceitos e as justificativas da escolha. Ressalto que a narrativa do sujeito sobre si mesmo, em primeira pessoa, foi um caminho profícuo e seguro para compreender formas de subjetivação.

Elencados o tema da pesquisa, os objetivos, os contornos teórico-metodológicos e as ferramentas de investigação, no próximo tópico, inicio uma explanação sobre os sujeitos que são objeto desta pesquisa. Busco trazer neste subcapítulo elementos que justifiquem tal escolha e ajudem a compreender onde estão situadas as experiências dessas jovens e, por meio de dados estatísticos, avaliar a conjuntura profundamente desigual a que são submetidas, além de descobrir recursos que têm sido facultados para que elas conduzam a si no tempo presente. Antes de avançar, apresento um quadro síntese, que rememora e condessa os principais arranjos desta investigação.

Quadro 1 – Objetivo geral e específicos, perguntas orientadoras

Objetivo Geral		
Analisar as formas de subjetivação de jovens estudantes do ensino médio, atravessadas por discursos heterogêneos de gênero e sexualidade, construídos nas tensões do contemporâneo.		
Objetivos específicos/ Perguntas orientadoras	Discutir na literatura a articulação entre os conceitos de gênero, sexualidade e subjetivação	Como as pesquisas acadêmicas descrevem processos de subjetivação de jovens mulheres em relação a gêneros e sexualidades?
	Situar as disputas em torno do gênero e da sexualidade na atualidade	De que forma se articulam discursos antagônicos em torno do gênero e das sexualidades na contemporaneidade?
Objetivo Geral		
Discutir e problematizar as formas de subjetivação de jovens estudantes do ensino médio, atravessadas por discursos heterogêneos de gênero e sexualidade, construídos nas tensões do contemporâneo.		
Objetivos específicos/ Perguntas orientadoras	Articular os conceitos de gênero, sexualidade e processos de subjetivação com as narrativas das jovens mulheres	Quais os modos pelos quais as categorias gênero e sexualidades se intercalam para a elaboração de entendimentos sobre ser mulher jovem?
	Problematizar questões relativas ao açãoamento das identidades de gênero e sexuais, em amarração com outros marcadores de desigualdade	Como são acionadas as identidades de gênero e sexual, articuladas a marcadores de desigualdades, para as elaborações de si de mulheres jovens?
Problema de Pesquisa:		
Como os discursos heterogêneos sobre gênero e sexualidade, imersos em tensões contemporâneas, reverberam no modo como jovens mulheres se narram?		

Fonte: Da autora (2024).

1.2 MULHERES JOVENS NO CONTEMPORÂNEO - UM CORPO EM DISPUTA

Diante do meu percurso pessoal e profissional apresentado anteriormente, e dos modos pelos quais cheguei ao meu problema de pesquisa inspirada em minhas próprias experiências, me detenho um pouco mais na delimitação do objeto de investigação. É importante nesse momento do texto tentar situar como se apresentam as mulheres jovens no tempo presente, sobre quais marcadores econômicos e sociais suas experiências têm sido definidas, e como seus corpos tem se posicionado em meio há um campo de disputas. Destaco que meu interesse em relação as mulheres jovens sempre tiveram como ponto de partida uma constatação pessoal de que as mesmas se inclinam cada vez mais a não conformação aos caminhos ditados, mas para que esse interesse pudesse se configurar em uma pesquisa, foi necessário antes atestar alguns elementos definidores do estado atual da juventude feminina.

“Mulheres da geração Z⁷ lideram a adesão a ideias progressistas no Brasil” é a chamada de um artigo publicado na Revista Veja, em março de 2024, que, traz os dados de uma pesquisa, que em concordância com outras pesquisas ao redor do mundo, vem apontando mulheres jovens como a última barreira ao triunfo da extrema direita em países democráticos. A afirmação é sustentada pelo estudo realizado pela Genial/Quaest, com 35.000 entrevistados com idades entre 18 e 60 anos. Os resultados apontam que, em termos ideológicos, em todas as gerações, homens e mulheres situam-se no espectro conservador, exceto a Geração Z (pessoas nascidas entre 1995 e 2008), na qual as ideias progressistas prevalecem e se consolidam, especialmente entre as mulheres. O artigo aponta o efeito de várias gerações alinhadas com transformações sociais e culturais, movidas pelo impulso das redes sociais, que são os fatores responsáveis por estes dados.

São jovens que nasceram num mundo onde mudanças relativas ao direito das mulheres já estavam em curso, pois suas mães e avós galgaram espaços nos campos públicos e somaram muitas conquistas. O direito ao voto, a liberdade sexual, o acesso ao mercado de trabalho, o questionamento quanto às desigualdades entre os gêneros foram conquistas das gerações anteriores que alcançaram as jovens mulheres de hoje. Apesar de, nos últimos anos, observarmos graduais avanços nos campos conservadores, que desembocam numa movimentação para conter as transformações comportamentais, os dados demonstram a consistência do reconhecimento das conquistas e das lutas de mulheres jovens.

⁷ Geração Z é o conjunto de pessoas nascidas a partir de 1995, são sujeitos com características próprias advidas em parte do fato de já terem nascido em um mundo digital com acesso a smartphones, redes sociais e conectividade constante.

Corroborando os resultados da pesquisa nacional descrita, artigo da *Financial Times*, publicado em 2024, fruto da análise de vários estudos realizados por pesquisadores de Stanford, em países do norte global, descreve o fosso ideológico que compõe a chamada geração Z. As análises apontam que tal geração, diferente das anteriores, não se aglomera concisamente em torno de um polo ideológico; ao contrário, há uma clara divisão entre os gêneros, em que as mulheres se encaminham cada vez mais para o polo progressista, enquanto os homens, para o campo conservador.

O cenário foi descrito a partir de amostras de pesquisas de opinião, em países de quase todos os continentes, onde a disparidade entre homens e mulheres é gritante, como nos Estados Unidos, Reino Unido e Alemanha. Em países orientais, os dados apresentaram tendências semelhantes; em alguns, como a Coreia do Sul, a disparidade é ainda mais acentuada.

O artigo destaca o papel do #Metoo⁸ como o principal motor para a exacerbação de valores díspares entre os jovens, com as mulheres se posicionando de forma aguerrida em torno de pautas feministas de combate ao assédio sexual, enquanto os homens, ao contrário, se aglutinam no campo conservador. Essa configuração antagônica em torno do assédio ampliou-se para outras matérias, em que as mulheres jovens são cada vez mais alinhadas ao campo liberal e progressista, nas questões de imigração e de desigualdades raciais.

Trago estes artigos no início deste subcapítulo, por entender que os dados apontados podem ser potentes para pensarmos sobre quem são as mulheres desta geração. Li os artigos quando estava às voltas com alguns textos de Nancy Fraser (2022), cujas ideias partem de uma crítica ao que a autora chama de neoliberalismo progressista, que, resumidamente, implica a aliança entre uma parte da elite capitalista americana e os liberais de movimentos sociais. A autora faz severas críticas ao feminismo liberal e sua incapacidade de aglutinar pautas econômicas às pautas de representação. Oskala (2016) robustece a crítica ao apontar que, por trás de uma suposta liberdade individual, alardeada pelos feminismos liberais, disfarçadas por um discurso de autonomia e de autointeresse, se escondem rebuscadas formas de condução e de sujeição de corpos femininos.

Observo que essas jovens nasceram imersas em redes sociais, onde os feminismos apresentam, muitas vezes, sua face liberal e circulam num mundo marcado por uma racionalidade neoliberal, na qual os discursos de mérito e liberdade pautam as novas

⁸ Movimento surgido em meados de 2017, que se efetivou por meio de redes sociais, onde, através da hashtag #metoo, encorjavam-se mulheres vítimas de assédio sexual a falarem sobre tais situações, denunciando as violências com base no gênero, que são comumente toleradas, especialmente, no espaço de trabalho.

subjetividades e mobilizam recursos para competirem o tempo inteiro por oportunidades econômicas. Nesse sentido, a constatação de um encaminhamento de seu pensamento para um campo político mais progressista, levanta algumas questões: como podemos entender essas identidades políticas de jovens mulheres, que estão voltadas não apenas aos seus direitos, mas de outras minorias sociais? Será que seriam vislumbres de outros modos de vida? Insubmissões? Contracondutas?

Contive um pouco meu entusiasmo diante de tais dados, para avaliar, aquilo que num primeiro olhar apressado sobre pesquisas estatísticas, pode se esconder. Não se pode supor uma unidade dos dois marcadores de identidade aqui apontados, o de mulheres e de jovens. Também não é prudente afirmar qualquer unidade quanto aos feminismos, pois as mulheres jovens são um grupo muito diverso no seu interior, assim como as feministas. Assim, restou-me o questionamento sobre o que há, nas subjetividades femininas que as dispõem, em sua maioria, a um maior acolhimento quanto a uma perspectiva política mais libertária.

Antes de me debruçar sobre tal apontamento, observo que embora o grupo que pesquise não se caracterize pela unicidade, alguns aspectos de suas características devem ser pontuados. O primeiro deles é saber de quem falo, ao mencionar mulheres jovens. Em termos formais, políticas públicas e legislações consideram a faixa etária como identificador do grupo. Para o estado brasileiro, mulheres jovens são as que têm entre 15 e 29 anos de idade, enquanto a OMS considera que a juventude é o período entre 15 e 24 anos. Nesta investigação, as jovens pesquisadas encontram-se em idade escolar, ou seja, têm até 18 anos de idade.

Assumo, neste trabalho, em termos conceituais e analíticos, a concepção de juventudes no plural (Abramo, 2005), por entender a pluralidade e a heterogeneidade que compõem a temática. Além disso, apontam-se considerações relativas às determinações históricas e culturais, pois, em distintos tempos históricos e em sociedades diversas, há modos diferentes de entender e de significar esta fase da vida, situada entre a infância e a vida adulta. Nas sociedades capitalistas ocidentais, as juventudes se caracterizam pela preparação para o ingresso no mundo do trabalho⁹. Só para exemplificar o caráter histórico do conceito, na década de 60, ideias de hedonismo, de individualismo, de rebeldia eram delegadas aos jovens. Convive-se com tais ideias até hoje. Como exemplo, cito a concepção de crise atribuída a essa faixa etária, segundo a qual os jovens estariam em plena fase de desenvolvimento de personalidade, que acarretaria conflitos, problemas de autoestima e dificuldades de

⁹ Destaca-se que, no Brasil e na periferia do capitalismo, as relações das juventudes com o mundo do trabalho se dão em outros termos, isto é, é comum a entrada no mundo do trabalho informal ou não pago muito precocemente; portanto, não há a característica de preparação para o mundo do trabalho.

autoaceitação (Dayrell, 2007; Abromavay *et al.*, 1999).

Essas concepções generalistas relativas às juventudes têm fortes marcações de campos científicos de estudo, entre as quais, as formulações desenvolvimentistas da psicologia, em que o termo adolescência é mais utilizado. A disciplina marca essa fase da vida, com base em características de desenvolvimento corporal, cognitivo e emocional. Na puberdade, os sujeitos, através do amadurecimento físico e psíquico, integrariam os entendimentos para a confirmação da sua identidade (Coimbra; Bocco; Nascimento, 2005). É importante demarcar o afastamento teórico que faço, destas percepções. Além disso, é preciso pontuar a convergência dos discursos médicos e biológicos relativos às juventudes, com as premissas da Modernidade de um sujeito universal, cujo desenvolvimento se dá de forma linear e progressiva.

E onde se situam as mulheres no conceito de Juventudes? Salta aos olhos, ao elaborar as definições acerca dos jovens, a invisibilidade das mulheres neste recorte geracional. Não causa estranheza perceber que as características atribuídas aos jovens são facilmente reconhecíveis como típicas da experiência masculina? A experimentação, a liberdade, a irresponsabilidade, a própria crise são experiências afastadas das atribuições impostas às meninas, desde muito precocemente.

Para tratar de tal apagamento e estabelecer os termos desta pesquisa com relação à identidade feminina, ou seja, quanto às definições de “ser mulher”, faço uma pequena digressão, com o intuito de esboçar o modo como falo sobre mulheres, a partir do conceito de gênero. Obviamente, ao longo da argumentação nesta tese, viso problematizar, pôr em movimento, tencionar tal categoria, intercalando-a sempre com as sexualidades e outros marcadores de desigualdades. Aqui, nesse momento, não pretendo esgotar o conceito, mas esclarecer como o elejo em termos analíticos a partir de Judith Butler (2016) e suas teorizações que surgem no campo dos estudos feministas e que olha para as mulheres pondo à prova os próprios sentidos de “identidade feminina”.

Trato aqui de examinar a relevância e a produtividade de assumir os gêneros e as sexualidades, a partir de suas complexidades, compreendendo-os em imbricada relação com marcadores como raça, etnia, local de nascimento, idade, e sendo assim definindo que categoriais universais, a exemplo da categoria mulher, servem apenas para “produzir o apagamento de todas as formas de vida que não alcançam o estatuto da universalidade” (Rodrigues, p. 35, 2022). Assumo aqui, o argumento desenvolvido durante a trajetória acadêmica da filósofa Judith Butler, de que o gênero deve ir além, servindo ao reconhecimento de um sistema amplo, que discrimina quais vidas são dignas e quais não são.

A minha investigação parte daí para compreender os modos de subjetivação das jovens mulheres caririenses, apresentadas nos capítulos adiante.

Me dedicarei um pouco mais ao conceito de Gênero, com o intuito de contornar os modos como o uso em sintonia com Butler (2016, 2019) ao longo desta tese. Mais adiante, caracterizo o movimento feminista, sua historicidade e principais marcadores políticos e teóricos. Por agora, basta pontuar que a partir da década de 1960, as feministas americanas cunharam o termo com o objetivo de marcar as distinções com base no sexo, com caráter estritamente social. Nesse sentido, segundo Scott, o conceito de gênero

(...) indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O gênero sublinhava também o aspecto relacional das definições normativas das feminilidades. Estavam mais preocupadas com o fato de que a produção dos estudos femininos centrava-se nas mulheres de forma muito estreita e isolada, utilizaram o termo “gênero” para introduzir uma noção relacional no novo vocabulário analítico (Scott, 2017, p. 3).

Desde o princípio, tomar tal conceito significou, para os estudos feministas, demarcar tanto o caráter relacional pelo qual os estudos sobre mulheres deveriam se guiar, como também definir uma mudança paradigmática nas pesquisas sobre mulheres, que partiria não só do acolhimento do tema “mulheres” nas diferentes disciplinas, mas, antes de tudo, serviria para responder à crítica a respeito dos trabalhos existentes e das formas de apagamento das mulheres (Scott, 2017).

A perspectiva de pensar o gênero de forma binária relacionando-o ao sexo, sendo a primeira da ordem do social e a segunda biológica, produziu severas críticas de autoras como Butler (2016), Nicholson (2000) e Rubin (1998). No livro *Problemas de Gênero*, obra incontornável de Judith Butler, publicada nos EUA em 1990, com tradução para o Brasil em 2003, a autora, a partir da discussão sobre a centralidade da identidade “mulher” nas lutas feministas, apresenta uma virada conceitual nos estudos de gênero.

Fugindo do binarismo, que define o gênero em oposição ao sexo, Butler (2016) lança mão de muitos aspectos da teoria foucaultiana e delimita a experiência de gênero entranhada nas relações de poder. A autora observa que, até aquele momento, as concepções antagônicas entre gênero/sexo, segundo as quais um conceito opera no campo cultural e outro no campo biológico, trariam outro problema de natureza conceitual e política. Ao definir o gênero a partir das engrenagens de determinado campo cultural, não estaríamos saindo de um determinismo biológico imposto pelo sexo, para passar para um determinismo cultural?

Por outro lado, quando nos referimos ao sexo como sendo de ordem natural ou biológica, não estaríamos reafirmando a essencialidade de um sujeito histórico? Ao recorrer a

tal imperativo, estamos supondo que um corpo feminino assim o é, por causa da sua anatomia e, necessariamente, essa anatomia produz as inscrições sociais que definirão as formas como ele se apresenta em dada cultura. Mas, afinal, existe qualquer corpo fora de um regime de verdade discursiva quanto ao gênero? Nesse sentido, Butler (2016) afirma:

Se o caráter imutável do sexo é incontestável, talvez o próprio constructo chamado sexo seja tão culturalmente construído quanto o gênero; talvez o sexo sempre tenha sido gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nula (Butler, 2016, p.27).

Contestar as definições naturalistas do sexo se conforma com muitas afirmativas de Foucault (2013), no sentido da impossibilidade de um sujeito em essência. Butler (2016) também constata a impossibilidade de supor um sujeito longe das produções linguísticas do seu tempo. Ao afirmar que o modo binário como os feminismos anunciam o gênero reforça um senso universalista do conceito de mulher, Butler (2016) lança um desafio teórico e político ao campo feminista, que vêm se desdobrando até os dias de hoje e com o qual me deparo nesta investigação.

Nesse sentido, qual o conceito de gênero com o qual analiso a fala de mulheres jovens? Nas palavras da própria autora, “o gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (Butler, 2016, p. 59). Nesse sentido, o gênero é construído na ação, se faz a partir de sofisticados mecanismos de atuação de um sujeito sobre si. Tal ação é situada em um lugar histórico, que dispõe de um conjunto de predefinições linguísticas sobre as quais o sujeito opera. Certamente, tal operação não ocorre de modo instantâneo ou natural.

Se o gênero é uma espécie de fazer, uma atividade incessante que performamos, parcialmente não-consistente e involuntária, isso não significa que é algo mecânico ou automático. Pelo contrário, trata-se de uma prática de improviso no interior de uma cena de constrangimento. Além disso, não “fazemos” gênero a sós. Estamos sempre “fazendo” com e para alguém. O que chamo de meu próprio gênero talvez apareça, em alguns momentos, como algo de minha autoria ou, de fato, meu. Mas os termos que fazem do gênero algo nosso estão, desde o início, fora de nós, além de nós em uma sociabilidade que não comporta uma autoria única (e que contesta radicalmente a noção mesma de autoria (Butler, 2022, p. 11).

Não há, portanto, uma identidade de gênero escondida nas expressões de gênero, sendo que o gênero não é algo em si, mas um efeito produzido por reiteradas performances (Rodrigues, 2005). Essa desnaturalização quanto ao gênero leva Butler (2016) a questionar

também os modos como se naturaliza o vínculo entre gênero e desejo. A matriz das normas de gênero instituída na sociedade pressupõe um ordenamento preciso entre corpo-sexo-gênero-desejo, instituindo assim uma heteronormatividade compulsória. Os corpos que não se alinham às normativas, tanto de gênero quanto de sexualidade, estariam à parte de uma rede de inteligibilidade, ou seja, são corpos não reconhecíveis, estão numa “ordem de vida não vivível”.

Então, a partir do apresentado, como operar em termos analíticos a partir desta ideia não fixada de sujeito? Como investigar a subjetividade de mulheres jovens sem considerar uma identidade de “mulher”? Afinal, qual é o lugar das mulheres, nas teorizações de Butler? Como pensar então sobre mulheres sem recorrer “a mulher”? Como fazer política sem tal identidade? Como organizar a luta feminista sem as mulheres? Como transformar a quebra do paradigma das identidades unitárias em luta política?

Utilizando-me da crítica de Butler (2016), que parte da desconstrução da ideia de mulher universal, que os feminismos supostamente representam, crítica já presente nos feminismos negros e decoloniais. Parto de uma compreensão sobre as mulheres jovens, entendendo que os gêneros não possuem coerência em sua construção, mas estariam sempre em intersecção com raça, classe, etnia, regionalidade e sexualidade. Nesse sentido, “se alguém é uma mulher, isso não é tudo que esse alguém é” (Butler, 2016, p. 21). Construir um entendimento com tais matizes implica afirmar um sujeito transbordante, que as identidades não conseguem capturar, o que traz algumas questões para os movimentos feministas e para minha própria investigação.

Além do olhar para além de identidades fixas, aqui pretendo alargar o campo dos gêneros para compreendê-lo a partir da interseccionalidade com outros tantos marcadores de desigualdade, suponho que a ação do sujeito sobre si, implicado em uma rede complexa de significações, tem atuado a partir de uma distribuição de desigualdades de modos díspares entre os corpos. O ser que se pretende sujeito, vêm sendo construído de modos seletivos, “não podemos fazer referência a esse ser fora das operações de poder” (Butler, 2015, p. 14), pois as normas que imperam nas sociedades têm definidas certas lógicas de reconhecimento, que de nenhum modo operam de forma igualitária. Alguns corpos são reconhecidos em um campo de inteligibilidade, outros não, há esquemas que operam continuamente produzindo corpos “abjetos”, que não são passíveis de integração, apartado dos sentidos do humano.

Observo que assim como se constituem sujeitos a partir de certas normas, tais normas também determinam o não-sujeito, a análise dessa lógica desigual de produção de sujeitos, que pretendo adentar, parte também de Butler, por meio de alguns conceitos que fazem uma

costura elaborada entre as questões de gênero e sexualidade e os termos do reconhecimento de uma vida como digna, os sentidos de uma vida passível de luto.

Nesse sentido, é importante observar o eixo comum entre mulheres jovens, que perpassa a interface entre gênero e sexualidades. Trata-se da ameaça de exclusão, sempre à espreita, devido à situação de vulnerabilidade social e econômica, bem como as diversas violências e discriminações a que essas jovens são cotidianamente submetidas. Pesquisar sobre mulheres jovens num país situado na periferia do capitalismo, numa região empobrecida, marcada por alarmantes números de desigualdade social, implica reconhecer as múltiplas conexões com outros determinantes de experiências. Mais adiante, ao caracterizar as jovens participantes, ficará mais clara a necessidade de ampliar o olhar sobre variados marcadores, além do gênero e da geração.

Seguindo, a partir de algumas pesquisas e indicadores, passo a descrever a realidade persistente de desigualdades, que abarca a vida de mulheres, especialmente, as mais jovens. As desigualdades entre os gêneros marcam a realidade de vários países ocidentais, sendo persistentes em todo o planeta. É importante observar o fenômeno, considerando as diferenças sociais e culturais entre os países e, dentro de um país como o Brasil, as peculiaridades de cada região. De todo modo, dados do relatório da Desigualdade Mundial (2022) dão conta de que a globalização vem acentuando o quadro de desigualdades de gênero, o que dificulta possibilidades de mudanças progressivas e lineares. De acordo com o ranking produzido pelo Fórum Econômico Mundial (2024), o Brasil se encontra na 70º posição no que se refere à equidade de gênero. O mesmo relatório, que já considera o impacto da pandemia de Covid 19, destaca que condições de igualdade no mundo somente serão possíveis em 132 anos.

No que se refere à Pandemia de Covid 19 e à consequente grave crise econômica e social, os efeitos foram severos entre as mulheres e as meninas. De acordo com dados do Relatório *Gender and Health Analysis Covid-19 in the Americas* (2022), produzido pela OPAS, as mulheres compunham quase 70% das equipes de saúde que estiveram na linha de frente do combate ao vírus. O isolamento social também trouxe consequências. Conforme revelado pelo mesmo relatório, durante esse período, uma em cada quatro adolescentes da América Latina e do Caribe não tiveram acesso a qualquer política de planejamento familiar, deixando-as mais expostas a gestações precoces e à evasão escolar.

Outro problema social advindo da desigualdade entre os gêneros e que, há algum tempo, produz maior comoção e mobilização social é a questão da violência contra as mulheres. Dados da OMS estimam que uma em cada três mulheres sofreram algum tipo de violência física e/ou sexual ao longo da vida. A mesma pesquisa também alerta para o fato de

que as condições de violência iniciam bem cedo na vida das mulheres nas Américas, tanto que uma em cada quatro jovens com 15 anos ou mais já terão sofrido violência do parceiro, em algum relacionamento (OPAS).

Esses dados são também corroborados por pesquisas nacionais. No Brasil, a pesquisa Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher — 2021, realizada pelo Instituto Data Senado com o Observatório da Mulher contra a Violência, revela que 27% das meninas e mulheres relatam terem sofrido algum tipo de agressão imposta por um homem. A Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) 2019 apresenta situações alarmantes de violência sexual entre jovens mulheres; uma em cada cinco adolescentes relatam terem sido alvos de toques não consentidos, entre outras violências, manifestas, muitas vezes, por namorados ou familiares.

A luta dos movimentos sociais se dá em campo público de debate, lócus sempre relegado aos homens. Nesse sentido, outros dados expõem a fragilidade dos avanços conquistados, como, por exemplo a participação de mulheres na política. Dados relativos à desigualdade de gênero e racial nesse ambiente demonstram o quanto ainda é preciso avançar para garantir a representatividade política de setores historicamente excluídos desses espaços públicos de tomada de decisões.

As eleições de 2022 registraram número recorde de mulheres (33,4%). Apesar de ser maioria numérica na população brasileira, esse grupo é sub-representado nas assembleias legislativas e em cargos executivos no país. Apesar dos avanços nas leis, como a das cotas partidárias, que buscam dirimir tais desigualdades, constata-se que os avanços ocorrem a passos lentos, o que nos faz compreender a exiguidade de leis e de políticas públicas voltadas para a garantia de direitos de tal população.

Dados apresentados no relatório Desigualdades de Raça e Gênero na Política, produzido pelo Instituto Alziras junto com a Oxfam Brasil, demonstram que, nas eleições de 2016 e 2020, as candidaturas de mulheres para o poder executivo municipal ainda representavam menos de 14% do total. Fazendo o recorte de raça, verifica-se que apenas 6% dos assentos nas câmaras municipais de vereadores são ocupados por mulheres negras.

No que se refere às desigualdades salariais, a situação também não é alentadora. Em reportagem veiculada em março de 2022, no portal de notícias G1, com base em levantamento feito pela consultoria IDados, a partir de dados do IBGE referentes à pesquisa Nacional por amostra de domicílios, identificou-se que, em 2021, as mulheres receberam em média 20% menos que os homens. O estudo já conta com uma avaliação de queda da renda média do trabalho no pós-pandemia, que afetou drasticamente o salário das mulheres. Ao comparar

mulheres com o mesmo nível de formação educacional, a mesma cor, a mesma idade e exercendo as mesmas funções, percebe-se que ainda persiste a mesma disparidade salarial, o que se configura como um problema estrutural da sociedade brasileira.

Ainda, nas questões de trabalho, outro ponto que merece destaque é o trabalho não remunerado, geralmente exercido por mulheres e meninas. De acordo com cálculos da Comissão Econômica para a América Latina e do Caribe (CEPAL), na região, o trabalho doméstico é exercido por mulheres, que ocupam 19,6% do seu tempo, enquanto os homens dedicam apenas 7,6 % do tempo às mesmas atividades. Tal disparidade e seus impactos é pauta de movimentos feministas contemporâneos, que chamam atenção da invisibilidade do trabalho reprodutivo, que se dá basicamente pela sua feminização.

Esse conjunto amplo de dados e estatísticas nos orienta no sentido de entender o quadro da realidade atual de mulheres e meninas, principalmente, nas sociedades ocidentais capitalistas. Apesar dos avanços quanto à condição das mulheres nas Américas, em específico, no Brasil, onde, desde a década de 90, se verifica um progresso considerável nas legislações de enfrentamento às violências de gênero, além de uma agenda positiva de garantia de direitos à população LGBT+, os dados socioeconômicos vêm se deteriorando e, em certa medida, alavancam o avanço de agendas conservadoras, pouco afeitas a tais mudanças. Se os dados das Américas e em específico do Brasil já se mostram alarmantes, as estatísticas referentes a regiões mais pobres do país como o Nordeste são ainda mais preocupantes.

Alguns dados do último censo realizado no Brasil, são bastante úteis para compreender as especificidades vividas por mulheres no nordeste do país. De acordo com boletim editado pelo ministério das cidades em 2025, elaborado a partir de dados do censo de 2022, as mulheres desta região são as mais vulneráveis do país. Não por coincidência, 71% das mulheres nordestinas se declaram negras, e com relação à população quilombola, são 664.833 mulheres, o que representa 49,9% da população quilombola do País.

Dados de 2024 do IBGE, que tratam da questão dos jovens que não estudam, nem trabalham, reforçam a questão levantada, apontando que a maioria destes jovens são mulheres, nordestinas, pretas ou pardas. A condição de não empregabilidade ou saída da escola se devem, muitas vezes, à falta de oportunidades e, no caso das mulheres jovens, a questão dos estereótipos de gênero é central neste retrato. Essas jovens, por serem mulheres, muitas vezes, são responsáveis pelo trabalho de cuidado na família, e se esquivam dos espaços educacionais e laborais, porque, muito precocemente, são obrigadas a assumirem este papel.

No Cariri Cearense, a realidade das mulheres nordestinas jovens é replicada, em sua maioria negras e pobres, elas enfrentam os mesmos problemas e dificuldades, sendo muitas vezes vulnerabilizadas em sua existência, veem cerceadas suas possibilidades de inclusão, e por vezes não conseguem romper o ciclo de pobreza que vem de suas mães e avós. A expectativa de uma educação transformadora e capaz de impactar nas desigualdades não é de fato vivida por essas jovens, que muitas vezes se veem impedidas de prosseguir nos estudos, ou mesmo de inserir-se em profissões mais bem remuneradas.

Fica mais claro, diante de tais dados, a necessidade de se entender os impactos de variados marcadores de desigualdade relacionados à experiência dessas jovens. O racismo, o sexism e a pobreza se interrelacionam na produção de opressões diversas que vão definindo as formas de ação dessas jovens sobre si na construção de suas subjetividades.

Os vários dilemas e empecilhos ao pleno desenvolvimento que afetam as juventudes e as mulheres em todo o globo, são sentidos no Cariri a partir das especificidades econômicas e regionais, de um lugar onde as políticas públicas quando se efetivam o fazem tardeamente, os efeitos da colonialidade, não apenas como lógica econômica exploratória, mas como sistema racista e sexista de dominação dos povos, se faz sentir com bastante força. Em momentos de tensão como os do presente, se verifica um acirramento, que empurra as populações mais vulneráveis, como a de mulheres, de volta a um campo de ininteligibilidade, expondo-as a violências diversas. As especificidades do Cariri e sua caracterização serão traçadas no capítulo quatro, junto a apresentação das jovens entrevistadas, optei por este arranjo, para demonstrar a intrincada relação entre as jovens e o espaço onde vivem.

Sustentada pelo pensamento de Preciado (2023), argumento que vivemos um período de transformações, “uma falha entre dois regimes epistemológicos”, num contexto político negacionista que atrelado a agendas neoliberais robustas, deram a tônica para uma disputa acirrada em torno dos gêneros e das sexualidades. Sendo assim, ao mesmo tempo que se recrudescem o controle sobre os corpos e as guerras continuadas, em um capitalismo cada vez mais cibernetico, formas de dominação do regime colonial, racista e patriarcal vêm desmoronando e produzindo formas de resistência novas, como os feminismos da nova geração.

Na década de 70, o contexto da ditadura militar ascendeu no Brasil um movimento feminista forte, cujas práticas construíram mulheres ativistas engajadas, ética e politicamente, que buscavam consolidar novas experiências de ser mulher. Nesse sentido, questiono quais experiências de si se produzem nesse contexto recente de ressurgimento de lutas feministas? A partir da configuração de novas pautas, de acirradas políticas neoliberais, de contextos de

tensões e de desigualdades persistentes, como essas jovens mulheres se percebem e se narram, costurando suas histórias pessoais aos embates políticos próprios de um tempo. Ressalto que, neste trabalho, problematizo, como o ético e o político, se entrelaçam nos últimos anos e subjetivam jovens brasileiras, pautando modos outros de viver suas subjetividades.

Neste subcapítulo, apresentei os sujeitos desta investigação, contornando suas experiências por meio do conceito do gênero com o qual pretendo operar. Atentei-me a aspectos filosóficos e materiais, com o intuito de situar a experiência destas jovens mulheres. Depois de consolidadas as questões e objetivos desta empreitada, além de elecандos os principais elemento do problema de pesquisa, avanço para o segundo momento investigativo, que foi me debruçar nos bancos de Teses e Dissertações com o intuito de mapear os estudos já escritos dentro do tema por mim escolhido. No próximo capítulo apresento os principais resultados deste movimento para consubstânciar os achados de minha própria investigação.



2

**REVISÃO DA
LITERATURA:
o que se fala sobre
mulheres jovens**

2 REVISÃO DA LITERATURA: O QUE SE FALA SOBRE MULHERES JOVENS

O capítulo de revisão da literatura foi organizado com certa dificuldade; houve idas e vindas quanto aos temas da pesquisa, à escolha do enquadramento dos sujeitos e aos conceitos com os quais operar. As discussões nas disciplinas e os debates no grupo do GEPI e da RIIATE me levaram a explorar autores, teorizações e perspectivas sobre as quais nunca havia me debruçado, fato que me conduziu repetidas vezes aos bancos de teses e dissertações. Pretendo apresentar esse percurso, trazendo os principais elementos que compõem as pesquisas sobre jovens mulheres, gênero, sexualidade e processos de subjetivação, nos trabalhos de pós-graduação disponíveis para acesso nos bancos selecionados. Minha intenção é partir da exploração mais ampla da temática, até me deter nos estudos conduzidos pela lente pós-estruturalista, que considerem as construções e os movimentos teórico-metodológicos com os quais conduzi minha investigação.

Ainda nos primeiros anos do doutorado, fiz um movimento inicial investigativo, que hoje entendo como necessário e frutífero para a construção da minha proposta, pois, a partir da definição dos sujeitos da pesquisa, fiz um levantamento dos estudos sobre jovens mulheres, em interface com as questões de gênero e sexualidade. Defino tal movimento como ampliado, pois não me limito aos textos no campo educacional ou na perspectiva pós-estruturalista. Vou, curiosamente, observando os temas, os métodos, e os discursos mais recorrentes no campo da pesquisa científica, quando se trata de investigações sobre mulheres jovens, seu gênero e sua sexualidade.

Esta empreitada é apresentada no primeiro tópico deste capítulo, com a organização por temas, dos trabalhos selecionados, construindo um esboço mais generalista das visões, percepções, interpretações e capturas dos estudos acadêmicos, no que tange às experiências de mulheres jovens.

O segundo subcapítulo nasce coordenado com meu caminhar acadêmico, quando, absorta nos estudos foucaultianos, me deparo com o conceito de subjetivação, com as problemáticas do sujeito em Foucault e do sujeito dos feminismos em Judith Butler. Neste momento, busco investigar as mulheres jovens, a partir dos saberes e poderes que investem nesse corpo, no contemporâneo. Paralelamente, reparo na ação destas jovens sobre si mesmas, integrando os enunciados circulantes dos neoconservadores e dos movimentos feministas ascendentes e pulsantes. Inspiro neste tópico, as pesquisas cujos fazeres metodológicos convergem, em alguma medida, com o caminho, que, já neste momento, havia definido para minha própria investigação.

Este segundo subcapítulo delineia-se a partir de dois tópicos: o primeiro, mulheres e subjetivação, e o segundo, mulheres e demarcadores do presente. Foi preciso definir estes dois tópicos, devido à dificuldade de aglutinar os marcadores definidos. A primeira dificuldade se refere a encontrar pesquisas que abordassem os processos de subjetivação com o recorte geracional definido, o que me impôs outro movimento. Com vistas a apreender as discussões, ampliei a pesquisa, elencando algumas que mesclavam participantes mulheres jovens e adultas. Nesta operação, além de identificar a escassez de produções acadêmicas que tratam de mulheres neste recorte etário, a partir de seus processos de subjetivação, pude reconhecer muitas temáticas que evidenciavam o estado diversificado e plural com que as pesquisas sobre mulheres têm sido desenvolvidas.

A segunda dificuldade passa necessariamente pela pluralidade quanto às definições de todos os acontecimentos vivenciados no contemporâneo e pelos embates em torno de gênero e sexualidade. Entendo que as conceitualizações quanto ao tempo em que estamos imersos é, por vezes, desafiador, mas, de todo modo, estabeleci alguns descritores que podem abarcar, mesmo que de modo pouco preciso, esse momento, com todos os seus paradoxos e contradições.

Por fim, a seleção dos materiais também se centrou em trabalhos cujas metodologias primassem por ouvir as mulheres, em entrevistas, narrativas, história oral, grupos focais. Tal escolha se deve ao entendimento, sempre discutido nas minhas orientações de pesquisa, de ser imprescindível a fala de mulheres em primeira pessoa, quando se intenta captar processos de subjetivação.

2.1 GÊNEROS SEXUALIDADES E MULHERES JOVENS - CONSTRUINDO DISCURSOS

Os estudos das mulheres ou “*Women Studies*” ganharam força, a partir da década de 70, no mundo anglo-saxão, como parte fundante da segunda onda¹⁰ do feminismo, quando, nas disciplinas acadêmicas, as mulheres começam a se estabelecer, não apenas enquanto pesquisadoras, mas também como objeto de investigação. Tais estudos ganham forma a partir de variados campos de conhecimento das ciências humanas, marcados pela interdisciplinaridade (Soihet; Costa, 2008).

¹⁰ O conceito de "ondas do feminismo" traz uma tentativa de periodização dos movimentos e ideias de feministas ao longo do século XX. Embora facilite a compreensão da trajetória do movimento, também tende a simplificar sua diversidade interna, agrupando lutas distintas em fases definidas por características e objetivos generalizados. Me debruço sobre tal fato no próximo capítulo.

No Brasil, ainda em 1967 temos a Tese de Heleith Saffioti – A mulher na sociedade de classes, mito ou realidade, um marco no campo dos estudos feministas no país. A partir de então houve um esforço de pesquisadoras para demonstrar a relevância de trazer a temática das mulheres para os trabalhos acadêmicos, reconhecendo sua importância social e histórica. Tal ascensão se deu apesar de fortes questionamentos de muitos de seus pares, que apontavam a indistinção de pesquisadoras feministas quanto às suas pesquisas e sua militância política. Apesar de tais questionamentos, houve um esforço acadêmico para tornar legítima a investigação que tem como objeto a mulher. Projeto robustecido pela entrada no campo acadêmico e ativista do conceito de gênero (Costa; Barroso; Sarti, 1985).

Em artigo, fruto de pesquisa de doutorado, com amplo levantamento de estudos feministas, de mulheres e de gênero produzidos no Brasil entre 1971 e 2019, Hoppen e Junqueira (2023) apontam um crescimento vigoroso de tais investigações, desde a década de 1970 até a contemporaneidade. Utilizando análise cientométrica de artigos científicos publicados em revistas coletadas a partir do banco de dados 1Findr, foram analisadas 31.609 publicações. As análises são separadas por décadas, nas quais também se observa o próprio movimento feminista, seus contornos e sua inserção em espaços institucionais. A seguir, trago alguns apontamentos referentes aos achados deste artigo, que traz um panorama importante de tais estudos, que serão úteis para a ampliação dos apontamentos que trago neste capítulo.

Na década de 1970, mais especificamente em 1975, quando a ONU declara o início da década das mulheres, já se observa a efervescência política da segunda onda do feminismo e a entrada de suas pautas nos campos institucionais. Nos estudos desse período, prevalecem os do campo da saúde e da biologia (Hoppen; Junqueira, 2023).

A pauta saúde, direitos reprodutivos e planejamento familiar continuam sendo tema dos artigos nos anos de 1980, mas um apontamento feito pelas autoras do artigo e que merece ser mencionado aqui, é que já na década de 80, em forte referência ao trabalho pioneiro de Lélia Gonzalez (2020), houve um florescimento expressivo do feminismo negro no Brasil, a partir de nomes como Suely Carneiro (2011) e Beatriz Nascimento (2021), o que não se refletiu nos achados do artigo. Segundo as próprias autoras essa ausência fala alto, e diz muitas vezes, de um apagamento acadêmico e desinvenstimentos nas publicações de teóricas negras feministas, que felizmente tem sido reparado na atualidade, por meio de ampla divulgação de suas obras.

Dando continuidade aos achados do artigo, já na década de 1990, consolida-se os estudos feministas, de mulheres e de gênero no Brasil, e a terminologia “estudos de gênero”

passa a ser bastante utilizada, havendo uma forte inserção nas ciências humanas e sociais, onde se estabelece definitivamente como campo de pesquisa acadêmica. Não perdem a relevância termos das ciências da saúde relacionados à maternidade, acrescidos dos temas HIV/AIDS, devido à pressão de grupos LGBTs, que insistem em visibilizar a problemática da epidemia de AIDS nessa comunidade. Também se consolidam os estudos com a temática das violências.

Outras expressões são destacadas nesta década: “aborto induzido, prostituição, empoderamento, historiografia, gravidez na adolescência, psicanálise, ética, subjetividade, estupro, diferença entre sexos, poder, práxis e teoria feminista” (Hoppen; Junqueira, p. 20. 2023). Destaco aqui a temática do poder e da subjetividade, provavelmente, como reflexo da entrada das teorias pós-estruturalistas nos feminismos e na produção científica nacional.

Nos anos 2000, Hoppen e Junqueira (2023) ressaltam o forte crescimento da quantidade de artigos que abordam temáticas feministas, mulheres e gênero, também associadas aos avanços no campo do desenvolvimento de políticas públicas institucionais. As autoras atestam que as áreas de saúde pública e enfermagem voltam a ser as principais áreas de publicação, sendo centrais as questões das diversidades, além do surgimento, nas pesquisas, de palavras relativas ao movimento *queer*, conteúdos voltados às sexualidades desviantes e suas experiências de violência, além da integração de outros componentes como raça e geração. A questão da geração é realçada nesse período, apesar de que, as mulheres jovens sempre tiveram dificuldades para se inserirem no movimento feminista e serem ouvidas nas especificidades de suas pautas.

Os fatores referentes às diversidades e à diferença se acentuam ainda mais nos anos 2010. Hoppen e Junqueira (2023) ratificam o fato de as produções científicas estarem voltadas às pluralidades, inclusive, dos próprios feminismos. Apesar das problemáticas observadas quanto à reiteração de padrões excludentes de produções científicas, as pesquisadoras ressaltam que se observa uma tendência de mudanças teóricas e epistemológicas no campo científico, durante todo o período estudado, o que evidencia valiosas transformações. Apesar de tantos elementos contraditórios, os estudos feministas, de mulheres e de gênero se consolidam no Brasil, mesmo num cenário de fortalecimento do conservadorismo.

Os achados relativos à produção de Hoppen e Junqueira (2023) são relevantes para traçar um panorama da área de estudos feministas de mulheres e gênero no Brasil, bem como, os dados encontrados no levantamento apresentado se coordenam com a presente pesquisa. Reconhecidos os movimentos temáticos mais amplos desta área de estudo, detenho-me agora às pesquisas que trazem a juventude como marcador. Afinal, as experiências das mulheres

também estão imbuídas de construções dependentes da geração em que se encontram. Assim, neste subcapítulo, apresento apenas as pesquisas que tratam de mulheres jovens, em termos etários e filosóficos já mencionados.

Parto de dois bancos de dados que disponibilizam os principais resultados de teses e dissertações produzidas nos programas de pós-graduação no Brasil: o Banco de Teses da CAPES e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Fixei como filtro apenas as publicações do período de 2011 até 2024, pois minha investigação se centra num período histórico muito específico, ou seja, a ebulação das discussões relativas às temáticas de gênero e sexualidade no Brasil.

Após a primeira análise, com base nos critérios de exclusão estabelecidos, excluí os trabalhos cujos textos completos não estavam disponíveis, aqueles que traziam jovens homens como sujeitos das pesquisas e aqueles em que o recorte etário além de se estender a mulheres adultas, ainda as tinha como maioria. Assim, selecionei 43 trabalhos, entre teses e dissertações, contabilizando os que se repetiam em ambas as bases apenas uma vez, e categorizei-os a partir das temáticas principais, para capturar as lentes a partir das quais os estudos acadêmicos têm pautado a experiência das mulheres jovens, em sua interface com as questões de gênero e sexualidade.

Segundo a tendência dos estudos feministas de mulheres e de gênero apresentados na pesquisa de Hoppen e Junqueira (2023), no recorte relativo à juventude, repete-se a prevalência de estudos voltados à saúde sexual e reprodutiva e, no caso de mulheres jovens, o foco também é a gravidez na adolescência.

No Quadro 2, apresento as categorias criadas para organizar o conteúdo encontrado nas plataformas; na sequência, faço uma revisão das principais observações e problematizações apresentadas nas teses e dissertações selecionadas. Os trabalhos utilizam metodologias de pesquisa variadas. Quanto à área de conhecimento, muitos trabalhos se concentram no campo da saúde pública; contudo, recorrências relevantes também são encontradas em trabalhos nos campos da antropologia, da psicologia e da educação.

Quadro 2 - Categorias temáticas dos trabalhos acadêmicos

Temas	Tipo/Quantidade
Mulheres jovens, sexualidade, relações afetivo sexuais e identidade	Teses (04) Dissertações (07)
Mulheres jovens, saúde, direitos reprodutivos e maternidade	Teses (02) Dissertações (14)

Mulheres jovens escolarização e/ou educação	Teses (01) Dissertações (05)
Mulheres jovens, feminismos, movimentos sociais e expressões culturais	Teses (01) Dissertações (05)
Mulheres jovens, violências, vulnerabilidades socioeconômicas	Dissertações (04)
Total	43

Fonte: Da autora (2024).

No primeiro bloco temático, apresento os trabalhos que tratam de questões relacionadas às subjetividades de mulheres jovens e de suas práticas sexuais e afetivas. As investigações lançam um olhar sobre as transformações nos espaços relacionais, observando como os estereótipos de gênero empurram as experiências afetivas e sexuais para lugares distintos e binários, a partir de uma perspectiva heteronormativa.

Pereira (2019), em sua Tese de doutoramento, discute como o gênero, a sexualidade e a raça vão se engendrando na construção da subjetividade de mulheres negras, através de suas experiências afetivo-sexuais. A Tese é desenvolvida a partir de uma perspectiva interseccional, utilizando uma abordagem multidimensional. A pesquisadora entrevista 14 mulheres que se autodeclararam negras, além de coletar dados por meio de *survey* e de relatos pessoais de colaboradoras, intercalados com suas próprias experiências, que se integram ao conteúdo principal, para compor e aprofundar a análise do fenômeno social investigado. Também compõem o material, observações diretas em espaços sociais como festas e espaços virtuais.

A análise do material coletado é realizada a partir das diretrizes da análise do discurso, orientada pela interseccionalidade, disposta especialmente entre as categorias de gênero e raça. A autora elenca como ferramentas teórico-conceituais relacionadas aos aspectos afetivo-sexuais: a estética, a sexualidade e a moralidade sexual. Acrescenta narrativas envolvendo a “democracia racial” e “narrativas antirracistas”, como instrumentos produtores de sentido e de valoração, que circulam e atravessam a construção da sociedade contemporânea brasileira (Pereira, 2019).

Em suas problematizações, Pereira (2019) demonstra como os discursos antirracistas prescrevem outros modos de agir e de imaginar relações afetivo-sexuais, apontando para uma lógica que dota o corpo de mulheres negras de inteligibilidade distinta da apregoada anteriormente, vinculada à hipersexualização e à objetificação de seus corpos. Apesar disso, são narradas vivências na família que reiteram a beleza feminina, a partir de fatores racializados, e o cerceamento e o controle de comportamentos sexuais, cujos efeitos são centrais na construção de suas identidades raciais e de gênero.

A pesquisadora aponta como os desconfortos relativos à aparência física dessas mulheres se conectam às características da negritude, simbolizadas pelo incômodo com relação ao cabelo. A moralidade sexual tradicional restringiu e enquadrou suas subjetividades, tanto para fugir dos estereótipos de lascividade, quanto para afirmar-se nas mesmas marcações, para escapar das rejeições.

A pesquisa apresenta um conjunto de problematizações bastante profundas, que trazem um retrato das reconfigurações da sociedade brasileira, tão marcada pelas questões raciais. Alguns elementos já descritos em outras pesquisas foram reforçados, entre eles, os preceitos da solidão da mulher negra. A opressão que abrange essa parcela da sociedade condiciona fortemente suas experiências intersubjetivas e intrassubjetivas.

Por fim, a pesquisa aponta que há uma pluralidade pujante nas subjetividades de mulheres, sendo diversas as singularidades dos sujeitos. Mesmo compartilhando experiências comuns ditadas por marcadores de identidade como raça e gênero, seus modos de responder e significar a si se apresentam de forma bastante singular.

Outro trabalho selecionado com foco em mulheres negras, cujas análises se assemelham às de Pereira (2019), é a pesquisa de mestrado de Castro (2011). A investigação objetivou analisar os discursos de jovens mulheres negras feministas sobre sexualidade. Castro (2011), que realizou um trabalho de campo no I Encontro Nacional de Negras Jovens Feministas, analisou as entrevistas realizadas com nove participantes do evento. Por meio de seus discursos, as jovens observaram como suas experiências afetivo-sexuais são atravessadas por marcadores de gênero, de classe e de raça. A autora, assim como Pereira (2019), destaca que o ativismo foi importante, não só para o reconhecimento e a valorização de si, mas também para a produção de maior autonomia na vivência dos seus afetos. Apesar do reconhecimento da força dos estereótipos em suas experiências, as entrevistas revelam uma visão positiva de si, muitas vezes, vindas dos espaços de representação e de atuação política.

Nas pesquisas em que as participantes são jovens estudantes, Meireles (2011), analisando experiências afetivo-sexuais de jovens mulheres em idade escolar, entre 13 e 16 anos, observa nas suas relações, a reprodução de comportamentos e discursos legitimados socialmente. Os discursos proferidos pelas jovens coadunam com os discursos normatizadores professados por instituições como a escola, a igreja e a família. Por outro lado, Meireles (2011) pontua as contradições que sobressaem e, por vezes, revelam descontinuidades e transgressões. De todo modo, a fala das jovens revela aspirações vinculadas ao amor romântico e ao desejo de encontrar a pessoa certa, casar e ter filhos. Achados similares estão presentes na Tese de Bello (2014), também com participantes jovens mulheres estudantes de uma escola da

periferia de Porto Alegre, com idades entre 12 e 16 anos. A autora investiga os encadeamentos estabelecidos entre comportamentos violentos, feminilidades e amor em relações afetivo-sexuais deste grupo. Através da técnica de grupo focal, Bello (2014), por meio da fala das jovens mulheres, constata como o amor romântico ainda é marcante na fala das meninas; porém, já enxerga uma “hibridização” com outras formas de socialização afetivo-amorosas.

Esses paradoxos são observados em quase todas as pesquisas que se detêm na análise de relações afetivo-sexuais e na produção de subjetividades. Blanchart (2022); Campos (2022) e Almeida (2022), cujas investigações apresento detalhadamente mais adiante, já constataram os mais variados elementos contraditórios no seu recorte de mulheres jovens, mulheres urbanas de classe média, negras e lésbicas e expõem o modo não linear e descontínuo da inscrição e produção de feminilidades, e experiências de si.

Esse elemento contraditório também é apresentado na dissertação de Machado (2016), que, a partir de entrevistas realizadas com quatro jovens transexuais entre 18 e 22 anos, analisa como as relações afetivo-sexuais e amorosas impactam a construção da identidade de gênero. Também, nesse grupo de mulheres, o estudo observa a busca por relacionamentos marcadamente generificados por algumas das entrevistadas, enquanto outras, repelem de forma veemente normativas de gênero, estas últimas encontram-se implicadas em movimentos LGBTs. O desejo de normalidade é representado pela categoria “passabilidade”, quando elas identificam que foram bem-sucedidas no processo de feminização, estando agora inscritas no conjunto de regras que lhes possibilita viver relacionamentos afetivos estáveis e legítimos (Machado, 2016).

Em relação aos novos arranjos contemporâneos vinculados à vivência da sexualidade e à assunção de identidades, Domingues (2021), em sua dissertação a partir de uma perspectiva psicanalítica, analisa as transformações culturais relativas à escolha de objeto não binário de desejo entre mulheres adolescentes. Com poucos estudos na área, partindo de observações clínicas, a pesquisa destaca a crescente noção fluida de gênero e a identificação de mulheres jovens com tal conceito. O autor levanta apontamentos quanto às pressões socioculturais na produção de certas identidades sexuais e, a partir de estudo de caso, investiga as produções de subjetividades entre as jovens.

Apesar de não dispor de literatura consistente que ateste o processo observado pelo autor, compartilho uma experiência similar na realização do trabalho de campo das entrevistas, especialmente, quando as estudantes são questionadas a respeito de suas identidades sexuais, elas por vezes se esquivam da tarefa de se identificar com alguma identidade como veremos

adiante. Longe de determinar causa, problematizo tais questões, a partir do entendimento de que as experiências de gênero e sexualidade estão em processo de transformação, e que a não definição por meio de uma identidade sexual fixa, ou a definição fora dos parâmetros heteronormativos tem se tornado frequente.

Ainda, no campo da sexualidade, encontrei uma única pesquisa com universitárias na cidade de Recife-PE. Monteiro (2019) trata dos elementos do prazer sexual em relações afetivo-sexuais, constatando descontinuidades entre os prazeres sexuais e o amor romântico. A pesquisa aponta que, no percurso das experiências sexuais, o prazer sexual era significado a partir de aspectos como “liberdade, respeito e afinidade”, o que demonstra uma reconfiguração dos discursos em torno do sexo e do prazer.

É importante fazer uma observação quanto a alguns elementos comuns nas investigações selecionadas. Mesmo que não utilizem o conceito de subjetivação, as pesquisas sinalizam que os operadores afetivo-sexuais são definidores dos processos de construção de ser mulher, neste recorte geracional. As relações amorosas e a moral sexual são dispositivos comuns que operam junto ao corpo feminino, engendrando feminilidades normativas.

Passo agora para as análises das investigações com temáticas da saúde sexual e reprodutiva de jovens mulheres. Apesar de tratar-se de matéria da saúde, grande parte do material selecionado é fruto de investigações em programas de pesquisa da área de ciências humanas, delineando sempre contornos transdisciplinares quanto aos estudos de gênero e sexualidade. Examinando as produções, percebe-se como os discursos médicos vão assimilando o campo dos estudos de gênero e modulando muitas de suas questões. Enquanto tópico, destacam-se os estudos sobre gravidez na adolescência, abordada a partir de metodologias variadas. O conteúdo é identificado como um problema social a ser resolvido por meio de políticas públicas, especialmente, políticas educacionais. As análises, mesmo as que se apresentam por meio de trabalhos teórico-metodológicos marcadamente do campo da saúde, problematizam as desigualdades de gênero como elemento definidor.

Souza (2012) e Acioly (2013) realizam estudos antropológicos nos quais observam as ingerências de mudanças socioeconômicas nas significações de experiências de gestação de mulheres jovens. Já Carvalho (2023) observa, a partir de um estudo interseccional na Região Nordeste, os componentes de classe, raça e gênero, nas repercussões de uma gestação precoce na vida de adolescentes. As investigações pontuam a importância de políticas públicas voltadas a esta população, reconhecida como vulnerável e desassistida.

Trazendo ponderações similares em estudo na área de saúde pública, Aguiar (2021) observa a necessidade de políticas públicas direcionadas a essas jovens, que considerem e

combatam as desigualdades de gênero. Por meio de estudo longitudinal, verifica que há relações entre características da estrutura familiar e gravidez na adolescência. Os dados analisados atestam como as assimetrias de gênero são determinantes nas vivências da sexualidade nas juventudes. Outro ponto destacado refere-se ao histórico de violência familiar entre as jovens e a prevalência de gravidez na adolescência. Também na área de saúde pública, Ferreira (2016) realizou um estudo com jovens de classes populares da cidade do Rio de Janeiro, que, apesar de utilizar uma metodologia distinta para analisar as trajetórias de vida, apresenta dados que corroboram a pesquisa de Aguiar (2021).

Arcoverde (2013), em estudo na área da psicologia social, compara as experiências de gravidez na adolescência vivenciadas em contexto urbano e rural. Atesta que, apesar das diferenças, especialmente quanto à vivência da sexualidade nos dois contextos apresentados, havendo mais liberdade de circulação no meio urbano do que no rural, quando se trata de controle dos corpos e da apreensão de direitos reprodutivos, as desigualdades de gênero e o estereótipo do feminino compreendem ambas as experiências.

No que tange à gravidez na adolescência e aos processos de escolarização de mulheres jovens, Padilha (2011), em estudo no campo da enfermagem sobre representações sociais de jovens mães com relação à gravidez e à evasão escolar, avalia que a evasão ocorre num contexto de desigualdades entre os gêneros, legitimada por discursos institucionais que atribuem às mulheres a responsabilidade pela criança. Ogido (2011), em pesquisa de doutorado, aponta que essas jovens, muitas vezes, não abandonam os projetos escolares e profissionais, mas se fazem necessárias uma readequação e uma rede de apoio, devido à inexistência de políticas públicas voltadas à área do cuidado, como creches. Nas narrativas das jovens apresentadas a seguir, atesto tais dados, por meio de duas entrevistadas que se tornaram mães enquanto cursavam o ensino médio.

A questão da desigualdade de gênero, marcada em todas as pesquisas, ganha tons mais dramáticos quando se observam os demais determinantes de desigualdades entre as próprias jovens. De acordo com a cartilha¹¹ - Sem deixar ninguém para trás: Gravidez, Maternidade e Violência Sexual na Adolescência 2023, publicação do Projeto Desigualdades e Gravidez na Adolescência, a maioria das meninas que tem filhos entre 10 e 19 anos são negras e indígenas, com o número mais elevado de mães precoces concentrado nas regiões Norte e Nordeste. Tal dado requer que os atores pesquisem a realidade e que os responsáveis por políticas públicas se voltem para soluções que reconheçam as desigualdades dentro da própria categoria de

¹¹ Endereço eletrônico da cartilha: <https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/cartilha-unfpa-digital.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

mulheres jovens. Qualquer política que se supõe séria deve compreender as dinâmicas que vulnerabilizam de modo desigual, a classe de mulheres jovens, pobres, negras ou indígenas.

Alguns trabalhos focam as análises na saúde sexual e reprodutiva de jovens mulheres, para além da gravidez precoce. Xavier (2011) explora os métodos de prevenção e de proteção de mulheres de classes populares com seus parceiros em práticas sexuais. Aponta como as relações desiguais de gênero estão presentes no entendimento da responsabilidade das jovens quanto à prática de sexo seguro, que não implique em gravidez indesejada ou ISTs. Em consonância com tal análise, Anjos (2018) explora os comportamentos sexuais de risco de jovens entre 15 e 24 anos, de cidades do estado de Goiás. Os resultados encontrados apontam a inconsistência quanto ao uso de preservativo, sendo a negativa do parceiro, um dos principais responsáveis pelo não uso, o que aponta a necessidade de uma abordagem educacional que considere sempre a dupla moral e as desigualdades entre os gêneros.

Dentro da mesma temática, ainda encontrei estudos como o de Rodrigues (2020), que trata do uso de anticoncepcionais por mulheres jovens de classe média e suas controvérsias; o de Silva (2019), que investiga a correlação entre autoestima e saúde sexual e reprodutiva, a partir de um recorte racial; e o de Rodrigues (2011), que trata da temática entre mulheres lésbicas e bissexuais.

Duas dissertações e uma tese contaram com mulheres jovens com HIV, como participantes. Silva (2017), a partir de um estudo quantitativo, compara as trajetórias afetivo-sexuais e reprodutivas de mulheres, que vivem com e sem HIV. Pessoa (2018), que desenvolve sua dissertação a partir de uma perspectiva social, avalia, por meio da fala de jovens mulheres negras grávidas com HIV, os determinantes de classe, raça, gênero e sexualidade, que influenciam no processo de saúde/doença delas. Com uma abordagem socioantropológica, Sciarotta (2021) busca, em sua investigação, compreender como jovens mulheres com HIV significam a reprodução e quais os impactos dessa significação para o campo da saúde. Em concordância com pesquisas já citadas, a autora pontua as determinações das desigualdades para a falta de acesso destas jovens ao conhecimento sobre seus direitos sexuais e reprodutivos. A pesquisadora argumenta que é importante que qualquer política de intervenção se balize na construção de uma autonomia sexual entre as juventudes.

Pontuo aqui que certos fenômenos como a gravidez precoce ou não planejada e os comportamentos sexuais de risco são assim definidos quando incidem em populações jovens. Tais determinações carregam aspectos de vigilância e controle que poderiam ser discutidos a partir de uma perspectiva que problematiza a construção histórica de tais discursos, situando o modo como tais enunciados produzem verdades sobre as juventudes e suas sexualidades

(Altmann, 2007). Aponto como exemplo o fato de os discursos sobre prevenção de gravidez na adolescência serem hoje menos voltados a questões médicas e mais implicados em fatores socioeconômicos. Não engravidar em idade precoce implica seguir o roteiro estabelecido socialmente, isto é, o “projeto de vida” que hoje se vincula essencialmente à permanência na escola para a inserção na vida produtiva (Medeiros; Miranda, 2021).

É importante salientar que tanto a gravidez na adolescência como certos comportamentos sexuais são entendidos como problemas sociais. Nesse sentido, a produção acadêmica produz saberes e verdades que conduzem práticas pessoais e institucionais, sendo a educação sempre apontada como a instância capaz de instruir esse recorte geracional quanto às práticas sexuais “saudáveis”.

A seguir, trato dos trabalhos sobre jovens mulheres, seus gêneros e sexualidades, em interface com a educação e/ou processos de escolarização. Utilizando apenas o descritor Jovens Mulheres e aplicando o filtro área de conhecimento: Educação, no catálogo de teses e dissertações da CAPES, foram encontrados 66 trabalhos disponíveis. Grande parte das pesquisas se foca nos processos de escolarização e nos sentidos do percurso educacional de mulheres jovens. Certamente o recorte gênero e sexualidade se apresenta de modo tangencial em todos eles, mas, para efeitos de análise da minha pesquisa, trago aqui apenas as que tomam como centrais os conceitos citados.

Em sua dissertação, Oliveira (2016) investiga como jovens mulheres negras em contexto escolar constroem sua identidade de gênero e etnicorracial. O trabalho, que foi realizado na cidade de Campina Grande-PB, parte da análise de documentos educacionais e de experiências de mulheres negras, reveladas por meio de suas falas. Oliveira (2016) constata, corroborando as pesquisas de Pereira (2019) e de Castro (2011), que os espaços escolares e de ativismo são importantes para a determinação e a identificação das jovens, a partir de marcadores de raça e sociais. Identifica avanços legislativos importantes na discussão das temáticas em espaços escolares, ao mesmo tempo em que diagnostica a dificuldade de implementar no dia a dia práticas inclusivas e de combate a racismos e sexismos.

Euzébio (2023), também trabalhando com jovens mulheres e sua relação com a escola, observa como elas reconhecem o espaço escolar como importante socializador, além de reconhecerem na educação formal, a possibilidade de romper com determinantes socioeconômicos impostos às classes populares. A partir de uma perspectiva interseccional, a autora constata, nas entrevistas, fatores relacionados ao trabalho doméstico não remunerado como implicados na manutenção dos aparatos de desigualdades, cujas principais consequências são vividas por mulheres negras e pobres. Euzébio (2023) afirma que, apesar

disso, a escola tem se viabilizado como espaço que permite a essas jovens construírem projetos de futuro e se pensarem em lugares sociais e econômicos seguros. A pesquisa também evidencia que as jovens significam a escola e seus atores, que, com funções que vão além das formais, guiam os sujeitos para o ingresso no mercado de trabalho. Silva (2021), que investiga mulheres no programa Jovem Aprendiz, de modo similar, observa como esse espaço de educação formal instiga os jovens a pensarem na inserção econômica e se projetarem num futuro vinculado ao mercado de trabalho.

Braga (2018), em estudo etnográfico que trata da vivência de jovens universitárias rurais e seus percursos de escolarização, também identifica a escola, além da família, como lugar de incentivo para buscar o ensino superior. O estudo mostra as continuidades e as descontinuidades de jovens que se veem entre o espaço rural e o urbano, onde códigos e regras se confundem e se afetam. É interessante observar as singularidades de cada uma das jovens participantes, desvelando a impossibilidade de supor unidade na categoria mulheres jovens rurais.

Saindo do papel formal da escola como espaço primordial de inserção no mercado de trabalho e voltando para a instituição enquanto lugar de circulação de discursos e saberes que operam o controle de corpos, em especial, os dissidentes, encontramos trabalhos que tratam da escola nesta perspectiva. Em todos eles, temos como participantes da pesquisa jovens mulheres lésbicas. Assim, no segundo bloco de análise, trago tais pesquisas, que adotam uma perspectiva teórico-metodológica pós-estruturalista. Tais textos são apresentados na próxima seção.

Alguns trabalhos encontrados nesta revisão fazem um recorte social com foco em mulheres jovens, inseridas em condições de pobreza e violência. Franca (2014), em sua dissertação, aborda aspectos sociais de vulnerabilização, como pobreza e violência de jovens mães que passaram por situação de abrigamento institucional. Aguiar (2014) também concentra suas análises na vulnerabilidade de jovens mulheres usuárias de crack, avaliando como questões de gênero e sexualidade, associadas a um contexto social de miséria e de pouco acesso a políticas públicas, colocam as jovens em situação de risco e violência, privando-as de perspectivas de inserção social e econômica no futuro.

No mesmo contexto de vulnerabilidades, mas tendo como objeto mulheres jovens que estão sob a tutela do estado no sistema prisional, Moraes (2017), que se sustenta teórica e metodologicamente na teoria das representações sociais e da teoria queer, analisa os contornos afetivo-sexuais, nas vivências dos desejos e do comportamento sexual, em situação de privação de liberdade. A pesquisadora, por meio da fala das detentas, identifica uma

subjetividade própria daquele espaço de reclusão, “os sapatões”, mulheres com comportamentos masculinizados, cujas identidades de gênero não são validadas pelo Estado, mas são reconhecidas entre elas. A partir do relato das experiências sexuais e afetivas entre as detentas, a autora questiona a fluidez com que os desejos e os prazeres são vividos naquele espaço, onde as mulheres se relacionam entre si, sem, muitas vezes, se identificarem com identidades sexuais pré-definidas.

Umbelino (2014) também investigou mulheres de classes populares num contexto específico, em Gaibu, Cabo de Santo Agostinho PE, região de SUAPE, local alvo de massivos investimentos do PAC, que desencadearam uma reconfiguração econômica regional, devido à chegada de muitos trabalhadores da construção civil, a maioria, homens. A autora, em pesquisa de base etnográfica, a partir de observação participante, rodas de conversa e entrevistas biográficas realizadas com dois grupos distintos de mulheres jovens, as que viveram a adolescência na época do desenvolvimento regional e as que são anteriores a tal período, busca identificar práticas e comportamentos afetivo-sexuais de ambos os grupos, para entender as similaridades e diferenças entre elas.

As problematizações desenvolvidas pela autora evidenciam que o desenvolvimento econômico da região não acarretou mudanças culturais quanto à dupla moral sexual, às desigualdades de gênero e aos machismos dominantes. O cenário diagnosticado em ambos os casos impõe às mulheres, o desconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos. Vivem a sexualidade às escondidas para fugir de sanções impostas ao menor sinal de escape das normas. Miranda (2018), para além das relações afetivo- sexuais, investiga a relação de amizade entre mulheres jovens, na mesma sub-região de SUAPE, a partir de entrevistas narrativas de seis mulheres jovens, com idade entre 18 e 21 anos, buscando levantar questões éticas, estéticas e políticas que compreendem as relações de amizade em tal ambiente.

Barroso (2023), em pesquisa na área de geografia, analisa questões relativas às violências de gênero, considerando o espaço urbano estruturado de forma generificada. Apresenta características do ordenamento urbano que fortalecem os estereótipos dicotômicos de gênero impressos na separação entre o público e o privado. A sensação de risco iminente e o medo de sofrer violências, especialmente violência sexual, limitam a mobilidade das mulheres nos espaços urbanos, neste caso, na cidade do Rio de Janeiro. Reconhece que determinantes de classe e raciais também condicionam as experiências de mulheres jovens nas cidades. De toda forma, a todas se impõe a lógica excludente dos espaços reconhecidos como perigosos à sua integridade, onde a circulação dos seus corpos é limitada.

As interseccionalidades de classe, sexualidade, gênero, idade, raça, bem como as

discussões a respeito dos variados componentes das desigualdades estão presentes também na pesquisa de Mozer (2023), que, em sua dissertação, por meio de história oral, busca compreender as vivências e as violências sofridas por mulheres jovens LBT, que passaram por processo de abrigamento institucional. A autora aponta a necessidade de reconhecer a diversidade das experiências, para promover políticas públicas de garantias de direitos, mais atentas às peculiaridades de cada sujeito.

Sousa (2017) trata das implicações das experiências de violência sofridas por jovens mulheres vítimas de *Slut shaming*, para a saúde mental. No Brasil, tal prática é reconhecida como pornografia de vingança, pois objetiva humilhar mulheres por suas práticas sexuais. Lima (2022), no mesmo sentido, pesquisa as reverberações das discriminações cotidianas enfrentadas por mulheres negras lésbicas, quanto ao seu bem-estar subjetivo. Lima (2022) parte destas categorias identitárias para demarcar as sobreposições de opressão, associadas a tais desigualdades. Enfatiza como as mulheres narram os sofrimentos provocados pela lesbofobia e o racismo e o desenvolvimento de estratégias pessoais e coletivas de enfrentamento, que se desdobram em senso de pertencimento e de melhora da autoestima.

Esse recorte da revisão, que se detém em jovens em situações diversas de vulnerabilidade, revela alguns aspectos da pesquisa que devem ser mencionados, apesar de, muitas vezes, as investigações não fazerem referência aos conceitos de classe, raça ou mesmo de interseccionalidade, percebe-se como tais investigações estão sempre tangenciadas por esses operadores. Em um país marcadamente desigual, cujas mazelas da escravização se fazem sentir até hoje, é importante demarcar como a produção das ciências humanas e sociais estão sempre envoltas em tais questões, mesmo que não sejam explicitadas.

As pesquisas também demonstram como a diferença vem emergindo com força em estudos sobre mulheres jovens. A complexidade das experiências se choca com as ideias de mulher universal. Os intensos debates dentro do próprio feminismo reverberam na academia, nos seus temas e modos de conceber práticas teórico-metodológicas que capturem a amálgama das experiências de ser mulher.

A última unidade temática identificada refere-se a mulheres jovens em movimentos culturais e feministas. Freire (2018), em sua Tese de doutorado, investiga as expressões musicais feministas no cenário soteropolitano. O autor analisa os discursos político-poético-musicais, atualizando lutas feministas, agora integradas a movimentos transnacionais, que permitem emergir feminismos mais plurais que se integram à luta anticapitalista e antirracista. Em 2011, Freire, em sua dissertação de mestrado, abordou a cena *Hip Hop* feminina, na mesma cidade onde já apontava a reconfiguração dos feminismos, quando assimilados pelas

mulheres deste cenário cultural, que sustentavam a crença numa militância com foco na experiência de mulheres negras e periféricas. Também observando a cena *Hip Hop* na cidade de Londrina (PR), a partir da inserção de mulheres neste espaço, Marques (2021) evidencia um duplo movimento, no qual as mulheres assumem novas significações, a partir do contato com tal experiência, ao mesmo tempo que o próprio movimento se modifica com a criação de um *Hip Hop* feminista na cidade.

Viana (2013), em sua dissertação, discute as produções de feminilidades entre jovens mulheres integrantes de grupos/bondes funkeiras, num bairro popular de Minas Gerais, reforçando alguns dos aspectos delimitados nos trabalhos citados. A autora ressalta que, no cotidiano de jovens meninas negras, se reproduzem desigualdades, ao mesmo tempo em que se contestam e se viabilizam práticas combativas capazes de inovar e de transgredir. Talvez, por isso, a autora constata uma crise de políticas representativas e questiona sua validade entre as jovens.

Minha intenção, neste primeiro movimento exploratório de pesquisas que interseccionam mulheres jovens, gênero e sexualidades, foi fazer um apanhado geral dos tipos de verdades que estão sendo produzidos no campo acadêmico, quando se trata de experiências que englobam mulheres e juventudes, a partir dos gêneros e das sexualidades. É conhecido todo o investimento das sociedades modernas no controle dos corpos, a partir de uma biopolítica levada a cabo pelo estado (Foucault, 2008), no sentido de produção de um campo de inteligibilidade, onde símbolos, linguagens, políticas são indutoras da concepção de um sujeito e de um modo de vida. O campo da produção científica se imbui da função de desenvolver saberes sobre tal corpo. Percebe-se, então, com base no apanhado de trabalhos, como se desdobra academicamente uma tentativa de destituir de certas categorias, como juventudes e mulheres, seu caráter natural e naturalizador. Resta entender como tal movimento ocorre hoje, no campo social e acadêmico, e quais seus desdobramentos.

2.2 SUBJETIVAÇÕES: ENTRE OS FEMINISMOS E O NEOCONSERVADORISMO

Neste subcapítulo, apresento dois movimentos de revisão que são essenciais à sustentação da tese apresentada. A necessidade de determinar esses dois tópicos se deve, principalmente, às dificuldades já relatadas, quanto à congruência dos conceitos definidos para esta investigação. Assim, após muitas leituras, categorizei o material já selecionado, a partir da consolidação dos objetivos específicos e das questões de pesquisa. A seguir, descrevo o movimento e debato os principais materiais selecionados.

No primeiro tópico, apresento o conjunto de pesquisas encontradas e debato as principais investigações sobre mulheres, gêneros, sexualidades e subjetivação, na perspectiva pós-estruturalista. Avançando nas leituras, após assentar os objetivos e delimitar como temática central os processos de subjetivação de mulheres jovens, iniciei a seleção de trabalhos, cujos percursos teórico-metodológicos pudessem me inspirar e, mais do que isso, me fazer compreender com maior profundidade o campo dos estudos em educação através de tal perspectiva.

Nas buscas iniciais, utilizei os descritores - gênero AND sexualidade AND subjetivação AND mulheres jovens. Encontrei, nesta pesquisa, apenas 11 trabalhos, no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Nenhum deles era posterior ao ano de 2011. No BDTD, quatro arquivos foram encontrados, todos posteriores a 2011, porém, sem o recorte teórico metodológico desejado. Insatisfeita com o resultado, optei por outro movimento de pesquisa, focando nos descritores mulheres e subjetivação, pois imaginava que poderia me deparar com trabalhos que não operam com o conceito de juventude, porém tinham como participantes, mulheres jovens, sendo as análises baseadas em processos de subjetivações.

Iniciei com a intenção de fazer um levantamento considerando os processos de subjetivação em mulheres, os recortes teóricos e metodológicos recorrentes dentro da temática, suas problematizações e formas de abordagem. Usando os descritores –Mulheres AND Gênero AND Sexualidade AND Subjetivação, obtive, no banco de teses e dissertações da CAPES, 164 documentos, e na BDTD, 73 arquivos. Posteriormente, estabeleci o período de 12 anos como único filtro, considerando os motivos já descritos no subcapítulo anterior.

No que se refere ao gênero e à sexualidade de mulheres, encontrei produções tanto no campo da educação quanto no campo da saúde, estando as leituras interseccionais presentes num número significativo de trabalhos. Quanto aos temas, as vivências afetivo-sexuais se destacam, além de elementos geracionais, como a velhice, elementos raciais, além de um número elevado de produções que trazem as identidades lésbicas como foco de investigação.

Apesar da quantidade expressiva de trabalhos dentro dos parâmetros estabelecidos, concentrei as análises, naqueles cujos recortes teórico-metodológicos se dão no campo dos estudos pós-estruturalistas, com ênfase nos estudos foucaultianos. Como mencionado no subcapítulo anterior, outro fator considerado foram as investigações que partem da fala das próprias mulheres. Alguns materiais que aparecem na pesquisa do subcapítulo anterior aqui se repetem, mas são excluídos. Também foram excluídos os trabalhos que tratavam apenas de mulheres idosas ou apenas de mulheres adultas, considerando o recorte geracional estabelecido.

Portanto, o material selecionado refere-se às produções que delimitam as experiências de mulheres e a construção de suas subjetividades, a partir de jogos de saber/poder em constante circulação e tensionamento. No Quadro 7, os principais trabalhos encontrados e as respectivas análises na sequência.

Quadro 7 - Principais trabalhos encontrados

Título	Ano	Instituição	Autor	Tipo
Mulheres jovens, selfies, feminilidades e subjetividades em imagens	2019	Universidade Federal de Juiz de Fora/ PPG em Educação	Machado, Nathalye Nallon	Tese
Subjetividades Engendradas: configurações sexo-afetivas de mulheres heterossexuais, urbanas, de classe média do Brasil	2022	Universidade Federal de Pernambuco/ PPG em Antropologia	Blanchart, Adriana Ledezma.	Dissertação
Produção de subjetividades sapatonas: resistências a heteronormatividade	2022	Universidade Federal do Espírito Santo/ PPG em Psicologia Institucional	Campos, Izabela Pinheiro	Dissertação
Entre laços que educam e o cuidado de si: tramas discursivas de identidades “desviantes” e modos de subjetivação lésbicos.	2022	Universidade Federal de Pernambuco/ PPG em educação	Almeida, Patrícia Fortes de	Tese
Lesbianidades, performatizações de gênero e trajetória educacional	2019	Universidade Estadual Paulista (UNESP) / PPG em Educação	Braga, Keith Daiani da Silva	Tese
“Em papel carbono e barbante”: currículo, normatividade e agência a partir de experiências escolares de jovens lésbicas	2018	Universidade Federal de Pernambuco/ PPG em Educação	Torres, Thaís Priscila de Souza	Dissertação

Fonte: Da autora (2024).

Blanchart (2022), a partir de considerações sobre como as narrativas feministas no ocidente têm sido centrais nas transformações socioculturais que reconfiguram a categoria “mulher”, trata da temática mulheres brancas de classe média e suas experiências afetivo-sexuais. O foco da pesquisa é a segunda onda do feminismo e suas tensões quanto à sexualidade. Os embates entre feministas radicais e libertárias produziram discursos que movimentaram representações em espaços públicos variados.

Utilizando preceitos do feminismo pós-estruturalista quanto às dinâmicas de poder

sofisticadas que engendram as experiências de mulheres, Blanchart (2022) entrevistou seis mulheres do meio urbano, com o intuito de reconhecer elementos discursivos da segunda onda do feminismo, presentes nas narrativas e nos entendimentos de ser mulher. Os achados da pesquisa revelam uma dicotomia expressa na sexualidade desse recorte estudado. As mulheres são definidas, quanto a suas experiências sexuais, em dois campos distintos: o de mulheres cuja honra se define pela contenção e pela parcimônia quanto ao sexo; e o daquelas, cuja liberdade sexual as significa como impróprias para a vida matrimonial.

É dentro desses antagonismos que se costuram as experiências afetivo-sexuais, indicando uma dinâmica não linear e imprecisa dos constructos de gênero e sexualidade, em que os discursos feministas se ampliam, se chocam, constroem consensos e dissensos, sendo as mesmas dinâmicas traçadas e ditadas no desenvolvimento das subjetividades femininas. Nas falas das mulheres entrevistadas, a autora identifica a complexidade do poder em seu caráter produtivo. Nesse sentido, utilizando os conceitos de sujeição elaborados por Butler a partir de Foucault, assenta os processos de subjetivação na ação reiterada, na ação implicada num princípio contínuo de submeter-se e resistir. A autora observa as contradições e inconsistências que permeiam as experiências das mulheres e suas significações, atestando o fato de não existir uma simples conformação dos sujeitos às normas de gênero e sexuais. O que se configura são negociações complexas de sujeitos ativos nas elaborações de si, sendo os significados das ações o tempo todo transformados e/ou reafirmados em suas práticas (Blanchart, 2022).

Outro fator relevante observado por Blanchart (2022) nas narrativas das mulheres investigadas refere-se à matriz da heterossexualidade compulsória. Foram percebidas evidentes reconfigurações das experiências sexuais e de gênero, oriundas de transformações culturais nas camadas sociais brasileiras, que evidenciam que as mulheres já experimentam certa liberdade em termos de experiências sexuais fora dos laços matrimoniais. Em contrapartida, no que se refere à norma heterossexual, é notória uma solidez nas conformações dos discursos das mulheres, quando as noções de um desejo naturalmente voltado ao outro masculino sobressaem. As narrativas esboçam reiterações constantes relacionadas ao afeto e ao desejo voltados à norma heterossexual, ou seja, a inteligibilidade de tais afetos se estabelece apenas na relação com homens. A própria transgressão por vezes experimentada serve para a reificação do que se supõe e se vive como natural. Os meus achados contestam tais percepções nas gerações mais jovens, quando já há uma flexibilidade e contraposição a norma heterossexual, como veremos.

A pesquisa apresentada faz suas análises a partir de mulheres brancas e de classe

média, sendo tais elementos determinantes para o modo como se observam transformações quanto ao comportamento afetivo-sexuais de mulheres. Os dados apontam as mudanças relativas às verdades ditadas pelos discursos de liberação sexual. Atento-me ao fato de que tais discursos muitas vezes estabelecem novos mecanismos de sujeição mais sutis e sofisticados. Os novos comportamentos afetivo-sexuais de mulheres não implicam necessariamente produção de liberdades, como veremos adiante, mas as verdades ditadas se conformam ao modelo neoliberal vigente, em que os discursos de liberdade podem se atrelar a práticas individualizantes.

Entrando no campo da educação, numa pesquisa com jovens escolares, Machado (2019) investiga as feminilidades de mulheres jovens, a partir da análise de *selfs* postadas por oito estudantes de escolas públicas, em redes sociais. A autora observa que os dispositivos de feminilidade são sempre contextualizados num tempo histórico e num espaço geográfico. Nesse sentido, as observações e apontamentos levantados na investigação permitem falar das jovens mulheres no presente, com possibilidades de invenção e de reinvenção neste espaço.

Machado (2019) discorre sobre como as imagens, especialmente as produzidas em mídias sociais, são potentes nos entendimentos que jovens mulheres têm de si mesmas. Nesse sentido, o estudo aponta a força da produção de discursos sobre feminilidades, disponíveis em redes como *facebook* e *instagram*, na mobilização para a produção do sujeito feminino. Mais do que um movimento passivo, a pesquisadora comprehende, a partir de uma perspectiva pós-estruturalista, a autoria das próprias mulheres, na construção de suas subjetividades. Reconhece fatores culturais implicados na produção de identidades, que afirmam processos de apropriação, de redefinição e de rearranjos, de complexos elementos, na construção da performatividade do feminino.

Segundo a pesquisa, a produção do feminino é marcada por modelos de feminilidade disponíveis nas mídias sociais, assim como gerações anteriores eram mais fortemente marcadas pela televisão e por revistas. De forma silenciosa, os corpos vão sendo educados em todos os seus gestos, a respeito do modo de apresentação adequado, que gera admiração e aceitabilidade, que é o que acontece hoje, por meio de *selfies* postadas em redes sociais. Criam-se normatizações quanto ao corpo e à performance feminina desejável. A imagem se torna uma forma de discurso, que imprime significações nas experiências das mulheres, no sentido de mover subjetivamente essas jovens, indicando modos de viver e de sentir (Machado, 2019).

A pesquisa de Machado (2019) traz um ponto importante para minhas observações a respeito de mulheres jovens: a experiência dessas mulheres está imersa numa rede de

tecnologias, ainda não disponível nas gerações anteriores. Os artefatos culturais sempre estiveram presentes e ditaram experiências femininas em variadas gerações. Aqui trata-se de uma geração extremamente conectada, cuja vida virtual assume contornos potentes entre os jovens. Postar uma foto é “escrever sobre si”, é falar por meio da imagem, o que, necessariamente, vai criando, ratificando ou contestando modos de ser.

Apresentar-se por meio de imagens, para esse grupo de jovens estudado pela autora, também institui ideias de pertencimento e de reconhecimento. Nessa exposição seletiva de suas aparências, as mulheres jovens se evidenciam em seu meio e se tornam visíveis na sua comunidade. Nessas aparições, fica evidente a validação do olhar do outro para a construção de um olhar sobre si. Em um jogo continuado de interdições e de exposições, as feminilidades vão se costurando em termos de aceitação ou de contestação. O dispositivo da feminilidade funciona como engrenagem das redes sociais e da produção de *selfies*, conduzindo práticas e guiando discursos, que organizam o que é aceitável e desejável na condição de mulher (Machado, 2019).

Analizando esse duplo movimento, percebe-se que a aceitação e a resistência estão sempre rondando as práticas no mundo real e/ou no virtual. O processo de subjetivação não tem contornos lineares, mas se faz em movimentos continuados de “organização/ aceitação e construção”, junto com movimentos de “desorganização/negação/ desconstrução”. Tais observações se assentam em Foucault (2008), que se refere ao duplo vetor constituinte dos processos de subjetivação: a sujeição e a liberdade. Nesse sentido, não existe um “sujeito soberano”, mas uma construção permanente, num campo de poder (Ferreira-Neto, 2017).

Ainda, na pesquisa de Machado (2019), destacam-se dois fatores na construção das subjetividades das jovens: o dispositivo amoroso (Navarro-Swain, 2008) e os discursos sobre a beleza. O dispositivo amoroso opera nas relações afetivas dessas jovens, por meio de discursos de controle que orientam seus comportamentos, a partir do que se convencionou como adequado para uma mulher numa relação amorosa, e de discursos sobre a beleza, que informam sobre os corpos validados, desejados e apreciados, por meio de imagens.

No meu estudo, parto do pressuposto de que todos esses dispositivos estão conjugados na definição das experiências de gênero e sexuais de mulheres jovens, que se embrenham em estratégias, nas quais se sujeitam e/ou se contrapõem às normas sociais. As jovens mulheres do agora vivem num tempo mutante, em que há uma disputa em curso, em torno dos gêneros e das sexualidades. Apesar de tais disputas já estarem avançando para o campo político, elas causam efeitos nos próprios sujeitos e nas suas relações consigo. O que devemos sempre considerar, especialmente após a revisão da literatura, é que as tecnologias de gênero e de

sexualidade são operacionalizadas por meio de certas engrenagens, como as questões de beleza e as aparências. As relações afetivas e sexuais sempre impuseram normas que, paulatinamente, empurram as experiências das mulheres para um lugar de feminilidades possíveis e desejáveis.

No conjunto de trabalhos sobre a subjetivação de mulheres, o tema destacado refere-se às mulheres lésbicas. Apresento agora pesquisas que trazem as sexualidades dissidentes destas mulheres, demarcando a potência dos debates sobre a fluidez e a ressignificação das identidades sexuais.

Torres (2018) captura das narrativas de jovens lésbicas, como a escola atua na produção de subjetividades, a partir da vigilância e do controle das sexualidades. A autora, com base numa perspectiva crítica pós-estruturalista, reconhece os modos como a escola lida com as estudantes lésbicas e as formas como as jovens respondem a tal manejo, por meio de políticas de agência, que lhes permitem não só resistir às imposições heteronormativas, como também produzir modulações no espaço-tempo escolar. Braga (2019), em estudo similar, amparado em estudos feministas e queer, também com mulheres lésbicas, menciona, além do espaço escolar, a família e a Igreja como instituições promotoras de uma pedagogização dos corpos, a partir da performatividade de gênero adotada. Braga (2019) avalia que a observância às normas performativas de gênero produz silêncios, visibilidades ou até mesmo hipervisibilidades, no caso das performances masculinizadas. A lesbofobia surge como recurso educativo, que, por meio de suas variadas formas de apresentação, busca conduzir os corpos lésbicos para o lugar heteronormativo. Ambos os trabalhos identificam as amizades construídas como lugar de resistência e, recorrentemente, de enfrentamento às violências sofridas.

Almeida (2022), tendo como arcabouço teórico as premissas do pensamento lésbico-feminista, do feminismo pós-estruturalista e dos estudos foucaultianos, desenvolveu sua investigação a partir de entrevistas narrativas com 12 mulheres que se identificavam como lésbicas, de diferentes faixas etárias (entre 20 e 53 anos), com o objetivo de analisar os dispositivos pedagógicos e de sexualidade na construção de subjetividades lésbicas. Assim como Braga (2019), a pesquisadora analisa as narrativas das experiências em variados espaços de socialização, identificando como se engendram complexas tecnologias de subjetivação que regulam, conduzem e ditam as sexualidades. Observa também que esses corpos dissidentes atravessam fendas, a partir das quais instituem modos de resistência e construções compulsórias de gênero, sexo e desejo.

Ao analisar as narrativas das participantes, a autora observa como são empreendidos

disciplinamentos aos corpos e aos gestos das meninas, desde muito precocemente. Nos espaços escolares, nas famílias, através dos discursos religiosos, se impõem dinâmicas de sexo/gênero aceitáveis. Ao mesmo tempo, também constata que modos de resistir e de rearranjar certas práticas se apresentam por meio de birras e insubmissões. Por mais que os discursos normativos continuamente se apresentem e reiterem as performances sexuais e de gênero, no bojo das práticas, surgem fissuras que tornam tais atos passíveis de contestação (Almeida, 2022).

Num segundo bloco de análise, Almeida (2022) discorre sobre os processos de autoconhecimento de sexualidades não normativas. No percurso de se entenderem enquanto lésbicas, deparam-se com sofrimentos pessoais e sociais, no trânsito em instituições que reprimem qualquer expressão que fuja da norma heterossexual, o que põe esses corpos em situação de vulnerabilidade, expostos a violências e à violação de direitos. Além disso, em muitos casos, tais expressões de gênero são situados no campo patológico, onde discursos médicos e psicológicos ainda operam imprimindo normativas e redefinindo padrões de normalidade.

Os processos de subjetivação se apresentam e operam tanto nas entranhas dos poderes circulantes quanto nas estratégias que as participantes utilizam para assumir essa identidade. Assim como Braga (2019), Almeida (2022) explica como a lesbofobia vai enquadramento, limitando, restringindo as sujeitas e destaca que o medo, como efeito da operação de variados dispositivos, atua no sentido de conceber a heterossexualidade como natural e obrigatória. Como contraponto, foi identificado nas falas, um movimento oposto de não conformação, como tentativa de escapar dos padrões compulsórios de gênero e sexualidade.

Essas subversões, silenciosamente, vão tensionando as fronteiras de gênero e sexualidade, enquanto os pequenos desvios e as rupturas questionam a suposta naturalidade da performatividade de gênero e a norma heterossexual. Nesse movimento de reconhecimento e de estabelecimento de uma inteligibilidade para além das fronteiras compulsoriamente situadas, as participantes da pesquisa de Almeida (2019) narram afetos conflitantes quanto à insubmissão às normas hegemônicas. Tais efeitos são sentidos por ocasião da mínima insinuação de fuga à norma, quando se reiteram discursos médicos e religiosos, que as constrangem. A própria reinscrição da existência de mulheres que se relacionam com mulheres subverte toda a lógica binária e normatizante. Por mais que as falas das participantes apresentassem, por vezes, hesitações e vacilações, nos seus corpos e nas histórias, estava pontuada a resistência (Almeida, 2022).

Ainda no mesmo campo, mas utilizando a identidade “sapatão”, Campos (2022), em

sua dissertação de mestrado, analisa os processos de subjetivação das “sapatonas”. Avalia como, em suas experiências, elas estabelecem alianças entre si e sustentam resistências à heteronormatividade imposta. A pesquisa foi desenvolvida a partir do método cartográfico, através da realização de entrevistas com nove participantes, com idade entre 20 e 35 anos, da cidade de Vitória no Espírito Santo, cidade onde residiam, circulavam e criavam redes de afeto.

Campos (2022), em seu estudo com inspiração foucaultiana, observa a experiência Sapatão forjada por digressões, recusas e insubmissões às normas de gênero e de sexualidade. Elabora suas observações com base nas teorizações de Judith Butler, considerando a necessidade de um feminismo teórico-político distante dos ditames de uma “mulher” universal. Inscreve o corpo sapatão neste lugar de encruzilhada, onde é possível inventar formas de ser singulares e uma ética de si que se contrapõe à heteronormatividade (Campos, 2022).

A investigação aponta que a autodesignação das sujeitas como lésbica ou sapatão parte de uma significação distinta das terminologias. Identificam o termo sapatão como próprio de um lugar de aliança, de amizade e de cumplicidade entre pessoas, cujas vivências são semelhantes. Já o termo lésbica assume o significado de categoria política, mas rejeita-se a redução das subjetividades às premissas impostas por tal identidade (Campos, 2022).

As entrevistadas identificam o desejo e a sexualidade como centrais na experiência “sapatão”, percebendo a significação de sua subjetividade fincada num processo singular de práticas de si. Não é possível discernir a história ou a gênese de tal experiência, pois ela se dá no cotidiano de suas práticas, entrelaçada com suas relações interpessoais, num traçado permanente de afirmação (Campos, 2022).

Campos (2022) analisa, a partir das falas das entrevistadas, que elas se reconhecem como mulheres, ao mesmo tempo em que observam que sua experiência sapatão as situa num lugar de ruptura da categoria “mulheres”. Quando falam sobre os modos como algumas não performam feminilidades, ao mesmo tempo em que se reconhecem mulheres, elas identificam a norma e sua potencial subversão, por meio da negativa da performance. O corpo é entendido como espaço de experimentação, no qual novas possibilidades de invenção podem ser inauguradas. A quebra da dinâmica heteronormativa na qual se prescreve o desejo a partir do gênero circunscreve a norma, enquanto sua subversão denuncia seu caráter ficcional.

Assim como Braga (2019) e Torres (2018), Campos (2022) argumenta que as redes de amizade construídas entre esses sujeitos são formas de existir em aliança. A pesquisadora retoma o conceito de amizade na teoria foucaultiana, costurando possibilidades de uma ética

relacional entre os sujeitos, que ultrapassa as normativas estabelecidas pelas convenções da família burguesa. Tais premissas situam o campo da amizade como atos políticos, de resistência e de insubmissão.

Neste primeiro bloco, foi apresentado um resumo dos principais elementos das pesquisas selecionadas. Apesar de algumas divergências, todas situam as mulheres imersas em linguagens e definidas por elas. Os trabalhos ressaltam a importância de marcadores como raça, gênero e sexualidade, que operam na elaboração de performances de feminilidades diversas. A produção de subjetividades é observada por meio de discursos inscritos em instituições como a escola, a família e a igreja, num processo sempre ativo, em que as mulheres são interpeladas a se afirmarem dentro das normas prescritas de gênero e sexualidade.

Os trabalhos evidenciam a transitoriedade das identidades sexuais e de gênero, em vez da fixidez, quando se trata da circulação de poderes em disputa para estabelecer verdades relativas aos corpos femininos. Tais verdades são primariamente sociais e historicamente situadas. As autoras observam os impactos dos feminismos e das lutas antirracistas, na reconfiguração de novas práticas sociais e pessoais. Nesse sentido, atesta-se que as mutações culturais estabelecem normas que não se impõem sobre um corpo passivo, mas se inscrevem em sujeitos atuantes que agem continuamente sobre si. Assumindo tais premissas, a seguir, trago considerações quanto aos eventos sociais e históricos ocorridos nos últimos anos e a posição assumida por mulheres jovens.

Margareth Rago (1996), publicou um artigo que inicia com um questionamento sugestivo: “Adeus ao Feminismo?”, no qual a autora questiona se, com a ocupação dos espaços públicos pelas mulheres, com uma maior visibilidade e com um movimento visível de “feminização da cultura”, havia um convencimento, especialmente do senso comum, quanto ao desaparecimento do feminismo. Esse cenário contrasta com todos os acontecimentos vividos no início do século, quando, surpreendentemente, o feminismo retorna como potência política, reivindicado em grande medida por mulheres jovens, com novas expressões, que vão das ruas, às redes sociais e aos movimentos artístico-culturais.

Os movimentos sociais que emergiram no país em 2013 tiveram contornos diversos. No que se refere aos feminismos, verificou-se uma contestação à luta institucional, mas pouca capacidade de aglutinar pautas que de fato representassem a variedade de experiências de ser mulher, preta, pobre, favelada, trans, louca, deficiente. Surgiu uma “força micropolítica indomável” (Oliveira, 2019), cujas consequências se tenta compreender até os dias de hoje. De todo modo, nesta seção, apresento algumas investigações com foco nas análises dos

cenários e de seus efeitos discursivos e políticos e das ingerências nos sujeitos sobre si e no campo social de luta.

Considerando que meu tema de pesquisa se debruça, de certa maneira, sobre os modos de ser mulher no tempo presente, a partir de dinâmicas que envolvem o neoliberalismo, a ascensão do neoconservadorismo vinculado a discursos antigênero e as respostas de movimentos feministas organizados, busquei pesquisas que tratassesem de tais questões, mas, em função da escassez de investigações que trouxessem todas as interseções por mim definidas, num último movimento, debrucei-me sobre pesquisas que se voltassem para o cenário nacional de disputas ocorridas nos últimos anos, com foco nos modos como os discursos de gênero e sexualidade começam a circular com mais força, introduzindo novas narrativas sobre as mulheres e seus corpos.

Para situar a entrada nos bancos de dados neste tópico, optei por trazer outros descritores que conceituam os eventos socioculturais vividos na contemporaneidade. Desde a primeira entrada, usando jovens mulheres como descritor, percebi que os estudos no período do recorte da pesquisa tratavam dos feminismos. Os movimentos de ocupação estudantil, o ciberfeminismo, a primavera feminista, são entendidos como fenômenos produzidos num contexto antigênero.

Fiz uma busca utilizando neoconservadorismo AND Educação como descritores e encontrei 45 resultados. A maioria tratava de análises de legislações educacionais. Quando busquei por neoconservadorismo acrescido do descritor Mulheres, encontrei 23 resultados. Os textos tratavam do cenário político e da ascensão da extrema direita; apenas um, publicado por Silva (2022), tratava de implicações subjetivas. Os objetivos e as análises deste estudo convergem com a minha investigação, apesar de a Tese ter sido realizada a partir dos discursos de homens negros gays. Considero seus achados importantes por se tratar de um dos poucos trabalhos que voltam o olhar para jovens dissidentes e suas narrativas, para compreender o neoconservadorismo e seus impactos.

Posteriormente, foram utilizados os descritores: quarta onda feminista, primavera feminista e ciberfeminismo. São nomenclaturas dadas por algumas autoras, para o feminismo que emergiu a partir das mídias sociais e de seus usos, para fins de divulgação e de mobilização política. Foram encontrados 18 trabalhos entre teses e dissertações, cujo conteúdo se centrava na análise do movimento e seus impactos nas agendas feministas. Selecionei os trabalhos cujas análises vão além dos movimentos sociais, abordando a produção de subjetividades. Os trabalhos cujas análises não se dão a partir da narrativa de mulheres servem para apresentar um contexto social que contempla teorizações pós-

estruturalistas. Ademais, privilegiei investigações focadas na fala de mulheres jovens. Abaixo, quadro demonstrativo dos trabalhos selecionados.

Quadro 8 - Demonstrativo dos trabalhos selecionados

Título	Ano	Instituição	Autor	Tipo
Jovens LGBTQIA+ negro/as e as resistências ao neoconservadorismo: narrando dissidências.	2022	Universidade Federal de Minas Gerais	Silva, Jaime Peixoto	Tese
Primavera secundarista feminista: corporalidades, gênero e sexualidades dissidentes nas ocupações escolares do Paraná	2020	Universidade Federal do Paraná/ PPG em Educação.	Moresco, Marcielly Cristina	Tese
Ciberfeminismo: conceito teórico para as narrativas contemporâneas da quarta onda feminista	2020	Universidade Estadual do norte Fluminense/ PPG Cognição e Linguagem	Souza, Paolla dos Santos	Tese
“Ela é mais feminista do que eu”: narrativas de jovens universitárias sobre feminismos nas redes	2023	Universidade Estadual Paulista (UNESP). PPG em Educação	Ferro, Elaine Gomes	Tese
Do protagonismo à liderança: trajetórias de jovens mulheres em tempos de democracia e de golpe	2021	Universidade Federal de Juiz de Fora. PPG em Educação	Romão, Carla de Oliveira	Tese
A quarta onda do movimento feminista: o fenômeno do ativismo digital	2017	Universidade do Vale do Rio dos Sinos /PPG em Ciências Sociais	Rocha, Fernanda de Brito Mota	Dissertação (Continua...)
Título	Ano	Instituição	Autor	Tipo
A chamada quarta onda do movimento feminista: entre o conservadorismo e a resistência	2023	Universidade Federal do Rio de Janeiro/ PPG em Serviço Social.	Vazquez, Ana Carolina Brandão	Tese
#elenão e ni una menos: a “quarta onda” feminista e o ativismo das redes sociais	2021	Universidade Federal de Goiás/ Mestrado em Ciências políticas e relações internacionais	Peçanha, Virginia Generoso	Dissertação (Continua...)

#elenão e a quarta onda do feminismo no Brasil: Movimentos de mulheres no Twitter durante as eleições de 2018	2021	Universidade Federal da Fronteira Sul/ Mestrado em Ciências Humanas.	Soares, Diulia Luisa Hartmann	Dissertação
As quatro estações da primavera. Ativismos de gênero e sexualidade no movimento de ocupações secundaristas em São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná.	2023	Universidade de São Paulo/ PPG em Antropologia Social	Alegria, Paula	Tese
“Lute como uma menina”: Gênero e processos de formação na experiência de ocupações secundaristas	2019	Universidade Federal de Alfenas/ PPG em Sociologia da Educação	Silveira, Isabele Batista	Dissertação

Fonte: Da autora (2024).

Do quadro acima, destaco duas investigações que tratam do neoconservadorismo, por achar instigante o modo como observam o fenômeno e debatem alguns conceitos: Silva (2022), a partir da experiência de jovens gays, e Pereira (2022), que esquadrinha os discursos de ódio alardeados pela extrema direita, e seus direcionamentos que privilegiam certas vidas em detrimento de outras.

Silva (2022), partindo do contexto social da ofensiva antigênero experienciada no Brasil, investiga as estratégias desenvolvidas por pessoas LGBTQIAPN+, para responder às hostilidades direcionadas aos seus corpos dissidentes para se afirmarem enquanto sujeitos possíveis. Apesar de não tratar da experiência de mulheres, a investigação tem como participantes três jovens negros LGBTQIAPN+, bem como traz o contexto neoconservador como pano de fundo principal das análises. Ao eleger sujeitos negros, de minorias sexuais, como participantes, os elementos marcadores das desigualdades de gênero, raciais e sexuais estão todos em circulação, ditando verdades sobre corpos abjetos.

Justifico a escolha desta pesquisa em especial, pois, apesar de fazer uso de marcadores identitários, no caso, mulheres jovens, pretendo, durante o percurso analítico, problematizar as definições de identidade, que, às vezes, delimitam espaços existenciais e limitam a comunhão de lutas em torno de pautas comuns. As lutas antirracistas, feministas, de pessoas trans, lésbicas compartilham um substrato comum dentro de um modelo capitalista que invalida a existência de determinados sujeitos, como teoriza Butler (2015). O conjunto de normas existentes na contemporaneidade trata de estabelecer quais vidas podem ser dignificadas e reconhecidas como tal.

Nesse sentido, extraio deste trabalho as percepções e subjetividades de corpos negros abjetos, que, excluídos e desprivilegiados, sofreram grande parte dos ataques propagados por discursos e políticas antigêneros. Os modos como esses sujeitos se posicionam diante de um cenário potencialmente desintegrador e reafirmam sua potência de vida foi o tema estudado por Silva (2022).

Partindo de uma perspectiva teórico-metodológica pós-crítica, sustentada por estudos foucaultianos, aliados à perspectiva decolonial sobre raça, Silva (2022), com o conceito de interpelação, entendido como a produção de subjetividades em um contexto neoconservador e reacionário, impele o sujeito a se narrar. Situando sua pesquisa como sendo de base etnográfica, selecionou como ferramenta de pesquisa, a entrevista narrativa, além de diários de campo, produzidos durante a coleta de dados, além de um diário de autonarrativas dos participantes, produzido virtualmente, que consistiu numa narração autônoma dos sujeitos sobre a própria experiência da pesquisa (Silva, 2022).

Apesar de não se referir teoricamente a processos de subjetivação, a pesquisa, ao apresentar as estratégias de resistência adotadas pelos participantes, adentra o campo da construção de subjetividades, em espaços de disputa de forças de saber/poder constituídos. As narrativas apontam o poder de instituições para o constrangimento de corpos em rota de escape de normativas da cisgeneridez e raciais. Quanto à gerência de tais constrangimentos, o autor observa que a fixação de identidades seria uma forma de amenizar possíveis hostilidades. Declarar-se gay, assumir tal identidade que já desfruta de certa inteligibilidade garante maior segurança e aceitação, ao contrário de outras identidades sexuais ou da negação de identidades (Silva, 2022).

É no estreitamento das experiências性uais e de gênero ao modelo binário que se configuram as afirmações identitárias. Silva (2022) pondera que, mesmo que se narre que a família aceita os corpos, essa aceitação se dá num campo de ambivalências, em que a ordem binária é sempre almejada. Utilizar o modelo binário, entendendo-o como único passível de compreensão, se torna uma alternativa para as pessoas dissidentes, sendo estratégico submeter-se ao jogo performático que normatiza os gêneros e as sexualidades.

No processo de submeter-se às normas, resistir às violências e reafirmar seus corpos, a pesquisa revela os mecanismos de produção das subjetividades éticas. Ao agirem sobre si por meio da busca de conhecimento e se inserirem em redes relacionais de apoio LGBTQIA+, fundadas por amizades, esses sujeitos se reinventam e afetam os espaços onde estão inseridos, de modo a transformá-los (Silva, 2022).

Todas essas ações dos sujeitos na produção de si ocorrem atrelados à proliferação de

discursos de ódio contra as próprias identidades. Fazendo referência a tais discursos, Pereira (2022), em sua Tese de doutorado em Educação, investiga a instrumentalização do ódio para a produção de rupturas democráticas, a exclusão e a invisibilização de minorias sexuais e de gênero, através da propagação de pânico moral e de medos infundados. A autora embasa suas observações no conceito de performatividade política do discurso de ódio e menciona o surgimento de uma nova governamentalidade de gênero e sexualidade, a partir do neoconservadorismo arregimentado no Brasil contemporâneo.

Pereira (2022) analisa os modos como os discursos de ódio disseminados precarizam a vida de corpos não normalizados e as experiências dissidentes. Para além de uma biopolítica, estabelece-se uma necropolítica, a partir da organização dos sentidos da humanidade. A gestão de tais discursos produz efeitos nos sujeitos que são interpelados por eles, além de definir novas pedagogias na educação, especialmente, na voltada para os gêneros e as sexualidades.

Pereira (2022) define a cartografia como percurso teórico-metodológico, trabalhando com materiais variados, como matérias de jornais, *twitter*, projetos de lei e imagens de manifestações. A pesquisadora organiza o material a partir de três marcadores históricos: o “*kit gay*”, os planos de educação e a eleição de Jair Bolsonaro. Seu objetivo não é apresentar uma genealogia de tais eventos, mas compreender a articulação de forças que define o governamento de minorias de gênero e sexuais, a partir do gerenciamento do ódio enquanto afeto político.

Utilizando o conceito de linguagem performativa de Austin (1962), dotando-o de outras roupagens, através de uma perspectiva pós-estruturalista, adensada pelo pensamento de Judith Butler, no primeiro bloco de análise, a pesquisadora observa como a performatividade do ódio presente na linguagem política da atualidade serve à precarização da vida de determinados grupos. Ao situar os discursos de ódio nos campos performativos, percebem-se as formas como se naturalizam violências e se produzem espaços de precariedade para os corpos que fogem às normas ciseteronormativas (Pereira, 2022).

Outro ponto problematizado por Pereira (2022) refere-se às condições de possibilidade para a emergência dos discursos de ódio lgbtqfóbicos. O cenário neoconservador se apresenta a partir da consolidação e da ampliação de um modo de governo neoliberal, muito mais radical e autoritário em seus anseios. Tal modelo de governo também se imprime na condução das condutas da diversidade sexual, pontuado especialmente pela aliança entre Estado e movimentos LGBTIA+, constituída nos governos Lula 1 e 2 e no breve período do governo Dilma.

Pereira (2022) observa que, no mencionado período, foram ampliadas as políticas públicas de reconhecimento dos direitos de LGBTIA+, alinhadas à regulação, ao enquadramento e ao gerenciamento de condutas e práticas, lidas numa grade nova de inteligibilidade, referindo-se a um corpo normal e tolerável. A esse sujeito é concedida a possibilidade de adequar a si e seus desejos aos princípios heteronormativos neoliberais. Assim, é definida uma nova instrumentalização da diversidade sexual. Apesar do notório avanço de algumas pautas, percebe-se que a nova governamentalidade neoliberal se institui através de pressupostos de inclusão das diversidades, ao reconhecer a viabilidade de certas vidas, e só delas, enquanto se precarizam outras tantas, cujas expressões não se coadunam com a mais nova norma.

A partir da ruptura da parceria entre o Estado e os movimentos LGBTIA+, que ocorreu devido à polêmica do “Kit Gay” e, posteriormente, devido a ações antigênero, deflagradas a partir do pânico moral que surgiu por ocasião da mobilização de toda retórica fantasmagórica, denominada “ideologia de gênero, a vigilância em torno dos gêneros e sexualidades é reorientada. Associada a discursos religiosos de proteção das crianças e das famílias, instiga-se um cenário nacional de ascensão do neoconservadorismo, cujos elementos do conservadorismo original são pouco reconhecíveis, tendo em vista o desprezo dos princípios liberais clássicos. Desse modo, o neoliberalismo com suas premissas de desmantelamento de políticas sociais, desembocou paulatinamente no neoconservadorismo, cujas formas de governamento são incompatíveis com a própria democracia (Pereira, 2022).

Assim, a partir da gestão de uma economia biopolítica do ódio, estabeleceu-se, no Brasil, uma “bionecropolítica neoconservadora”, cujos contornos se dão pela validação do desprezo das experiências dissidentes de gênero e sexualidade. A validação de tal afeto, produzida pela circulação em massa de discursos de ódio, que tem como alvo tal população, desemboca na vulnerabilização. Nesse sentido, tais discursos são percebidos, antes de tudo, como exercício de poder. Pereira (2022) se sustenta nas teorizações de Butler referentes às políticas de fazer morrer e deixar viver, de estados neoliberais, nos quais se reconhecem os corpos dignos de enlutamento, entendidos, portanto, como vidas humanas dignas de proteção e de cuidados.

Outro ponto destacado na Tese refere-se ao que Pereira (2022) chama de pedagogia fundamentalista, que é outro preceito que sustenta o neoconservadorismo. Tal pedagogia se delineia através de disputas envolvendo as escolas e as práticas pedagógicas, como o movimento Escola sem Partido, o frenesi visando à supressão do termo gênero do Plano nacional de Educação, além da gama de ações postas em prática por grupos conservadores,

usando como bandeira a luta contra a “ideologia de gênero”. Essas investidas se dão basicamente pela incitação ao medo, pois supõe-se que a existência de um outro acarreta a destruição do mundo que se reconhece como natural. Clama-se pelo controle das práticas e dos conteúdos pedagógicos, por colocarem em risco crianças e modelos familiares nucleares. Percebe-se, portanto, como o fundamentalismo no neoconservadorismo não está associado apenas às religiões, mas se amplia e se estende, principalmente, ao campo educacional (Pereira, 2022).

As condições de possibilidade para a proliferação de discursos de ódio contra minorias sexuais e de gênero não podem ser entendidas em sua totalidade, como bem apontado pela própria pesquisadora. É difícil atestar efetivamente a atualização da governamentalidade de corpos alheios a regras cisheteronormativas, pelo fato de as investidas antigênero terem, em essência, pouca congruência em seus princípios, ordenamentos, até mesmo nos grupos que agrupa (Pereira, 2022).

A autora finaliza sua Tese com um exercício de pensar o futuro na perspectiva de uma vida comum entre os sujeitos, na qual se reconheça a centralidade da interdependência na produção da vida humana. Longe das propostas neoliberais individualistas, leva-nos a pensar uma experiência social mais igualitária, que favoreça performatividades éticas.

Pereira (2022) e Silva (2022) partem de questões e temas de pesquisa distintos, mas, em ambos, podemos pontuar como as engrenagens do neoconservadorismo atuam na tentativa de conformar corpos e, mais do que isso, como agem para delinear experiências de vida cujos contornos são validados. Conforme expressarei em capítulo adiante, quando delineio alguns eventos que narram a ascensão do neoconservadorismo, revelado, muitas vezes, por discursos antigênero, são claras as amarrações relativas aos novos arranjos de poder, que têm implicações na vida dos sujeitos por eles abarcados.

No campo da resposta feminista à onda neoconservadora, existem significativos trabalhos a respeito da explosão feminista (Holanda, 2018), cujo marcador temporal é o ano de 2011, com a organização da primeira marcha das vadias, movimento que foi se ampliando e tomando contornos próprios em toda parte do globo, com destaque na América Latina. Vazquez (2023), que, em sua Tese, trata da quarta onda do feminismo, define tal conceito com base em alguns marcadores como o uso das tecnologias comunicacionais disponíveis, o ciberativismo, as pautas similares às da segunda onda do movimento feminista, cuja centralidade se concentra nos direitos sexuais e reprodutivos, advindos da corrente radical, além dos discursos de igualdade presentes na vertente liberal. Essa mescla é acrescida das pautas de identidade, associadas às correntes pós-modernas, que jogam luz sobre as

individualidades e o campo cultural. Vazquez, partindo de uma perspectiva materialista, observa que, nessa miscelânea, as vertentes mais radicais são, por vezes, invisibilizadas, como é o caso dos movimentos antirracistas e anticapitalistas.

Corroborando as observações de Vazquez (2023), Peçanha (2021), por meio de revisão de literatura, sinaliza que haveria uma tendência de movimentos de quarta onda, nos quais alas dos feminismos se coordenariam com base em perspectivas mais liberais, enquanto outras parcelas do feminismo, a partir das lutas contra o patriarcado e o capitalismo. Também ressalta que esse movimento é marcadamente latino-americano, tendo ganhado força consistente na região, além de ser notadamente jovem, fato constatado a partir da atualização da linguagem dos feminismos. Peçanha (2021) salienta que o conceito de quarta onda do feminismo está em disputa, mas, de todo modo, as duas experiências investigadas por ela, a do Brasil e a da Argentina, apontam claramente para um movimento que busca a democracia radical e os direitos humanos.

Pesquisas como as de Peçanha (2021), de Soares (2021) e de Rocha (2017) abordam o ciberativismo ou o ativismo das redes, como elemento central para a compreensão dos feminismos contemporâneos. Por meio das mídias sociais e de *hashtags* se organizaram movimentos que tomaram as ruas e pautaram debates públicos. No mesmo sentido, Souza (2020), através da escrita de si em espaços virtuais, delineia novos feminismos e sua potência na profusão de novas subjetividades. O uso de *hashtags* como #meuamigosecreto, #niunamenos, #metoo, #mexeucumamexeucomtodas, #eunãomereçoserestuprada #ninguémmererce, #porramaridos, #elenão, #MeuAmigoSecreto, produz, além do ativismo, novas formas de sociabilidade. A escrita de si revelada por meio da narração de experiências pessoais na internet possibilita novos arranjos subjetivos, efeitos de uma narração da “experiência corpórea do existir” (Souza, 2020).

Outro fenômeno destacado nas pesquisas, como resposta ao cenário neoconservador dos últimos anos, são os eventos de ocupação das escolas secundaristas, ocorridos entre os anos de 2015 e 2017. Os pesquisadores pontuam a potência dos movimentos feministas e LGBT+, inseridos nos movimentos estudantis, na promoção das ocupações. Apesar de não ser o foco desta pesquisa, trago alguns desses trabalhos, que analisam mulheres jovens, seus contornos de gênero e de sexualidade, na efervescência de tão pujante movimento político.

Romão (2021) questiona os modos como jovens mulheres se construíram como sujeitas ativas politicamente, no cenário brasileiro. Inicialmente, observa que o somatório de dois marcadores de subalternidade como o gênero e a geração traz certo apagamento em termos de reconhecimento de direitos, via políticas públicas. Geralmente, as políticas voltadas

para as juventudes não consideram as singularidades desse recorte identitário.

As análises de Romão (2021) partem de dois marcadores temporais que marcam definições e entradas da categoria jovens mulheres no campo político nacional. Os variados movimentos que ocorreram nos anos 2000, a partir da aproximação entre governos e ONGS, inscrevem as jovens no campo dos feminismos, com reivindicações próprias às especificidades da juventude, e a ocupação das escolas, promovida pelos movimentos estudantis, em 2015 e 2016.

Foram entrevistadas cinco mulheres que atuaram nos anos 2000 e oito jovens atuantes nas ocupações estudantis. A autora parte de estudos feminista e de metodologias pós-críticas para analisar o material, além de recorrer aos estudos decoloniais e aos conceitos teórico-metodológicos da interseccionalidade.

Como movimento produzido tendo como base a horizontalidade das ações, as ocupações escolares foram descritas pelas participantes como espaços de formação política formal, na apresentação de oficinas ou aulas com temáticas sobre gênero sexualidade, direitos LGBTIA+, bem como na construção de novas negociações e novos regramentos para as relações de gênero estabelecidas no cotidiano das ocupações. Como participantes ativas e, por vezes, protagonistas desses movimentos, as jovens tratavam de fazer frente a possíveis ingerências dos homens nas divisões de tarefas, produzindo relações pautadas na igualdade entre os gêneros.

Consoante com tais análises, Moresco (2019), na Tese de doutorado sobre as ocupações no Paraná, destaca que, nas ocupações, havia disposição para pôr em xeque os papéis binários de gênero; logo, não se tratava apenas de formação política por meio de oficinas ou palestras sobre o tema, mas também de uma experiência combativa contra as disparidades de papéis exigidos socialmente para os gêneros, ou seja, as ocupações viabilizaram modos de vida diversos e localizados, apesar de sua brevidade (Moresco, 2019). Alegria (2023), em estudo etnográfico sobre ocupações em São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, reforça tais afirmações, ao constatar o avanço na formação política, nas ocupações vinculadas aos movimentos feministas e LGBTs. No mesmo sentido, Silveira (2019) afirma que foi justamente esse caráter de auto-organização, balizado por questões de gênero e sexualidade, pautado pelas mulheres jovens, que fez com que o movimento ultrapassasse sua função como ferramenta política.

Nesta tentativa de compreensão do presente entrelaçado com a produção de jovens mulheres, observo as especificidades de lugares e de sujeitos. Esta pesquisa, apesar da tentativa de diagnosticar as agruras do tempo presente observa que não há possibilidade de

homogeneização e uniformização, tanto dos eventos socioculturais, quanto dos impactos nos sujeitos de tamanha transformação. Sendo assim, busco observar as particularidades de jovens mulheres, em um cenário regional específico, cujos contornos dotam a experiência destas jovens de significações que as diferem entre si e entre tantas outras mulheres em diferentes regiões do Brasil.

Pensar a partir da diferença para tensionar os próprios modos de construção de subjetividades, pois, as jovens mulheres desta investigação, cresceram e se perceberam mulheres, durante esse tempo histórico, sendo atravessadas por discursos antagônicos e por disputas sobre seus corpos. Ainda que muitas delas sequer tenham ciência dos acontecimentos, seus corpos e suas subjetividades estão necessariamente se produzindo em tais circunstâncias. A minha pesquisa buscou reconhecer essas mulheres jovens, em um recorde regional bastante específico, o Cariri Cearense, ciente de que muito já foi dito em relação a conjuntura social brasileira dos últimos anos, busco reconhecer a ação de mulheres sobre si, em um contexto econômico, social e cultural peculiar.

Para mim ao final da revisão de teses e dissertações fica claro o quanto as pesquisas em torno das questões de gênero e sexualidade tem avançado e se complexificado, o recorte dos últimos 13 anos aponta também na direção de estudos voltados para a compreensão da interseccionalidades de vários marcadores de identidade. Nesse sentido apresentar uma pesquisa que se dispõe a compreender como jogos de verdade vêm se impondo sobre corpos já historicamente subalternizados, e os modos como essas jovens agem sobre si mesmas nesse campo de disputas me parece urgente e potente, diante de todo a possibilidade de transformação vinda das lutas feministas.

A black and white illustration of three women from the mid-20th century. They are dressed in dark, button-down blouses and long, flowing skirts. The woman in the center has curly hair and is looking slightly to her right. The woman on the left is looking towards the center. The woman on the right is looking towards the camera. The background is a light color with some horizontal lines.

3

O TEMA E
AS TRAMAS

3 O TEMA E AS TRAMAS

“Se meu fazer é dependente do que é feito a mim, ou melhor, dos meios pelos quais eu sou feita pelas normas, então a possibilidade de minha persistência como um “eu” depende da minha capacidade de fazer algo com o que é feito a mim.”
 (Judith Butler, 2022)

Abro este terceiro capítulo com a concepção de Butler (2022), que compartilho. A autora pontua que, ao sujeito, mesmo diante de todo o constrangimento, é possível uma ação inventiva de si. Essa invenção, no entanto, não é, de modo algum, livre de certas amarras, que o contexto social e linguístico onde vivemos nos impõe. Ela se dá dentro deste próprio contexto, pois é por dentro dele, embebidos de todos os elementos normativos disponíveis, que nos orientamos e desorientamos, num processo contínuo de elaboração de nós mesmos.

Não posso suspender os imperativos normativos postos no mundo. Ao nascer, já me posiciono numa comunidade linguística, onde se compartilha cultura, a qual possibilita reconhecimento. No entanto, assim como a autora pontua, observo que a minha agência é sempre possível, porque, por meio dela, acolho e renuncio normas, através de um corpo vivo inscrito na e pela linguagem. Vou transitando e operando no mundo, por meio de atuações que me garantem mais que uma conformação pacífica, uma crítica constante aos modos pelos quais a “vida é constrangida”.

O reconhecimento do sujeito como dotado de certa liberdade coloca as mulheres jovens que aqui apresento, num lugar de paradoxos, pois, ao mesmo tempo em que vivem num tempo e num espaço que coagem seu corpo a se conformar, segundo determinadas normas, um movimento ativo de crítica pela própria performance do corpo dá ao sujeito certa autonomia de criação de si mesmo.

Destas percepções fui reconhecendo a trama investigativa desta Tese, que neste terceiro capítulo passo a descrever, para tanto se fez necessário um aprofundamento teórico analítico da história dos feminismos e de sua força na construção dos novos modos de ser mulher no contemporâneo. Além disso discorro sobre outro fator central dos contornos desta trama, o avanço do neoconservadorismo, e de pautas antigênero, que se insurgem contra as transformações de comportamentos e costumes, referentes a vivência de gêneros e sexualidades especialmente das mulheres.

No primeiro tópico, trago problematizações relativas as mulheres e os sujeitos do feminismo, reconhecendo a história dos feminismos e o modo como o movimento vêm se transformando e em um desencaixe dialético criando formas de ser mulher ao mesmo tempo

que desestabiliza o conceito de “mulher”. Como trazer as nuances deste sujeito a partir das teorizações quanto ao gênero e à sexualidade, enquanto tecnologias de produção de corpos e de conformação/disrupção de performatividades?

No segundo tópico, tenciono o tempo presente, a partir da exposição dos principais marcadores históricos das disputas acirradas, em torno dos gêneros e das sexualidades que vêm se apresentando na contemporaneidade, a partir da apresentação de como a “ideologia de gênero” tem sido alavancada como um fantasma potente na produção de medos, que vêm guiando uma política radical de extrema direita.

Trago nesse capítulo um aprofundamento quanto ao gênero e sexualidades enquanto conceitos analíticos imbricados em um antagonismo constituinte, que forja a partir de uma cultura e história específica, as possibilidades de ser mulher. Por outro lado, apresento como os rearranjos políticos do presente vêm potencializando disputas, que em última instância, buscam retomar a ingerência sobre gênero e sexualidade enquanto mecanismo de controle dos corpos, impondo uma lógica neoconservadora e fundamentalista, com vistas ao enrigecimento de padrões heteronormativos, que vêm sustentando desigualdades e opressões.

3.1 A CONSTRUÇÃO DAS MULHERES - GÊNERO, SEXUALIDADES E OS FEMINISMOS

Nas olimpíadas de 2024, realizadas na cidade de Paris, um debate a respeito do gênero de uma atleta do boxe olímpico foi ilustrativo, tanto do modo como a extrema direita vem se apropriando das questões de gênero para alavancar seu campo político, quanto do fato de que tudo que gira em torno dos significados de ser mulher, tem gerado controvérsias e sustentado discordâncias dentro dos próprios feminismos, em suas variadas correntes.

A referida atleta, uma lutadora de origem argelina, foi alvo de questionamentos por causa da sua aparência física, que gerou ataques orquestrados baseados na alegação de que ela, supostamente, seria um homem lutando com mulheres e estaria pondo a integridade física das atletas em risco. Uma gritaria coletiva se reproduziu na extrema direita globalizada, que, por meio de alguns dos seus representantes mais notórios, destilou seu ódio na direção de um corpo, que julgavam não ser de mulher ou não se apresentar de modo adequadamente feminino.

As polêmicas quanto ao corpo das mulheres e seu status de feminilidade não são estranhas ao esporte de alto rendimento. Desde a década de 1960, adotam-se, neste meio, formas de definir quais sujeitos podem participar das modalidades femininas esportivas.

Primeiro, utilizou-se um teste de feminilidade, baseado em exames médicos clínicos, que definiam se aquele corpo era de fato de uma mulher. A partir de algumas contestações, passou-se a adotar exames cromossômicos e de níveis de testosterona, para definir a exatidão quanto ao sexo/gênero das mulheres competidoras. No caso da lutadora argelina, logo que os ataques iniciaram, a confederação olímpica esclareceu que a esportista é, sim, uma mulher. Outras informações quanto a uma anomalia cromossômica são reveladas pela imprensa. Os ataques não cessaram; contudo, suscitam algumas ponderações que acrecido serem instigantes nesse debate que proponho. Quem seria uma mulher? Quem estaria apto para defini-la? Quais os desdobramentos políticos relativos a tal questão? Mulher é apenas o sujeito que performa feminilidade?

Longe de ser um debate vencido, a questão da identidade da mulher pontua o contemporâneo. Contudo, muito deste debate tem sido levantado por causa da querela produzida pelo feminismo radical transexcludente (TERFs), que causa estranhamento e inquietação dentro dos próprios feminismos. Em uníssono, a extrema direita, as feministas desta corrente insistem em definições de uma identidade feminina que navega contra o fluxo das correntes feministas mais atuais, levantando ferozes embates contrários às pautas de mulheres trans e sua inserção no movimento feminista. Também fazem uma crítica contumaz ao campo do gênero, pois entendem que esta perspectiva produz o apagamento “da condição da mulher”.

Na defesa por uma luta feminista que se conduza a partir desse sujeito “Mulher”, retomam-se muitos dos elementos excludentes de um feminismo que se supunha ultrapassado. Como aponta Butler (2024), retorna-se a uma perspectiva essencializada da “mulher”, a qual produz efeitos deletérios para qualquer mulher que não se conforma com a normatividade de gênero e seu conjunto arbitrário de regras. Neste caso, a mulher trans, intersexo, ou mesmo mulheres que não performam os padrões do feminino estão sendo perigosamente apartadas deste discurso, sendo assim alvo de questionamentos quanto à sua autodenominação.

É fato que, ao acatar as premissas de tal corrente, retrocedemos a uma época em que as definições de ser mulher se ligavam essencialmente a suas funções biológicas, isto é, a premissa de que nascemos mulher e que existe uma condição natural que predispõe tal sujeito a lugares sociais pré-definidos. Refiro-me a este movimento, por acreitar que pode ser um exemplo para compreender os debates em torno do sujeito mulher, bem como as questões que emergem em torno do tema, nos meios acadêmicos e sociopolíticos, além de demonstrar a diversidade de correntes feministas, as quais pretendo apresentar neste capítulo. Afinal, qual a “condição de mulher” defendida por tais feministas? O que determina tal condição? Se não

nascemos mulheres, mas nos tornamos mulheres, como diz célebre frase de Simone De Beauvoir, quais são os termos desta construção? Não tenho a pretensão de responder de forma definitiva a tais questionamentos, quando investigo os processos de subjetivação de mulheres jovens, até porque tais questões são o cerne do pensamento feminista. É justamente deste debate relativo à identidade de ser “mulher”, que se debruçam os grandes debates teóricos do feminismo contemporâneo.

Enquanto pesquisadora, trabalho com a compreensão de que é impossível abarcar o que é “A mulher” enquanto unidade identitária fechada em si. Afinal, assim como situo a construção do sujeito a partir de processos contínuos de subjetivação, as mulheres são sempre esse complexo vir a ser. Saliento que tal concepção, derivada de uma perspectiva pós-estruturalista, é, por vezes, motivo de suspeita, sendo geradas algumas acusações, pois afirma-se que a desconstrução da identidade mulher traria prejuízos à sua organização política. Concordando com Costa (2002), afirmo que a heterogeneidade com que hoje o feminismo se apresenta, especialmente quando se debate a identidade e a subjetividade, longe de ser fragmentária, tem sido o ímpeto que faz girar a crítica feminista.

A divisão e a discordância dentro das correntes políticas e teóricas feministas fazem parte do seu desenvolvimento, sendo, por vezes, reconhecida como fonte de sua própria força de mobilização. As divergências se dão a partir de alguns pontos, além das distintas formas de conceber o sujeito dos feminismos. Questões como, quais seriam as origens de sua opressão, bem como os modos pelos quais a política organizada deve se pautar são evocadas. Esses elementos estão sempre coordenados e se desdobram em vários feminismos. Além do já citado feminismo radical, existem correntes liberais, socialistas, o feminismo negro, o pós-estruturalista, o pós-colonial; todos eles tentam dar conta de analisar as complexidades da diferença e as desigualdades, além de confluírem para o campo das lutas políticas organizadas.

Ao me dispor a pesquisar mulheres jovens a partir de seus gêneros e sexualidades, parto de certos conceitos e categorias, cuja história reflete, além da construção teórica, o desenvolvimento político do feminismo. Tratar de mulher acarreta observar os movimentos díspares que põem à prova tal conceito. Importa, nesta seção, apresentar alguns elementos das discrepâncias e concordâncias, dos avanços e recuos, que vêm movendo política e teoricamente nossa compreensão desse sujeito e de sua condição, bem como os modos de transpor os efeitos das desigualdades historicamente produzidas.

Mas, afinal, do que trata tal condição? Para poder, de fato, analisar esta questão, é imperativo historicizar o próprio movimento, pois, desde quando se apresenta como movimento político e intelectual, tenta-se delimitar o sujeito do feminismo. É importante

destacar, como aponta Pinto (2010), que o feminismo se apresenta por meio de uma dupla característica, isto é, trata-se de um movimento no qual se desenvola sua própria crítica e teoria. Nesse sentido, converge a militância e a teoria, que tem produzido um embate constante, revelando o transbordamento de ambos: o fazer e o pensar.

Mulheres que se rebelaram contra seu estado de opressão sempre fizeram parte da história ocidental; porém, há um consenso historiográfico no sentido de estabelecer o início do movimento político de luta pelos direitos das mulheres nas últimas décadas do século XIX e do início do século XX. Nesse momento primário, no qual as mulheres eram designadas de sufragistas, destaca-se a reivindicação do direito ao voto. Tal período foi proeminente no contexto europeu, em especial, na Inglaterra. A historiografia tradicional descreve tal movimento tendo como expoentes, mulheres brancas e urbanas, de certo, questiono o modo enviesado como se coloca esse recorde social e racial como protagonista. De todo modo trago uma breve exposição didática quanto a tais eventos, sem deixar de fazer a devida crítica ao apagamento de setores consideráveis, das ciências tradicionais. Dentro das definições convencionais, muitos autores definem esse movimento como a primeira onda do feminismo (Pinto, 2010; Bittencourt, 2015).

As feministas reivindicavam, entre outras coisas, poder votar (numa época em que só os homens votavam nas eleições), ter acesso à educação (ter o mesmo tempo de escolaridade dos meninos) e poder ter posses e bens (quando só homens podiam ser proprietários de uma casa, por exemplo). Dentro desse movimento era formulada uma pergunta, decorrente da ideia de "direitos iguais", que será central nas elaborações posteriores do feminismo: "Se a subordinação da mulher não é justa, nem natural, como se chegou a ela, e como ela se mantém?" (Piscitelli, 2009, p. 122).

Em termos de produção acadêmica e intelectual, a teoria social, já na década de 30, apresentava recursos teóricos, especialmente, a partir do conceito de papéis sociais, para elaborar interpretações relativas às distinções entre homens e mulheres e o seu caráter social. Dentre as várias contribuições, os estudos de Margaret Mead (1968, 1972, 1973), antropóloga estadunidense, se destacam. Pesquisando povos de diferentes culturas na Oceania, a autora constatou que os papéis sexuais e as desigualdades deles derivados são fruto das aprendizagens culturais, ou seja, a diferença sexual tem seu caráter culturalmente construído. Nesse sentido, não há características comportamentais ou temperamentais inatas. Os homens não nascem dotados de virilidade e agressividade, tampouco as mulheres são dóceis, amáveis, por determinações impostas pela maternidade. Cada cultura estabelece comportamentos correspondentes às distinções sexuais, sendo a cultura preponderante nesse sentido.

Algumas décadas depois, no ano de 1949, Simone Beauvoir publica *O Segundo Sexo*,

obra essencial para o feminismo, como o próprio nome do título sugere. A obra apresenta “a mulher” como o outro, o não sujeito, a alteridade, e se torna fulcral para toda a crítica feminista que se desenvolve a seguir (Cyfer, 2015). Ao conceber a mulher como o outro do homem, esse sujeito pretensamente universal, Beauvoir (1949) observa que, para além de transformações legais e de cidadania, a luta das mulheres passava por transformações nos modos de conceber o sujeito mulher. A dominação masculina tem caráter material e simbólico-cultural; logo, as transformações devem considerar tal característica. Para muitos, esta obra inaugura a chamada segunda onda do feminismo, quando os movimentos de libertação dos anos 60 e 70 se insurgem, e os feminismos se estabelecem como força política e acadêmica.

Outro ponto apresentado de forma pujante na obra de Beauvoir refere-se à definição de mulher como o outro de um suposto sujeito universal. A autora contesta os fundamentos do próprio racionalismo. Assim como esse sujeito é uma construção histórica e cultural que ascende o homem ao status de universal, a mulher seria também uma ficção. Restringida por sua própria biologia, a respeito do corpo da mulher se estabelecem vários mitos, que definem uma natureza particular, em que a inferioridade já está posta, pois as expectativas sociais quanto a tal corpo sempre se referem à resignação e à submissão. Apesar de todas as críticas subsequentes, no cerne de tal pensamento, encontram-se muitos dos conceitos que determinam as distinções sexo/gênero, que surgiram nos feminismos de segunda onda.

De acordo com Almeida (1999), Simone de Beauvoir não só apresenta os termos da dicotomia sexo/gênero, mas também é original ao trazer o corpo à tônica, apontando-o não como dado natural, mas como “situação cultural”. Deste modo, o corpo é destituído de suas funções unicamente anatômicas e é entendido em sua inscrição cultural. Assim se abrem possibilidades, pois, nesse lugar dicotômico entre a opressão e a emancipação, surgem possibilidades de escolha. É neste ponto que a autora elabora a desconstrução dos sentidos da maternidade como destino inequívoco das mulheres.

Até aquele momento, as construções simbólicas em torno das mulheres se sustentavam em seus aspectos biológicos, sendo seus corpos apresentados como destinos. Justificavam-se e amparavam-se as desigualdades em motivos que soavam inquestionáveis, factuais, seu corpo era distinto, a anatomia da fêmea humana e sua função premente de procriação a capacita a gestar. Nesse sentido, dota as mulheres de características comportamentais e psicológicas dadas como naturais, dentre elas, a abnegação, a amabilidade, a cautela, o cuidado, todas amarradas à sua função primordial, a maternidade. As atividades ligadas à reprodução foram todas elas definidas como constituintes do que é ser mulher. Nesse sentido,

todo o conteúdo da divisão sexual do trabalho se disfarça no “destino biológico” (Federici, 2017)¹².

A partir destes elementos socioeconômicos, estabeleceram-se os sentidos da categoria mulher nas sociedades capitalistas modernas, sendo a maternidade instituída como princípio de identidade feminina. Com a rígida separação entre o público e o privado, a divisão sexual do trabalho se estabelece a partir da ideia de que o trabalho doméstico é espaço do feminino e competência das mulheres. As atividades laborais nos espaços públicos cabem aos homens; logo, eles devem prover as necessidades de uma família tradicional nuclear. Essa construção, simbólica e material, fruto do capitalismo, é revestida de uma naturalização que, aliada à ascensão de discursos científicos, caracterizam tal divisão como sendo de ordem factual e imutável. “Quando as distribuições diferenciadas de poder entre homens e mulheres são vistas como resultado das diferenças, tidas como naturais, que se atribuem a uns e outras, essas desigualdades também são naturalizadas” (Piscitelli, 2009, p. 117).

Essa concepção da feminilidade e os sentidos de ser mulher vinculados a funções biológicas e de procriação ainda reverberam na atualidade e convivem com outros modos de produção do feminino. Trago essas ponderações com o intuito de elucidar o modo como a condição de ser mulher é produto de transformações culturais, sociais e econômicas, que, no tempo presente, se concretizam de modo acelerado, fazendo com que convivam modelos patriarcais extremamente marcados, com experiências divergentes, que contrastam e contestam as desigualdades entre os gêneros.

Retomando a história dos feminismos e os debates a respeito do sujeito do movimento, na década de 60, os debates se aglutinam em torno de questões como a origem da subordinação das mulheres e das desigualdades decorrentes. Esse debate, dependendo da corrente teórica, dos feminismos socialistas ao feminismo radical, mesmo com certas divergências externas, aponta a gênese das opressões no sistema patriarcal¹³. Este conceito se torna central em tal período e, para além dele, outros conceitos, como o de mulher e opressão.

A chamada segunda onda do movimento feminista traz em seu núcleo teórico-conceitual muitas das ideias trazidas por Simone de Beauvoir (1949). A categoria “mulher”,

¹² No livro, *Calibã e a Bruxa*, Sílvia Federici (2017), feminista marxista de origem italiana, examina como o capitalismo instrumentaliza o sexismo e racismo para sua consolidação. A autora sustenta sua tese na desconstrução da ideia de um patriarcado trans histórico, situando na transição do feudalismo para o capitalismo um investimento na imposição de uma nova disciplina aos corpos femininos. Localiza aí a razão para a desvalorização do trabalho feminino e seu enclausuramento no âmbito doméstico.

¹³ O conceito de patriarcado carrega uma imensa heterogeneidade e polifonia. As várias correntes dos feminismos usam, ou condenam a utilização de tal conceito, a partir de diversas interpretações. Autoras como Heleith Saffioti, Christine Delphy e Carole Pateman são necessárias nas discussões, sendo suas produções referências para o aprofundamento quanto aos debates sobre o tema.

com as características apresentadas em sua obra, foi desenvolvida por outras teóricas, sendo destacados os elementos da opressão vivida pelas mulheres, criando-se assim um senso de “identidade”, ligado pela vivência comum da opressão. Nesse momento, começa a vigorar a ideia de que, para além de classe e raça, as mulheres compartilham um tipo de experiência específica, que perpassa a vida de todas elas. Entendendo que a opressão era vivida por essas mulheres em todos os campos de sua vida, nos mínimos atos cotidianos, era necessário olhar para todos esses lugares e reconhecer que o “pessoal é político”, o que se tornou o mote dos estudos feministas e de suas lutas coletivas (Piscitelli, 2001).

Um ponto relevante a ser destacado nesse período é que enriquecem e complexificam as teorias feministas, à medida que se questionam os termos da opressão das mulheres e os próprios sentidos de uma identidade compartilhada. Ressalta-se que, neste período, a centralidade é nas mulheres brancas, de classe média, do norte global. A título de exemplo da pluralidade teórica dos feminismos, Garcia (2015) destaca a obra “A Mística Feminina”, de Betty Friedan (1971), como um marco na construção do feminismo liberal, corrente destacada especialmente na sociedade americana.

No livro, a autora aponta o fato de que a resposta patriarcal ao sufragismo e a entrada das mulheres nos postos de trabalho foi a mística feminina, que associa a felicidade das mulheres a um retorno ao lugar de mãe e dona de casa, lugar convertido em obrigatório para todas as mulheres. Apesar de restrito em termos de experiência, esse livro criou na sociedade americana um senso de coletividade que foi muito importante para mobilizações políticas, que, naquele momento, reivindicavam a entrada das mulheres no mercado de trabalho e em espaços públicos de tomada de decisão. Apesar da importância em dado período, o feminismo liberal, de acordo com Garcia (2015), foi ultrapassado por um feminismo radical, que se apresentava como alternativa possível dentro da ebulação cultural vivida nos anos 60.

A mesma autora observa que o ambiente social de agitação política que toma conta da Europa e dos Estados Unidos se caracterizava como um movimento contracultural, que reaviva as esquerdas e suas pautas. As mulheres, já inseridas nestes movimentos, começam a inquietar-se com o fato de sua agenda de luta ser, por vezes, desmerecida e negligenciada, fazendo com que percebessem a necessidade de se organizarem de modo autônomo, para além das organizações já existentes.

Outro ponto destacado a partir da segunda onda são as questões da sexualidade, pois viu-se a necessidade de conceituá-la para além da ordem do privado. As compreensões da natureza política das relações de poder estabelecem um outro olhar sobre a própria sexualidade, lançando sobre ela outras compreensões, que vão além de aspectos repressivos,

focando sua centralidade na produção dos sujeitos da Modernidade.

A segunda onda do feminismo traçou um percurso de desconstrução do ser humano universal, traduzida na figura do Homem Branco, para lançar mão da mulher enquanto sujeito de direitos políticos e sociais, além de denunciar as desigualdades no âmbito doméstico e privado, esmiuçando as dinâmicas das relações de poder e sua força para a manutenção da opressão das mulheres. Da mesma forma, a segunda onda fez da mobilização política e teórica pelo reconhecimento das mulheres um traço deste momento, bem como fez surgir ao longo da segunda metade do século XX, “o sujeito do feminismo: as mulheres” (Martins, 2015).

Deste ponto, a partir da entrada das mulheres na academia, quando promovem um campo de estudos que integra várias disciplinas, no qual questionam não só a ausência das mulheres na história, mas o próprio fazer científico, surge um conjunto elaborado de discussões teóricas que, de modo provocativo, se voltam para os próprios discursos tecidos até aquele momento e passam a questionar o próprio pensar sobre esse sujeito reivindicado, “A Mulher”. Destes embates, deriva o pulsar do pensamento feminista, que se empenha em problematizar o seu fazer e o modo como reconstroem equivocadamente o conceito de “mulher”, retomando sua tônica universal. Na ânsia de garantir direitos e reconhecimento às mulheres, estavam sendo reconstruídas postulações relativas a uma identidade unívoca, pouco correspondente à materialidade da diversidade das experimentações das mulheres.

Esse desenrolar histórico apontado até aqui denota que, a partir da crítica ao essencialismo e ao androcentrismo por algum período, buscou-se elevar a mulher à condição de sujeito; porém, ao fazê-lo, retornou-se a dicotomias e naturalizações das quais se buscava fugir. Essa observação, que é produto das críticas, especialmente de feministas não brancas (negras, indígenas, latinas...), arrefeceu o ímpeto na retomada ou na reconstrução do sujeito-mulher, passando então a se falar de mulheres, no plural, diferentes em suas materialidades e subjetividades. Não bastava apontar a diferença entre homens e mulheres, mas as diferenças de mulheres entre si (Siqueira, 2008).

Dos questionamentos de grupos de mulheres negras, de mulheres lésbicas e mesmo de mulheres do sul global, surgem novos modos de pensar o feminismo, mais coordenado com as múltiplas experiências de mulheres e de seus entrelaçamentos com outras categorias. Já na segunda onda, havia contestações quanto aos caminhos tomados pelo movimento, mas, a partir das décadas de 80 e 90, com o fortalecimento do conceito de gênero e as teorizações sobre o “sistema sexo/Gênero” (Rubyn, 1975), o conceito sujeito “mulher” é questionado, revisitado e desconstruído.

No primeiro capítulo, expus o conceito de gênero e a forma como o adoto neste

trabalho. Ao apresentar o tema, antecipei a noção com a qual busco avançar nas minhas problematizações. Além disso, no próprio título desta Tese, recorro a noções de identidade, ao referenciar a mulher jovem. Como espero conseguir demonstrar ao final deste capítulo, não parto de uma dicotomia entre ambos os conceitos: Gênero-mulher. Assim como defendido por Spivak (2010), entendo que a utilização de “mulheres” se deve à importância tática de adotá-la no fazer político, sem nunca presumir essencialidades, mas buscar sempre, ao fazê-lo, adotar um olhar vigilante e crítico. Esclarecido este ponto, retomo os debates a respeito da terceira onda do feminismo e os estudos sobre gênero.

Conforme exposto no primeiro capítulo, o conceito de gênero surge na segunda onda do feminismo. Primeiramente, é utilizado como contraponto ao sexo. Teoricamente, inscreve-se como o oposto cultural, a concepção de sexo e sua natureza biológica. Pensar o gênero para além da dicotomia sexo/gênero e reafirmar os feminismos distantes de uma identidade comum de mulher passa a ser o mote dos feminismos de terceira onda. Sustentado pelos feminismos negros e suas frutíferas contestações aos feminismos que desconsiderem a pluralidade da categoria, o pós-estruturalismo ganha força e com base nele, são radicalizadas as críticas à identidade e aos modos de conceber as subjetividades na Modernidade. Tais críticas não supõem a anulação ou o aniquilamento do sujeito, como vociferam alguns de seus detratores, mas busca-se reordenar e radicalizar as noções de uma identidade, que, ao se construir a partir de pressuposto de universalidade, produz exclusões e desigualdades.

Desconstruir o sujeito do feminismo não é, portanto, censurar sua utilização, mas ao contrário, liberar o termo num futuro de múltiplas significações, emancipá-lo das ontologias maternais ou racistas às quais esteve restrito e fazer dele um lugar, onde significados não antecipados podem emergir (Siqueira, 2008).

Não se trata de abandonar a categoria gênero, mas de problematizá-la, dotando-a de outros sentidos, de múltiplos significados, entendê-la como constituída por condições diversas, instáveis e impermanentes, além de compreender que “a distinção entre masculino e feminino não esgota os sentidos do gênero” (Piscitelli, 2009, p. 135), pois existem pessoas que estão fora das inscrições de normalidade, cujos corpos são dissonantes da experiência de gênero; outras, cujos sentidos de masculinidade e feminilidade não dão conta de suas experiências. Essa afirmação implica reconhecer o conjunto de aparatos linguísticos e materiais, como o direito e suas legislações, a medicina e as patologias, como espectros discursivos, produtores de subordinação de corpos desviantes.

É importante destacar que, assim como já afirmado por Rubin (1975), existe em todo

esse aparato uma lógica da heterossexualidade compulsória, que prima pelo controle da sexualidade. Atua-se na construção da lógica sexo-gênero e desejo, ou seja, a concordância com que um corpo cuja genitália seja feminina é uma mulher, cujo interesse é naturalmente voltado ao seu par oposto, um homem. Assim, pensar fora do binarismo de gênero nos impõe a ampliação do sujeito mulher. A título de exemplo, pensemos no próprio caso de mulheres lésbicas, cuja incoerência entre o gênero e o desejo as coloca num lugar de desordem. Monique Wittig (2019) observa que, a partir do movimento de liberação das mulheres, para as lésbicas, ser mulher sempre souo opressivo, uma coação política, pois, diferente do argumento da congruência do corpo e dos modos de ser mulher, as lésbicas eram acusadas de não “serem mulher de verdade”, pois a verdade da mulher estaria justamente na sua heterossexualidade. A autora pontua que o próprio questionamento de que ser “mulher não é algo inequívoco” já mostra o caráter ficcional e contingente da feminilidade.

Assim como Rubin (1975), Wittig (2019) também subverte a lógica binária do feminismo dominante, tanto o binômio homem e mulher, quanto o binômio sexo e gênero. A sofisticação de suas elaborações teóricas aprofundou os debates sobre o sujeito dos feminismos para além da identidade mulher. Pensar as mulheres em termos de gênero traz necessárias implicações na sexualidade e suas normas e nos modos como os sentidos relativos à mulher sempre são vinculados à heterossexualidade e à sua compulsoriedade, o que torna a lógica identitária intrincada e alarga os limites das compreensões quanto ao sujeito.

Neste pensamento de Wittig (2019), já está anunciada a performatividade, como noção de que a mulher e mesmo a heterossexualidade não são anteriores aos seus atos ou aos dizeres sobre eles. Os problemas de gênero referidos por Butler (2016) recorrem a Wittig (2019), para notar que a própria diferença sexual não se estabelece previamente aos discursos e interpretações que dizem sobre ela. Nesse sentido, um conjunto arbitrário de significações se inscreve em atos corporais performativos (Warmiling; Bastone, 2023).

Pensar em gênero nas teorizações butlerianas é pensar a partir de performatividade, conforme a autora explica:

Nesse sentido, um gênero não é de forma alguma uma identidade estável do qual diferentes ações acontecem, nem seu lugar de agência; mas uma identidade tenuamente constituída no tempo - identidade instituída por meio de uma repetição estilizada de certos atos. Os gêneros são instituídos pela estilização do corpo, e por isso, precisam ser entendidos como o processo ordinário pelo qual gestos corporais, movimentos e ações de vários tipos formam a ilusão de um Eu atribuído de gênero imemorial. Essa formulação retira a produção do gênero de um modelo essencial de identidade e a coloca em relação a uma determinada temporalidade social (Butler, 2019, p. 213-214).

Butler apresenta os gêneros como reflexo de ações cotidianas. Não estando “passivamente inscrita nos corpos”, essa instabilidade, inconsistência e contingencialidade são suas características. O sujeito, a mulher, o homem, o não-binário, o *queer*, os gays, as lésbicas (e todo o conjunto de identidades de gênero e sexuais), não são identidades pré-fixadas no tempo, muito menos determinações sociais históricas e culturais, se constroem na performatividade diária de um corpo constrangido, que atua o tempo todo com “ansiedade e prazer”.

Os argumentos de Butler também são centrais para os feminismos trans e para as teorias *queer*, partindo de várias das perspectivas teóricas já citadas. O movimento de problematização de gênero também opera na desconstrução das sexualidades. Nesse sentido, busca-se elaborar uma luta política de inclusão mais ampliada, além de uma produção acadêmica bem mais radical em termos de proposições da desconstrução da identidade. Os sentidos de ser são descolados do binarismo mulher/homem, homossexual/heterossexual e primam por uma abordagem que desloque as noções de identidade que pressupõem qualquer natureza ontológica, flexibilizando por completo o sistema sexo/gênero.

O reordenamento quanto aos gêneros e sexualidades é fortemente amparado pelo pós-estruturalismo, que oferece como substrato a perspectiva de analisá-los como fluidos e indefinidos. Ou seja, o discurso que impera na sociedade estabelece certos padrões, dentre eles, o padrão de masculinidade e o de feminilidade, que só se tornam determinantes através da constante reiteração. Aqui destaco, em linha com críticas impostas ao pós-estruturalismo, que alguns grupos feministas questionam um suposto niilismo, fruto de tais teorizações. Aponta-se que tal pensamento seria incapaz de apontar caminhos reais, para além da destruição do próprio sujeito. Diante da pergunta central deste capítulo sobre o que vem a ser mulher e qual é o sujeito do feminismo, convém apontar que tais críticas soam inócuas, dado o refinamento teórico e o próprio avanço político dos feminismos nos últimos anos.

As concepções de gênero e de sexualidade que atravessam o pensamento de Butler (2016) nascem da própria contestação dos feminismos ao perigo de se replicar a essencialidade dos sexos ao construto de gênero. Mais do que isso, observo a empreitada butleriana como muito próxima das críticas de mulheres negras ao movimento teórico feminista, que estaria produzindo circularidades, um retorno à naturalização, a partir da negação da diversidade de experiências de mulheres. Esta perspectiva quanto aos gêneros nos convoca para uma crítica constante às tentativas de apreender as mulheres num conceito unificado.

No mesmo período na década de 1980, também se consolida o pensamento feminista

negro e anticolonial. Somando-se a eles, o conceito de interseccionalidade (Crenshaw, 2002) é explorado como possibilidade analítica da pluralidade de opressões que constrangem a experiência de mulheres. A crítica aos gêneros avança com alternativas plausíveis de conceitos, que englobam as múltiplas diferenciações que se articulam. Ressalta-se que o feminismo da diferença já se apresentava de modo inconteste, exigindo formulações que se atrevessem a abarcar os vários marcadores da diferença que se consolidaram nas sociedades pós-modernas.

É necessária a ressalva de que, quando destaco os tipos de opressão, devo deixar marcadamente pontuado que não há uma hierarquia entre as opressões (Lorde, 2019). A opressão de classe não se sobrepõe ou se posiciona acima das opressões de gênero, do mesmo modo que a intolerância quanto experiência não normativa de sexualidade ou mesmo de idade e nacionalidade, não pode ser concebida a partir de hierarquias.

Nesta fase da teoria, a questão emergente não se refere apenas a postular sexo e gênero fora de seu conteúdo binário, mas tentar deslocar o próprio conceito de gênero de qualquer preponderância sobre outras categorias analíticas. Os gêneros devem ser entendidos em articulação com outras formas de diferença, pois, de outro modo, não seriam possíveis análises e explicações ou qualquer tentativa de superação das desigualdades. Além do já mencionado conceito de interseccionalidade, buscam-se outros conceitos, na tentativa de, por meio deles, consubstanciar modelos teóricos que deem conta da análise do sujeito do feminismo. Pontuo aqui a noção de nacionalidade como marcador de articulação com os gêneros, a partir do movimento feminista do sul global, que convoca todo o feminismo a pensar a partir do colonialismo e seus efeitos, na produção de diferenças e desigualdades na experiência dos povos continuamente subalternizados (Piscitelli, 2008).

Vale aqui a ponderação de que esse esboço sobre a história dos feminismos e do sujeito por meio do qual se articula não deve, de modo algum, ser lida como uma história progressiva; tal separação se dá apenas para fins de compreensão didática. Além disso, essa historicização se refere particularmente aos Estados Unidos e à Europa; na periferia do mundo, os embates políticos e impasses acadêmicos tiveram contornos próprios. Percebe-se, desde a apresentação do movimento de terceira onda, a ascensão da voz das mulheres de outras partes do globo, que se insurgiram para garantir lutas globais, partindo do reconhecimento de que as disparidades geográficas encerram modos de vida diversos, que, muitas vezes, circunscrevem uma realidade social, fruto de anos de exploração econômica e de dominação cultural.

Considerando os sujeitos deste estudo, passo a destacar brevemente alguns aspectos do feminismo no Brasil, pois há particularidades que denotam não só um modo próprio de fazer

política e de lutar pelo reconhecimento de direitos, como também de uma concepção de mulher e de sujeitos, fruto de um contexto social fortemente marcado por desigualdades sociais, intolerâncias de várias ordens e por um racismo estruturante.

Pinto (2003) caracteriza o movimento feminista no Brasil como difuso, com tendências variadas. Os primeiros movimentos são do final do século XIX e primeiras décadas do século XX, a partir de duas tendências principais: A primeira, denominada de bem-comportada, tem como foco de luta o sufrágio, sem nenhuma crítica ou questionamento quanto às origens das opressões das mulheres. Destaca-se que esse primeiro momento é marcado por um certo personalismo de mulheres, a maioria da elite econômica, intelectuais e escritoras.

A segunda tendência apontada pela autora, chamada de “mal-comportada”, tratava das anarquistas, operárias, intelectuais, que levantavam pautas culturais e comportamentais, como o divórcio, indo além do campo dos direitos políticos. Nesse mesmo período, a autora ainda observa que havia “os menos comportados dos feminismos”, entre os quais fervilhavam ideias comunistas e anarquistas.

Entre o golpe de 1937 e a retomada dos movimentos feministas em 1970, houve um período de maior estagnação; contudo, se destacam algumas mulheres e eventos distantes dos movimentos organizados, que se apresentaram no período da ditadura militar. A autora traz o feminismo pós-68 como um outro marco para a consolidação do movimento feminista brasileiro, articulado com os movimentos europeus e norte-americanos.

Já Duarte (2019) classifica o movimento feminista no Brasil a partir de quatro momentos: o primeiro deles, ainda nas primeiras décadas do século XIX, época em que a condição da mulher era de confinamento à realidade do lar e à vida doméstica. Após o direito adquirido de ler, escrever e frequentar escolas, datado de 1827, germina um incipiente movimento daquelas mulheres letradas, na busca por direitos sociais e igualdade civil.

Nas décadas de 1870, a ampliação da educação para as mulheres, sua entrada no mundo intelectual, além da inserção em ambientes públicos contribuíram para o florescimento de uma crescente manifestação literária e jornalística de mulheres, que tratavam de suas inquietações. Aí começam as manifestações em busca de uma cidadania mais plena para as mulheres, que desemboca numa luta mais organizada, que eclode no início do século XX. Em estreita relação com as lutas travadas na Europa, surge o movimento pelo direito ao voto, tendo como expoente Bertha Lutz, uma liderança destacada que se embrenha no campo político tanto no Brasil, como internacionalmente, tendo sempre como bandeira, a igualdade de direitos entre homens e mulheres (Duarte, 2019).

O quarto momento destacado por Duarte (2019) é também dos anos de 1970. A autora observa que “o feminismo tem seu momento mais exuberante, aquele que foi capaz de alterar radicalmente os costumes e transformar as reivindicações mais ousadas em direitos conquistados” (Duarte, 2019, p. 41). O feminismo da segunda onda, já descrito anteriormente, chega ao Brasil em outras circunstâncias e assimila as particularidades históricas do período conturbado em que vivíamos (Álvarez, 1990; Costa, 1980; Goldberg, 1982; Moraes 1985). No auge da repressão da ditadura militar, aliadas a todas as bandeiras do movimento feminista, estavam as lutas contra o autoritarismo, em busca da retomada da democracia.

Muito do feminismo daquele período foi semeado no exílio (Pinto, 2003), sendo, portanto, característico o fato de o movimento se desdobrar dentro e fora do país. Fato que desencadeou um quase irreconciliável paradoxo, pois, para os movimentos revolucionários e da esquerda organizada, o feminismo era “um sério desvio pequeno burguês” (Pinto, 2003). Como aponta Heilborn e Sorj (1999), “os problemas sociais em sociedade altamente desigual impuseram ao feminismo brasileiro uma orientação muito mais moderada no que diz respeito ao confronto entre os sexos e mais articulada ao discurso dominante nas esquerdas” (p. 3).

O movimento então se dá entre diferentes classes sociais, mulheres mais abastadas e intelectuais, que, impactadas por mudanças comportamentais e culturais, apregoam as ideias de busca por igualdade de direitos e questionamentos quanto à origem das opressões. Diante da censura imposta pelo regime, as feministas usavam como pano de fundo e subterfúgio para existirem, a declaração da ONU, em 1975, do Ano Internacional da Mulher (Sarti, 1998). Grupos de mulheres começam a se organizar abertamente e ocorrendo uma articulação com movimentos de mulheres de classes populares, o que proporciona uma articulação fortuita entre mulheres de diferentes classes sociais.

Essa atuação conjunta marcou o movimento de mulheres no Brasil e deu-lhe coloração própria. Envolveu, em primeiro lugar, uma delicada relação com a Igreja Católica, importante foco de oposição, diante do vazio político deixado pelo regime militar. As organizações femininas de bairro ganham força como parte do trabalho pastoral inspirado na Teologia da Libertação. Isto colocou os grupos feministas politizados em permanente enfrentamento com a Igreja na busca de hegemonia dentro dos grupos populares. O tom predominante, entretanto, foi o de uma política de alianças entre o feminismo, que buscava explicitar as questões de gênero, os grupos de esquerda e a Igreja Católica, todos navegando contra a corrente do regime autoritário (Sarti, 2001, p. 37-38).

Essa tendência do movimento feminista brasileiro tem a conciliação como marca irrefutável, que a acompanha até os dias atuais. Scavone (2008) traz como exemplo a questão da política do aborto, que, na década de 70, era excluída das pautas, devido à articulação com

a igreja católica. Posteriormente, o debate migrou para a luta pela descriminalização e pela garantia do direito ao aborto, nos casos já previstos em lei. De acordo com a autora, a negociação política marca a luta em prol do direito ao aborto, demonstrando, mais do que a força do conservadorismo, uma característica muito particular do feminismo brasileiro: uma “vocação” para os entendimentos e as coalizões.

Diferente de Duarte (2019), Pinto (2003) classifica o momento da redemocratização como outra etapa do Feminismo Brasileiro. Naquele período e durante toda a década de 90 e, posteriormente, nos governos Lula e Dilma, ocorre uma institucionalização do movimento, que adentra o Estado e, a partir de secretarias e ministérios, são estabelecidas políticas públicas voltadas para mulheres e LGBTs, além de impulsionarem o estabelecimento de leis de proteção contra a violência, como a Lei Maria da Penha e a legislação do feminicídio. Apesar desses avanços legais, existem acusações de que, ao institucionalizar o movimento, ele perdeu sua conexão com as bases e com o cotidiano das mulheres, abrindo mão de seu caráter crítico e revolucionário. Acredito que a movimentação dos últimos anos tem demonstrado que, apesar de tal profissionalização, o movimento tem se reinventado de outras formas, especialmente, entre as juventudes.

No que se refere ao campo acadêmico, Heilborn e Sorj (1999) constatam que também ocorrem diferenças em relação ao cenário de embates descrito na realidade americana. Apesar de algumas divergências e machismos impostos pelo modelo hierarquizado das universidades, as mulheres pesquisadoras adentraram no campo das ciências sociais com pouca disposição para o embate, integrando ao modelo vigente, seus estudos e temáticas. Vale a ressalva de que as transformações em termos conceituais e teóricos do estudo de mulheres, no estudo de gênero e das relações de gênero, também ocorrem no campo acadêmico brasileiro. Corrêa (2001), corroborando tal fato, discorre sobre a história do feminismo acadêmico no Brasil, a partir de sua experiência pessoal e observa que, quando da entrada dos estudos de gênero no campo científico brasileiro, houve bastante receptividade. A autora ressalta que se percebe uma clara continuidade entre o feminismo dos anos 70 e os estudos de gênero nos anos 90, corroborando suas percepções acerca da dimensão política dos estudos de gênero em toda sua trajetória.

É importante notar que a lacuna quanto às questões de raça, que já era denunciada nos espaços acadêmicos internacionais, também foi apontada por mulheres negras brasileiras, que percebiam a dinâmica muitas vezes excludente da análise da história das mulheres em descrédito das questões raciais impostas no país. As desigualdades intragênero eram, por vezes, negligenciadas, especialmente, entre as feministas da década de 70. Já no período da

redemocratização, observamos que o tensionamento produzido por mulheres negras, indígenas, lésbicas, deficientes vêm modificando consubstancialmente o movimento. Audrei Lord (2019), a partir de sua experiência no movimento estadunidense, faz menção a tal questão, com bastante clareza.

De modo geral, dentro do movimento das mulheres hoje, as mulheres brancas se concentram em sua opressão como mulheres e ignoram diferenças de raça, preferência sexual, classe e idade. Existe a falsa aparência de uma homogeneidade de experiência sob a capa da palavra irmandade que de fato não existe (Lord, 2019, p. 241).

Como mencionado no segundo capítulo, Lelia Gonzalez (2020), Sueli Carneiro (2019), Beatriz Nascimento (2021) despontam no movimento feminista e dentro do cenário acadêmico, trazendo profundas provocações quanto ao incontestável entrelaçamento das questões de gênero e raça, especialmente, no nosso país. Qualquer elaboração teórica que invoque a compreensão filosófica ou sociológica sobre a experiência de mulheres deve atentar-se para a mulher negra e sua condição particular, numa sociedade estratificada, na qual, o maior peso referente às desigualdades recai sobre os corpos de mulheres negras periféricas.

O feminismo negro produziu um arcabouço teórico crítico fundamental, para compreendermos as complexidades produzidas pelo entrecruzamento de categorias como raça, classe, gênero, geração, nacionalidade e, mais do que isso, apontar a invisibilidade em relação a elas e sua condição obriga o movimento a se repensar, a se reelaborar, pois os discursos feministas não abrangiam todas as mulheres. A omissão em relação às mulheres negras e indígenas diz muito sobre o lugar de subordinação a que sempre foram relegadas no nosso país.

Os estudos acadêmicos também se apropriaram de conceitos vindos de fora do Brasil, subvertendo-os e interpretando-os, ao abordarem temas como a solidão da mulher negra, a hipersexualização de seus corpos, entre outros. Assim, as discussões sobre as violências são reelaboradas. No caso das violências experimentadas por mulheres negras, elas não se limitam à violência física. A violência simbólica que vincula a beleza à branquitude é um desses exemplos, que, de modo pouco visível, dissociam da mulher negra valores vinculados à positividade. Tal violência constrange e até mesmo inviabiliza experiências afetivas e sexuais de mulheres negras, reafirmando a estigmatização secular em relação a elas (Carneiro, 2019).

Olhar para as particularidades das mulheres brasileiras, inclusive a partir de suas regionalidades, tem se mostrado frutífero, no que se refere ao desenvolvimento teórico acadêmico, bem como, na construção de um movimento feminista mais atento às

necessidades de mulheres tão distintas. A história do Brasil é marcada por um processo de exploração colonial e pelo extermínio e a escravização de populações negras e indígenas. A construção das relações de gênero e sexualidade está fortemente entrelaçada com esta história; por isso, é importante observar as mulheres brasileiras, a partir da singularidade de suas histórias e experiências.

O modo como o feminismo brasileiro se desenvolveu, mesmo muitas vezes se esquivando do aprofundamento em questões consideradas não aglutinadoras, como a sexualidade e o aborto, garantiu que os debates inclusivos em torno de mulheres pobres e negras fossem bastante relevantes. Tal característica se vislumbra mais facilmente no feminismo brasileiro do que no campo internacional. As abordagens que não privilegiam as ideias de uma mulher ou de um sujeito universal sempre assentaram a prática e a teoria no país (Hollanda, 2019). Segundo Carneiro (2019), o movimento feminista brasileiro sempre se vinculou às lutas populares e pela democratização, sendo tal característica motivo de orgulho para as feministas. Mais do que orgulho, ressalto que tal enredamento tem possibilitado, desde sempre, uma prática articulada, o que, em termos teóricos, também se destaca e se diferencia, pelo fato de as análises inclusivas e plurais se tornarem predominantes.

Esta pujança do movimento feminista brasileiro se coordena com a ascensão de um arcabouço teórico feminista, que começa a se desenvolver a partir do sul global, da América Latina, do Caribe e de outros continentes marcados pelas relações coloniais. Proliferam os estudos que consideram a colonialidade como um marcador importante e passível de análise. Por meio desses estudos, ganham força e desdobram-se teorias, que abordam as mulheres a partir de suas multidimensionalidades subjetivas.

Lugones (2003), fazendo uma crítica ao modo como o gênero é negligenciado na obra de Quijano (2005) em suas análises quanto a colonialidade do poder, inaugura na academia o feminismo decolonial, que reconhece a dinâmica racista e colonial da Modernidade. Partindo de amplo arcabouço teórico de acadêmicos da América do Sul, a autora questiona os preceitos da colonização europeia, aplicados aos povos americanos, que, galgados em cientificismo racista, subjugaram e exploraram economicamente povos negros e indígenas, observando que mulheres não brancas foram e são afetadas até hoje de modos bastante específicos.

A autora observa que, além da raça, o gênero foi utilizado como operador de controle e de exploração desta população. Os colonizados tidos como incivilizados eram destituídos de qualquer sentido de humanidade. Cabia à colonização o trabalho de inseri-los numa ordem cultural dita civilizada. Este processo deixou marcas indeléveis em todo o continente latino-americano, cujas consequências se fazem presentes até os dias de hoje, tanto na cultura local,

como nos próprios sujeitos. Tais marcas são resultado da distribuição desigual de poder, que não cessou após os processos de libertação dos países do continente.

Matos (2010), investigando tais perspectivas, se pergunta quanto às possibilidades de um novo feminismo insurgente a partir do sul global. Partindo da análise de teorizações de justiça social de Nancy Fraser (2005) e confrontando-as com Mohanty (1984) e sua crítica aos feminismos de origem anglo-saxônica, a autora tece considerações a respeito de uma nova onda de feminismo que vêm se consolidando entre mulheres feministas do ‘terceiro mundo’. As críticas de tal movimento dizem respeito à significação estereotipada e racializada das mulheres do “terceiro mundo”, entendidas como conservadoras, não letradas, atrasadas, religiosas (Mohanty, 1984). Pensar num feminismo globalizado e transnacional significa considerar todas as dinâmicas de desigualdades e as idiossincrasias de cada movimento nacional. O feminismo decolonial associa-se à exigência de um feminismo interseccional, contra-hegemônico e anticapitalista.

Uma articulação frutífera entre a teoria decolonial e a teoria *queer* vem produzindo efeitos, especialmente nos países latino-americanos. Hollanda (2020) observa que houve uma necessária aliança entre questões sociais e econômicas, tanto que tais estudos têm sido valiosos para a reelaboração de estudos e políticas da sexualidade. Como observa Rea (2020), as questões de gênero e sexualidade não podem ser separadas da história colonial do Ocidente, nem das manifestações racistas, xenófobas e anti-imigratórias que produzem.

Todo esse conjunto de perspectivas teóricas, entrelaçado com a organização de movimentos sociais, nos apresenta um panorama dos feminismos e do sujeito dos feminismos. Chegamos na segunda década do século XXI como uma força política capaz de conter uma onda neoconservadora. Todas as vezes que, nas últimas décadas, os direitos das mulheres estavam ameaçados, com determinação, as mobilizações coletivas resistiram. Tal força e mudança se observa nos sujeitos, nas novas gerações e no novo modo de construção de subjetividades. Concebido em uma sociedade cujas compreensões sobre as mulheres já se estruturaram a partir de discursos sólidos de equidade, observa-se que os feminismos foram capazes de arregimentar-se não só enquanto movimento político, mas também como modo de vida e de invenção de sujeitos.

Margareth Rago (2004), referindo-se a estes outros modos de construção da identidade feminina e feminista, apropria-se de Foucault, para refinar a ideia de uma estética feminista da existência. De acordo com a autora, essa subjetividade prometida pelo feminismo se aproxima das ideias de Foucault no sentido de uma “intensificação do cuidado de si”, preconizada pela capacidade de criação de uma sociabilidade que abarca a solidariedade, a amizade e as

diferenças.

Assim como a autora, refiro-me à subjetividade a partir de processos de subjetivação, entendendo que o feminismo, assim como o pós-estruturalismo de autores como Foucault e Derrida, preconizam “subjetividades móveis, complexas e mutantes” (Braidotti, 2002). Como apresentado até aqui, os feminismos dobram-se sobre si mesmo, num movimento crítico, promovendo transformações. Tais mudanças ocorrem tanto no que se refere ao reconhecimento de direitos, quanto em mudanças de construção de si de mulheres. Estão justapostos estes dois pontos: as mulheres, ao lutarem por direito aos espaços públicos, por autonomia sobre seus corpos e sexualidade, desestabilizam a solidez das identidades e propõem “outras condições de subjetividade para si mesmas” (Rago, 2004).

Não só as mulheres que se identificam como feministas, mas também as que desconhecem ou negam sua potência são convocadas pelos variados discursos que penetram nos campos políticos e culturais. A condução subversiva de suas lutas contagia as instituições e os sujeitos na contemporaneidade. Mesmo o forte discurso antifeminista não conseguiu operar no sentido de desestabilizar suas pautas. Hoje, com as mídias sociais e a profusão de informações e conteúdos, têm-se garantido que, muito precocemente, meninas e mulheres jovens tomem conhecimento dessas pautas em discussão. Mais do que o conhecimento a respeito dos feminismos, as jovens sentem e se inscrevem numa sociedade em que os discursos misóginos são rechaçados, enquanto as noções de feminilidades plurais são cultivadas e exaltadas.

Não há dúvida de que o movimento feminista realizou importantes avanços em múltiplas dimensões da vida das mulheres e da coletividade: ao mostrar que “o pessoal é político”, ao desfazer as fronteiras entre o público e o privado, ao ampliar o conceito de política e de cidadania, ao subverter as noções do corpo e da sexualidade produzidos por relações de saber-poder, e ao criar uma epistemologia própria. No entanto, ainda são relativamente limitadas as reflexões sobre a produção da subjetividade nesse campo, em que pesa a enorme experiência de crítica à identidade feminina tradicionalmente valorizada (Rago, 2019, p. 4).

Reforço esta última ideia de Rago (2019) sobre a importância de questionar as identidades ao mesmo tempo em que se investigam outras produções de si, pois entendo este ponto como justificativa para o que apresento como achados desta investigação. Fazer esse movimento de retomada teórica do campo dos feminismos e da produção discursiva das mulheres foi importante para adensar minhas compressões das Entrevistas Narrativas, pois elas relevaram possibilidades inventivas de mulheres jovens, muitas delas impactadas por esse novo movimento cibernetico que nasceu de uma história de lutas constante.

Observados os elementos históricos dos feminismos, trago a seguir as condições históricas do Brasil quanto aos embates no campo do gênero e da sexualidade que desabrocharam nos últimos anos. Fiz esse movimento, na tentativa de definir as bases para o surgimento de discursos tão antagônicos em torno da temática, e apresentar o contexto propício de recrudescimento de políticas neoliberais, alinhado a discursos conservadores. Além disso, busco entender como, em contexto tão ríspido, os movimentos e lutas feministas foram se organizando no sentido de defender suas conquistas. Nesse ambiente e por meio de tais disputas se assentam modos de ser de mulheres que se entenderam como tal neste tempo de disputas e rupturas, são tais elementos dicotômicos que vemos conduzindo a experiência de jovens no Cariri Cearense.

3.2 O PRESENTE - “DISFÓRICO E REVOLUCIONÁRIO?” - OS FANTASMAS DE GÊNERO E O CAMPO SOCIAL BRASILEIRO

“E as ruínas, apesar de tudo, são melhores que o capitalismo, melhores que a família heteronormativa, melhores que a ordem social e econômica mundial. Melhores que qualquer deus. Porque são nossa condição presente: nosso único lar”
 (Preciado, 2023)

Paul Preciado (2023), como já havia anunciado na introdução desta proposta, é um dos autores no qual amparo as noções de ruptura e de transformação no contemporâneo. Este subcapítulo trata de suas teorizações a respeito do que o autor entende como mundo disfórico. A disforia é um conceito diagnóstico que perpassa o campo da psiquiatria e define várias condições psicopatológicas, entre elas, a disforia de gênero, que inscreve a experiência de corpos transsexuais a partir da sua patologização. Preciado (2023) assimila tal conceito e reelabora seus significados para falar da inconformidade generalizada, produzindo uma transmutação irreversível no tempo presente.

A disforia não existe como doença individual. Ao contrário, é preciso entender a *dysphoria mundi* como efeito de uma defasagem, de uma brecha, de uma falha entre dois regimes epistemológicos: entre o regime petrossexorracial herdado da modernidade ocidental e um novo regime ainda balbuciente que se forja através de atos de crítica e desobediência política (Preciado, 2023, p. 27).

Esse contexto geral, retratado por meio de um universo onde a guerra se perpetua e os modos de controle proliferam e se sofisticam, convive com o desmoronamento de vários ordenamentos que ditaram a forma de organização e de hierarquização das sociedades

modernas. Não podemos desconsiderar a potência com que emergem vários movimentos sociais de contestação, de mulheres, de negros, de transexuais, de não binários, de deficientes, de defensores de uma nova ecologia política (Preciado, 2023). Diante destes dois movimentos antagônicos, circunscreve-se um presente, que, segundo o autor, nos dispõe a uma possibilidade de criação. Não basta apenas desconstruir os preceitos da modernidade capitalista, é preciso uma reinvenção das formas de subjetividade, alinhadas com uma nova política ecológica ambiental e com novas formas de viver na coletividade.

Aqui não pretendo trazer elementos de teorizações que se debruçam sobre as possibilidades de revolução, mas, no momento, atenho-me ao modo como Preciado (2023) sustenta suas análises relativas a um mundo que se transforma e cujas transformações se organizam em torno de uma nova epistemologia sexual e de gênero. Entendendo os gêneros e as sexualidades como tecnologias de poder que atuam na produção de quem somos, estamos diante de elaborações subjetivas desamarradas dos binarismos próprios da heteronormatividade.

Diante de tais mudanças, uma contraofensiva se organiza com o intuito de conter qualquer deslocamento no campo dos gêneros e das sexualidades, agarrando-se dramaticamente a um modo de vida que privilegia a norma heterossexual como natural e imutável. Essas respostas são elaboradas por meio da exploração do medo, especialmente, o medo fabricado em torno do gênero e das sexualidades. Pretendo, ao longo deste subcapítulo, descrever como foi possível a transformação do gênero em um fantasma¹⁴, que eclipsa todos os medos e angústias de um futuro incerto. A fabricação desse medo vem sendo o motor central do movimento, que reconfigura as forças de recrudescimento do regime neoliberal e heteronormativo.

Para fazer tal análise é preciso compreender o contexto de onde falo, afinal o que está em ruínas é o próprio capitalismo? o modelo neoliberal? As democracias liberais ocidentais? Sem pensar ainda no que está por vir, cabe aqui destacar algumas dinâmicas que se instaram a partir da imposição do neoliberalismo, que estabelece as noções de um estado mínimo, com privatizações, parcerias público privadas, desinvestimentos e desregulamentações.

Para além de todo este enredo econômico, vale destacar, que aqui nesta investigação, pensa-se o neoliberalismo como uma racionalidade, que impõe um modo de ser e valorar as relações, imersas em um sentido de atomização, individualismo e competição. Foucault (2008)

¹⁴ Butler (2024), no livro “Quem tem medo de Gênero”, discute como o gênero tem sido um fantasma, em torno do qual se aglutinam vários medos, condensando-se temores, muitas vezes reais, referentes ao futuro e aos riscos dos modos de vida contemporâneos se dissiparem diante de uma ameaça climática.

explora a questão da governamentalidade neoliberal, que de acordo com Avelino (2018), em uma perspectiva genealógica situa o neoliberalismo como acontecimento discursivo, que diz do que somos, fazemos e pensamos no tempo presente. Partindo de Foucault, Dardot e Laval também ratificam a racionalidade neoliberal como “sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (Dardot; Laval, 2016, p. 7).

Brown (2019), trata do neoliberalismo a partir dos mesmos termos, que vão muito além dos ditames econômicos de austeridade “a racionalidade neoliberal é produtiva, formadora do mundo”, nesse sentido seus preceitos não perpassam apenas as políticas estatais, elas estão em toda parte, nas cidades, nas escolas, nos hospitais, nas formas de lazer, se transmutam em todas as “formas de desejo e das decisões humanas”. A autora assim como Foucault (2008) analisa as formulações de Hayek, um dos principais teóricos do neoliberalismo, para compreender como a razão neoliberal coloca “a liberdade de mercado como um princípio ontológico e normativo abrangente” (Brown, 2021, p. 105).

Mas afinal quais são os efeitos de tal modo de governar os estados e as pessoas, Brown (2021), destaca as angústias produzidas por um modelo econômico que esfacela as condições de vida das classes trabalhadoras e impulsiona os ressentimentos frutos da perda de um status de bem-estar social antes vivido. A autora aprofunda seus estudos tentando compreender a assentença da extrema direita e sua relação com décadas de políticas neoliberais, que segundo a própria, termos como fascismo, autoritarismo, populismo não conseguem abranger a compreensão desta mistura estranha entre conceitos de liberdade e ideias antidemocráticas. Os mesmos termos não alcançam os elementos da razão neoliberal que reconfiguram para além de processos econômicos modos de vida e de subjetividades.

É desta perspectiva que a autora observa como o neoliberalismo vêm produzindo fissuras nas próprias democracias, coordenado com o neoconservadorismo se observa um processo de desdemocratização, onde se ventila que a justiça social e a ordem democrática são opostas ao livre mercado e devem ser rechaçadas, associadas a moralidade conservadora e preceitos cristãos, se expande o campo do direito individual e se restringe as ideias do comum, e do social. Brown (2021) observa que os ataques a minorias, a defesa intransigente da liberdade individual em detrimento de imigrantes, mulheres, gays, negros, são um efeito da razão neoliberal.

Ora, deste processo continuado de deterioração da democracia liberal, se observa um afrouxamento de regulações não só econômicas, mas sociais, os direitos de minorias que a tanto custo estavam se consolidando, passam a ser atacados, pois a própria noção de igualdade,

na racionalidade neoliberal, não pode avançar para além das ideias deturpadas de liberdade. Com isso a proteção estatal devida a sujeitos com identidades de gênero e sexuais dissidentes são enfraquecidas. Instrumentos como políticas de enfrentamento às desigualdades, garantia de acesso a saúde e educação, campanhas de combate à violência, são enfraquecidos em nome da não intervenção estatal (Seffner, 2020).

Além da face mais óbvia quanto aos efeitos para as minorias sociais de um estado de bem-estar social corrompido, deve-se atentar aos efeitos menos visíveis da construção de subjetividades empresariais e competitivas. Brown recorre a Marcuse e a Nietzsche, para tematizar os efeitos deletérios da racionalidade neoliberal nas preocupações ético políticas do sujeito do contemporâneo, teorizando sobre o fortalecimento do niilismo e de uma dessublimação repressiva a autora observa as nuances de uma “liberdade autoritária antidemocrática e antissocial que atualmente está tomando forma” (Brown, 2021 p. 134).

No que se refere ao tema desta investigação é importante notar os movimentos macrossociais, quando da retomada dos preceitos dos moralismos judaico cristão associados aos de liberdade, quando dos elementos micro sociais, que são os afetos acionados e redirecionados a sujeitos marginalizados. Na realidade americana tal constatação é mais evidente devido aos ressentimentos de uma classe masculina branca empobrecida, no Brasil outros cenários devem ser analisados, pois nunca houve um estado de bem-estar social perdido a ser lamentado.

Para a compreensão dos modos como os temas de gênero e sexualidade têm sido acionados nesse contexto retomo alguns eventos passados na última década, para além de ilustrar as questões postas, refazer esse caminho é útil para a compreensão de como gênero e sexualidade se tornaram ferramenta relevante nas guerras culturais que se travaram nos últimos anos. Têm sido central nos discursos do neoconservadorismo o combate aos discursos de gênero e sexualidade, isso têm sido feito por meio de uma campanha bem orquestrada de produção de medo e desinformação. Uma das principais bandeiras deste movimento foi a construção da “ideologia de gênero”, que passo a explorar a seguir.

A virada epistemológica produzida pelo conceito de gênero não surtiu efeitos apenas no campo acadêmico, como demonstrado no subcapítulo anterior, mas também sacudiu o contexto político de atuação, que não ficou inerte às reverberações da reestruturação dos estudos feministas. A partir daí, os estudos e os movimentos sociais começaram a organizar a agenda pública em conferências internacionais, a partir dos anos 1990 e 2000, trazendo o “gênero” para o campo do debate público.

Discorro, a seguir, sobre a reação contumaz de setores religiosos, à entrada de

reivindicações impostas por movimentos feministas e LGBT+, no campo político internacional, de onde derivam várias diretrizes relativas aos direitos humanos, as quais orientam políticas públicas em âmbito nacional, nos anos posteriores. A mais emblemática dessas reações foi a invenção da chamada “ideologia de gênero”, que instaurou uma onda de pânico moral em torno da agenda de lutas por igualdade.

Autores como Miskolci e Campana (2017), Junqueira (2018) e Cesar (2017), em estudos sobre as origens da denominada “ideologia de gênero”, situam sua emergência logo após a IV conferência das Nações Unidas sobre a mulher, realizada em Beijing, em 1995. Naquele ano, grupos laicos, aliados a correntes da igreja católica, começaram um movimento de contestação ao conceito de gênero. As premissas de tal conceito eram entendidas como perigosas, tanto por contestarem os papéis sociais definidos para as mulheres, quanto por incluírem pautas sobre sexualidade e direitos dos homossexuais na agenda das lutas por direitos humanos. A partir disso, lança-se mão de um conjunto de discursos fundamentados num moralismo reacionário, para buscar conter, a todo custo, avanços sociais consistentes relativos a esta temática.

Mariz (2021) atesta que a “ideologia de gênero” foi tomada de empréstimo pelos grupos católicos, da autora americana autodeclarada “feminista da liberdade”, Christina Hoff Sommers, que cunhou o termo no início dos anos 1990. A filósofa desenvolveu seu pensamento combatendo os feminismos anticapitalistas e não liberais. Já no início dos anos 80, nos Estados Unidos, emergiu um movimento antifeminista que se ampara em todo tipo de revisionismo, para questionar muitos dos avanços das agendas progressistas. Sommers (1990) ecoa tal pensamento, acusa as denominadas “feministas de gênero” de promoverem uma “guerra de gênero” e impõe uma agenda de mudanças sociais profundas, desconsiderando o que a autora estabelece como natural. Autores frequentemente citados como fundantes da “ideologia de gênero”, como Dale O’Leary (1997), militante católica americana, e Jorge Scala (2010), professor argentino, fazem uso do conceito de gênero de forma derrogatória, inspirados em Sommers e no seu pensamento antifeminista.

De todo modo, a conferência de Beijing é o grande catalisador dessa contraofensiva conservadora, pois, a partir desse momento, a ONU, nos seus documentos oficiais e nas diretrizes de ação, usa o termo gênero como norteador. Nesse sentido, foge-se da premissa de um essencialismo, quando se fala de mulheres e, consequentemente, se impõe uma agenda em direitos humanos, que considere a construção social e histórica e políticas das identidades sexuais e de gênero. Tal perspectiva obriga variados setores a reconhecerem o caráter social das desigualdades, entendendo-as como um problema estrutural que exigiria respostas. Nesse

cenário, a igreja católica reagiu de forma incansável e passou a caracterizar como ideológicas, todas as manifestações vinculadas ao gênero, caracterizando-o como uma ferramenta de dominação perigosa.

O primeiro documento da igreja católica a aglutinar todas as premissas que viriam a circular como “ideologia de gênero” é conhecido como o “Documento de Aparecida”, elaborado na V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe (Celam) de 2007. Mikosci (2017) pontua que, mesmo antes de tal documento, a igreja católica, por meio do então cardeal Joseph Aloisius Ratzinger, ainda em 1997, produziu textos, que comporiam uma contraofensiva discursiva contra os considerados perigos dos feminismos, especialmente, para o conceito de família nuclear, pautado por valores cristãos, moralistas e conservadores.

O Documento de Aparecida citava os perigos da “ideologia de gênero” para as concepções mais tradicionais da Igreja, como a família, o papel da mulher vinculado à maternidade, a defesa da vida (contra os direitos reprodutivos de mulheres). Apontava que os preceitos decorrentes de um pensamento que supõe uma base não natural dos ordenamentos sexuais e da própria noção de família nuclear incorreriam em políticas públicas voltadas aos direitos de mulheres e de LGBT+, com o potencial de pôr em risco a heteronormatividade vigente. Criou-se, assim, um inimigo comum, que deveria ser combatido em toda a América Latina: a “ideologia de gênero”.

Miskosci (2017) historiciza de que modo a igreja católica se distancia das esquerdas e se aproxima de movimentos neopentecostais, o que nos ajuda a entender como, a partir dos anos dois mil, esses dois atores, católicos e neopentecostais, se aliam contra um inimigo comum. As pautas morais ganham relevo no sul global. O eixo antes voltado para a luta contra as desigualdades, em favor dos pobres, que caracteriza a teologia da libertação, é suplantado em favor de pautas moralizantes, especialmente, as que tratam da regulação das sexualidades.

Apesar das especificidades dos países da América do Sul, alguns elementos comuns entre eles são observáveis desde os anos 2000, entre os quais destaca-se a ascensão de partidos de esquerda ao poder¹⁵ e, consequentemente, uma maior articulação com os movimentos feministas e LGBTS organizados. Por meio de tal articulação, foi desencadeada uma série de ganhos em termos de consolidação de direitos das minorias.

¹⁵ Miskosci (2017) analisa a ascensão de tais disputas entre a igreja, grupos neopentecostais e governos de esquerda na América do Sul, atrelando a eleição de mulheres em países da região como Brasil (Dilma Rousseff) e Argentina (Cristina Kirchner) ao mesmo período do arrefecimento das tensões em torno do gênero, sugerindo que talvez o fato de mulheres ocuparem o principal espaço de poder poderia ter acirrado o pânico moral quanto ao avanço de direitos sexuais e reprodutivos de mulheres e LGBTs.

Para fins de análise desse momento histórico e de avaliação dos componentes sociais que viabilizaram uma forte reação conservadora na América Latina nos últimos anos, utilizei como conceito definidor, o neoconservadorismo, termo assumido por Vaggione; Machado e Biroli (2020), no livro intitulado, Gênero, Neoconservadorismo e Democracia.

No texto introdutório do livro citado, os autores afirmam que, por mais que haja variadas formas de manifestação de tal fenômeno, os estudos tendem a identificar alguns pontos em comum, dentre eles, a defesa de uma concepção de família e de uma ordem sexual supostamente ameaçadas. Contudo, qual modelo de família e de ordem sexual está sendo tomado como norma, para que seja feita tal defesa? De acordo com os mesmos autores:

A ordem sexual defendida perante a dos movimentos feministas e LGBTQI baseia-se na moralidade cristã, na legalidade e no caráter procriador do sexo. A definição do ato sexual por seu fim reprodutivo se estabelece em oposição à autonomia e ao prazer. Esses últimos são recusados como princípios legítimos para o exercício da sexualidade e para sua regulação. Por sua vez, a concepção de família é baseada em uma definição exclusivamente heterossexual de casamento (heteronormativa), na qual crianças e mulheres são supervisionadas pelo páter-famílias (patriarcal). Qualquer tentativa de estender os limites morais e legais que definem a família para além do casamento heterossexual como fundador do parentesco é rejeitada (Biroli; Machado; Vaggione, 2020, p. 24-25).

Essa visão limitada e limitante vem estimulando fortes reações ao gênero, em todo o mundo. Em essência, o que se busca é conter novos modos de relação entre homens e mulheres que vêm se desenvolvendo desde os primeiros avanços das pautas feministas ao redor do mundo. Como exemplos de avanços, podemos citar a autonomia sexual proporcionada pela pílula anticoncepcional e a própria consolidação das mulheres no mercado de trabalho, apesar da ainda incipiente colocação em espaços de poder. Também tenta-se aplacar a diversidade de experiências da sexualidade e o apogeu de todos os movimentos LGBT+, que problematizam a heteronormatividade.

Apesar de encampado por associações católicas, outras denominações religiosas, como os neopentecostais, além de outros movimentos civis organizados e grupos políticos de direita e de extrema direita foram aderindo ao movimento e se fundiram contra o que elegeram como ameaça fundamental: os grupos que circulam em torno dos preceitos de gênero. Tal inimigo comum estaria se aglutinando e se estruturando, para corromper o que entendem como sendo de ordem natural e sagrada.

(...) grupos “radicais”, por meio de discursos envolventes sobre a promoção da igualdade e o questionamento dos estereótipos, promoveriam a disseminação e a imposição ideológica de um termo novo, perigoso e impreciso: o *gender/gênero*. Seu intuito seria extinguir a “diferença sexual natural” entre homens e mulheres,

heterossexuais e homossexuais, difundindo-se a crença enganosa de que tais diferenças seriam meros produtos de processos opressivos de construção social e que poderiam constituir simples escolha do indivíduo (Junqueira, 2018, p. 453).

Esse conjunto elaborado de ideias fantasmagóricas intenciona propagar temores infundados, que surgem a partir de um contexto de avanços em torno, principalmente, das sexualidades. Nesse sentido, o movimento neoconservador atual nasce a partir de marcos históricos específicos das pautas LGBT+. Na América do Sul, avançou o reconhecimento legal de uniões entre casais do mesmo sexo: no Brasil, em 2011; na Argentina, em 2010; no Uruguai, em 2013; outros países do continente, como Chile, Colômbia, Equador, e México, adotaram legislação semelhante nos anos seguintes. Minkoski (2018) entende serem esses os elementos disparadores do pânico moral em torno da “ideologia de gênero”.

Vale ressaltar que a premissa apontada pelos neoconservadores, de que a “ideologia de gênero” pretende subverter a natureza heterossexual dos sujeitos, tendo como consequência o rompimento com princípios basilares da família, desemboca num discurso de proteção e cuidado com as crianças. Nesse sentido, não é difícil entender os motivos pelos quais a escola e as políticas educacionais se tornam alvos desses grupos conservadores. Dissemina-se a teoria de que a escola e os professores doutrinariam as crianças em favor da “ideologia de gênero”, usurpando dos pais o direito de educar os filhos, a partir das próprias crenças. Tal ataque também se sustenta na ideia da liberdade de crença e da primazia dos princípios morais dos pais, na condução da educação sexual das crianças.

Nesse contexto de embates, a escola passa a ser o alvo, por ser identificada como um local onde é possível promover uma educação que acolha o diferente e que possa, portanto, servir ao combate das mais variadas formas de opressão, ou seja, à escola compete a formação integral do sujeito, um cidadão atento aos direitos humanos, empenhado em lutar por uma sociedade justa e livre de discriminação. Por isso, diante desse papel delegado à escola, suas práticas e políticas se tornam alvo do neoconservadorismo. A compreensão de que questões referentes ao gênero e à sexualidade são campo dos direitos humanos sempre esteve no radar dos campos mais conservadores do catolicismo, que, por isso, as combatem (Junqueira, 2018). Como a Igreja entende que lhe cabe a primazia dos discursos das questões referentes à moralidade, os embates em torno da escola se orientam por tal premissa.

Para o campo católico, os direitos humanos são uma prioridade política contra o avanço dos movimentos feministas e LGBTQI. Na visão do Vaticano, o impacto desses movimentos nas Nações Unidas, em meados dos anos 1990, precisava ser contido. Esse posicionamento é, assim, um marco central na consolidação da reação neoconservadora: trata-se de redefinir sentidos e limites para os direitos, não

simplesmente recusá-los. (...) Diante da inserção dos direitos sexuais e reprodutivos no campo dos direitos humanos, o Vaticano se mobiliza para renaturalizar o discurso sobre os direitos humanos, defendendo uma moralidade sexual, reprodutiva e unitária (Biroli; Machado; Vaggione, p. 30-31, 2020).

Antes da contraofensiva neoconservadora, havia um processo em andamento há décadas, em nível nacional e internacional, que visava à equidade de gênero e o reconhecimento da diversidade sexual. Organizações internacionais como a ONU (2008) e a OEA (2008) apresentaram resoluções e tratados que orientam as pautas sobre identidade de gênero e sexualidade na perspectiva de direitos humanos, atrelando a temática ao campo educacional e impelindo governos a promoverem ações voltadas a gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transsexuais, como forma de proteção contra violências e discriminações e para a garantia de direitos sociais.

No Brasil, desde 2004, o Programa Brasil sem Homofobia fazia parte da agenda governamental, porém, somente em 2009, em parceria com o MEC, são estabelecidas ações denominadas como Escola sem Homofobia. Em parceria com movimentos organizados por LGBT+, foram pensadas formas de atuação junto às escolas, para a promoção de ações, com vistas ao debate sobre o respeito às diferenças das identidades de gênero e sexuais. Três eixos de atuação foram traçados, entre os quais, a elaboração e a distribuição de material didático denominado “Kit de combate à Homofobia” (Oliveira; Maio, 2017). Por causa desse material, uma onda de hostilidades, vinda de setores políticos e religiosos, inflamou o debate sobre gênero, trazendo-o para o campo público de discussão, atrelando-o a princípios relativos à moralidade e atribuindo ao Estado a responsabilização por fazer das escolas o lugar de suposta doutrinação.

O famigerado “kit gay” foi incorporado ao léxico dos conservadores e da extrema direita brasileira, tendo sido um mote marcante do até então desconhecido e irrelevante, deputado federal Jair Bolsonaro, no cenário nacional. Ele próprio foi um dos políticos mais atuantes nos ataques ao material didático e um dos principais divulgadores do pânico moral advindo da “ideologia de gênero”. Atesta-se que, além dos políticos conservadores, ligados a setores de igrejas neopentecostais, o campo político da extrema direita foi bastante hábil em utilizar o medo disseminado a partir de tais debates, em todo o período do seu governo no Brasil. Os discursos estavam impregnados da temática de gênero, usurpada e reconfigurada para incutir medos (Miguel, 2021).

Nesse retrospecto, outro ator central nesse cenário de disputas foi o movimento Escola Sem Partido, descrito como apartidário e apolítico. Tal movimento lutava contra a suposta já

citada doutrinação ideológica, estabelecida nos espaços educacionais. Acusava os professores de promoverem pregação moral e religiosa, bem como condenavam a educação sexual, entendida como “ideologia de gênero”. De maneira coordenada, o movimento, que ganhou contornos nacionais, divulgava suas ideias por meio das mídias sociais, além de fomentar o debate em várias casas legislativas pelo país. De forma equivocada e pouco pautadas numa agenda séria e comprometida pelos movimentos sociais feministas, foram debatidas propostas que claramente atacavam os preceitos de uma educação que se pautasse pela democracia e pelo respeito às diferenças¹⁶.

De acordo com o próprio *site*,¹⁷ o grupo se definia como uma iniciativa composta por muitos atores, que agiam motivados pela preocupação com o que definiam como “contaminação político-ideológica das escolas brasileiras”. Ressaltam, na apresentação, o que entendem ser papel da escola: refletir “com neutralidade e equilíbrio os infinitos matizes da realidade”. Afirmavam, no entanto, que as liberdades estariam sendo cerceadas, pois a escola estaria se rendendo aos assédios de grupos organizados e orientados, transformando-se em instrumentos de doutrinação do pensamento hegemônico. No mesmo texto, acusavam educadores e demais autoridades educacionais de se omitirem ou de serem cúmplices da problemática, considerada presente em todas as instituições de ensino do país¹⁸.

Rapidamente, o movimento ganhou espaço em mídias tradicionais e provocou uma série de debates na sociedade civil, arrogando-se defensores da democracia, sempre utilizando de artifícios comuns a tais grupos, como a defesa da liberdade. Essa aura sempre encobriu seu próprio conservadorismo e sua face autoritária, pois o mote central era a denúncia de professores e de suas práticas, tachadas como doutrinárias. Frigotto (2017) destaca que tal movimento e suas teses não podem ser compreendidas apenas nelas mesmas, ou seja, é importante reconhecer como nascem e se sedimentam num modelo de sociedade capitalista, que se sustenta por meio de crises, tendo como pilares, no neoliberalismo, a instalação de uma crise permanente, com práticas estatais policialescas.

¹⁶ Em tese intitulada “Escola Sem Partido (ESP) versus Professores Contra o Escola Sem Partido (PCESP): tensões e discurso nas redes sociais”, defendida na UFPEL, em 2017, Cristiano Guedes Pinheiro reflete sobre como o movimento Escola Sem Partido está vinculado a um projeto específico de sociedade de modelo estatal mínimo.

¹⁷ Link para o site: <http://www.escolasempartido.org/> acessado em dezembro de 2022. O site ainda pode ser acessado apesar do anúncio do fim dos seus trabalhos.

¹⁸ O movimento “Escola sem partido” anunciou o fim de suas atividades, em agosto de 2019, alegando falta de apoio do então governo federal para levar adiante suas pautas. Em 2018, o projeto de lei que tramita na câmara dos deputados foi travado e arquivado. Isso não significa que suas pautas não continuem reverberando especialmente entre partidários da extrema direita, que tentam alavancar em casas legislativas estaduais, projetos de lei inspirados no movimento. Um exemplo recente é o do estado de Santa Catarina, que, em 2023, sancionou uma lei que traz pontos do projeto conservador.

Em prol de um conceito de liberdade questionável, sedimenta-se um olhar para a escola baseado na vigilância. Os professores se tornam alvo de práticas persecutórias, no sentido de imputar-lhes ações perigosas, subverter premissas de liberdade e democracia e sustentar a presunção de um campo científico não orientado, supostamente negligenciado, em favor de uma doutrina hegemônica de esquerda.

O Escola sem Partido expressa o epílogo de um processo que quer instituir uma lei que define o que é ciência e conhecimentos válidos, e que os professores só podem seguir a cartilha das conclusões e interpretações da ciência oficial, uma ciência supostamente neutra. Para isso, manipula até mesmo o sentido liberal de política, induzindo a ideia de que a escola no Brasil estaria comandada por um partido político e seus profissionais e os alunos seres idiotas manipulados (Frigotto, 2017, p. 29).

O modo politicamente orientado de sua performance, as formas como utilizam uma retórica distorcida e implicada em grupos conservadores, disfarçada de um tom de neutralidade caracterizaram o escola sem partido e estabeleceram seus mecanismos de atuação, o que já foi examinado por diversos autores (Penna, 2016; Souza *et al.*, 2016). É importante salientar que a pauta sobre gênero sempre ditou muitas ações, sendo sempre primordial o combate à “ideologia de gênero” nas escolas. Um discurso bem embalado em noções precárias de liberdades individuais favorecia a tentativa feroz de cercear o debate sobre gênero na escola, fundado no temor de grupos fundamentalistas religiosos, no que se refere a qualquer avanço nas discussões sobre sexualidade e gênero.

Nesse campo de embates, tendo a escola como cenário principal, foram travados, no congresso nacional e nas casas legislativas estaduais e municipais, debates acalorados sobre os planos de educação. De um lado, grupos feministas e LGBT+ organizados, que defendem a relevância de manter e ampliar debates no campo educacional, que intencionem a problematização dos papéis desiguais de gênero e da heteronormatividade, além de princípios de respeito à diferença e diminuição das desigualdades. No outro campo, os grupos conservadores organizados já mencionados, que orientam sua pauta em busca da supressão de qualquer menção ao termo gênero nos planos educacionais, invocando a prevalência da família e seus valores sobre a escola e seu currículo.

Como consequência, Vianna e Bortolini (2020), em estudo sobre como o Gênero foi introduzido nos Planos Estaduais de Educação (PEE), detectaram que o conceito foi utilizado (ou omitido) de diferentes formas nessas políticas, o que revela que tais políticas são reflexos de embates sempre instituídos a partir de interesses diversos relacionados à educação. Ao se debruçar sobre os 24 planos analisados, os autores encontram um espaço ainda inconcluso no

que se refere às construções de gênero e sexualidade na educação, uma vez que os textos finais dos planos revelam divergências e rupturas relacionadas à temática, no campo educacional.

É importante destacar que apesar do medo instaurado a partir de tais embates, e da supressão da temática de gênero e sexualidade de muitos documentos oficiais, o tema continua impregnado nas salas de aula e o dia-a-dia das escolas, como veremos adiante, por meio, muitas vezes, de iniciativas individuais de alguns professores, ou mesmo pela necessidade imposta pela dinâmica de inclusão de corpos dissidentes, a temática está posta, a tentativa de calar o debate, pode até ter intimidado muitas ações, mas não obteve êxito em abafar os debates quanto a temática.

Não importa, neste texto, levantar qualquer tipo de marco inicial, tanto da ideologia de gênero, quanto dos movimentos contrários aos feminismos e aos movimentos LGBTs. Fato é que, desde que tais minorias começaram a ter suas lutas reconhecidas pelo estado, e seus direitos minimamente ratificados, uma onda contrária sempre esteve presente e atuante. Nesse sentido, cabe-nos analisar os contextos que definiram os movimentos de contra-ataque dos últimos anos, entendendo sua importância para a compreensão do que nos propomos estudar: jovens mulheres e a construção de suas subjetividades.

Essa contraofensiva nasce não só em decorrência da criação de políticas públicas, mas da própria constatação de mudanças paradigmáticas em curso. Corpos dissidentes estão agora no campo público social, reivindicando visibilidade, tencionando normatividades, se fazendo ver e ouvir. Esse corpo “estranho” não se resigna a um lugar de subordinação imposto, o que, obviamente, gera desconfortos, incongruências, que confluem para o território do ódio e dos medos. Tais afetos, quando canalizados por grupos políticos, geram reações contrárias àquilo que parece ameaçador, mesmo que tal ameaça esteja no campo do imaginário.

Apesar dos retrocessos impostos pela agenda conservadora, neste período, sentimos os feminismos jovens organizados, em termos históricos, antes do desenrolar dos eventos descritos como primavera feminista, pois havia um arroubo entre os grupos feministas globalizantes. Algumas estratégias de atuação coletiva já estavam ganhando as ruas, evidenciando que, apesar das redes demonstrarem uma grande variedade de feminismos e pautas, era possível mobilizar recursos para reivindicar demandas de clara identificação por todas as mulheres. Como exemplo, cito a marcha das vadias, movimento que surgiu ainda em 2011, como forma de protesto contra uma situação de violência ocorrida no Canadá, e logo se alastrou ao redor do mundo. Tendo como mote performativo o corpo, as marchas reivindicavam o direito das mulheres sobre seus corpos e desejos e reafirmavam a liberdade

de viverem sua sexualidade.

Para que tais mobilizações pudessem ocorrer, deve-se reconhecer a importância da popularização da internet no Brasil, que se dá a partir dos anos 2000, mas se consolidou na década de 2010, a partir dos ciberespaços, especialmente, com o uso de redes sociais, através de páginas como *Facebook*, *Twitter* e *Instagram*, e atualmente o *tik tok*, quando o movimento feminista atinge os mais variados grupos. Vê-se, então, a possibilidade de ampliar as discussões num espaço diverso e “democrático”. Nesse período, *hashtags* como #meuprimeiroassedio, #meuamigosecreto, uniram mulheres de classes, raças e regiões diversas do Brasil, para relatarem experiências comuns de abuso sexual, misoginia, entre outras violências, produzindo uma nova forma de aglutinar pautas, que, em certa medida, avivaram o movimento ciberfeminista, fazendo com que muitas mulheres, especialmente as mais jovens, se identificassem com o movimento e suas lutas (Dutra, 2019).

Também, no ano de 2015, estudantes ocuparam mais de 200 escolas no estado de São Paulo, num movimento estratégico que impediu que avançasse uma reforma na rede pública que fecharia várias escolas. No fim de 2016, o movimento se espalha e ganha contornos nacionais, para tentar barrar a proposta do novo ensino médio e a PEC do teto de gastos (Bogado, 2019). O movimento teve participação destacada de jovens mulheres, que, nessas ocupações, também pautaram outras demandas referentes à sua experiência feminina. O movimento feminista não deixaria de ecoar também nesses espaços, demonstrando a potência com que os novos feminismos se apresentavam em espaços públicos.

No capítulo anterior já apresentei, algumas teses e dissertações que têm como tema, vários desses movimentos feministas descritos acima. Através destes trabalhos, foi possível compreender a conjuntura dessas manifestações, tentando perceber o que está além dos feminismos. Apesar de algumas críticas, é fato que as jovens mulheres trouxeram novos ares à teoria e às práticas feministas, imprimindo suas formas de viver, absorbas no mundo digital. Estas jovens se integraram a um movimento pulsante em curso, cujas insurgências já se faziam sentir por meio de feministas negras e decoloniais.

Finalizo este subcapítulo ressaltando que esse panorama simplificado dos marcadores recentes relativos à temática gênero e sexualidade no Brasil aponta “disputas pela produção de uma nova governamentalidade sobre o corpo, o gênero, o sexo e o desejo” (César; Duarte, 2017). Tal reflexão se assenta na compreensão de governamentalidade como um conjunto elaborado de “instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas” (Foucault, 1992), que atuam como forma de poder ramificado e complexificado.

Ora, se há uma disputa em curso, ela ocorre em um cenário global de rupturas

profundas, ou seja, não ocorrem mudanças apenas no campo do gênero e da sexualidade, mas em todos os modos de nos relacionarmos uns com os outros e com a natureza, na maneira como exploramos nossos recursos, nas formas como se organizam as opressões sobre determinados corpos; tudo está sendo disputado num campo de forças contrárias e antagônicas entre si. Não que estas forças não estivessem aí, mas seus contornos tornam-se mais claros, depois das fissuras produzidas pelo desencantamento socialista. O capitalismo parecia, por algumas décadas, praticamente invencível, o único caminho possível; porém, essa visão torna-se cada dia mais turva. Resta-nos, portanto, interrogar o que está por vir. Talvez deter um pouco nosso olhar sobre as mulheres jovens, e o modo como vêm produzindo outras éticas de si em sintonia com as transformações de um tempo seja uma forma possível de atestar outros mundos possíveis. A seguir passo a apresentação da metodologia, do campo de pesquisa e das mulheres caririenses, contando com a possibilidade de reconhecer em suas falas formas de viver, de ser e de afirmar-se em sua complexidade.



4 CONSTRUÇÕES METODOLÓGICAS

**mulheres jovens
falam de si**

4 CONSTRUÇÕES METODOLÓGICAS - MULHERES JOVENS FALAM DE SI

Como transmutar desejos em caminhos? Foi essa a pergunta que me fiz, logo após me dar conta do tema que queria pesquisar. Falo me dar conta, não por achar que o tema já habitava em mim e como, por mágica, foi-me revelado, mas por sentir que o meu desejo foi surgindo devagarinho, a passos curtos, enlinhado nas minhas andanças e divagações. Na verdade, foi na tentativa de transformar minhas vontades em ações, que percebi que talvez mais do que converter uma coisa em outra, seria necessário fundi-las, torná-las unidas, de tal modo que fosse impossível reconhecer onde um começa e o outro termina. Fui constatando, ao longo do caminho, que talvez não haja início, nem fim, só fluxo. Talvez o caminho seja o início e o desejo seja, ele mesmo, o fim.

O objetivo deste capítulo é descrever o percurso metodológico adotado para desenvolver esta pesquisa. Pretendo fazê-lo com objetividade, narrando as idas e vindas de um fazer, que foi se construindo a partir das definições dos paradigmas orientadores da investigação. Como já explicitado, os estudos foucaultianos e feministas inspiram esta pesquisa, pois concebem de antemão o modo de pensar o meu tema e definir as formas de agir sobre ele.

De um modo ou de outro, a escolha da metodologia a ser adotada pela pesquisa já se constitui enquanto movimentação de um método, visto que indica o modo como se deseja produzir o olhar da pesquisa e do pesquisador. Escolhendo qual porta se deseja abrir, pode-se argumentar que a questão metodológica compõe um corpo de desejo que permeia o percurso da pesquisa, fornecendo o ritmo de cada movimento, antes mesmo que seja feito o primeiro movimento visível e dizível (Araújo; Corazza, 2018, p. 71).

Sendo assim, a metodologia já se impõe como orientadora de todos os movimentos feitos até aqui. Adotar uma perspectiva de pesquisa, como já o fiz desde o início, implica já estar imersa numa trajetória que sempre vai refletir o meu fazer. É importante ressaltar que esta perspectiva de pensar a metodologia como passível de construção, ou seja, não definida previamente ou estabelecida de antemão, leva-me a descrever os passos que foram dados, apresentando seus avanços, recuos, suas aproximações e afastamentos.

Já venho descrevendo desde a introdução como os estudos foucaultianos são inspiração na composição deste método. Aliado a eles, trato agora os estudos feministas, os quais tomo, em termos metodológicos, como guias para a apresentação de uma prática sempre amparada em preceitos éticos e políticos situados. Quando se trata de pesquisa de cunho feminista, identificam-se facilmente suas convergências com os princípios dos estudos pós-

estruturalistas e das teorias críticas. O questionamento quanto a um sujeito universal avança nos feminismos, que apontam como os paradigmas científicos e acadêmicos devem ser reestruturados, considerando que sua acepção é notadamente androcêntrica.

Não é demais reafirmar que os principais pontos da crítica feminista à ciência incidem na denúncia de seu caráter particularista, ideológico, racista e sexista: o saber ocidental opera no interior da lógica da identidade, valendo-se de categorias reflexivas, incapazes de pensar a diferença. Em outras palavras, atacam as feministas, os conceitos com que trabalham as Ciências Humanas são identitários e, portanto, excludentes. Pensa-se a partir de um conceito universal de homem, que remete ao branco-heterossexual-civilizado-do-Primeiro-Mundo, deixando de lado todos aqueles que escapam deste modelo de referência (Rago, 1998, p. 4).

As críticas elaboradas pelos estudos feministas produzem efeito não só na construção de um campo de estudos próprio, mas também na redefinição dos paradigmas científicos que orientam as pesquisas, especialmente, no campo social. Pontuo, no entanto, que fazer pesquisa no campo dos feminismos não se refere apenas a estudar mulheres ou identificar-me como feminista enquanto pesquisadora¹⁹, ou seja, significa que inspirar-me em preceitos epistemológicos e metodológicos dos feminismos deve ter como guia certas agências éticas e políticas, dentre elas, o compromisso de problematizar pilares científicos, que, por muito tempo, ratificaram a separação entre razão e emoção, dotando os homens com capacidades racionais, e as mulheres, com competências emocionais. Ora, sendo o racionalismo o pilar do iluminismo e do cientificismo consequente, não é de estranhar como as mulheres sempre estiveram relegadas das ciências, tanto como fazedoras, ou seja, como pesquisadoras, quanto como objeto de estudo, sendo suas vozes sempre silenciadas.

Corroborando tal perspectiva, Narvaz e Koller (2006) destacam que as metodologias e epistemologias feministas devem sempre ser lidas no plural, dada sua diversidade conceitual e prática. Além disso, ressaltam como determinante em tais metodologias, o questionamento dos postulados positivistas, nos quais a neutralidade e a imparcialidade surgem como premissa não apenas desejável, mas também possível e basilar.

Neves e Nogueira (2005) salientam o aspecto reflexivo inerente às metodologias feministas. O positivismo científico orienta suas práticas a partir de uma postura investigativa que concebe sujeito e objeto como apartados. Nesse sentido, ratificam a possibilidade de uma apreensão objetiva da realidade, que é independente de fatores históricos, sociais, linguísticos

¹⁹ Sanchez (2001), em artigo intitulado, *Implicaciones teóricas, políticas y metodológicas de la investigación activista feminista*, avança nas discussões quanto ao que de fato configura uma pesquisa como feminista. A autora faz apontamentos, que reafirma, quanto à necessidade de questionar o modo como se concebe a produção do conhecimento, apartada do mundo social, buscando apenas explicar e não transformar.

e culturais. É na confrontação de tal abordagem, quanto ao conhecimento e sua produção, que as epistemologias e metodologias feministas se apparam. Concebe-se o processo investigativo num contexto histórico e político, sendo impossível que o investigador assuma uma posição de neutralidade.

Nesta abordagem, advoga-se pelo reconhecimento de que o pesquisador está sempre implicado na pesquisa científica; portanto, os feminismos dão significativa importância à posição do pesquisador na relação pesquisador/pesquisado. Entendem que é importante a incorporação de uma postura ética que observa as relações de poder ali estabelecidas, considerando sempre a perspectiva do sujeito pesquisado, isto é, suas interpretações relativas às suas próprias experiências devem ser reconhecidas e validadas (Narvaz; Koller, 2006).

Em síntese, alguns preceitos sustentam esta pesquisa, que derivam das minhas inspirações teóricas e metodológicas. São eles:

- O abandono da pretensão de totalidade e neutralidade;
- A afirmação da inseparabilidade entre teoria e método;
- A recusa em acatar verdades universais;
- A afirmação de um lugar político de ação, tendo em vista uma atuação ética.

A partir do percurso até aqui descrito, definidos os caminhos e as ferramentas, o primeiro passo para de fato entrar no campo de pesquisa foi identificar onde encontrar os sujeitos da pesquisa. Ainda no segundo ano do meu doutorado, com a ideia definida de que buscara investigar mulheres jovens e seus processos de subjetivação, dois caminhos se mostraram possíveis, no sentido de contatar as participantes da pesquisa. O primeiro seria o contato com grupos políticos feministas da região do Cariri, que possui um movimento feminista ativo e pulsante. Ocorreu-me a possibilidade de, por meio de algum dos coletivos ativos, encontrar jovens mulheres em idade escolar.

Como já frequentava alguns eventos de grupos ativistas, não foi difícil entrar em contato com lideranças locais, para fazer um contato inicial com a então coordenadora da frente de mulheres do Cariri. Não foi surpresa ouvir o que minha experiência já atestava: a pandemia havia causado efeitos danosos à mobilização feminista, especialmente, nas escolas. Muito do que se construiu em termos de articulação, desde as ocupações, havia se dissipado. Uma fala da coordenadora foi marcante para mim, neste período: informada sobre o meu tema, ela me alertou que, como professora da educação básica, percebia que, apesar da desarticulação em termos formais, era cada vez mais comum jovens, apesar de não se identificarem como feministas ou estarem vinculadas a qualquer coletivo, levantarem debates, promoverem ações e disseminarem práticas de combate à discriminação.

Aquela informação me perseguia; será que o que testemunhara antes da pandemia, isto é, as mulheres jovens se narrando feministas, articulando-se em coletivos, integrando-se a movimentos estudantis, havia cessado? Se, sim, o que isso indicava? Será que a ascensão da extrema direita aliada à pandemia fizera o movimento feminista recuar? O que restara nos espaços, especialmente na escola, daquela semente arduamente plantada? Depois de tanto me questionar, entendi que antes de esmorecer quanto à seleção das participantes da minha pesquisa, caberia ir a campo, às escolas. Já que minha ideia inicial de partir dos movimentos não se mostrou exitosa, o caminho possível seria a própria escola.

Nesse momento, eu mesma estava retomando as minhas atividades laborais. Depois de dois anos de uma rotina *on-line* de atividades, também sentia a desarticulação do meu grupo de estudos e percebi uma certa apatia no retorno gradual das atividades presenciais. Timidamente, alguns estudantes me procuravam para voltarmos com as atividades em grupo. Com certa surpresa e satisfação, percebi o quanto havia se ampliado o leque de pautas e também de corpos que agora habitavam meu grupo e a instituição. Jovens trans e não binárias traziam para o cotidiano um debate reconfigurado. Não se tratava apenas de mulheres, agora outros eram chamados à visibilidade, outros de outras identidades de gênero e sexuais. Em meio a tantas leituras sobre a importância dos feminismos plurais, assimilando outras bandeiras de luta, vislumbrei uma transformação no meu pequeno *locus* de ação, uma luta cada vez mais ampliada, em favor de todos os corpos não normativos.

Essas minhas elucubrações me fizeram ir a campo, aberta às possibilidades que encontraria: poderia observar jovens mulheres consolidando identidades políticas, atuando em grupos institucionais, se organizando coletivamente, mas poderia não vislumbrar ações tão claras, nem identificar facilmente jovens mulheres engajadas. De todo modo, entendi que, antes de mais nada, meus objetivos estavam se configurando no sentido de entender as jovens mulheres em movimento de construção de si, absortas em transformações pessoais e sociais conflitantes e, nesse caso, não as encontraria apenas em movimentos estudantis organizados.

De todo modo, já no terceiro ano do meu doutorado, comecei a planejar os modos de ir a campo. Uma vez definido que as entrevistas seriam realizadas nas escolas, entrei em contato com a CREDE (Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação). No primeiro momento, meu intuito era definir em quais escolas poderia selecionar as jovens estudantes, mas pareceu-me importante, mesmo não sendo meu foco de análise, identificar se havia algum projeto na SEDUC que tratasse sobre gênero e sexualidade ou alguma política estruturada institucionalmente. Se houvesse, por meio dela, poderia mais facilmente encontrar

as estudantes da investigação. Não foi surpresa saber que não havia projetos ou políticas institucionais claramente definidas. Ouvi o que já era sabido, ou seja, as escolas estavam discutindo, realizando atividades, estabelecendo demandas; porém, isso não ocorria de forma sistemática.

Antes de prosseguir o relato da minha entrada no campo de pesquisa, é importante pontuar que o estado do Ceará, em termos de gestão escolar, possui 21 regionais. Na região metropolitana do Cariri, estão estabelecidas duas delas, uma, na cidade de Juazeiro do Norte, a CREDE 19, e outra, na cidade do Crato, a CREDE 18. De acordo com seu *site* oficial, a CREDE 19 abrange vinte e seis escolas estaduais e duas extensões, além da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Juazeiro do Norte e a Pestalozzi de Barbalha. Somente na cidade de Juazeiro do Norte, há duas escolas de ensino fundamental e médio, três escolas estaduais de educação profissional, seis escolas de ensino médio em tempo integral, três escolas de ensino médio, um centro de educação de jovens e adultos e uma escola militar.

Na primeira reunião agendada, fui informada que, devido ao período de fim de ano e a preparação para o Enem e o SPAECE (Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará), seria bastante difícil ir até as escolas, pois os coordenadores e professores estariam todos concentrados em tais demandas. De qualquer forma, a Coordenadora, informada do teor do meu projeto, orientou-me quanto aos trâmites da secretaria e agendou uma reunião com a coordenação de protagonismo juvenil, entendendo que este coordenador poderia melhor me orientar na escolha das instituições escolares, ciente de que minha proposta se centrava nas estudantes.

Na reunião com o coordenador, após informar-lhe o tema da minha pesquisa, ele me inteirou do movimento estudantil das escolas e suas formas de organização. De acordo com ele, as instâncias políticas na educação têm como modelo três pilares: o formal, onde se encontra a CREDE, os grêmios e todos os grupos e movimentos de base da escola, e os partidos políticos, que, por meio de movimentos como o Levante Popular da Juventude, se embrenham no campo educacional. Ele pontua que tal cenário tem sido um campo constante de embates. Por fim, ele me explicou que, desde 2019, estão organizados todos os grêmios da rede, orientados por um único estatuto. Estão fora apenas o colégio militar e os EJAS.

Reitero que as jovens mulheres secundaristas e suas práticas em torno dos gêneros e sexualidades são meu objeto de análise. Sendo assim, me pergunto se nos movimentos estudantis poderia encontrar jovens mulheres mais afeitas à temática. O coordenador responde que todos os grêmios possuem uma diretoria de diversidade, que trata das questões de gênero e sexualidade; porém informa que essas pastas são ocupadas, em sua maioria, por homens

gays, que não são o foco da minha pesquisa.

Até aquele momento, acreditava que as diretorias de diversidade poderiam ser o lugar onde as jovens mulheres que busco se engajam. A frustração por perceber que por esse caminho não encontraria essas jovens foi perceptível. Como meu foco eram as mulheres, o coordenador mencionou que as encontraria na presidência dos grêmios estudantis, uma vez que grande parte dessas entidades tem mulheres na presidência. Além disso, citou as escolas que vêm pautando gêneros e sexualidades no seu cotidiano, o que me fez perceber que não havia necessidade de fazer o recorte abrangendo mulheres envolvidas nas políticas estudantis.

No tocante a projetos ou programas formais que trazem discussões sobre gênero e sexualidade para a escola, apenas o Grêmio trata desse tema em sua política (fazendo referência à diretoria de Diversidade estatutária), mas são reconhecíveis alguns eventos e movimentos que tratam da temática, mesmo de forma não sistemática, que, quase sempre, ocorrem por meio de iniciativas individuais de alguns professores que têm interesse pela área.

Neste primeiro encontro, após a indicação de escolas que poderiam ser campo da minha pesquisa, defini duas delas para começar. Elas foram identificadas pelo gestor como escolas onde as gestões escolares poderiam ser mais acolhedoras em relação ao desenvolvimento da pesquisa.

Também foi pontuada uma questão que vale a pena salientar: o fato de que poderia haver certa dificuldade em falar sobre gênero e sexualidade na escola, pois algumas instituições ainda são administradas por gestores bastante conservadores. Os debates têm sido forçados pelo fato de estudantes trans serem cada vez mais presentes no ambiente escolar. Questões relativas ao nome social e ao uso dos banheiros são corriqueiras. Os conflitos, por vezes, são mediados pela CREDE. O conservadorismo dos pais também é um empecilho ao acolhimento de sujeitos de identidades discordantes. Todas as informações relatadas nesta reunião me instruíram com relação às problemáticas que poderia encontrar no campo.

Depois de reconhecidas as instituições, por tratar-se de uma pesquisa com seres humanos durante todas as etapas, foram observadas as orientações das Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Nesse sentido, após esse contato inicial com a CREDE, o projeto de pesquisa foi submetido à Plataforma Brasil.

Após a aprovação do projeto pelo conselho de ética da Unisinos, cujo parecer encontra-se nos anexos, dei início ao processo de entrada nas escolas, ocasião em que as participantes foram esclarecidas quanto à natureza voluntária da pesquisa, informadas a respeito da gravação da entrevista e da garantia do sigilo e anonimato de todos os dados produzidos. Destaca-se, também, que as participantes e seus responsáveis foram esclarecidos

a respeito de todo o procedimento da pesquisa, para que pudessem consentir sua participação por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre (TCLE) e do Termo de Assentimento (TA).

No próximo capítulo dou continuidade a narração de minha entrada nas escolas, tento refletir sobre a Entrevista Narrativa e seus cruzamentos com os estudos feministas e foucaultianos. Trago as justificativas e apresento tal metodologia como escolha potente para os estudos com mulheres e seus processos de subjetivação.

4.1 O JEITO QUE ESCOLHI EXPLORAR - A ENTREVISTA NARRATIVA PARA ESPIAR, ESCUTAR E SENTIR

“Eu creio no poder das palavras, na força das palavras, creio que fazemos coisas com as palavras e, também, que as palavras fazem coisas conosco.”
 (Jorge Larrosa, 2002)

“Ouvir exige silenciar-se, abdicar do poder e da sedução da palavra. Mas ouvir não é o mesmo que pausar a voz, é gesto ativo para o encontro feminista - somente sendo capaz de ouvir é que seremos tocadas por outras vidas diferentes da nossa.

Para isso, o ouvir precisa se transformar em escutar.”
 (Débora Diniz, 2022)

Na descrição do percurso metodológico, é salutar justificar e sustentar como as narrativas têm sido instrumento importante nas investigações no campo social, e o quanto trabalhar a partir da fala das mulheres e dos relatos de suas experiências demonstra ser fulcral nas pesquisas feministas e em educação. De acordo com Jovchelovitch e Bauer (2002), a relevância deste tipo de pesquisa no campo acadêmico, nos últimos anos, “está relacionado com a crescente consciência do papel que o contar histórias desempenha na conformação de fenômenos sociais” (p. 90). Neste tipo de pesquisa, assume-se a concepção de que a experiência humana pode ser apregoada por meio de Narrativas, pois os seres humanos sempre falaram sobre a vida através de histórias (Souza; Meireles, 2017). Independente da cultura ou da língua, os seres humanos sempre encadearam histórias que davam sentido ao mundo e às suas vivências.

Na verdade, as narrativas são infinitas em sua variedade, e nós as encontramos em todo lugar. Parece existir em todas as formas de vida humana uma necessidade de contar; contar histórias é uma forma elementar de comunicação humana e, independentemente do desempenho da linguagem estratificada, é uma capacidade universal. Através da narrativa, as pessoas lembram o que aconteceu, colocam a experiência em uma sequência, encontram possíveis explicações para isso, e jogam com a cadeia de acontecimentos que constroem a vida individual e social. Contar histórias implica estados intencionais que aliviam, ou ao mesmo tornam familiares,

acontecimentos e sentimentos que confrontam a vida cotidiana normal (Jovchelovitch; Bauer, 2002, p. 91).

O campo das pesquisas narrativas surge sustentado por tais preceitos, além de demarcar uma posição contestatória a vários elementos das epistemologias, metodologias e teorias alinhadas ao cientificismo tradicional. De acordo com Suaréz (2017), a consolidação da concepção de pesquisa narrativa e/ou autobiográfica, só foi possível devido ao movimento que postula a linguagem como ferramenta de compreensão e análise do mundo social e reposiciona o próprio sujeito como passível de dar sentido ao mundo, repensando-o nas relações com a produção do conhecimento.

O cerne da narrativa é a experiência humana (Benjamin, 1994), ou seja, como cada um discorre sobre suas recordações, dando forma e significado ao que foi vivido. Nesse processo ativo, relacionam-se inexoravelmente o acontecimento e nossos modos de apreendê-lo e dotá-lo de sentido. Sendo assim, o conceito de experiência é fundamental, pois não se trata de informação ou opinião, como exposto no célebre texto de Benjamin (1994) e retomado por Larrosa (2002), mas daquilo que vai além do cotidiano, daquilo que nos toca de algum modo e que se espraia em nossos sentidos. Na era em que todos devem estar informados e ter sua própria opinião sobre tudo, carece-se de experiência. Nos termos desta pesquisa, relatar experiências vividas remonta à reelaboração de memórias de uma história de vida, que se desenrola entrecortada por criações subjetivas. Aqui me interessam as de gênero e sexuais e os processos histórico-sociais que configuram e delimitam a própria experiência das mulheres.

Ciente então de todo os elementos que validam as narrativas como importante campo metodológico, mergulho em diferentes métodos e técnicas daí derivados, como demonstrado no segundo capítulo a imersão nos trabalhos científicos disponíveis no banco de dados foi essencial, não só para conhecer como as pesquisas no campo da educação vêm utilizando-se de narrativas, mas também para compreender que seria necessário neste trabalho uma manufatura que me permitisse criar práticas coordenadas com o meu campo. De início o método mais adequado pareceu-me a Entrevista Narrativa, claro deparei-me com um conjunto heterogêneo de técnicas para empreendê-la e fui entrelaçando o meu conhecimento acumulado e minha prática diária em campo, tentando atuar de modo respondente aos desafios que me eram impostos.

Neste percurso de construir a metodologia desta Tese, dois trabalhos foram fundamentais para justificar e embasar o meu fazer. O primeiro deles foi o livro “A Aventura de contar-se”, onde Margareth Rago (2013), parte de narrativas biográficas de feministas

brasileiras proeminentes, para abordá-las a partir de chave analítica proposta por Foucault (2010) quando discute a “escrita de si” como prática de liberdade constitutiva das “estéticas da existência dos antigos gregos e romanos” (Rago p. 30). Faz esse percurso teórico metodológico por meio de vasto material documental, entre entrevistas orais e escritas, matérias de jornais, livros e processos penais. Na introdução a autora ressalta que parte “da concepção de que a linguagem e o discurso são instrumentos fundamentais por meio dos quais as representações sociais são formuladas, veiculadas, assimiladas e que o real social é construído discursivamente” (p. 30).

Da leitura deste livro e do modo como a autora observa a costura que faz entre as narrativas autobiográficas e as ferramentas conceituais foucaultianas me foi aventado fazer o mesmo arranjo metodológico por meio de Entrevistas Narrativas. Nesse sentido, meu entendimento sobre Entrevista Narrativa como método vem se articulando, nas pesquisas acadêmicas, aos estudos pós estruturalistas, pós críticos, com embasamento na perspectiva foucaultiana, pois se presta a uma discussão na qual os conceitos de Foucault são entendidos como ferramentas metodológicas.

Outro texto que foi fonte de inspiração, é a Tese de Sandra Andrade (2008), como mencionado no capítulo introdutório, a autora mesclando estudos culturais com foucaultianos a partir de metodologias etnográficas, apresenta em sua Tese a Entrevista Narrativa, como potente método de investigação, sempre entendendo aquele encontro entre pesquisador e entrevistado como momento de afetação, onde somos radicalmente atravessados pelo outro, e sendo assim, como tal fato deve ser considerado nas pesquisas. A autora conceitua a entrevista de modo ressignificado, tomando como referência vários campos teóricos, desta forma toda a situação de troca vivênciada naquele momento é objeto também de análise.

Na Entrevista Narrativa por mim realizada, as participantes são convidadas a fazerem uma retomada memorística de suas vidas, integrando acontecimentos vividos aos sentidos que dão ao gênero e as sexualidades, naquele momento não há uma descrição objetiva de fatos, mas uma recriação afetiva. Como referência Andrade (2008), esse momento de recontação serve para “reconstruir significações”, reatualizar no presente o passado, é também um modo de o recriar, e na entrevista isso é feito na relação com o outro, no caso a pesquisadora. Durante todo o processo de campo, e analítico, estive atenta as ambiguidades inerentes a tal processo, o de me afastar e me aproximar na medida, para desenvolver uma pesquisa acadêmica com rigor, mas sem pretensões de supor neutralidades.

A fala proposta nesse tipo de Entrevista supõe que as Narrativas “se prolongam além das sentenças e dos acontecimentos que a constituem” (Jovchelovitch; Bauer, 2002, p. 93), ou

seja, são dotadas de significações impostas pelo sujeito falante, a partir de sua subjetividade, bem como olham para o passado e o reconstituem num emaranhado memorístico e afetivo. Narrar envolve, portanto, um trabalho de recriação, no qual se elaboram sentimentos, que se entrecruzam com pensamentos reconstruídos; recria-se o vivido, o acontecido, num exercício que envolve liberdade e transformação (Matos, 2001).

Nesse sentido, entendemos a narrativa como uma prática social que constitui os sujeitos, ou seja, é no processo de narrar e ouvir histórias que os sujeitos vão construindo tanto os sentidos de si, de suas experiências, dos outros e do contexto em que estão inseridos. Esse processo de contar histórias vividas faz com que a pesquisa apresente outro olhar, ou seja, esse processo se apresenta como algo complexo porque quando recontamos histórias, não apenas recontamos fatos que aconteceram em outro momento de nossas vidas, mas recontamos essas histórias tal como elas se refletem em nossas experiências presentes. Dessa forma, tanto as histórias como os sentidos que damos a elas, conforme vão sendo recontadas ao longo dos tempos, vão construindo, nos sujeitos, diferentes formas de ver e compreender suas próprias histórias (Ribeiro; Avila, 2003 p. 71-72).

No caso desta investigação, objetivou-se que as jovens narrassem suas histórias, entrelaçadas com suas compreensões sobre gênero e sexualidade, com o intuito de reconhecer os jogos de poder que avançam sobre seus corpos e as invenções de si decorrentes de efeitos de verdade produzidos. Mas, afinal, o que difere a Entrevista Narrativa das demais técnicas de entrevistas amplamente utilizadas nas pesquisas qualitativas?

Um dos pontos que guiaram a minha escolha da Entrevista Narrativa deve-se ao entendimento de que este tipo de narrativa é alheio à rigidez de modelos prévios e roteirizados de perguntas, nos quais já se supõe o tipo de resposta desejável e adequado, como é o caso das entrevistas estruturadas. O segundo ponto refere-se à possibilidade de criar um espaço de confiabilidade e de segurança entre entrevistador e entrevistado, que entendo ser bastante útil para a compreensão dos modos de subjetivação. Um lugar de escuta interessada, onde o sujeito se sinta livre para expressar as emoções, que vêm compondo os modos como se narra. Neste tipo de entrevista, prima-se pela horizontalidade na relação pesquisador/pesquisado.

Mariano; Ferreiro e Souza (2022), em artigo sobre pesquisas sociais com metodologias feministas, apresentam um argumento importante que também pretendo sustentar. As pesquisas feministas com mulheres devem estar sempre atentas aos aspectos éticos. Nesse sentido, as pesquisadoras devem sempre considerar sua responsabilidade na preservação da dignidade e nos cuidados com as mulheres/participantes. Diante de tal postura, as autoras sustentam a viabilidade e a efetividade da utilização de narrativas nas pesquisas feministas, pois as narrativas são um processo orientado por reflexões situadas em dado contexto histórico-cultural; portanto, são sempre consideradas a partir de uma experiência coletiva e

compartilhada.

Nesse tipo de entrevista, o sujeito é convocado a falar sobre si, por meio de uma pergunta gerativa. Tal questionamento, que é previamente elaborado considerando os objetivos da pesquisa, deve incitar o entrevistado a narrar sua trajetória de vida de modo aprofundado. Souza e Meireles (2017) argumentam que, neste modelo, o sujeito é instigado a recordar de suas histórias em nível pessoal e social, significando suas experiências de modo particular. De forma aberta e imaginativa, o sujeito trama o vivido, evocando lembranças que se misturam com afetos e prospecções, relativos a desejos e possibilidades perdidas.

A narrativa elaborada pelas jovens serve ao aprofundamento de aspectos de gênero e sexualidade que perfazem sua história de vida e sua experiência pessoal. Quando corro à narração em primeira pessoa como recurso para a rememoração de elementos de uma história, busco os aspectos marcados por definições de identidade referidas de ser de mulheres jovens. Tenho em mente o fato de que, nesse processo de narração e contação, as jovens estão se construindo, pois me interessa esse processo continuado de construção de si. Além disso, faço falar sujeitos por muito tempo subalternizados, cujas vozes pouco ou nunca se fazem ouvir, tanto pela questão de gênero quanto geracional, pois dentro dos próprios feminismos muitas vezes se negligencia a fala de jovens mulheres.

Ciente de todos esses aspectos, tomei alguns autores por base para organizar o modo de estruturamento das Entrevistas Narrativas, Schütze (2010), Jovchelovitch e Bauer (2002) elaboraram um conjunto de fases da entrevista narrativa, que viabiliza a construção de dados. Tomei-o como modelo e fui a campo nas escolas selecionadas onde estruturei o encontro para a produção de material empírico. De acordo com tal modelo as Entrevistas Narrativas respondem a algumas fases que passo a descrever a seguir.

Antes da primeira fase, há um momento de preparação, no qual se explora o campo. Neste caso, a minha ida às escolas, as reuniões com os gestores e professores, antes do encontro com as entrevistas. Também, neste momento, definem-se as questões exmanentes, que, de acordo com os autores, são as que o pesquisador busca elucidar e que emergem dos objetivos da pesquisa. Aqui, elaborei um conjunto de questões para a caracterização do meu grupo, bem como um conjunto de indagações coordenadas com os objetivos e as questões de pesquisa. Diferenciam-se as questões exmanentes das imanentes, sendo essas últimas fruto da narração do sujeito no ato da entrevista. A partir da escuta atenta, o pesquisador captura tais questionamentos, que podem convergir, ou não, com as questões exmanentes.

Na primeira fase, descrita como fase de iniciação, informam-se as entrevistadas os principais aspectos da Entrevista Narrativa, trazendo a questão gerativa já elaborada. Nesse

momento, disponho-me a tirar quaisquer dúvidas e também informo muito claramente o modo como o momento da narrativa se desenrolará, para que as jovens não se sintam desconfortáveis com o meu silêncio ou com a minha não intervenção. Deixo a pergunta sempre disponível na tela do computador, para que elas recorram a ela, em qualquer período da narração.

A segunda fase, denominada narração central, constitui o momento em si da narração da entrevistada, quando é importante uma atenção focada, evitando ao máximo qualquer intervenção que não sejam encorajamentos para a continuidade da narração e toma-se nota dos questionamentos a serem levados à próxima fase da entrevista.

Na terceira fase, ocorrem os questionamentos, quando a entrevistadora “colhe os frutos” de uma escuta atenta e ativa; questões imanentes são elaboradas, para que dúvidas sejam sanadas ou novas histórias narradas. No final desta fase, ocorre a fala conclusiva, quando se estabelece um diálogo mais informal após a gravação, quando também se pode elaborar algumas questões e avaliar certos conteúdos. Um diário de campo é utilizado para registrar as impressões do pesquisador e coordená-las com as análises.

Segui este roteiro na realização das entrevistas nas escolas. Diante da definição das instituições tive um primeiro contato com as condenações escolares, nesse primeiro momento, me foram apresentadas pela coordenação as professoras identificadas por elas, como as que tratavam das questões de gênero e sexualidade nas escolas. Quando em contato com as professoras, apresentava meu projeto de pesquisa, solicitando que as mesmas pudessem identificar estudantes para participar das entrevistas.

Foram dois blocos de entrevistas realizadas, o primeiro em Junho de 2024, quando realizei 12 entrevistas, e posteriormente entre agosto e outubro de 2024 quando realizei mais 9 entrevistas. Em Junho de 2024, tive algumas dificuldades no campo, em especial na primeira escola de entrada, no primeiro encontro, reunidas seis estudantes, apenas uma participou da entrevista, o fim do semestre letivo e a resistência dos pais, foram os motivos alegados para a não participação. Diante dessa primeira frustração, me dirigi a outra escola, onde obtive maior sucesso, e rapidamente consegui encontrar jovens que aceitaram participar da pesquisa. As nove entrevistas realizadas entre outubro e novembro de 2024 ocorreram sem qualquer percalço.

No primeiro bloco de entrevistas, a professora me apresentou possíveis participantes no intervalo das aulas, me apresentei e informei o meu intuito e os objetivos da pesquisa, pactuei com as que tivessem interesse, que fizemos uma reunião inicial com todas, para que pudesse detalhar como funcionaria a organização dos encontros. Feita a reunião acordada, uma vez aceito o convite, foram entregues os termos de consentimento, sendo a entrevista

agendada após a assinatura dos responsáveis.

Para facilitar a organização dos horários das entrevistas criei um grupo no whatsapp, onde definíamos o melhor horário, de acordo com os horários de aula das mesmas. No dia marcado, busquei um espaço na própria escola, onde pudéssemos ter certa privacidade, e fossem resguardadas condições para que elas se sentissem acolhidas, um funcionário da escola me ajudava em reconhecer os espaços livres nos horários previamente agendados com as estudantes.

As primeiras entrevistas me orientaram, quanto a condução de minha própria ansiedade, em intervir precocemente em suas narrações. Depois das primeiras entrevistas, criei apenas para mim, um roteiro com base nos meus objetivos de pesquisa (anexo), com o intuito de observar se por meio das narrativas conseguiria responder adequadamente às minhas questões investigativas. Esse primeiro bloco de entrevistas, serviu ao refinamento de minha abordagem, da pergunta disparadora, e do enquadramento que pretendia dar ao material suscitado. De início algumas entrevistas não se desenvolviam do modo desejado, com apenas uma pergunta disparadora, tinha bastante dificuldade de fazer com que as jovens encadeassem suas histórias de forma a desenvolver uma narrativa coerente de si e de sua vida. Por muitas vezes me angustiei quanto a metodologia, e questionei-me sobre a efetividade da Entrevista Narrativa realizada com mulheres tão jovens, cujas histórias de vida se desenrolaram em 17 ou 18 anos.

De todo modo, percebi que quando as jovens conseguiam encadear suas histórias de modo fluido, quando elas assimilaram os meios pelos quais eu gostaria que elas se narrassem, os conteúdos emergiram sem qualquer indução, algumas intervenções se davam ao fim da narração, quando me debruçava quanto aos conteúdos trazidos nas narrativas, tal fala se tornava mais rica e densa, pois as jovens se mostravam mais solícitas quando convocadas a esclarecerem aspectos da narração.

No segundo bloco de entrevistas fiz o mesmo movimento de contato inicial, e além dele, três participantes foram encaminhadas pela professora, mesmo sem terem participado da reunião inicial, a elas dediquei um momento individual de explanação da pesquisa e orientação quanto aos aspectos éticos a serem respeitados. Uma única entrevistada chegou até mim por indicação de uma das participantes, com a qual mantinha um relacionamento amoroso.

Aqui elenco alguns pontos que surgiram durante o percurso dos encontros promovidos com as jovens mulheres. Primeiramente, a questão da expectativa criada, no meu caso, é premente destacar que, na minha apresentação ou na apresentação feita pela professora ou

coordenadora sobre mim, o enfoque na minha profissão tanto quanto na pesquisa terem sido bem centrais. Cria-se nas jovens a expectativa de que aquele encontro não é apenas um encontro com uma pesquisadora, mas com uma psicóloga, e muito dos enquadramentos quanto ao atendimento psicológico se reavivam naquele encontro. Pontuo esse fato, pois me exigiu uma certa condução, não no sentido de invalidar as expectativas, mas de reconhecê-las e tentar dirigi-las, de modo mais adequado, para a realização de uma entrevista que atendesse aos meus fins investigativos.

Acredito que as expectativas criadas, se devem muito à curiosidade com relação ao trabalho da psicologia, muitas vezes, devido ao não acesso a psicólogo no contexto escolar e na região. O serviço de psicologia ainda é um serviço caro, que as populações mais pobres não conseguem acessar. Para a maioria das entrevistadas, era a primeira vez que conversavam com uma psicóloga, o que, em alguns momentos, gerava confusão quanto ao papel que desempenhava ali.

Quanto a mim, apesar do medo inicial, foi salutar perceber, o quanto das habilidades técnicas desenvolvidas ao longo de uma década escutando jovens em contexto educacional estavam sendo úteis enquanto pesquisadora. Ao mesmo tempo também foi importante reorientar minha postura e fala, para que também não assumisse o papel de psicóloga que era requerida a performar, depois de transcritas as entrevistas, percebi que as menos produtivas foram justamente aquelas que nem eu nem a entrevistada conseguimos assentar nossas expectativas, alinhando-as aos termos desta pesquisa.

O manejo de tal questão se deu muito por meio da uma conversa inicial com as participantes, na qual ressaltei o meu intuito enquanto pesquisadora. Mesmo assim, as entrevistas fluíram a partir das jovens. Após a pergunta gerativa, o conteúdo produzido não foi, em momento algum, reprimido; questões que fugissem da temática, que, por vezes, eram trazidas para a entrevista, foram por mim acolhidas, buscando fazer daquele encontro, um momento de fato horizontalizado e confortável para as participantes.

Havia, da minha parte, a preocupação com a duração ou a qualidade das narrativas, devido ao próprio modo como se estabelece a Entrevista Narrativa, com pouca ou nenhuma interferência do entrevistador. Nos primeiros encontros, percebi a dificuldade das jovens quando não conseguiam aprofundar-se na narração de suas vidas, quando o silêncio produz um desconforto, para mim já habitual, mas, para elas, era um chamado para que eu pudesse questioná-las: “a senhora não quer perguntar nada?”; “eu não sei como continuar”; “eu não consigo falar”; “se a senhora fizesse perguntas seria melhor”; “nossa, é tão difícil”.

Buscava incentivá-las rememorando a pergunta ou retomando algumas orientações

quanto à fala livre, mas encadeada num percurso narrativo; às vezes as tranquilizava quanto à preocupação em atender minhas expectativas, reiterando não haver modo certo ou errado de fazer aquilo, até que elas retomassem a narração. Nem sempre tais manejos foram úteis, pois algumas entrevistas ou desviavam muito do objetivo, o que me fez rever a pergunta gerativa, ou não apresentavam conteúdo suficiente, ou as jovens não conseguiam articular e encadear suas ideias na forma de histórias, ou em função de suas próprias características pessoais, como timidez ou dificuldade de expressar-se. Por vezes minhas próprias intervenções foram infrutíferas e equivocadas, fato atestado apenas quando transcrevi e ouvi repetidamente as gravações.

Entre encontros e desencontros, vinte e uma estudantes foram entrevistas, com duração média de 40 minutos, algumas entrevistadas necessitaram de mais de um encontro para finalizarmos. Fez-se a transcrição de todas, para que, a partir desse material, definisse as que apresentavam um conteúdo adequado para a investigação, sobre o qual pudesse entrar a fundo no que foi coletado. Para a transcrição utilizei dois aplicativos, o Cockatoo para as doze entrevistas realizadas no primeiro período de entrevistas e posteriormente o Clipto para as nove entrevistas do segundo momento, com esse segundo aplicativo obtive melhor resultado.

Em um primeiro momento criei uma pasta com um arquivo para cada entrevista realizada, as que a transcrição não havia ficado clara, apresentando incongruências, ou partes irreconhecíveis, voltava a gravação do áudio para fazer as correções necessárias, apenas uma entrevista teve o audio comprometido, tendo parte do material sido descartado após muitas tentativas de recuperá-lo. Terminadas as 21 transcrições condensei todo o conteúdo em um único arquivo nomeado de “Entrevistas Transcritas”, neste arquivo fiz um sumário com a identificação da página referente a cada entrevistada, no início da transcrição de cada uma criei um cabeçalho com as informações principais das participantes.

O volume do material constituído de 299 páginas, exigiu um cuidado detalhado na organização, para que pudesse retornar continuamente ao arquivo, a fim de identificar os excertos extraídos para análise, quando das citações feitas por mim ao longo do texto, destaco que ao citá-las além de grafar as letras em itálico, logo em seguida identifico o nome e a página referente ao arquivo criado por mim, do qual retiro a citação.

A subjetivação é adotada como ferramenta principal de análise para operar com o conteúdo narrativo elaborado nas entrevistas. Nesse sentido, busca-se reconhecer, por meio de suas falas, de que modo o sujeito age sobre si mesmo, nessa manufatura de si. É um trabalho minucioso, que requer elementos cognitivos e afetivos, ler, reler indefinidamente até observar repetições e/ou relações e sentidos coordenados, para daí extrair confluências, correlações e

conexões.

Vale esclarecer que, apesar dos objetivos serem atravessados pela compreensão de que o contexto social contemporâneo tem gerado discursos controvertidos quanto ao gênero e sexualidade, o interesse desta investigação não é o conhecimento racional e racionalizável que as jovens possuem desta temática, mas as experiências que atravessaram e constituíram um modo singular de apreensão de si. Dito de outro modo, dadas as desconstruções de um mundo heteronormativo e patriarcal, interessam-me as formas como as jovens inventam modos de ser, que são vinculados ou não a identidades de gênero e sexuais.

Nesse sentido, depois do trabalho de transcrição e repetidas leituras, emergem do material empírico produzido, unidades analíticas, as quais informam sobre as subjetividade dessas jovens, e os modos como operam sobre si, por meio de elementos disponíveis no contemporâneo. O primeiro agrupamento de sentido identificado foi, a narrativa de si por meio da performatividade de identidades de gênero e sexuais não normativas, desse bloco analítico deriva-se uma análise quanto as resistências e inconformidade as opressões de gênero vivida pelas mulheres e outra análise referente ao modo como a contraposição a heteronormatividade vêm atuando em construções subjetivas femininas.

Um segundo movimento analítico foi feito por meio da assunção de variados marcadores de desigualdades, conduzindo modos de se narrar de mulheres racializadas, de uma região empobrecida do país. As narrativas de si, são conduzidas por meio da constatação de variadas violências impostas por um campo de desigualdade, que vai tornando seus corpos ininteligíveis, inscritos em um lugar de não reconhecimento, passíveis de exclusão e aniquilação. Percebo as ambivalências de processos de subjetivação ocorrendo em meio há uma agonística de submissão e resistência. Por fim observo que tais resistências são fruto da potência de um discurso feminista que se entranha nos mais diversos campos culturais e é efetivo em se contrapor aos fundamentalismos religiosos, mesmo que de modo paradoxal, se reafirme, por meio de discursos que apregoam uma essencialidade inata, e venha se aliando a discursos neoliberais.

Identificadas tais unidades de sentido passo a organização do material, primeiramente no arquivo das transcrições passo a destacar cada conteúdo analítico por meio de cores específicas correspondentes. Posteriormente, em outro arquivo, passo a construção de quadros sintéticos, onde agrupava os excertos correspondentes a cada conteúdo definido. Mesmo dentro dos dois blocos maiores de análise, identidades e desigualdades como operados de subjetivação, micro temáticas eram também demarcadas, como: a família, a escola, os feminismos, a religiosidade, a pobreza, com o intuito de esmiuçar o conteúdo para

facilitar as amarrações analíticas subsequentes.

Tal síntese me foi útil para a organização do material, porém, nos capítulos a seguir, conduzo a explanação de tais unidades analíticas, por meio de algumas Entrevistas Narrativas principais, dada a qualidade do material obtido nas mesmas. Deixo claro, no entanto, que todos os encontros foram importantes na condução desta pesquisa, todas as vezes que me deslocava a escola e sentava para ouvir suas histórias, era instigada a pensar sobre mim e sobre minha investigação. Não quero fazer parecer que de modo objetivo delimitei o que era útil em termos analíticos, narro aqui todo o processo.

Porém, nos próximos capítulos oriento minhas análises por meio de unidades de sentido que emergiram nas Entrevistas Narrativas, no mesmo instante em que descrevo tal conteúdo apresento as jovens e suas histórias, retratando suas singularidades, suas aproximações e distanciamentos. As entrevistas de Gaia, Brisa, Virna, Bela, Selena, Talita, Lícia e Sabrina serão mais detalhadas e seu conteúdo mais descritivamente apresentado, seus relatos são potentes e representam muito dos conteúdos sínteses aqui elaborados. Faço agora uma descrição mais detalhada destas jovens e dos meandros do nosso encontro, mesclo a isso a apresentação do Cariri e de suas peculiaridades, tomando a região como mais um fator de análise.

4.2 QUAIS MULHERES FALAM NO CARIRI DE DESIGUALDADES

“Mulher bonita, minha mãe diria, mas maltratada. Todas nós, mulheres do campo, éramos um tanto maltratadas pelo sol e pela seca. Pelo trabalho árduo, pelas necessidades que passávamos, pelas crianças que paríamos muito cedo, umas atrás das outras, que murchavam nossos peitos e alargavam nossas ancas.”
 (Vieira Junior, 2018).

“O isolamento do sertão, as condições locais de povoamento, as condições ambientais de clima e a formação de uma sociedade patriarcal altamente estratificada influíram nas especificidades das mulheres do sertão.”
 (Falcí, 2004).

A região do Cariri cearense se define não só por seu território, hoje composto por 29 municípios²⁰, na região sul do estado do Ceará, mas também pela marca da identidade cultural de uma população com valores simbólicos e culturais compartilhados. Com uma população estimada em mais de 1.000.000 de habitantes, concentra atividades econômicas variadas,

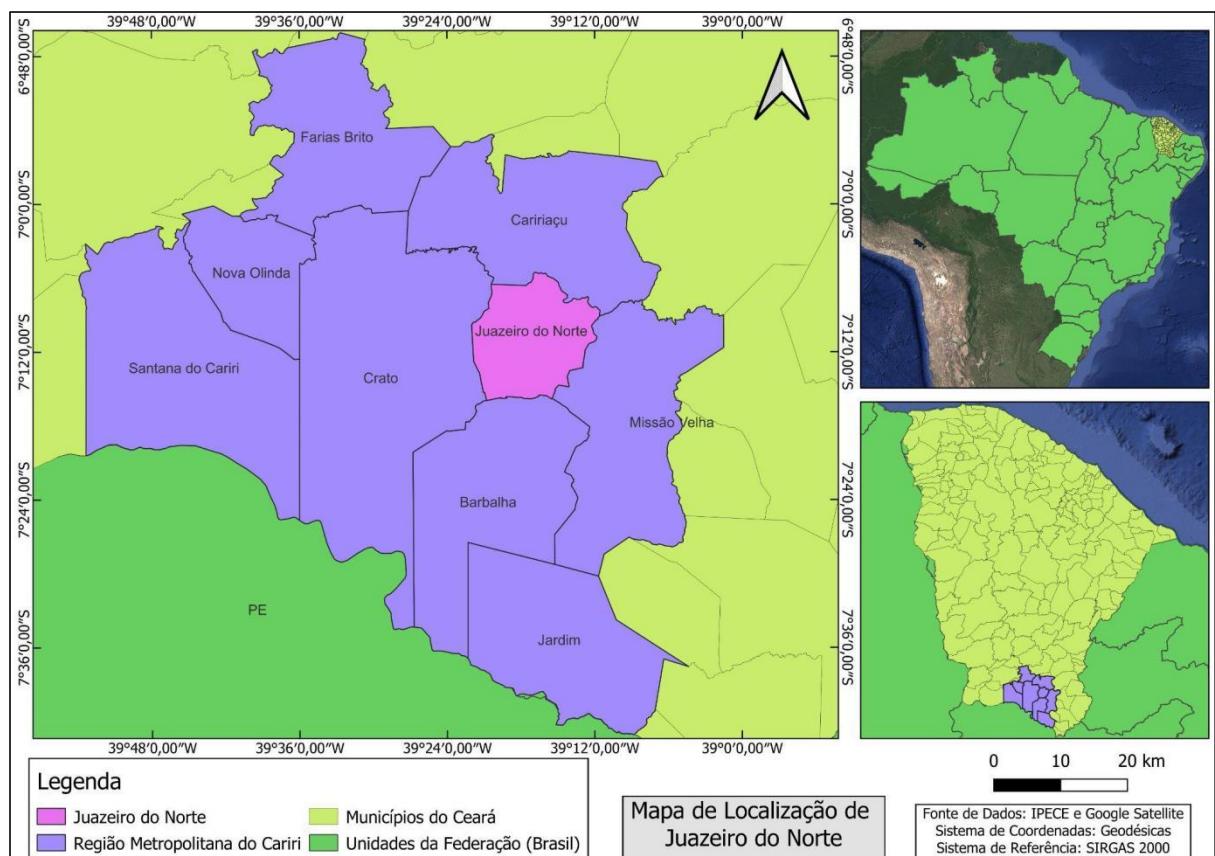
²⁰ Abaiara, Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Aurora, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Campos Sales, Caririaçu, Crato, Farias Brito, Granjeiro, Jardim, Jati, Juazeiro do Norte, Lavras da Mangabeira, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Nova Olinda, Penaforte, Porteiras, Potengi, Salitre, Santana do Cariri, Tarrafas e Várzea Alegre.

sendo suas maiores cidades: Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha. A cidade de Juazeiro do Norte, onde a pesquisa foi realizada, segundo dados do IBGE, possui uma população de 286.120 habitantes; com idades entre 15 e 19 anos, estima-se uma população de 10.777 mulheres.

A região Metropolitana do Cariri se constituiu como tal, em virtude de ser a segunda região urbana mais expressiva do estado, por causa da conurbação formada pelos municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, sendo a região denominada de CRAJUBAR. De acordo com dados da secretaria das cidades do estado do Ceará, a região metropolitana foi criada, tanto para reduzir as disparidades econômicas e sociais entre a capital e o interior, como para minimizar o desenvolvimento desigual do triângulo CRAJUBAR, em relação aos municípios vizinhos. Foi idealizada pelo governo estadual, visando à criação de um novo polo de desenvolvimento socioeconômico, que pudesse dividir com a Região Metropolitana de Fortaleza, a atração de investimentos e ampliar a qualidade de vida de sua população.

Essa região metropolitana é, atualmente, composta por nove municípios: Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Jardim, Missão Velha, Caririaçu, Farias Brito, Nova Olinda e Santana do Cariri, com uma área total de 5.456,01 Km² (IBGE, 2010). A Figura 1 ilustra a localização da região metropolitana do Cariri, com destaque para o município de Juazeiro do Norte.

Figura 1 - Localização da Região metropolitana do Cariri



Fonte: Da autora (2024).

Localizada no que se convencionou denominar sertão, a região do Cariri sempre apresentou condições geográficas privilegiadas, que lhe renderam a alcunha de verdadeiro oásis. Nos relatos historiográficos do século XIX, tal faixa territorial é sempre descrita como terra fértil, onde havia água em abundância, em detrimento da aridez característica dos sertões de seu entorno (Reis Júnior, 2011; Silva, 2015).

Tal característica territorial deve-se, em especial, ao fato de a maior parte da Chapada do Araripe estar localizada na região do Cariri. A Chapada faz parte da Bacia do Araripe, que é a maior bacia sedimentar do interior do Nordeste brasileiro, sendo uma faixa que se estende entre Ceará, Pernambuco e Piauí. A riqueza natural se expressa por meio de uma flora e fauna exuberantes, além de aquíferos que abastecem toda a região. Outro ponto a ser destacado é o valor geológico, paleontológico e arqueológico da biorregião, que tem despertado grande interesse científico e acadêmico, servindo para projetar a região, além de fortalecer a identidade cultural de quem reside na área.

Todo esse patrimônio natural se funde com uma diversidade cultural própria da região do Cariri.

Nesse território, destacamos as culturas indígenas, reisados, artesanatos, danças de coco, cantoria, maneiro-pau, cordel, lapinha, são Gonçalo, penitentes, bandas cabaçais, guerreiros, emboladas, bacamarteiros, dramas, repentistas, mamulengos manifestações culturais de povos e comunidades de matriz africana e religiões afro-brasileira, manifestações culturais quilombolas, rezadeiras e tantas outras expressões culturais (Melo; Barbosa; Lopes, 2020).

Todo esse conjunto diverso de manifestações artísticas e culturais compõe um povo singular em suas regionalidades, cuja força do território se manifesta por meio de saberes e práticas ancestrais dos povos Kariris, originários da região e, posteriormente, dos escravizados e trabalhadores livres, que viriam a ocupar e explorar a área. As cidades de Crato e Juazeiro do Norte se destacam na região. O Crato já era uma vila importante na segunda metade do século XIX; já como cidade viu seu distrito Juazeiro do Norte crescer e se tornar independente, devido à ação de Padre Cícero Romão Batista,²¹ pároco da igreja local, que, posteriormente, se tornou um político influente, para depois tomar ares de santidade entre a

²¹ Padre Cícero Romão foi figura controversa, que passou de padre a político, tendo sempre lhe sido atribuídos aspectos de santidade. Sua história é marcada pela forte liderança junto a comunidades pobres, que renderam um avanço econômico marcante para a região. O rompimento com o Vaticano ocorreu desde a alegação de um suposto milagre, quando uma beata, ao receber a hóstia das mãos do padre, viu o símbolo religioso converter-se em sangue em sua boca. Apesar de todos os elementos religiosos que sempre fizeram do padre uma figura tão cara aos católicos da região, apenas no ano de 2015 a igreja “o perdoou”, iniciando, no ano de 2022, o processo de beatificação do Padim Ciço, como é chamado por seus fiéis.

população.

É justamente a devoção ao Padre Cícero que torna a cidade de Juazeiro do Norte o centro econômico e religioso da região. A crença na santidade do padre se espalhou por todo o Nordeste, sendo hoje marcantes as romarias, no cenário urbano da cidade. Segundo dados da secretaria municipal de turismo e romaria, os eventos religiosos realizados ao longo do ano atraem cerca de 2,5 milhões de romeiros, movidos pela fé no Padre Cícero. Passados 90 anos de sua morte e de seu afastamento da Igreja católica, o padre é tido como “santo popular”. A religiosidade se renova pela tradição passada de pai para filho, pela peregrinação à cidade de origem do padre, onde cumprem-se promessas, reverenciam-se milagres e atualizam-se rituais em homenagem à figura do “Padim”.

Todos esses fatores destacados fazem com que, num mesmo território, características antagônicas, mesmo conflitantes, se misturem, onde o urbano, o moderno e o cosmopolita convivem com as ruralidades, conservadorismos e religiosidades, conforme destacado por Reis Júnior (2011):

O sertão caririense, terra de natureza pródiga e edenizada, milagrosa. Terra dos homens que alcançariam a salvação, através da penitência e da oração, mas também da realização da obra de Deus, através do trabalho. O natural e o sobrenatural se confundiam e se mesclavam numa simbiose que aturdia e ao mesmo tempo fascinava as pessoas (Reis Júnior, 2011, p. 5).

Essa história, que apresenta elementos simbólicos referentes ao sertão, vai sendo mesclada ao longo do século XX com o capitalismo contemporâneo e os modos de produção por ele estabelecidos, refletindo novas formas de sociabilidade, bem distantes das ventiladas, que vinculam o sertão e o sertanejo ao atraso. Hoje, o cenário desta região se caracteriza pela complexificação; ainda se preservam elementos de uma sociedade tradicional, pautada no conservadorismo típico de uma cultura rural, associada ao progresso econômico e cultural que “modernizou” a região, nas últimas décadas.

Tal modernização foi possibilitada por um desenvolvimento econômico acentuado, com destaque para o polo calçadista, a agropecuária e o turismo religioso. Tais transformações também foram realçadas, devido à interiorização de instituições de Ensino Superior, com destaque para uma Universidade Estadual (URCA), dois campi de Institutos Federais (Juazeiro do Norte e Crato) e uma Universidade Federal (UFCA), além de outras instituições privadas, que fazem da região um polo universitário de destaque no Nordeste.

A região do Cariri, a partir da segunda metade do século XX, passa por um movimento de transformação econômica profunda, com a instalação de indústrias,

especialmente, de calçados e de cerâmica, que mobilizaram transformações cruciais a partir da geração de emprego e renda, que justifica o grande fluxo migratório das cidades vizinhas para a cidade de Juazeiro do Norte. Podemos observar esse movimento como parte de um processo mais geral de instalação de indústrias em cidades do interior, atraídas por incentivos fiscais. A ampliação de empregos formais, mesmo que precarizados, embala uma mudança não apenas de renda, mas também de hábitos e culturas, mudando, inclusive, os valores nas próprias relações familiares e afetivas (Araújo, Lima e Borsoi, 2011).

Em termos históricos, as mulheres caririenses são simbolizadas a partir de elementos que caracterizam as mulheres do sertão nordestino, ou seja, as masculinidades se impõem de modo tão premente que até as mulheres devem ser masculinizadas (*mulher-macho*) (Albuquerque Júnior, 2013). Vale destacar que, em estudos historiográficos, tais simbolismos não correspondem à diversidade de experiências das mulheres do sertão brasileiro. Em estudo realizado por Falcí (2004), a autora destaca que o sertão era povoado por mulheres da aristocracia, escravizadas e mulheres livres e pobres, sendo seus costumes e hábitos diversos. Além disso, valores que definem o feminino não eram compartilhados de forma equânime por todas as mulheres.

Importa destacar que alguns elementos simbólicos imprimem certa romantização ao sofrimento que aflige mulheres sertanejas, coordenado por preceitos judaico-cristãos de exortação da penitência, como modo de alcançar a divindade. Além disso, é imposta a lógica neoliberal do mérito, que valoriza a aflição e o sofrimento como etapas para conseguir objetivos, quase sempre materiais. Essa romantização torna-se um impedimento para a compreensão da parte mais negligenciada da população, de que a pobreza, o descaso estatal e a privação de oportunidades são projetos de um modelo socioeconômico neoliberal. Cabe ressaltar que as mulheres do Cariri cearense, em especial as jovens, encontram-se neste lugar de vulnerabilidade. Os indicadores sociais e econômicos dão conta de retratar o quadro de abandono de políticas públicas que combatam a pauperização, para onde estão sendo empurradas.

Como exemplo da tal romantização, Barreto e Holanda (2019), ao estudarem a santificação do feminino na região do Cariri cearense, observam um fenômeno particular: a proliferação de mulheres elevadas ao estado de santas pela população, sendo elas postas na condição de mártires após mortes violentas. Um exemplo é a menina Benigna, que foi oficialmente beatificada no ano de 2022. Durante muitos anos, a menina que fora assassinada numa tentativa de estupro, aos treze anos, foi reverenciada pela população de Santana do Cariri, exaltada inicialmente pela própria Igreja, por ter lutado e resistido à tentativa de

estupro, mantendo-se pura aos olhos da igreja. Atualmente, os próprios movimentos feministas da região exaltam sua figura como símbolo das violências infligidas a todas as mulheres e como figura emblemática para as lutas diárias contra as variadas formas de violência a que são submetidas as mulheres na região.

Tal estruturação regional sempre foi palco para a resistência feminina de várias ordens. Para ficarmos apenas nos tempos mais recentes, desde 2014, todos os movimentos sociais de direitos das mulheres do Cariri se aglutinaram em torno de uma frente ampla, que, desde então, vem produzindo enfrentamentos às situações de violência contra as mulheres na região, além de, ao longo dos anos, ter aglutinado várias pautas de lutas, como as lutas anticapitalistas, antirracistas e das visibilidades LGBT+.

Alguns eventos demonstram como as tensões nacionais expostas, tanto dos movimentos organizados, quanto dos movimentos individuais cibernéticos, têm aderência na região. No ano de 2020, durante o período da pandemia, várias jovens mulheres (da região do Cariri) relataram situações de assédio sofrido nas escolas, por meio da *hashtag* #exposedcariri. Já no ano de 2022, um movimento de jovens secundaristas no estado do Ceará, tendo como palco algumas escolas da cidade de Juazeiro do Norte, denunciavam professores e exigiam posicionamento das autoridades no combate à violência sexual presente nas escolas.

Outro fato a ser pontuado refere-se à força com que o movimento antigênero se apresentou no Cariri, adentrando vários espaços sociopolíticos. As disputas nacionais descritas anteriormente também ganharam contornos regionais e deixaram lastros nas políticas educacionais da região. O estado do Ceará foi o único da Federação onde o termo gênero foi vetado do Plano Estadual de Educação. As cidades de Crato e Juazeiro do Norte, ambas situadas na região do Cariri, por meio de projetos das suas câmaras municipais, proíbem a menção a gênero e sexualidade, nas legislações educacionais, com o pretexto de os termos serem ideologicamente guiados (Silva, 2021).

Neste mosaico de paradoxos, as vinte e uma mulheres participantes desta pesquisa coadunam elementos que as assemelham e as diferenciam de tantas outras mulheres do sertão nordestino. É no cruzamento de fatores globais e locais que as jovens vivem seus cotidianos e se elaboram enquanto sujeitos. Marcadas pela pobreza, pela dificuldade de colocação no mercado de trabalho e pelas violências de gênero, que as afastam do reconhecimento social, necessário para a imposição de um status de cidadania plena. Também possuem peculiaridades que as diferenciam dentro do próprio grupo de mulheres jovens caririenses, demonstrando a impossibilidade de reconhecer uma unidade ao caracterizá-las. Posto isso, apresento uma breve caracterização do grupo de mulheres entrevistadas.

Destaco que as 7 colunas do quadro informam os principais aspectos de caracterização do grupo, essas informações foram coletadas no inicio da entrevista, por meio de um questionário, são informações autodeclaradas e entedidas como importante demarcadores para a compreensão dos modos como as subjetividades das entrevistadas se constroem. O nome aqui informado é fictício, garantindo que as identidades das jovens será resguardada como preconizado pelos princípios éticos da pesquisa.

Quadro 9 - Caracterização do grupo de mulheres entrevistadas

	Nome	Idade	Cor	Renda	Religião	Identidade de gênero	Identidade sexual
1	Gaia	17	branca	mais de 5 salários mínimos	Umbanda	mulher	lésbica
2	Diná	17	branca	1 salário mínimo	não	mulher	pansexual
3	Brisa	18	branca	2 salários mínimos	não	mulher	indefinida
4	Leia	17	branca	1 salário mínimo	não	mulher	heterosexual
5	Melisa	17	negra	2 salários mínimos	não	mulher	bisexual
6	Camila	18	amarela	1 salário mínimo e 1/2	não	mulher	bisexual
7	kelly	17	parda	1 salário mínimo	não	mulher	bisexual
8	Virna	17	branca	menos de 1 salário mínimo	não	mulher	bisexual
9	Renata	17	branca	3 salários mínimos	não	mulher	indefinida
10	Lina	17	parda	1 salário mínimo	católica	mulher	indefinida
11	Bela	16	branca	5 salários mínimos	Não	mulher	lésbica
12	Selena	17	preta	1 salário e 1/2	Não	Mulher Cis	Heterosexual
13	Samyra	17	parda	1 salário mínimo	Evangélica	Mulher	Heterosexual
14	Elena	17	branca	3 salários mínimos	católica	Mulher	Heterosexual
15	Elis	17	parda	1 salário mínimo	católica	Mulher	Heterosexual
16	Eloá	18	parda	1 salário mínimo	não	mulher (não se identifica)	pansexual
17	Karina	17	branca	2 salários mínimos	não	mulher	não sei
18	Talita	17	preta	1 salário mínimo	não	mulher	hetero
19	Lícia	17	branca	1 salário mínimo	agnóstica	mulher	lésbica
20	Sabrina	18	parda	1 salário mínimo	católica	indefinido	bisexual
21	Hellen	17	branca	1 Salário mínimo	não	mulher	heterosexual

Fonte: Da autora (2024).

Vinte das jovens entrevistadas estavam matriculadas no terceiro ano do Ensino Médio; por isso, suas idades variam entre 17 e 18 anos. Essa idade e a fase educacional específica, às vezes, são observadas, considerando o modo como a maioria das entrevistadas faz referência ao futuro, à nova fase da vida, após o término do Ensino Médio. Planejar-se quanto ao futuro, ao ingresso numa universidade e à entrada na vida profissional foi corriqueiro na maioria das

entrevistas. As entrevistadas relatam que a escola e os professores são incentivadores da continuidade dos estudos, até porque a região é um polo universitário, o que contribui para elas se projetarem na vida acadêmica. Além disso, são feitas referências às possibilidades que um curso universitário pode propiciar em termos de salário e de empregabilidade.

Em termos de caracterização socioeconômica, todas as jovens apresentam um perfil semelhante, ou seja, são jovens cujas renda familiar não ultrapassa um salário-mínimo; apenas uma única entrevistada apresenta renda familiar elevada. Entender a questão de classe destas jovens também é importante em termos analíticos, uma vez que sua vulnerabilidade econômica lhes impõe privações materiais que se refletem em seus modos de subjetivação. Como mencionado anteriormente, a região oferece poucas possibilidades em termos de empregabilidade; logo, as famílias se submetem, muitas, vezes, a trabalhos não formais e mal remunerados, sendo esse também o caminho de muitas jovens que não dão continuidade aos estudos. Mesmo as que dão continuidade e ingressam no ensino superior não conseguem firmar-se em postos de trabalho, cuja remuneração ultrapasse o salário-mínimo. Segundo dados do IBGE de 2024, o Ceará é o segundo estado com a pior média salarial dos trabalhadores no País.

Outro elemento marcado na caracterização é a religião, pois, sendo um elemento forte enquanto marcador regional, como já foi bem explicado, referenciá-la e analisá-la em interação com os outros marcadores é importante. Além disso, como bem demonstrado no terceiro capítulo, as tensões sobre as questões de gênero e sexualidade no Brasil têm sido pautadas por setores religiosos, o que me leva a considerar as implicações dos discursos e das práticas desenvolvidos pelas meninas, vinculados a suas crenças.

Mesmo numa região tão marcada pela religiosidade, observa-se que das vinte e uma entrevistadas, apenas seis se consideram filiadas a alguma designação religiosa; porém, de modo algum, isso indica que os discursos religiosos não sejam narrados em suas histórias. As jovens mencionam que seus pais, tios e avós são adeptos de alguma religião, o que influencia o modo como elas percebem questões de gênero e sexualidade e as conduzem em termos de socialização. A maioria das entrevistadas se declara sem religião, o que não elimina a temática de suas narrativas.

Quanto à cor/raça, nove jovens se identificam como negras e pardas e onze, como brancas. Apesar da predominância de mulheres brancas, é fato que o Nordeste brasileiro se constitui, em sua maioria, de pessoas autodeclaradas pardas, 59,6% da população. Segundo dados do Censo de 2022, é também a região onde mais pessoas se autodeclararam pretas (13%); a cidade de Juazeiro do Norte é a terceira maior população de pessoas autodeclaradas pardas

no estado do Ceará. Esses dados refletem a herança do processo de colonização e a alta miscigenação (em sua maioria fruto de violência) ocorrida nesta parte do país. Além disso, é importante destacar que, apenas no último Censo de 2022, a maioria da população brasileira se autodeclarou parda, o que pode ser resultado de anos de lutas dos movimentos negros, em busca de reconhecimento e de valorização de sua população.

A questão racial, na sua intersecção com o gênero, é central, para analisar os processos de subjetivação de mulheres jovens no Brasil. Conforme já destacado em capítulos anteriores, nesta parcela da população, encontram-se os piores dados de renda; consequentemente, são mulheres bastante afetadas pelo desmantelamento de políticas públicas e a falta de investimentos estatais. Mulheres negras sempre constituíram uma parcela culturalmente estigmatizada, em termos de redução de suas subjetividades a certos estereótipos, além do fato de que o trabalho doméstico não formal constituiu, por muito tempo, seu único espaço de alocação laboral. As entrevistas de mulheres pretas e pardas são fartas de exemplos que ilustram como o racismo e as inúmeras formas de violência se impõem sobre os corpos de mulheres negras, tornando-os desumanizados ou não inteligíveis.

Quanto à identidade de gênero, a grande maioria das mulheres entrevistadas se identifica como mulher; duas delas não se identificam, alegando que não há necessidade de fazê-lo. “*Tipo, eu nunca soube exatamente como tipo, como me rotular, porque, assim, Eu sei que eu sempre fui Ai, uma garota e tudo mais. Só que, sei lá eu não sentia, tipo, nos padrões de uma garota*” (Sabrina, p. 231).

No que se refere à identidade sexual, uma minoria se identifica como heterossexual. Em suas falas, trazem como justificativa o fato de estarem em fase de experimentação, de “descoberta”. Três mulheres se apresentam como lésbicas. Mais adiante, abordaremos questões relacionadas à identidade de gênero e sexual, a partir das enunciação correntes e a forma como estas jovens se integram no modo de se narrar. No momento, destaco a possibilidade de que a geração aqui descrita, têm de imaginar outras possibilidades de viver sua sexualidade. A maioria salienta que tal abertura deve-se ao fato de ter mais acesso a conteúdos sobre feminismo e identidades sexuais, por meio da escola (formalmente), de amigos ou dos meios digitais. Obviamente, tal abertura não ocorre sem a interferência de reprimendas e proibições, vindas especialmente da família, como veremos mais adiante.

No próximo capítulo, ao abordar, a partir de Butler (2016), gênero e sexo como atos performativos, conduzo a discussão enfocando como os debates, nos últimos tempos, revelam às mulheres outras possibilidades de existência. Questiono, desde o início das entrevistas, o sentido de autoria promovido pelas formas de subversão de tais identidades, num campo de

leis e de interdições próprias. Podemos atestar formas de inventividade ou de resistências, diante da afirmação de identidades sexuais reconhecíveis e já inscritas em normatizações, ou tal inscrição impede qualquer prática subversiva?

Antes de me ater ao questionamento, apresento, primeiramente, as jovens entrevistadas, cujo conteúdo narrativo é o fio condutor dos tópicos analisados e desenvolvidos nos capítulos subsequentes. Conforme já foi justificado, amostra as narrativas aos excertos das demais entrevistas que compõem o material empírico para a construção das minhas análises argumentativas. Junto à descrição delas e dos nossos encontros, trago narrativas de suas histórias pessoais e de como me impactaram, bem como, apesar de compartilharem gênero, idade, renda, entre outras condições semelhantes, apresentam formas de narrar a si, com singularidade.

Gaia foi a primeira jovem entrevistada. Quando cheguei na escola, estávamos no fim do ano letivo. Gaia estava no primeiro grupo de estudantes, a quem apresentei a pesquisa. Ela, prontamente, aceitou participar, dizendo que poderíamos realizar a entrevista em qualquer dia e horário. Mostrou-se bastante interessada e solicita quanto à sua participação, mesmo neste período escolar por vezes conturbado. Marcamos o turno da tarde e saímos em busca de uma sala ou laboratório que pudesse garantir nossa privacidade.

Apresentou-se como uma jovem bastante confiante. Com dezoito anos, não residia com os pais, que se mudaram para o Recife, onde se estabeleceram no ramo de serviços, o que lhes rendia uma boa condição financeira. Gaia, já no primeiro dia, chegou pilotando uma moto, demonstrando que tinha uma condição financeira bem diferente do recorte do grupo escolhido para as entrevistas. Assumidamente lésbica, sua narrativa percorre a história do seu entendimento quanto à sua sexualidade e os entraves vividos diante do reconhecimento de sua identidade sexual dissidente.

Passou grande parte da infância residindo com uma tia, a quem descreve como uma pessoa mais “aberta”, diferente de sua genitora, descrita como uma “*católica bastante conservadora*”. Relatou que, entre 9 e 10 anos de idade, retomou uma convivência mais afetiva com os pais, mas ela foi abalada, quando, aos 12 anos, ela lhes revelou seu desejo por mulheres. A reação da mãe foi muito negativa, mas Gaia pondera: “*eu até entendo, porque eu acho que quando uma pessoa tem um filho, a pessoa idealiza coisas para esse filho, como crescer e construir uma família com uma coisa estereotipada, entende? E eu acho que eu falar isso é uma quebra de expectativa para ela, né?*” (Gaia, p. 92).

Narra que, aos poucos, as relações foram retomadas, mas salienta que foi mediante o esquecimento, não a aceitação. Hoje reside com a tia, a quem trata como mãe; mantém uma

convivência boa e respeitosa com os pais, apesar da distância. Gaia tem características pouco vinculadas à feminilidade: a voz grossa, que ela faz questão de realçar, o caminhar de gestos amplos, o modo de se sentar sem conter o corpo evocam atributos vinculados à masculinidade. Ela relata que as características sempre foram vistas com estranheza pela família, pelo fato de “*nunca ter tido traços muito femininos*” (Gaia, p. 94). Assim, seus primos e tios, a partir da constatação da não feminilidade especulavam: “*Ali, vai gostar de menininha, entendeu*” (Gaia, p. 95).

A narrativa é atravessada pela questão da sua identidade de gênero e sexual. Suas interrogações são postas a partir de constantes inquietações. O modo como elabora e dá sentido a suas experiências apresenta contradições e incongruências; recorre, muitas vezes, a discursos médicos e científicas, replica muitos discursos essencialistas, enquanto narra a si e suas experiências de modo bastante interessado.

Foram necessários três encontros para poder finalizar a entrevista com Gaia, talvez, por ser a primeira, e eu ainda não estar tão segura quanto às minhas intervenções. As falas trazem um conteúdo bastante opinativo, alguns eventos da sua vida, mas, principalmente, expressam análises e opiniões, especialmente, quanto à sexualidade.

Não selecionei o conjunto de entrevistas aqui apresentado, com base nas características pessoais das entrevistadas, mas optei pelos personagens, considerando a riqueza de suas narrativas, instada pela capacidade de contarem as próprias histórias, num movimento contínuo de narrar a si. Das oito entrevistadas aqui destacadas, três se identificam como mulheres lésbicas. Assim como Gaia, o teor das falas das entrevistas se vinculava a suas experiências de compreensão de si, a partir de tal identidade.

Já Brisa relata que sua identidade sexual é indefinida, apesar de namorar durante algum tempo uma mulher. É uma jovem branca de 18 anos, de cabelos longos e lisos, olhos amendoados e um corpo esguio. Ela tem as características físicas desejáveis de uma cultura que privilegia aspectos da branquitude e supervaloriza corpos magros. Seu modo de falar e de portar-se parentava bastante segurança. Nada se assemelhava às jovens que havia encontrado antes, naquela manhã. Ao longo da conversa, fui percebendo que a suposta maturidade estava ligada a uma história de vida marcada pela perda da mãe e por abusos sexuais contínuos, que sofreu quando era mais jovem. Relata que tais vivências foram definidoras do modo como lida com seus desejos e com sua sexualidade.

Recorda uma infância bastante solitária, devido à diferença de idade entre ela e os dois irmãos mais velhos e a ausência constante da mãe, que passou o período da sua infância em tratamentos de saúde, os quais exigiam grandes períodos distantes do lar. Aos 14 anos, pouco

antes da mãe falecer, conta que, diante do desejo de conhecer o pai, a mãe lhe indicou um ex-namorado como provável genitor. Aproximou-se por um breve período desse homem, mas teve suas expectativas frustradas diante de um teste de DNA negativo. Sua mãe faleceu antes de ela seguir na busca de seu pai biológico. Após a perda da mãe, passa a morar com a irmã, a qual descreve como alguém bastante próxima. Relatou com certa satisfação que ela estava em estágio avançado de uma gestação.

Diante desta nova realidade, Brisa comentou que adiaría o sonho de ingressar na universidade, porque precisaria ajudar a irmã nos cuidados com a sobrinha. A realidade de renunciar os estudos em favor de trabalho doméstico não remunerado é a realidade de muitas das jovens, nas regiões mais empobrecidas do país.

O relato de Brisa, às vezes oscilante, sobre as violências sexuais sofridas foi bastante impactante, não que seja incomum ouvir tais falas no meu cotidiano de trabalho, mas, desde o primeiro relato, dois movimentos reflexivos sobre minha prática na condução das entrevistas sobressaltaram. O primeiro foi a ansiedade diante da necessidade de separar a minha escuta profissional no trabalho da escuta na pesquisa. Nas primeiras entrevistas, diante das expectativas das jovens citadas de, às vezes, esperarem do encontro um atendimento psicológico, atentei-me no sentido de distinguir claramente as situações. Mas, na entrevista de Brisa, em função das intervenções excessivas, percebi que não havia necessidade de buscar tamanha distância, para simular uma suposta neutralidade científica, que, além de irreal, demonstra ser bastante improdutiva.

A partir desta entrevista, aquietei-me com relação à ideia de ser uma pesquisadora, afastando-me de mim. Acolhi minhas inquietações, aceitei meus medos, me comovi com aquelas histórias, ciente de que nada disso traria menos rigor à pesquisa. Entendi, na prática, o que já lera sobre pesquisas feministas, sobre os encontros feministas e também sobre pesquisas em educação. A verdade é que a escuta é necessária em qualquer prática que se proponha ética. Cabia a mim, naquele momento da Entrevista Narrativa, cujas definições técnicas já sabia de cor, “entregar-se à escuta” (Diniz, 2022, p. 21).

Outra jovem cuja história teve efeito semelhante sobre mim foi Virna. Vinha de algumas entrevistas que me renderam pouco material, começava a questionar minha abordagem, e mesmo minha questão gerativa, me interrogava se um questionário não seria mais produtivo, porque teria de alguma maneira mais controle sobre o processo, sempre a pretensão de controle.

Em meio a muitas inquietações, certo dia, fui à escola, quase no final do período da manhã, e eis que me deparo com Virna, uma jovem mulher, franzina, aparentando certa

fragilidade. Não pude deixar de notar seus olhos arregalados que demonstravam muita vivacidade. Após ler a pergunta disparadora, Virna embrenhou-se num relato surpreendente e preciso de sua vida, sublinhado por questões de desigualdade de gênero, que ela fez questão de ressaltar.

Sua trajetória foi marcada pela violência, pois sofrera dois abusos sexuais de dois padrastos, os quais considera como definidores da compreensão quanto à sua condição de mulher: “*acho que foi quando eu mais me toquei que eu ia ter que passar por coisas que homens não passam e se passam não é da mesma forma que é comigo*” (Virna, p. 290). Terceira filha de uma mãe solteira, característica que ela salienta ao definir sua vida como sofrida. Tem mais dois irmãos, que, segundo ela, recebem outro tipo de tratamento, especialmente, da mãe. Conhece o pai, mas confessa com certa tristeza que ele nunca a registrou, tendo sido abandonada afetivamente. Recorda das poucas vezes que encontrara o pai, que lhe fazia promessas que não cumpria; diante disso, desistiu de qualquer convivência.

A infância é descrita como um período conturbado. A mãe se relacionava com um homem que a agredia frequentemente. Às lembranças bastante traumáticas de tal período, soma-se o primeiro abuso sofrido. Na mesma época, afirma que a mãe foi diagnosticada com esquizofrenia. Virna credita o desenvolvimento da doença aos traumas sofridos pela mãe neste relacionamento abusivo. Ao longo da narrativa, observo que Virna encadeia sua história com tentativas de dar explicações elaboradas sobre o comportamento das pessoas à sua volta, especialmente, o de sua mãe. Com relação aos abusos, argumenta que a omissão da mãe se deve ao fato de que ela passou pela mesma situação na infância, tendo também sido abusada pelo padrasto e sofrido com a ausência da mãe usuária de drogas.

O segundo abuso sexual ocorreu quando já cursava o ensino médio. Afirma que a direção da escola e alguns professores foram centrais nesse processo, pois a acolheram e encaminharam a demanda. No entanto, a mãe culpou-a pelo ocorrido, o que lhe causou uma profunda decepção: “*eu tinha muita raiva dela por isso, né, porque ela era minha mãe e eu sentia que ela tinha que me proteger*” (Virna, p. 283).

Segundo seu relato, um dos irmãos é envolvido com drogas e facções, bem como alguns tios, o que a leva a questionar o tratamento da mãe em relação a ele, sempre fazendo comparações com o modo injusto com que se sente tratada: “*eu percebi muito essa diferença, é como se pra mim as coisas fossem ser bem mais difíceis do que seria pra ele. E ele pudesse fazer o que ele quisesse, tanto que quando ele começou a entrar nessas coisas de facção, de tráfico, a minha mãe continuava passando a mão na cabeça dele*” (Virna, 290).

Virna pontua, ao longo da narrativa, que acredita que muito do que lhe ocorreu decorre

do fato de ser mulher. Segundo ela, além da vulnerabilidade a violências, as mulheres têm poucas oportunidades. Cita a experiência da mãe, que nunca teve oportunidade de estudar e precisa submeter-se a trabalhos mal remunerados: “*tem homens que conseguem arrumar trabalho que nunca nem terminaram o ensino médio e conseguem arrumar trabalho de salário-mínimo. Já a mulher não. As únicas opções que ela tem é ser faxineira, babá, essas coisas de casa mesmo*” (Virna, p. 286). No final da entrevista, ela ressalta a importância dos estudos em sua vida, *eu acho que tipo, às vezes é alguma coisa pra você não perder o rumo, entendeu? Eu quero continuar estudando, não quero parar* (Virna, p. 298).

A questão da educação formal atravessou várias narrativas das jovens entrevistadas, mas, na de Lícia, o tema sobressai os demais. A entrevista com Lícia ocorreu ao longo de dois encontros. Lícia, 17 anos, uma jovem branca, de baixa estatura, cabelo curto, olhos expressivos. Mesmo aparentando certa timidez, está sempre sorridente. Ao apresentar-lhe a pergunta gerativa, ela, de prontidão e de modo muito eloquente e apressado, começa a discorrer sobre sua história. Vez ou outra, durante a narração, ela retoma a pergunta, pois não quer deixar de tratar de nenhum dos assuntos suscitados. É evidente sua organização e disciplina, até mesmo no modo como escolhe falar dos temas que elenca e do encadeamento de ideias que resolve adotar.

Lícia é uma aluna exemplar, medalhista olímpica, segundo relatos da professora. Seus feitos lhe renderam um status de celebridade entre os colegas. O estudo é fator central em sua vida, conforme o modo como relata a si e constrói sua subjetividade. Sempre se refere aos seus feitos acadêmicos para falar de si, destacando que, muito precocemente, já estava muito consciente de si e de sua condição de mulher, que, agora na adolescência, revelou-se como mulher lésbica. Já no começo da entrevista, Lícia frisa: “*desde pequeninha, eu sempre tive muita consciência de quem eu era. Então, tipo assim, sobre a questão de ser uma mulher e tudo mais, sobre perceber o mundo à minha volta, eu sempre percebia muito essas questões, por mais que meus pensamentos amadureçam, mas eu sempre fui muito eu. Inclusive, uma coisa que minha mãe sempre falou é que eu nunca fui criança*” (Lícia, p. 262). Foi com essa firmeza que relatou a história da sua vida.

Inicia o relato ponderando que, na infância, possuía uma condição econômica estável. Seu pai tinha um trabalho que lhe proporcionava uma renda segura para a família. O pai, vindo de uma cidade grande, e a mãe, do interior, migraram para a cidade de Juazeiro onde se estabeleceram. O pai é descrito como um grande incentivador dos estudos, que sempre foram exaltados por ele, que não tivera a oportunidade de estudar e justificava seu trabalho árduo como consequência de tal impedimento: “*Basicamente, ele não tinha uma condição tão boa*

quanto outros familiares que tinham estudado. Então, independentemente de eu ser um homem ou uma mulher, ele sempre me incentivava muito em qualquer área de estudo” (Lícia, p. 163).

No entanto, Lícia perde o pai aos 14 anos, vítima da covid 19: “*Basicamente mudou a minha vida*” (Lícia, p. 171). Ela observa que, com a perda do pai, que assegurava a condição econômica da família, tudo se transformou. Ela, a mãe e a irmã passaram a receber apoio financeiro de familiares. A mãe, que até aquele momento se dedicava apenas aos cuidados da irmã mais nova, viu-se obrigada a procurar emprego remunerado. Ela narra:

- “*E quando meu pai morreu, eu sempre fui muito consciente das coisas, sempre soube das coisas que estavam acontecendo. E eu sabia que minha mãe não ia ter condições de manter, eu sabia que minha mãe não ia ter psicológico. Quando meu pai morreu, eu via, por exemplo, minha tia em prantos e não sabia o que fazer, não sabia pra onde ir, e eu via isso tudo à minha volta e eu falava, tá, ninguém vai poder me ajudar, então eu tenho que me ajudar. E foi aí que eu comecei a, ok, onde é que eu vou estudar, o que é que eu vou fazer, como é que eu vou fazer, e foi aí que eu tracei uma base da minha vida*

” (Lícia, p.172).

Sempre se narrando a partir dessa compreensão de si como um sujeito muito autoconsciente, Lícia discorre sobre sua sexualidade. Pontua que sempre foi refratária às tentativas dos adultos de lhe atribuir relacionamentos com meninos na escola e vê isso como um sinal precoce de sua identidade sexual. Surgem inquietações quanto ao seu desconforto ao pensar em meninos para relacionamentos amorosos, o que só se desfaz, à medida que vai conhecendo outras formas de vivência da sexualidade. Sua família católica, com padrões de moralidade rígidos, nunca lhe permitiu pensar sobre mulheres que se relacionam com mulheres: “*Eu comecei a perceber e a aceitar melhor e a pensar melhor nesses conceitos quando eu comecei a realmente entrar em contato com pessoas que sentiam as mesmas coisas que eu*

” (Lícia, p. 165).

Após esse entendimento, Lícia, de imediato, informou a mãe sobre sua sexualidade. Diz ela que, mesmo reticente, a mãe não reagiu de forma negativa, apenas impôs algumas recomendações habituais, principalmente, que ela evitasse expor sua vida íntima. Ao longo de suas ponderações, observei o quanto Lícia é consciente da sua lesbianidade em termos políticos, isto é, não apenas como identidade pessoal, mas também como modo de assumir uma posição no mundo.

No final da entrevista, Lícia indicou sua namorada como participante da pesquisa. Ela também cursava ensino médio na mesma escola e seria alguém que poderia contribuir fortemente com minha pesquisa. Depois do contato inicial e do convite por telefone, ela

aceitou participar e marcamos a entrevista. Aos 17 anos, Bela, uma jovem branca e magra de ombros caídos, como a maioria das jovens de sua idade, apesar do calor escaldante da região, usava moletom e calça que cobriam todo o corpo. Bastante retraída, aparentando certo desconforto, ela confessa estar bastante nervosa, mas, após uma breve explicação dos termos da entrevista, ela começa sua fala de modo expressivo, trazendo na narrativa da sua vida questões relacionadas à sua sexualidade e ao seu adoecimento mental.

Narra que sua infância foi solitária e que, por um período, viveu reclusa, pois o pai sofreu um atentado, que transformou sua vida e a de sua mãe. O pai era político e advogado; a mãe, professora. Depois do ocorrido, o pai permaneceu com sequelas, necessitando de cuidados constantes. A família, que tinha uma boa condição financeira, começou a passar por dificuldades. Com ajuda de uma amiga, mudaram-se para outra cidade, para recomeçar a vida. A amiga frequentava uma igreja evangélica, a qual ela passou a frequentar junto com seus pais. Referiu-se a tal período como um momento em que conseguiu estabelecer mais relações de amizade, as quais, por um tempo, eram difíceis para ela. Na igreja, ela se sentia confortável e acolhida, bem como viu a possibilidade abrir-se: “*de não ficar tão fechada dentro de mim e me abrir mais*” (Bela, p. 4). No entanto, no período das eleições de 2018, com o acirramento político, a igreja virou um lugar hostil para ela e sua mãe, conforme suas palavras: “*Minha mãe gostava muito do Lula. E aí teve um dia que o pastor foi lá falou um negócio da Bíblia e disse que era para o Lula estar na cadeia, que era para estar na prisão. Inventou um monte de coisa. Relacionando um texto que não tem nada a ver com outra coisa que não tem nada a ver. E nessa época a gente ia fazer o batismo. E aí minha mãe ficou meio assim, não sei o que. E ele também não deixou outro menino se batizar porque ele era ‘desviado’*” (Bela, p 5).

Saíram desta igreja, mas Bela ressalta que a religião sempre foi um fator muito preponderante na família. Posteriormente, passaram a frequentar outra igreja evangélica. Foi nesse período, por volta dos doze anos, que “*eu comecei a me descobrir*” (Bela, p.5). Continua seu depoimento explicando o que entende por descoberta: “*Eu eu descobri assim, que mulheres se beijavam. E aí quando eu descobri isso eu fiquei o quê? O que que tá acontecendo? Meu Deus! E e aí eu como qualquer criança assim, eu fui pesquisar no Google mulheres se beijam. E aí eu vi aquela foto e eu pensava meu Deus! Aí eu via e aí eu fechava. Porque eu pensava que era pecado. E eu fiquei eu fiquei tipo que ao mesmo tempo que eu queria saber mais, como que eu queria saber mais? Eu fiquei assim, não, isso é errado. Eu não posso, eu não sou assim. Eu não quero isso. Ficou essas duas coisas na minha cabeça*” (Bela, p. 5).

Seu vínculo religioso sempre gerou inquietação, devido ao fato de considerar a

homossexualidade um pecado. Essa inquietação atravessou todo o período em que lidava com sua sexualidade. No mesmo período, quando teve sua primeira decepção amorosa, surgiram os primeiros sintomas psiquiátricos. Bela se autolesionava, além de tentar suicídio. Ela confessou sua dificuldade para lidar com frustrações, especialmente, diante do relacionamento conturbado com a mãe, a qual aparece em seu relato como alguém que sempre tentou disciplinar seus gestos reconduzindo-a a uma feminilidade almejada. Sua história perpassa por uma não conformação aos padrões disponíveis para as meninas. Ela confessou que tenta adotar para si uma estética mais masculinizada; usa os cabelos curtos, gosta de se vestir com roupas largas. Apenas recentemente a mãe adotou uma postura mais permissiva.

Quanto aos seus interesses amorosos, depois de algumas tentativas frustradas de se envolver com meninos, Bela observa: “*depois desse segundo garoto que eu fiquei passou um tempo assim e eu realmente aceitei que eu de fato era lésbica e foi quando eu cortei o cabelo mais curto, foi quando eu realmente meio que assumi pra mim mesma e pro mundo*” (Bela, p. 7). Bela também relata que sofreu preconceito, tanto por causa de sua aparência mais masculinizada, quanto pelo fato de se assumir lésbica. Diante disso afirma: “*Ser uma mulher lésbica é ser muito corajosa*” (Bela, p.10). Assim como sua namorada, reafirma tal identidade, dotando-a sempre de um caráter positivo e fator de congruência pessoal. Ao se afirmar por meio de tal identidade ratifica: “*Talvez tenha sido um primeiro passo pro amor-próprio porque eu realmente Me aceitei ali*” (Bela, p. 10).

A entrevista de Bela foi marcada por um constante voltar-se sobre si. Ao mesmo tempo em que narra sua história, vai costurando junto suas percepções, entendimentos e interpretações de uma vivência muito marcada pelo que entende como busca ou reconhecimento do seu “eu”, um eu “verdadeiro”. Conforme já foi dito, a ideia de uma verdade a ser desvelada, especialmente uma verdade relacionada ao sexo, é amplamente tratada por autores como Foucault (1985), que vê em tal narrativa, o poder que atravessa tais discursos e cria o sujeito que supõe descrever, o que será discutido mais adiante.

Dando continuidade, apresento Talita, uma estudante que a professora de história com quem tive contato na escola me apontou como possível participante da pesquisa. Talita é mãe de uma criança de dois anos, cuja gestação ocorreu no período escolar. É uma mulher “preta”, como se autodeclara quando responde o questionário socioeconômico. Convidei-a a participar da pesquisa e ela prontamente aceitou. Porém, ao sentar-se e me entregar seu TCLE, que foi assinado pela mãe, pois, mesmo residindo com o namorado, pai de sua filha, ela ainda é menor de idade, anunciou: “*nossa eu estou muito nervosa*” (Talita, p. 257). Depois de orientada quanto ao modo como a entrevista transcorreria, ela rapidamente começou a narrar

sua história, com tantos elementos e dramas, que mal parecia estar ali uma jovem de apenas 17 anos.

Talita é uma jovem mãe cuja história é marcada por abandonos. Não foi registrada pelo pai, nem possui qualquer ligação afetiva com ele. Ele paga pensão somente mediante ordem judicial. O momento de pegar o dinheiro é o único encontro entre ambos, Talita observa: “*Quando eu nasci, ele dava pensão. Só que aí ele parou. Por um tempão sem dar. E minha mãe colocou ele na justiça. E ele hoje dá. Mas ele liga direto e pergunta se eu já tenho 18 anos. Pra parar de dar. Eu não tenho muito contato com ele não*” (Talita, p. 260). A relação com a genitora é bastante conturbada. Talita relata várias idas e vindas da mãe em sua vida. Pontua que os relacionamentos amorosos da mãe sempre provocaram rupturas entre ambas, tanto que, em dado momento da entrevista, ela comenta: “*Ela sempre me troca fácil pelas outras pessoas*” (Talita, p. 259).

Elá tem dois irmãos que são lembrados na narrativa, muitas vezes, para apontar a desigualdade com que é tratada em relação ao irmão mais jovem. A irmã mais velha é descrita como uma pessoa bastante religiosa, o que causou, ao longo dos anos, um certo afastamento. Por um período breve, a mãe saiu de casa para morar com o padrasto e a irmã se tornou “*como se fosse minha mãe*” (Talita, p. 262). Mantinham uma boa relação, mas, quando sua irmã começa um relacionamento, a relação começa a se deteriorar: “*Porque ela me colocava no castigo. Também me batia. Fazia várias coisas querendo que eu fosse para a igreja. Eu não queria ir... E também me proibiu de falar com meus amigos. Que moravam em frente a minha casa. Por conta que eles eram mundanos. Tipo era do mundo. Não era da igreja também. Entendeu?*” (Talita, p. 262).

Narra as várias vezes que saiu de casa, ou porque a mãe a expulsava ou porque não aguentava mais as constantes humilhações: “*Aí meu padrasto não só me bateu. Começou a querer me humilhar. Tipo xingar. Aí teve um dia que eu não aguentei mais*” (Talita, p. 263). Entre idas e vindas à casa da mãe, conhece seu namorado com quem decide morar, por estar insatisfeita com a convivência com o padrasto. “*Aí por isso que ele foi morar comigo. Pra eu não ter que voltar a morar com eles também. No meu padrasto. Porque eles não queriam que eu morasse só. Meu padrasto e minha mãe. Aí rolou pra ele começar a morar comigo. Pra eu não precisar voltar a morar com eles de novo*” (Talita, p. 263).

Pouco tempo depois, Talita engravidou: “*Foi uma mistura de emoções*” (Talita, p. 264). No mesmo dia, ela descobre, através de uma amiga, que passou na seleção da escola para cursar o ensino médio, o que a deixou feliz e apreensiva, porque, estando grávida, não sabe se poderá estudar na instituição. Durante a narrativa, expõe as dificuldades da situação e

ressalta o papel da instituição escolar que a acolheu naquele momento.

A professora de história, no primeiro contato, já havia comentado as implicações de uma adolescente grávida, entre os alunos selecionados. A situação social e econômica de Talita a obrigava a trazer a criança, desde tenra idade, para a sala de aula. Muitos foram os questionamentos dos professores, até que a instituição a acolheu e conduziu a situação no sentido de garantir a permanência da jovem em sala de aula.

A história de Talita traz um recorte muito representativo de como a situação de vulnerabilidade marca profundamente suas experiências e subjetividades. Talita, ainda na infância começou a trabalhar, fazendo faxina em casas de família. Quando já demonstrava habilidades acadêmicas, começou a ensinar na escola de uma pessoa da família. Observa que *“Foi mudando, mudando. Até que eu comecei a trabalhar mesmo. Ganhar mais dinheiro. Da faxina que eu fazia. Porque eu fui trabalhar para outras pessoas também. Fazendo faxina em outros lugares. Eu comecei a trabalhar assim desde os 9. Até os 13 eu trabalhava com faxina. Porque, quando eu conheci ... (menciona o namorado). A gente começou a trabalhar no iFood. Vendendo açaí. Vendendo lanche”* (Talita, p. 270).

Relata o quanto suas vivências eram marcadas por cobranças e pressões, desde a infância. Com a chegada da maternidade, aos 15 anos, a responsabilidade se acentuou mais ainda. Quando fala da sua adolescência, Talita evidencia bem a questão das responsabilidades desde a infância, sem se referir a questões socioeconômicas. Nesse sentido, ela observa: *“Minhas amigas. Eu acho muito diferente a minha vida pra delas. Não só porque eu tenho filho. Sou mãe. Mas também como eu vivo. Elas todas moram com os pais. Eu não moro. Eu acho muito diferente. Eu dei um salto. Muito rápido. Mas também não foi porque eu quis. Não foi planejado”* (Talita, p. 270).

Mais adiante, nas análises, volto meu olhar para a condição de jovens mulheres negras no Brasil. Ressalto o fato de não poder desvincular as desigualdades sociais do conceito de gênero entendido como ampliado, em intersecção com outros tantos elementos determinantes dos processos de subjetivação. A narrativa de Talita foi muito importante e central para minha compreensão de gênero e sexualidade aliada ao racismo e às opressões de classe, especialmente, numa sociedade estruturalmente racista. O abandono continuado, a inevitável adesão a um casamento como possibilidade de fugir de relações deterioradas e violentas, junto à necessidade de assumir responsabilidades consigo mesma e, depois, ainda na adolescência, de uma maternidade tão precoce, tornam a experiência da infância e da juventude, nos termos como a conceituamos na Modernidade, não cabíveis a meninas pobres e negras.

Outro ponto a ser salientado de sua entrevista são os modos como lida com a

maternidade, que pouco tem a ver com a experiência romantizada, que cria uma aura de naturalidade entre ser mulher e mãe. Há formas plurais de ser mãe, assim como há formas heterogêneas de ser mulher, mas há formas marginalizadas de exercer a maternidade, muitas vezes, fruto de processos racistas e coloniais (Almeida, 2022). Na narração destas jovens, tal fato é recorrente, pois suas próprias mães são descritas como mulheres que não puderam maternar. Tendo em vista a necessidade de trabalharem exaustivamente fora do lar, as mulheres entrevistadas são destituídas de tal possibilidade pela condição de pobreza e pela fragilidade de políticas de proteção, que não garantem o mínimo, como, neste caso, o acesso dos filhos a creches. Da mesma forma, não tiveram acesso a uma política de saúde reprodutiva que as deixasse cientes da possibilidade de evitar uma gravidez indesejada. Resumindo, foram negligenciadas por um estado moldado por práticas racistas, que torna sua existência e a de seus filhos sem amparo nenhum.

Apesar disso, é importante destacar que a maternagem negra (como qualquer outra) não pode ser entendida de modo uniforme, pois é vivida de modo contraditório e imbuída de tensões constituintes. Na narrativa de Selena, outra jovem mãe negra, que também precocemente se deparou com uma gravidez inesperada, podemos observar essa contradição: “*Foi algo precoce por ter sido na adolescência, mas eu creio que para mim foi uma coisa que foi boa e que me ajudou muito, apesar do cansaço, da responsabilidade precoce. Virar mulher, virar mãe na adolescência é difícil, mas a minha vida mudou, meu psicológico também. Eu tinha muita questão da crise de ansiedade, então assim, meu contato com minha mãe mudou, com meu pai. Hoje em dia ele é uma pessoa bem carinhosa. Ele ama meu filho. Então tipo assim, para mim ele veio para ajudar e foi algo para ser pesado ali na nossa vida mas não foi jamais. E hoje em dia eu agradeço por ter ele. Mas fora isso, se não fosse ele, eu particularmente já teria cometido algum ato comigo mesma, porque meu psicológico estava abatido*” (Selena, p. 204).

Selena ficou grávida do seu primeiro namorado aos dezesseis anos. A relação familiar sempre conturbada não a ajudou a passar por esse período: “*eu escondi minha gravidez até os quatro meses*” (Selena, p.206). A estudante faz uma narrativa linear de sua vida; descreve uma infância marcada pela convivência familiar deteriorada, devido ao alcoolismo do pai e às brigas constantes entre ele e sua genitora. Descreve um estado constante “*de brigas e confusão dentro de casa*” (Selena, p. 205). Sua narrativa é bastante concentrada no que considera efeitos traumáticos de uma infância difícil: “*A ocasião, tipo assim, a minha infância não foi aquela infância que eu deveria ter tido e tal. Eu convivi num meio de muitas brigas muita discussão, então eu sou um tipo de pessoa que hoje em dia eu acho que isso*

pode se considerar um trauma. Por conta que eu tenho medo de falar com as pessoas e contrariar as pessoas ou até mesmo, tipo assim alguém vem brigar comigo e eu não consigo me segurar Eu já começo a chorar de raiva, de emoção De alguma coisa eu já começo a chorar” (Selena, p. 204).

A situação socioeconômica da família é precária. Ela recorda que, desde cedo, vivia seus dias trancada em casa, enquanto a mãe se desdobrava para trabalhar e levá-la para a escola. Nos horários em que a mãe trabalhava, ficava em casa, sob a responsabilidade da avó. Atualmente, o namorado reside com ela, junto com a mãe e o irmão mais novo. Ela ressalta que, desde que os pais se separaram e o filho nasceu, as relações familiares melhoraram. Exalta o nascimento do filho como um acontecimento muito positivo, pois ajudou a melhorar a relação com o pai, conforme ela relatou.

Por outro lado, a maternidade trouxe muitas responsabilidades, especialmente, associadas à fase escolar. Destaca as dificuldades de permanecer na escola, devido ao excesso de tarefas enquanto cuidadora principal da criança, além de alegar dificuldades que atribuiu à baixa qualidade de suas escolas anteriores e a uma evidente desatenção: “*Minha relação com os estudos é péssima, porque eu, como eu falei no começo, eu não consigo focar em certas coisas*” (Selena, p. 212). Nesses momentos, Selena sempre tem uma fala bastante elaborada quanto às questões de gênero. A percepção da desigualdade experimentada pelo fato de ser mulher é marcante no seu discurso, mostrando-se sempre muito atenta e consciente dos prejuízos implicados em sua condição.

Selena, durante mais de uma hora de entrevista, foi muito espontânea, aprofundou-se sem constrangimento em temas da sua vida bastante delicados, aparentando, além da desinibição, um real interesse em se engajar numa fala elaborada sobre si. Essa é, de fato, a característica principal das entrevistadas que se engajaram profundamente na entrevista: um interesse genuíno em rever suas histórias, em narrar a si, a partir de uma relação estabelecida comigo, pois busquei tornar a entrevista um momento acolhedor que lhes produzisse um senso de confiança e respeito mútuo.

No final do segundo período de entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo, já me sentia mais confortável e menos ansiosa para conduzir os encontros. Muitos dos meus medos foram mais bem gerenciados durante o segundo momento. No último dia das entrevistas, deparei-me com Sabrina, uma jovem mulher parda, bastante sorridente, o que deixava seus olhos pequenos sempre muito estreitados. Feita a pergunta gerativa, Sabrina contou sua história, marcada por um forte entrelaçamento entre suas dúvidas em torno das questões de gênero e da sexualidade e uma forte religiosidade, em virtude do vínculo da

família com uma comunidade religiosa local.

Inicia a entrevista, narrando a si e sua infância bastante peculiar: “*eu sempre fui muito artística, muito fora da caixinha. Então, enquanto muitas crianças, o melhor delas era brincar, correr, eu ficava no meu canto desenhando, pintando, fazendo história, eu vivia fazendo história, criando coisas e tudo mais*” (Sabrina, p. 227).

Ela nasceu e foi criada na cidade de Juazeiro do Norte. Os pais, bastante religiosos, a criaram numa comunidade católica: “*Eu cresci numa comunidade católica, então, tipo, pra mim, é um ambiente muito normal, sabe? Você, sei lá, ir pra missa todos os domingos, frequentar a comunidade, que é um local lá que todo mundo se reunia pra fazer oração, pra fazer vigília, pregação, essas coisas todas, sabe?*” (Sabrina, p. 227).

Sua história de vida passa pela contradição entre essa vivência religiosa, da qual nunca se desvincilhou completamente, e a forma como lida com seu gênero e sua sexualidade. Ela foi uma das poucas estudantes que, desde a caracterização, não indicou nenhuma identidade de gênero fixa, “*Minha identidade eu não tenho uma exatamente tipo, eu nunca Tipo, eu nunca soube exatamente como tipo, como me rotular*” (Sabrina, 231).

Relata que, na infância, frequentar a igreja era sempre uma imposição dos pais, não havia possibilidade de qualquer negociação. À medida que foi crescendo, começou a questionar tais imposições. Mesmo angariando algumas vitórias, a mãe não acata qualquer questionamento quanto à obrigação de frequentar a missa aos domingos. Ela considera o descumprimento de tal prática como pecado e passível de punição. Sabrina informa que logo que seu pai entrou na universidade e, subsequentemente, durante a pandemia, suas relações com a comunidade se tornaram mais distantes. Viu na falta de carona do pai, a oportunidade para não ir com tanta frequência à igreja.

Mesmo assim, Sabrina sempre pontua a importância da religião e da comunidade na sua vida e na construção de si e dos seus valores. “*É um monte de gente diferente você vê de tudo lá tanto porque eles abrem pra pessoas de fora, então vem sei lá, vem gente de rua, vem gente com problema psicológico, vem gente com algum problema físico, eles vão de tudo. Vai de tudo pra lá. E a gente aprende a conviver com essas pessoas, a conversar com essas pessoas*” (Sabrina, p. 233-234).

Pondera que aprendeu, ao longo dos anos, a questionar alguns dogmas que lhe eram impostos pela religião, especialmente, os referentes à sexualidade: “*Eu aprendi todas as histórias bíblicas A visão por fora de cada história bíblica Hoje em dia Tem algumas histórias dessas que eu não acredito que sejam realmente o que eles me ensinaram então eu consigo agora diferenciar o que de fato era manipulado*” (Sabrina, p. 234). Ao longo da

entrevista, ela dedicou algum tempo para expor o modo como barganha, num movimento bastante contraditório e bem elaborado, as compreensões da sua experiência de vida e os ensinamentos cristão que recebeu, buscando amarras para conciliá-los.

Sabrina confessa que a religião é fundante na sua compreensão de si, ao mesmo tempo se observa em constantes negociações com os dogmas e preceitos da igreja. Como cresceu numa comunidade católica, foi ensinada que o lugar da mulher é ao lado do homem, na construção de uma família. Ao entrar no ensino médio, diz ter se deparado com pessoas muito diversas, em termos de experiências de gênero e de sexualidade, o que a levou a contrapor suas crenças religiosas com novas visões relativas aos feminismos e às sexualidades recém-descobertos. Esse tipo de integração, por mais contraditório que possa parecer, faz todo o sentido para ela e para o modo como vem organizando suas crenças.

Na maioria das entrevistas, aparece o tema religião, em alguns casos, a partir da experiência pessoal, pois as próprias jovens frequentam igrejas e manifestam a religiosidade por opção própria, mas, na maioria das vezes, apresenta-se por meio de discursos de terceiros, geralmente, de pais e familiares. Os discursos religiosos são identificados e compreendidos como fator determinante de práticas que incidem em seus corpos, no sentido de conduzi-los a um lugar normativo. O discurso religioso incita a recondução das mulheres a uma suposta idealização de feminilidade. Nas suas falas, as jovens detectam o investimento de tais instâncias, ao mesmo tempo em que se revela sua obstinada tentativa de fugir de tais ditames. Narrar-se em contraposição a tais discursos aponta uma firmeza na negativa das premissas fundamentalistas tão arraigadas em espaços religiosos.

A Entrevista Narrativa de Sabrina apresentou muitos elementos que se conectam aos temas propostos nesta investigação, ou seja, discorre sobre seu gênero e sua sexualidade, evitando fixar-se em universalismos impostos por certas identidades, ao mesmo tempo em que observa que sua religiosidade e a de seus pais conduzem, muitas vezes, suas experiências a determinados lugares normativos. Sua fala evidencia como os embates entre o fundamentalismo religioso e os discursos feministas e LGBT+ de luta por igualdades e contra discriminações são definidores do presente e se inscrevem, de forma bastante arrojada, nos modos como as jovens se narram.

Concluindo a apresentação das entrevistadas, em cujas histórias passo a ancorar as unidades analíticas que emergiram de todo o material empírico, considero que cada uma destas jovens está imersa em uma rede de narrativas de si bastante particular. Ao mesmo tempo, não passa despercebido o fato de viverem num período em que os discursos quanto ao gênero e a sexualidade se reconfiguram, tomam contornos variados, com uma linguagem que

emerge não só na escola, mas também nas redes sociais, entre os amigos, constituindo um modo de conduzir suas próprias experiências, que se afirmam mais plurais e autônomos. Vivemos um tempo no qual os discursos feministas e de direitos LGBT+ geram não apenas debates acalorados, mas também e acima de tudo, modos de vida, de construção de si.

A afirmação de que as jovens vivem experiências mais plurais quanto ao gênero e à sexualidade não deve dispensar certas interrogações, como, por exemplo, esses novos modos de identificar-se ou de permitir-se não se identificar geram, de fato, experimentações autônomas ou libertárias, ou apenas imprimem novos modos de normatizações, a partir de “novas identidades”? Definir-se como bissexual, pansexual, não binário enseja necessariamente disruptão ou insubmissão? Ou apenas esconde mais modos rebuscados de enquadrar e de conduzir os corpos no contemporâneo, a partir das identidades? Esses questionamentos serão discutidos no próximo capítulo.

A seguir, apresento o primeiro conjunto analítico, que se refere ao modo como gênero e sexualidades são acionados na narrativa de si dessas mulheres jovens. Observo, com base nos conceitos teóricos de Butler (2016, 2019, 2020), que os sujeitos vão se construindo em um processo performativo continuado, no qual restituem as leis que as condicionam, ao mesmo tempo em que resistem a elas. Em um mundo assolado por profundas transformações, descrevo a forma como os novos arranjos do gênero e do dispositivo da sexualidade vêm impulsionando possibilidades de construção de subjetividades entre mulheres jovens no interior do Brasil.

5

**“EU NÃO SEI
O QUE EU SOU”**

**performatividade de gênero
e sexualidade na narrativa de
si de mulheres jovens**

5 “EU NÃO SEI O QUE EU SOU” - PERFORMATIVIDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA NARRATIVA DE SI DE MULHERES JOVENS

“Se a subversão é possível, será uma subversão a partir de dentro dos termos da lei, por meio das possibilidades que surgem quando ela se vira contra si mesma e gera metamorfoses inesperadas. O corpo culturalmente construído será então libertado, não para o seu passado natural, nem para seus prazeres originais, mas para um futuro aberto de possibilidades culturais”.

(Judith Butler)

Escutar sempre foi tema em minha formação profissional. Treinar seus ouvidos e coordená-los com seus pensamentos e afetos é parte da prática de qualquer profissional da educação de fato implicado em seu fazer. Quando me preparei para a minha entrada em campo, estava certa de que ouviria histórias que me tocariam e sempre busquei estar atenta e aberta a tal experiência. Ao longo das Entrevistas Narrativas, fui, aos poucos, refinando minha escuta e minha fala, adequando-a àquelas circunstâncias, me permitindo ser afetada por tais encontros e observar seus efeitos sobre mim, enquanto mulher e pesquisadora em formação.

Durante os 40 ou 50 minutos de entrevista, me colocava em função da narrativa daquelas jovens, percebendo seus conteúdos, não apenas em termos lógicos e objetivos, mas costurando minha racionalidade com os afetos que se apresentavam. Reconhecer-me em muitas daquelas falas foi bastante comum em nossos encontros. Também havia sido uma jovem estudante no interior do país, onde discursos machistas me eram impostos de forma despercebida e naturalizada. Desde criança, era indagada a respeito da minha desatenção com relação a tarefas domésticas e do meu insistente desleixo quanto aos cuidados com minha aparência.

No início da juventude, as ponderações quanto a uma moral sexual distinta da definida para homens e mulheres eram dirigidas a mim, por meus pais, amigos, bem como nos discursos da igreja que frequentava: “Preserve-se virgem”; “não seja fácil”; “seja respeitável ou nenhum homem há de lhe querer”; “Quando em uma relação, aceite as traições, pois elas são comuns e não dizem sobre o caráter de um homem apenas sobre sua incapacidade de resistir a outras mulheres”. Afinal, havia uma separação muito clara entre mulheres honestas e respeitáveis e as demais, que sucumbiam a qualquer insinuação sexual e se entregavam ao prazer.

Minha mãe havia cursado faculdade, uma das poucas de sua geração, ela sempre ressaltava. Era uma mulher independente financeiramente e aberta intelectualmente, mas, mesmo assim, muitos desses ditames ela não questionava: “cuidado com o que os outros vão

falar”, ela sempre ponderava. Via-me muito nas falas daquelas jovens que descreviam embates constantes com sua família quanto aos seus modos de socialização. Esse conflito geracional atravessou minha juventude e agora ouvia as meninas narrarem o mesmo enfrentamento. Aqui pontuo dois pontos: o primeiro deles é o quanto a sexualidade das mulheres ainda é descrita como muito vigiada, por mais que haja abertura quanto ao comportamento sexual. Poucas possuem vida sexual ativa, mas sempre regida por um sentido de cuidado e parcimônia.

Por outro lado, constatei uma diferença gritante quanto ao fato de que suas pautas não se restringem ao questionamento quanto às limitações dos comportamentos afetivo-sexuais femininos. Agora, elas se interrogam a respeito das suas identidades sexuais e, ao mesmo tempo, contestam a falta de acolhimento à pluralidade sexual, bem como questionam os preconceitos vividos por pessoas que vivem seus desejos fora do regramento heteronormativo. São jovens bastante afeitas aos discursos da diversidade. Seus apontamentos sinalizam não só uma elaboração quanto à possibilidade de experimentar seus desejos de outras formas, mas também uma constante afirmação de si, por meio do reconhecimento de tais desejos.

Questionar a heterossexualidade nos meus anos de juventude era impensável. Não havia mulheres naquela pequena cidade que se afirmassem lésbicas. Às vezes, por meio de cochichos miúdos e olhares reprováveis, ouviam-se comentários a respeito de alguma mulher que nunca havia namorado, que morava há muitos anos com alguma amiga, mas nada que pudesse, de algum modo, configurar uma situação comprehensível e aceitável. Hoje, com a revolução do comportamento sexual, é improvável o oposto, isto é, o desconhecimento de experiências dissidentes. Mulheres lésbicas, homens gays, pessoas trans já fazem parte de nossas experiências sociais, quando não presentes nas famílias e na comunidade, são apresentadas nos meios digitais, por onde as jovens hoje circulam cotidianamente. Por isso, as narrativas quanto à “descoberta” da identidade sexual são prolixas em quase todas as entrevistas, apresentando certas singularidades e dicotomias.

Dessa forma, navegando entre as minhas próprias memórias e as histórias narradas por estas mulheres, fui construindo o campo desta pesquisa, sem fazer suposições a respeito de qualquer tipo de neutralidade. Apresento essa constatação como mais um elemento de observação a ser considerado. Centro-me em suas vozes e em suas memórias, perseguindo sempre os modos como atuam sobre si, nessa costura elaborada de suas subjetividades. Neste capítulo, volto minha atenção para um aspecto dessa costura: as identificações quanto à sua identidade de gênero e sexual e o modo como narram a história de si, alinhados com o que muitas chamam de “descoberta”.

Há uma clara separação, quando contam suas histórias, a partir de sua identidade de gênero ou da sua identidade sexual. Apesar de observar isso em suas narrativas e abordar tais identidades de modo distinto nesta investigação, gostaria de esclarecer que gênero e sexualidade, apesar de constructos distintos, estão amarrados numa cultura que estabelece a heterossexualidade como norma. Nesse sentido, pensar sobre o gênero nos convoca a entender os termos da sexualidade. Compreender o caráter arbitrário de ambos, distante de uma narrativa de natureza e essência, é fundamental na árdua tarefa de subverter os ditames das identidades. Nas narrativas, o que se observa são as identidades operando na construção de si destas jovens, ou seja, as afirmações (ou não) de identidades de gênero e sexual são elaboradas de modos distintos, mas revelam um *continuum* registrado no conjunto normativo pré-estabelecido.

A identificação da identidade de gênero e sexual já aparece no questionário socioeconômico, quando as jovens são levadas a se identificar e, ao longo da narrativa das entrevistas, as características da identificação são descritas. Percebi, desde o início, contradições relativas ao modo como se afirmam. A forma como as identidades de gênero e sexuais se estabelecem é bastante complexa, sendo influenciada por variados fatores, que demonstram não só mudanças discursivas e simbólicas em torno do gênero e da sexualidade, mas também o modo como as jovens se apropriam, produzem resistências e subvertem os preceitos da generificação.

Algumas concebem a identidade feminina como natural, como algo que lhe foi atribuído desde o nascimento; por isso, nunca questionou: "*Eu nasci com gênero feminino*" (Camila, p. 23). O tom mais essencialista é recorrente, isto é, ser mulher e identificar-se como tal é algo natural. Outras afirmam tal naturalidade a partir de ditames sociais. A fala de Virna evidencia esse ponto: "*Em relação a se perceber e se entender como mulher, geralmente, isso é tão precoce que é quase que natural. Então dificilmente a gente, algum dia da vida, conscientemente, diz, ah, entendi, eu sou mulher. Com relação à sexualidade, já existe um processo mais de tomada de consciência*

 (Virna, p. 289).

Algumas poucas apontam não saberem definir sua identidade de gênero. Estas jovens tendem a entender a identidade de gênero como uma experiência passível de interpretações e de (re)interpretações. A fala de Eloá destaca tal premissa: "*Porque, às vezes, eu tenho medo de ser mulher, mas eu também não queria ser um homem. Então, acho que, por conta disso, eu não me identifico como um homem. Mas, quando eu penso em me identificar como mulher, também sobe o medo e eu não quero isso. Aí eu fico entre os dois. Eu tenho essa dúvida ainda.*" Ao ser questionada, "Você tem medo do quê? O que é que te assusta?" (pesquisadora),

Eloá responde: “*Medo de me identificar como um homem, por causa da ... do que os homens fazem. Medo de acabar me tornando alguém como eles, ou alguém como meu pai. E medo de ser como mulher, porque eu me sentiria vulnerável. Me sentiria como se pudesse ser usada, sem nem sequer perceber. E é algo que eu tenho medo*” (Eloá, p. 56-57).

Eloá entende sua identidade como fruto de sua vontade e como consequência de um processo voluntário de escolha. Colocando-se como sujeito que pode eleger entre um ou outro, a jovem lamenta, pois as duas alternativas não lhe parecem apetecíveis. Justifica como temerária qualquer uma das escolhas, pois identifica em ambas, possibilidades de experiências indesejáveis. Não quer ser um homem como o pai, ausente e incapaz de demonstrar afeto, nem deseja ser uma mulher, que é vulnerável a sofrer vários tipos de violência.

A ideia de que seja possível apenas acordar numa bela manhã e decidir sobre o gênero que deseja assumir é bastante atraente, mas, como aventado por Butler (2016) e assumido como argumento até aqui, isso é praticamente impossível dentro do regramento normativo de gênero em que vivemos, conforme evidencia a própria argumentação de Eloá. Mesmo não reconhecendo uma identidade, ela toma por base o gênero como sendo produzido a partir de uma matriz binária entre o masculino e o feminino. Sua escolha estaria entre os dois polos: ou homem ou mulher. Ela mesma não consegue identificar possibilidades fora disso, em outras palavras, a entrevistada se baseia num conjunto normativo que define não apenas o que é certo ou errado, mas também o que é reconhecível, inteligível. Sua fala destaca alguns elementos centrais das teorizações Butlerianas: ela nega identificar-se em um dos dois espectros de reconhecimento que lhe foram apresentados, bem como ela contesta a norma e a reafirma, numa ação que é, ao mesmo tempo, disruptiva e reiterativa.

Quanto aos aspectos da sexualidade, percebe-se uma volatilidade mais expressa nas narrativas. Algumas se referem a um processo de experimentação que as conduzirá a uma suposta descoberta de si: “*Eu não sei, tipo, ah, se eu gosto de menina, ou ah, se eu gosto de menina, ou se eu gosto dos dois. Fico muito nessa confusão que eu tenho sobre mim. E como eu não sinto, tipo, uma necessidade, ou nossa, como eu queria namorar antes de sair do ensino médio, mas não respondo, não tiro essas dúvidas que eu tenho sobre mim. Então vai ficando a dúvida e eu não vou atrás, tentar descobrir nem nada e fico por aí mesmo*” (Renata, p. 198).

Na maioria das entrevistas, a sexualidade aparece como uma possibilidade aberta, ou seja, elas estariam livres para experienciar. O fato de a heterossexualidade não ser comum entre as determinações das jovens estudantes desta pesquisa aponta algumas questões. A primeira delas é o fato de que as mulheres se revelam menos rígidas, em termos da sua

sexualidade. Tal fenômeno é corroborado por pesquisas demográficas, feitas especialmente na Europa e nos Estados Unidos, que evidenciam que, entre as mulheres, identifica-se uma maior fluidez²² sexual. Outro fator que pode ter influenciado tal característica amostral é o fato de que as meninas foram selecionadas por professoras que conheciam minha temática, o que pode tê-las induzido a selecionar as jovens que não fossem só afeitas à temática, mas que já tivessem se apresentado na escola e nas aulas, como sujeitos de identidade sexual não normativa. De todo modo, esta é uma característica destacada deste grupo de jovens entrevistadas.

Contudo, o fato é que, mesmo entre as mulheres que se identificam como heterossexuais, com discursos pautados na substancialização, percebe-se que acatam a possibilidade de transformação quanto sua sexualidade, como ilustra a fala de Samira e Lina: “*Bom, eu acho que é, eu sempre me identifiquei como heterosexual, acho que eu nunca duvidei da minha sexualidade, é, eu nunca cheguei a, ai, será que é isso mesmo que eu gosto? Eu sempre tive a certeza de que era daquilo que eu gostava. Não sei se futuramente isso pode mudar, mas eu acredito que não, não só pela minha religião, mas por quem eu sou, porque bem antes mesmo de eu, de entrar na religião, eu já entendia que eu não gostava de outros gêneros, e sim, do gênero masculino*” (Samira, p. 253).

Já Lina, ao ser interrogada sobre o fato de informar no questionário que é heterosexual, mas, ao mesmo tempo, afirmar que não pensa muito sobre isso, ela responde: “*É, por conta disso também, por conta desses relacionamentos que eu tive. Então eu não vou me julgar de uma forma se eu posso mudar isso no futuro. Aí eu não sei, eu teria que... ter Experiência. Eu teria que ter experiências para poder dizer exatamente o que seria*” (Lina, p. 157). A fala de Lina demonstra uma disposição das mulheres jovens de não se limitarem em termos de conformação a certas identidades sem antes, se engajarem em experiências.

Os excertos apresentados são bastante provocativos e servem de mote para as

²² Fluidez sexual é um conceito controverso que remete, frente à constatação da não fixidez ou interioridade da sexualidade, a possibilidade de os sujeitos trafegarem por seus desejos de modo a não construir uma uniformidade no que se refere à atração sexual. Grave, Marques e Nogueira (2023), em estudo que apresenta uma síntese integrativa sobre o assunto, apontam para o fato de que, muitas vezes, essa conexão entre a fluidez sexual e as mulheres é fruto de uma perspectiva acadêmica e científica tendenciosa que ratifica o binarismo sexo/gênero e reforça a normatividade heterosexual. Além disso, grande parte dos estudos sobre o tema ao longo da história se voltaram de forma quase que exclusiva para as mulheres, o que pode, de forma tendenciosa, reforçar a alegação de uma maior variabilidade dentro deste grupo. Os autores alegam que isso se deve ao fato de, muitas vezes, a masculinidade hegemônica exercer pressões significativamente mais fortes sobre os homens, exigindo que sua performance heterosexual seja exibida de modo muito mais rígido. Concordando com os autores, observo que tal característica da sexualidade não é determinantemente das mulheres (como nada na sexualidade humana é definido pelo binarismo de gênero), de todo modo, o fato de as jovens se autodeterminarem majoritariamente fora da heterosexualidade diz muito de uma permissão que as elas têm para tal. Mas tal permissividade, de modo algum, ocorre sem sanções, como veremos ao longo das narrativas.

discussões que seguem, sobre a construção dos sujeitos por meio do gênero e das sexualidades. Afinal, quais os termos que definem o reconhecimento destas jovens enquanto mulheres? Quais os modos pelos quais constroem suas percepções e definições quanto as sexualidades? Se as normativas que definem o gênero e as sexualidades estão fora de mim, num mundo que só me apresenta a possibilidade de viver a partir de duas determinações, homem ou mulher, existe algum modo de agir fora das normativas? Se reconheço que estou presa a esse conjunto de normas, há qualquer chance de fuga delas e enveredar para outros modos de ser, que não os ditados por binômios masculinos? Se não existe um gênero que preexiste à norma, então, como o gênero emerge em meio às regulações? E a sexualidade?

Longe de buscar respostas únicas e definitivas para tais questionamentos, tomo-as como propulsoras da minha ação investigativa, observando unidades interpretativas nas narrativas construídas. As jovens mulheres se põem a pensar sobre si, por meio de termos que nos são familiares e que nos remetem à longa tradição filosófica de pensar sobre o sujeito e sobre seus modos de reconhecimento. Dois movimentos opostos despontam de modo bastante claro em suas falas: primeiro, o tom quase fatalístico de um destino inscrito sobre um corpo sexuado; em outro momento, uma noção voluntaria da sujeição, dotado de uma liberdade completa para escolher e determinar sua identidade, mesmo num mundo ditado por regramentos quanto ao gênero e à sexualidade.

Nesse contexto, é importante destacar os movimentos analíticos a que me proponho fazer neste capítulo. Primeiramente, definir os modos como as normas de gênero se impõem aos corpos sexuados, a partir de processos de sujeição, sendo esta constituída justamente por “(...) essa dependência fundamental de um discurso que nunca escolhemos, mas que, paradoxalmente, inicia e sustenta nossa ação” (Butler, 2020, p. 10). Ao observar os termos de tal sujeição, tento compreender os modos como os discursos de gênero e sexualidade se impõem nas narrativas das mulheres, constituindo-se em um movimento ativo e continuado.

Ao longo do capítulo, problematizo as narrativas, partindo de Judith Butler e da sua teoria da performatividade, com a intenção de desdobrar os discursos apresentados, apontando a proeminência de uma retórica contrastante, que revela os modos paradoxais e inconstantes em que ocorrem nossos processos de subjetivação. Obviamente, fazer tal costura analítica a partir de Butler (2016; 2019) exige recorrer a alguns dos interlocutores com os quais ela constrói suas teorizações acerca do gênero. Para iniciar tais tensionamentos, volto, mais uma vez, a Foucault e ao sujeito da Modernidade, por entender que me ater a alguns conceitos da sua teoria me ajudará na condução desta empreitada.

Para dar conta da tarefa, esse capítulo se subdivide em dois tópicos: no primeiro, foco

na identidade de gênero e apresento como as mulheres se narram, muito em função do reconhecimento de um lugar de desigualdades. Elas reconhecem como a família, a escola e os discursos religiosos buscam, por meio de suas práticas, direcionar os modos como as jovens constroem a si, em termos de diferenciação e de desigualdade em relação aos homens. Essa identificação das desigualdades se liga a uma relação conflituosa, na qual reforçam discursos essencialistas, mas, ao mesmo tempo, adotam posturas combativas, que refletem a assimilação dos discursos de igualdade propagados pelo feminismo, já muito consolidados na sociedade.

O mesmo movimento ambíguo se percebe na descrição dos processos de “descoberta” da sexualidade, tema do segundo tópico deste capítulo, que amplia as discussões sobre a liberdade e a inventividade possíveis, dentro de um discurso de aceitação das diferenças, em que proliferam identidades sexuais diversas. Ressalto como a manifestação de identidades sexuais dissidentes pode desorganizar os preceitos da heteronormatividade, produzindo rupturas e expandindo o campo de corpos reconhecíveis e passíveis de inteligibilidade.

5.1 GÊNERO COMO PERFORMATIVO - O QUE FAÇO DAQUILO QUE É FEITO A MIM?

Pensar sobre quem se é e anunciar-se é quase um imperativo da vida na modernidade. A ideia de um ser cognoscente, que se apresenta diante do questionamento “quem é você?”, é fruto de uma história cultural, mas, nas modernas sociedades ocidentais, consolidou-se e tomou uma forma natural, singular e única. Dito de outro modo, o sujeito é uma invenção datada historicamente. Como nos diz Rose (2001), é inédita a compreensão desse ser como “esse locus natural de crenças e desejos, como algo dotado de capacidades inerentes, como a origem autoevidente das ações e das decisões, como um fenômeno estável que se mostra consistente, através de diferentes contextos e diferentes época” (p. 33). A perspectiva por nós naturalizada, de um ser unívoco e preexistente à história, que as ciências e as filosofias modernas afirmaram, não passa de uma ficção datada.

Esse sujeito imaginado sempre se construiu, em essência, como um homem branco, heterossexual e euroamericano. Compreendê-lo como o representante do que é ser humano está implícito em todo o conjunto de conhecimentos científicos elaborados ao longo da Modernidade. Um sujeito livre e apto a tomar decisões sempre foi uma descrição atribuída aos homens. Sempre foi essa a denúncia das feministas ao longo do século XX, até os dias de hoje. Contudo, se tal perspectiva não abarca as mulheres (ou qualquer sujeito fora de inscrições normativas de gênero), como podemos estabelecer os parâmetros pelos quais as mulheres “se tornam” mulheres na nossa cultura?

Retomo Foucault (2013), pois sua perspicácia ao estudar o sujeito na Modernidade tem garantido mutações e sofisticações nas diversas teorizações relativas à construção dos sujeitos. Apesar das duras críticas das feministas direcionadas ao autor, pois sua definição de sujeito também desconsidera as mulheres, a base da desconstrução de um sujeito universal sustenta muitos desdobramentos das teorias de gênero. Ressalto aqui as definições de Foucault (2013), quanto aos modos como os indivíduos se subjetivam, imbuídos em relações de poder/saber, pois, a partir desta percepção, Butler (2016) constrói sua própria teorização quanto à produção performativa dos sujeitos, além do seu estudo sobre a história da sexualidade e o impacto no campo dos estudos de gênero e feministas.

O pensamento de Foucault se afasta da ideia de um conjunto de conceitos organizadores que dão forma à subjetividade, ou seja, o autor se foca em práticas e técnicas que se repetem de forma reiterada, mas se atualizam constantemente, em um dado momento social e histórico, na produção do que vem a ser entendido como sujeito.

Isso posto, entende-se que de acordo com o autor, os modos de subjetivação estão disponíveis em dois sentidos: no sentido da objetivação, quando é feito objeto de investimento de saberes e poderes de um dado tempo, bem como no sentido da relação do sujeito consigo mesmo, na ação do eu para consigo (Castro, 2009). Fonseca (2007), em análise da obra foucaultiana, comenta que os processos de objetivação e de subjetivação se referem às distinções impostas pelo autor, quanto à diferenciação conceitual entre indivíduo e sujeito. Nesse sentido, o autor observa:

Já se afirmou que tanto os processos de objetivação quanto os processos de subjetivação concorrem conjuntamente na constituição do indivíduo, sendo que os primeiros o constituem enquanto objeto dócil e útil e os segundos, enquanto um sujeito. Pode-se, então, dizer que o termo “sujeito” serviria para designar o indivíduo preso a uma identidade que reconhece como sua, assim constituído a partir dos processos de subjetivação. Esses processos, justapostos aos processos de objetivação, explicitam por completo a identidade do indivíduo moderno: objeto dócil-e-útil e sujeito (p. 26).

Sendo assim, o sujeito está sendo assujeitado por um conjunto de saberes e poderes que dizem sobre ele. No caso desta pesquisa, as mulheres se “tornam” sujeitos, a partir de variados discursos e poderes que agem sobre um corpo, impondo-lhe uma verdade. Porém, não são apenas esses poderes que agem sobre este corpo, há também sempre uma ação do sujeito sobre si a ser considerada, pois ela é necessária para a conformação das experiências nesses lugares prescritos. É justamente a partir da possibilidade de uma ação sobre si que Foucault (2010) comprehende a possibilidade de invenção de outra existência ética, pautada no

cuidado de si e na relação com o outro. Pode-se escapar de dispositivos biopolíticos de controle, eficazmente produzidos pela modernidade, através de uma ação consistente sobre si.

Nesse sentido, aqui é importante ratificar tais premissas. Não se trata de situar a subjetivação como essencializada, autoguiada por tendências inatas e individuais, tampouco compreendê-la como derivada, objetiva e unicamente, de uma determinada cultura, apesar de inscrita num tempo histórico. A atuação do sujeito sobre si é permanente. São essas práticas que revelam a subjetivação; é o conjunto delas que perfaz este sujeito, fruto de uma sujeição, que, ao mesmo tempo que aprisiona a partir de identidades, produz rotas de escapes que abrem possibilidades de inventividade.

Os processos de subjetivação estão, portanto, em estreita sintonia com o exercício do poder sobre os corpos nas sociedades ocidentais. Como já mencionado em capítulos anteriores, o poder, nesses termos, não opera apenas por meio da repressão, mas também por meio de variados dispositivos, que, em grande medida, ele produz. Foucault (2013), a partir dos preceitos de subjetivação na análise do poder, é um forte interlocutor, a quem Butler (2016) recorre nas teorizações de gênero e sexualidade.

Assim como em Foucault, o poder em Butler (2016) é de ordem produtiva, em que as normativas de gênero e sexualidade não agem de modo apenas repressivo sobre corpos e desejos, mas também incitam e fazem erigir os próprios sujeitos dos quais fala. A ação do poder é apresentada por Butler (2016), a partir de seu caráter performativo. A autora acrescenta, nas elaborações relativas ao sujeito/subjetivação, os aspectos psíquicos de tal operação, valendo-se de uma leitura psicanalítica. Sendo assim, “o poder é pensado pela autora enquanto relações que instituem uma gramática para a subjetivação dos indivíduos, baseadas na construção de uma ficção metafísica que naturaliza seu funcionamento” (Paiva, 2022, p. 518).

Essa concepção atrela a performatividade a um modo de manifestação do poder. A autora, assim como Foucault, está interessada “no processo pelo qual o indivíduo vem a assumir sua posição como um sujeito” (Salih, 2017, p.14), sendo a relação de discursos e práticas, criadora de materialidades corporais e realidades sociais. Nesses termos, ocorre uma distorção nas premissas de causalidade, que é importante de destacar: não são os sujeitos que instituem as normas, os discursos, as instituições, especialmente, no que se refere à sexualidade, ao gênero e ao sexo. Ao contrário, nós somos o efeito de discursos e de ações reincidientes que afirmam nossos corpos e nossos desejos.

Conforme abordado no terceiro capítulo, a perspectiva de gênero entendida como performatividade é o sustentáculo de todo o argumento de Judith Butler (2016), que sacudiu o

meio acadêmico e o campo político, a partir da publicação de Problemas de gênero (2016). Até aquele momento, as compreensões sobre gênero eram tratadas em oposição ao sexo, ou seja, o gênero como construção cultural e sexo como dado natural. A performatividade surge como contraponto às noções de um sujeito unitário e coerente internamente, cuja congruência se assentava no alinhamento sexo-gênero-desejo, como definidor da matriz heterossexual. Nesse sentido, não é o sexo que define o gênero, mas os modos pelos quais o sujeito é interpelado reiteradamente a se afirmar enquanto tal, por atos inscritos na e pela linguagem, que reafirmam uma norma vigente.

A autora nos conduz a uma investigação mais elaborada, distante de premissas dualistas que marcam a filosofia moderna cartesiana. Vale-se do objetivo de desestabilizar a categoria sexo/gênero, questionando a categoria “mulher”, tão cara aos movimentos feministas. Tal desestabilização é possível, se compreendermos a performatividade como conceito-chave da generificação dos corpos e se assumirmos a ideia de que “gênero não é exatamente o que se é, nem é precisamente o que se tem” (Butler, p. 76. 2022), mas é aquilo que se faz de modo constante e persistente.

Pensar sobre gênero no sentido da performatividade torna seus contornos bem mais embaralhados. Antes de retomar os termos como a autora os elabora, enfatizo dois de seus postulados que são relevantes no desenrolar de minha argumentação:

(1) É importante diferenciar performance de performatividade. Num primeiro momento, podemos, de modo equivocado, conceber a performatividade como se referindo à performance, ou seja, a ação de um sujeito voluntarioso, a partir de um roteiro definido, que, num palco teatral, encena um papel que lhe foi requerido e cujas ações estão de antemão roteirizadas. Pensar o sujeito no sentido de tal alegoria exigiria reconhecer um sujeito anterior à prática, premissa enfaticamente negada pela autora. O fato é que tal sujeito não existe fora da atuação reiterada e continuada; ele se faz por meio dela.

(2) As normas de gênero e sexuais constrangem nossa experiência, mas, apesar disso, tal ação nunca se dá de modo exatamente igual ao normatizado. Nesse processo de reprodução, sempre são expostas brechas, apresentam-se frestas, descontinuidades ou até mesmo rupturas. É importante reconhecer que tais rupturas não se dão fora da “Lei”, das normativas de gênero e sexuais correntes (Butler, 2016).

Para analisar melhor os termos da performatividade, volto-me às ponderações trazidas por Butler, em Corpos que importam (2019). A autora observa que, antes mesmo de nascer, o corpo já é interpelado, numa cena inicial, a dizer, a narrar sobre si. Já no momento da ultrassonografia, o médico anuncia que o corpo do feto, por suas características anatômicas, é

um menino ou menina. Chamo atenção para o fato de que, atualmente, tal ritual tem sido reatualizado e tomado formas cada vez mais sofisticadas, ou seja, os casais anunciam o sexo do bebê em festas exuberantes, que reiteram os simbolismos impostos ao corpo de um bebê, como sendo ou do sexo masculino ou do sexo feminino. O chá revelação apresenta o conteúdo de uma interpelação, bem antes de a criança nascer, quando anuncia, por meio da cor “azul, que vem um menino, e da cor rosa, a chegada de uma menina”, indicando assim os modos como aquele corpo deve performar no mundo.

A cena trazida pela autora é emblemática para o entendimento de gênero no sentido performativo pois, apresenta um sujeito que responde ao mundo, ou seja, um sujeito absorvido pelas relações que o constituem. Destaco aqui o conceito de interpelação, decorrente do pensamento de Althusser (1980), utilizado por Butler (2019), nas suas análises referentes à cena de constrangimento que enseja um corpo a agir sobre si e se apresentar. Pois através dele, depreende-se a ideia de que, eu não pertenço a um gênero, mas estou continuamente “fazendo”, em alusão a um outro que me chama, seja ele real ou imaginário, um sujeito feito na relação com um outro que o convoca a se afirmar.

Da mesma cena referida, no momento da descoberta do sexo do bebê, em certo sentido, faz supor que, a partir daquele instante e a partir do momento que a criança nascer, ela já é uma menina e se tornará naturalmente uma mulher, como se seu corpo, sua genética, seus cromossomos, de modo definitivo, determinassem uma substancialidade ao sujeito, impossível de ser refutada. Contudo, sabemos que um conjunto de instâncias começam a operar no sentido de conformar naquele corpo as significações a ele concernentes. Não há nada de natural neste processo, pois este corpo será convocado o tempo todo e por vários meios a se afirmar por meio de um gênero (Salih, 2017). A partir daquele instante, todo um aparato linguístico, simbólico e cultural é acionado e opera ao longo de toda a vida do sujeito, com o intuito de atribuir uma aparência natural ao que está inscrito na história e na cultura.

A construção dos gêneros e das sexualidades dá-se através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais. É um processo minucioso, sutil, sempre inacabado. Família, escola, igreja, instituições legais e médicas mantêm-se, por certo, como instâncias importantes nesse processo constitutivo (Louro, 2008, p. 18).

Constata-se, então, que se empreende um esforço continuado na constante reencenação dos corpos para sua normatização, com o intuito de que possam viver de acordo com os preceitos de uma diferença sexual entendida como inata. Desde a infância, as meninas são

chamadas a ocupar o lugar de uma suposta feminilidade e, durante todo o processo da sua socialização, são instigadas a cumprirem atos e gestos coordenados e definidos como sendo prescrições do gênero.

Diante disso, a questão que se coloca é: como ocorre esse processo de regulação? É fato que são inúmeros os dispositivos que atuam na normatização de gênero: institucionais, educacionais, pedagógicos, psiquiátricos. As jovens entrevistadas, de forma consciente, destacam algumas destas instâncias, reconhecendo-as como promotoras de regulação, quanto às suas experiências de gênero e sexualidade. Não é minha intenção investigar cada um desses dispositivos, mas me interessa investigar o modo como, diante do constrangimento que lhes é imposto, elas operam sobre e si e se narram. Ou seja, não pretendo me deter aos modos como tais instâncias agem sobre essas jovens, mas a posição que elas assumem diante de tais discursos, que, em sua grande maioria, são reconhecidos por elas como formas de regramento impostas.

As muitas formas de fazer-se mulher ou homem, as várias possibilidades de viver prazeres e desejos corporais são sempre sugeridas, anunciadas, promovidas socialmente (hoje possivelmente de formas mais explícitas do que antes). Elas são, também, renovadamente, reguladas, condenadas ou negadas (Louro, 2000, p. 7).

De todo modo, creio que, diante do reconhecimento deste movimento elaborado entre sujeição e resistências, no qual discursos e práticas se entrelaçam, é relevante destacar nas falas das jovens, seu processo consciente de identificar as instâncias que trabalham na construção do regramento normativo de gênero e sexual. As jovens entrevistadas destacam a família, a escola/relações de amizade e, indiretamente, a igreja, a qual se apresenta por meio dos discursos religiosos proferidos pelos pais.

Ao mesmo tempo em que reconhecem os aparatos de subordinação, identificam, muitas vezes, no mesmo espaço, possibilidades contestatórias. É o caso da escola, onde discursos e práticas generificantes se mesclam a elaborações discursivas plurais, em especial, quanto à vivência da sexualidade. Os meios digitais, como as mídias sociais, são interpretados como instrumentos de reconhecimento e de compreensão da diversidade sexual. As jovens afirmam que, em plataformas digitais, descobriram que havia modos diversos de viver sua sexualidade fora da heterossexualidade. São também espaços onde as desigualdades de gênero estão sendo discutidas e questionadas, bem como são apresentadas possibilidades de ser mulher, além dos enquadramentos convencionais.

Quanto ao conteúdo discursivo identificado pelas jovens como dispositivos

reguladores de gênero, sobressai nas entrevistas, o discurso da beleza e o papel que as mulheres exercem no trabalho de cuidado, ambos entendidos como incitadores dos modos como se deve viver a feminilidade. A seguir, apresento a elaboração das jovens quanto a esses mecanismos atuantes em seu processo de generificação.

A partir da compreensão de performatividade, relacionada à ambivalência de um sujeito “efeito da subordinação” e “condição e instrumento da ação” (Butler, 2020 p.19), apresento aqui, os discursos e dispositivos reconhecidos por elas, considerando que estas normas são identificadas pelas jovens e, por vezes, por elas contestadas. Contudo, é importante observar, segundo afirma Butler (2022), que “as normas podem ou não ser explícitas e, quando operam como o princípio normalizador em práticas sociais, elas, em geral, permanecem implícitas, difíceis de ler (...)" (p. 75). Nesse caso, nem todo o aparato normatizador é por elas percebido.

De todo modo, começo pela família, ressaltando a centralidade que desempenha na transmissão de valores de gênero e de sexualidade tradicionais às gerações seguintes (Foucault, 1985). O modo como é organizada a parentalidade, com o estabelecimento de expectativas sociais para homens e mulheres no seu exercício, já serve de modelo a ser seguido por meninos e meninas em suas socializações (Silva, 2010; Koller; Narvaz, 2006b). No entanto, nas famílias, além da aprendizagem obtida por meio da observação e da assimilação de valores e práticas, também se constrói um rebuscado sistema de proibições e incitamentos, que instiga as meninas a assumirem posições supostamente adequadas.

Corroboro com as premissas de que a família é uma construção histórico-cultural dinâmica, não um dado natural, ela é fruto de um conjunto de práticas complexas, que dita a organização humana, a qual se constitui por meio de significações variadas (Ariés, 1978; Groeninga, 2003; Silva, 2010). Nesse sentido, a família é destacada pelas entrevistadas como lugar primordial de imposição de regramentos normativos. Os arranjos familiares das jovens entrevistadas são diversos: Brisa, por exemplo, é orfã e vive com uma irmã; Bela é filha única de pais casados; Lícia, órfã de pai, reside com a mãe e a irmã; Talita, casada, já é mãe, enquanto, na sua família de origem, o pai era ausente, com o qual nunca conviveu; Sabrina vem de uma família nuclear; Camila reside com a avó. Todas essas configurações plurais retratam a realidade de um conceito de família mutante, que não coaduna com a família tradicional burguesa, cujos preceitos, sustentam as sociedades capitalistas modernas.

Para efeitos analíticos, considero como família os que são seus responsáveis legais, além de serem identificados pelas jovens como figuras de autoridade, responsáveis por sua socialização. As mães, os pais e padrastos, bem como as avós são identificados como os

principais atores que repassam as regras da feminilidade. Através deles e dos modos como as socializam, são indicadas as normas prescritas de ser, para as meninas e as jovens mulheres. Tal indicação ou incitação se dá de modo explícito, quando as jovens são informadas quanto aos comportamentos desejáveis, mas também, informa-se de modo sutil, especialmente, ao observar a experiência das mães e avós.

É importante notar, que apesar dos núcleos familiares hoje apresentarem-se por meio de uma diversidade que rompe com os modelos tradicionais (Pinheiro, Galiza & Fontoura, 2009), isso não altera o modo como modos tradicionais de gendramento são replicados, os modelos patriarcas de divisão de poder, a divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres, e os papéis estereotipados, são não só mantidos no seio familiar, mas instruem os meninos e meninas a viverem a partir destes condicionantes de gênero, e almejarem ideais de famílias tradicionais com papéis sociais distintos e desiguais (Narvaz; Koller, 2006; Botton *et al.*, 2015).

A narrativa de Diná evidencia a constatação da centralidade da família na compreensão de si enquanto mulher: “*No caso feminino, no caso de ser mulher. Eu acho que isso seria mais pelo... É por conta dos pais, que falam que, tipo, ah, você é biologicamente feminina, você é feminina. Mas, tipo, conforme eu fui crescendo não é, tipo, explicitamente feminina, porque tipo, eu não me importo muito com gênero, então eu não tenho muito, qual é o nome, preocupação com isso*

” (Diná, p. 40).

Diná, ao refletir sobre si mesma e sobre sua identidade de gênero, entende que o fato de ser uma fêmea em termos fisiológicos não pressupõe sua feminilidade e que esta resultaria do que é determinado pelos seus pais, do modo como eles interpretaram aquele corpo desde o nascimento e a educaram a partir desse entendimento. Em sua fala, ela destaca a compreensão de que sua condição feminina não decorre da natureza. Apesar de não conseguir aprofundar a explicação, observa que ser mulher foi uma condição determinada por sua família.

Grande parte das entrevistadas se concentra pouco na questão da identidade de gênero, talvez seja pelo fato de, assim como Diná, perceberem certa rigidez em tal identidade. Algumas jovens, que dizem de imediato que sempre se identificaram como mulher, que nunca se questionaram quanto a isso, passam a ideia de que não houve agência quanto a essa identidade, tendo ela sido imposta desde o nascimento: “*É... Em questão do gênero, eu sempre me identifiquei como mulher cis. E só depois de, acho que chegar com 13, um que 15, que eu vim me descobrir bissexual. Mas como mulher cis, eu sempre me identifiquei como. Desde que eu nasci até agora*

” (Kelly, p.123).

Nota-se que Kelly faz um contraponto com a questão da identidade sexual,

imprimindo uma natureza mais voluntaria em relação à construção dela. Mais adiante, aprofundo a questão das identidades sexuais. Por ora, ressalto o modo crítico e analítico com que observam os aparatos de interferência contínua que atuam sobre elas.

Retomando a questão da família, outro ponto a ser destacado nas narrativas são os valores tradicionais quanto aos papéis de gênero, para os quais as jovens são instruídas por seus familiares, como, por exemplo, viverem a feminilidade a partir dos preceitos do cuidado do lar, por meio de um casamento heterossexual. As mulheres teriam um papel social crucial a ser cumprido, vinculado ao casamento e à maternidade, ou seja, ao trabalho reprodutivo não remunerado; por isso, desde cedo, são chamadas a assumirem tarefas domésticas como parte essencial da sua socialização (Carvalho *et al.*, 2016; Carvalho *et al.*, 2014).

Nesse sentido, os discursos quanto ao cuidado e sua vinculação ao feminino também são frequentes, se referem a uma orientação expressa de seus familiares, quanto a este ser o papel crucial a ser desempenhado pelas mulheres. Da mesma forma, as jovens reconhecem as mães e avós, como exemplos de mulheres e que assumem tal papel sem questionar, seguindo o modelo ditado. Ou seja, elas reconhecem em tal discurso e nos modelos maternos uma significação que deve ser reelaborada, bem como contestam a primazia do trabalho de cuidado como sendo um trabalho das mulheres. Observam com certa revolta o fato de os homens serem dispensados de tais tarefas e como esse modo orientado de direcionar seus comportamentos é injusto, em função da hierarquia desigual dos papéis de homens e mulheres no lar. A seguir, alguns excertos apresentam o modo reflexivo e combativo como lidam com as imposições do trabalho reprodutivo:

- “*Sim, porque meu pai, ele é uma pessoa muito legal, só que ele ainda é machista. E ele cresceu com aquele negócio da família tradicional brasileira, em que o homem trabalha e a mulher tem que cuidar da casa. Então, às vezes, eu cresci sabendo assim. Minha mãe sempre falava, ou então minha avó falava assim, ah, quando você crescer, você vai casar e vai cuidar do seu marido. E eu não achava um negócio tão legal, porque eu não tenho, pelo menos agora, não consigo imaginar casando, não sei, mas eu não consigo imaginar. E também, meu pai às vezes solta comentários machistas, dizendo ver alguma mulher em cargos muito importantes, por exemplo, na política. Então ele sempre fala assim, ah, não tá ali por quê? Não devia tá ali*” (Kelly p. 120).

- “*No meu ambiente familiar, sobre essa questão de gênero e tudo mais Eu tenho uma percepção de que meus pais têm uma percepção muito machista e tudo mais Inclusive minha mãe e tudo mais E meu pai, principalmente de que a mulher é feita pra ficar no lar, cuidar dos filhos, Aquele protótipo de esposa troféu Minha mãe, ela é um pouco menos apegada a*

isso mas ainda é uma coisa que eu não sei ainda assim tem seus pensamentos do tempo que ela foi criada e tudo mais” (Hellen, p.113).

- “*Eu nasci numa família que é evangélica, fui ensinada a ser... Minha vida foi estruturada pra ser uma... tipo, tomar a casa, ter alguém na minha vida como marido e tudo mais, imagino que a maioria é assim, enfim eu cresci uma família um pouco que tipo exigiu muito de mim só por eu ser mulher, e tipo as vezes eu penso que eu preferia não ser mulher, porque o peso é muito grande*” (Leia, p.141).

- “*Igual minha vó falando pra mim que tipo, quando eu entrasse dentro de um casamento era pra mim tipo, tá cuidando da cozinha, porque o lugar da mulher era dentro da cozinha e tipo, dentro de casa mesmo tem um conflito entre minha mãe e minha avó por causa que minha vó não acha certo trabalhar, não que ela não ajuda em casa, mas tem aquela... Ela trabalha, tem a gente, a gente e minhas irmãs, não eu incluído, que cuidam da casa e ela não tem esse tempo. Então, coloca muito esse peso da responsabilidade ser só dela, por ela ser a mulher, tem que cuidar da casa, da educação dos filhos e meu pai só ficar com a parte do trabalho. Então tem esse conflito lá em casa por isso*” (Camila, p. 37).

- “*Que tipo... é, tipo, eu sou mulher. Aí meu pai sempre fala, ó, ô, tem quatro mulheres, agora só três, e tipo, ninguém faz nada. Eu sou homem, eu que deveria ficar lá descansando e tal, e você que tipo é uma moça, não arruma a casa, não faz comida. Eu não sei cozinhar, porque também não é minha praia, eu não sei fazer prazer com isso*” (Leia, p. 142).

Diante da atuação dos pais no reforço de papéis de feminilidade convencionais, as jovens atestam por outros meios, outras apresentações de feminilidade que entram em choque com os modelos tradicionais. Muitas destas representações se dão a partir de um conjunto de conteúdos culturais de mídia, como a televisão, a internet, as redes sociais, que contrapõe as narrativas quanto ao papel das mulheres, esse elaborado arcabouço mostra forte influência nas mulheres e nas formas como atestam a educação familiar como tradicional e repressiva. Por óbvio que tais conteúdos também oferecem seus próprios conceitos ideológicos e atributos simbólicos, muitas vezes vinculados ao capitalismo e neoliberalismo.

Já é amplamente conhecido e debatido como conteúdos filmicos e publicitários constroem representações de feminilidades, muitas vezes erotizadas e objetificadas (Passerini, 1991; Louro, 2008; Beleli, 2010). Lauretis (1994) desenvolveu um estudo que se tornou referência na temática, no qual argumenta que o cinema (entre outros aparatos culturais) atua produzindo representações que operam com uma tecnologia de gênero que limita os modos de significações culturais de mulheres (homens, gays, lésbicas), ainda que haja um movimento

crescente que demanda maior representatividade da diversidade de mulheres dentro das mídias, a fim de produzir imagens mais diversificadas de mulheres, de corpos femininos e seus modos de apresentação. Ao mesmo tempo, ainda se reafirmam, de modo sutil, padrões e normas de viver a feminilidade. Observa-se, na fala das entrevistadas, uma constatação consciente destas jovens de que seus próprios modos de generificação estão inscritos numa rede de disputas, com variações discursivas, cujas características denotam sua mutabilidade.

Além da representação de mulheres de modos variados, diferentes dos tradicionais, a crescente circulação de discursos feministas em redes sociais também é pontuada pelas jovens como elemento que compõe seu modo de constituir-se enquanto mulher. Como já referido, as redes sociais têm impulsionado os discursos feministas e vêm transformando os modos como as lutas políticas têm sido travadas (Santos, 2021; Ferreira, 2015; Holanda 2018). As entrevistadas, que cresceram num mundo hiperconectado, tendo suas sociabilidades desenvolvidas em ambientes virtuais, apontam os impactos dos discursos referentes à liberdade sexual, ao empoderamento, à igualdade de direitos, nas elaborações que fazem de si. Da mesma forma, os estudos acadêmicos vêm destacando os aspectos contraditórios envolvidos nos discursos replicados por meio das mídias sociais (Miskolci, 2021). Num ambiente não regulado, ao mesmo tempo em que se evidenciam os feminismos, potencializam-se discursos misóginos e de ódio voltados contra mulheres e comunidades LGBTs (Moura, 2016; Rebs; Ernst, 2017; Andrade, 2021).

O contraponto ditado por ambientes de socialização tão antagônicos, os valores tradicionais impostos pelas famílias e os discursos feministas compartilhados em ambientes virtuais, muitas vezes, induzem as jovens a assumirem uma postura combativa em relação aos pais, buscando subverter tais prescrições, ou seja, as mulheres refutam o casamento e a maternidade como único caminho e elaboram outras possibilidades de experiências, que incluem o trabalho e a construção de uma carreira fora do lar. A fala que segue demonstra com clareza esse ponto:

- “*Eu acho que eu cresci mais madura, porque eu tenho um ensinamento totalmente diferente do que me foi ensinado, porque caso tivesse seguido os ensinamentos dos meus pais, eu, não sei mais, no momento meu sonho seria casar e ter filho. Nunca falaram, ah, termina os estudos, faz uma faculdade, se for o que você quer, tenha, assim, dependência financeira. Então, daí eles nunca falaram sobre, ah, seja independente financeiramente e também, não deixe que homem mande em você, eu sei como mulher você tem direito, você que manda em si mesma nunca chegaram e falaram, e eu já cresci tendo consciência de tipo, eu não quero depender de homem, não quero precisar de homem assim só eu ficar em casa e ser sustentado*

por ele, eu quero ter o meu trabalho e tudo para ter a minha independência financeira e independência como mulher também. Então se eu tivesse seguido os ensinamentos deles, eu acho que eu não estaria com o mesmo pensamento de hoje. E esse pensamento, você usou a expressão assim, maturidade, né? Como é que você acha que você foi criando essa concepção? (pesquisadora). “*Eu acho que foi assistindo as coisas, porque eu quero fazer faculdade de advocacia, então eu assistia muitas séries assim (...)*” (Kelly, p. 122-123).

Outro fator identificado pelas jovens como gerador de embates diante de uma perspectiva também entendida como conservadora por parte de suas famílias é a sexualidade e/ou suas identidades sexuais. A maioria das jovens entrevistadas expressa uma sexualidade dissidente, mas poucas se sentem acolhidas pela família. Algumas decidem não a expor à família, por medo de represálias ou por haver indícios de homofobia expressa ou velada entre os familiares. As narrativas revelam como a família assume papel de vigilância permanente, atuando de forma clara ou difusa, por meio de violências físicas ou simbólicas, para garantir a normatividade da vivência das sexualidades.

A narrativa da Sabrina, a seguir, com relação à “descoberta” de sua sexualidade e ao modo como sua mãe reagiu, é importante para compreender a dinâmica que orienta as jovens a viverem a sexualidade orientada para a heteronormatividade. Para além do papel da família, sua narrativa também apresenta a religião e os discursos religiosos como importantes componentes do controle da vivência dos desejos: “*Tipo, a única, eu acho que a única primeira experiência que eu tive sobre gênero com eles. Foi, acho que lá pelos 11, 12 anos. Que eu conheci uma menina pela internet. A gente conversava. Aí, era na época que o web namoro estava muito, estava muito no ar, assim. Aí, a gente conversava, trocava mensagem. A gente se falou por muito tempo. Tipo, acho que um ano, dois anos, um, por aí. Aí, o pai dela descobriu das conversas. E ligou para mim. E pediu para eu conversar com a minha mãe. Eu, uma criança, né. Não sabia muito como lidar com a situação. Eu falei para ela, com muito medo dele. Que ele estava, sabe, muito em cima de mim. Ligava o tempo inteiro. Aí, eu cedi logo, entreguei para o celular para a minha mãe. Minha mãe conversou com ele. Ele contou toda a situação. Aí, minha mãe me questionou. E eu fui, menti, né. Menti, menti, menti. Porque, para mim, o meu pior pesadelo é que ela descobrisse essa parte minha. Principalmente, porque eu era muito nova. Eu ainda estava me descobrindo. Eu sabia que ela não ia levar a sério. Aí, é, nisso tudo. Eu desmenti. Eu disse que a culpa era dela. Que ela que estava armando para mim. Que ela que fez isso tudo e tudo mais. Que a gente era só amiga. A gente só conversava pela internet e tudo mais. (...) enfim foi muito ruim essa experiência. Foram uns três dias conversando sobre isso. Até que ela, ela resolveu me levar a*

um psicólogo. Que ela é amiga. Que é da igreja. Psicóloga da igreja. Eu já fiquei, tipo. Ah, mas. Né? Porque é assim. Minha mãe, ela tem um tabu enorme com psicólogo. Ela acha que psicólogo é para a pessoa que tem problema. (...) Aí, eu sempre, tipo, eu pedia para ir no psicólogo para minha mãe (...). Só que, ela nunca levou a sério esse tipo de temática. Mas, quando ela pensou na, cogitou a ideia de eu gostar de garotas, ela já. Não, você tem que ir no psicólogo agora. Eu vou te levar para o psicólogo. Que é minha amiga. Ela é da FAC. Que é uma comunidade daqui. (...) Aí, como estava online, era muito melhor a experiência. Porque é só pegar o celular. Botava aqui na minha cara e ficava conversando com ela aqui. Não tinha que estar lá, cara a cara, porque eu acho que eu não ia conseguir falar nada. Aí, enfim, ela me perguntou umas coisas. Eu não abri minha boca para nada. Porque, naquela época, também era um tabu para mim. Eu também não queria aceitar. Aí, foi isso. A gente teve umas três sessões. A gente conversava sobre, tipo, escola, amigos e tudo mais. Mas, ela nunca tocou no assunto da sexualidade. Eu também nunca toquei no assunto da sexualidade. Para mim, não tinha precisão. E para ela, eu acho que, não sei, porque ela não tocou no assunto e tudo mais. Ela falava para a minha mãe que estava bem, que não tinha problema nenhum. E minha mãe esqueceu esse assunto. Só que ainda me levou para uns três retiros de cura e tudo mais. Eu, tá bom, estou acostumada já. Enfim, aí não foi tão ruim para mim. Porém, hoje em dia, eu ainda acho, mesmo com 18 anos já na cara. Depois de, sei lá, cinco, seis anos. Eu já não, eu ainda penso. Na mesma possibilidade, na mesma reação, na mesma ação que ela tomar. Então, para mim, futuramente, só daria certo. Ela sabe a quem realmente eu sou. Sei lá, se eu estiver longe de casa” (Sabrina, p. 227-228).

De acordo com as jovens o tema da sexualidade não é discutido em casa, em estudo de revisão da literatura, realizado por Campos Tilio e Crema (2017), sobre o papel das famílias na vivência da sexualidade dos jovens, os autores constataram que grande parte dos artigos aponta que diálogos sobre a sexualidade, quando ocorrem, se restringem ao ato sexual. Ou seja, a vigilância é exercida pelo silenciamento ou pelo rechaçamento expresso da sexualidade de outros.

- “*Eu não sou assumida em casa não... Não tenho ainda essa coragem de falar pra mãe... E é por causa de que, tipo, desde quando eu era pequena mãe já falava na minha cara: pra mim, se você virar, eu não vou lhe aceitar, não fale nem comigo, não olhando na minha cara. Então isso sempre ficou na minha cabeça” (Camila, p.32).*

Outra instituição referida nas entrevistas é a escola, antes de me deter as falas das jovens gostaria de destacar alguns pontos sobre seus mecanismos e funcionamentos. É reconhecido o papel central da escola no disciplinamento dos corpos das jovens, quanto às

questões de gênero e sexualidade. A escola exerce, por meio de um conjunto elaborado de mecanismos, um trabalho duradouro e muito eficiente de pedagogia dos corpos e da sexualidade. Também é fato que muitas dessas pedagogias não se encontram nos currículos ou em práticas formalizadas, mas são disseminadas no seu cotidiano. De modo insidioso, as meninas são informadas e controladas em relação a qualquer passo que as distancie da norma desejada. Seus gestos são disciplinados, coagidos e incitados a se adequarem a uma determinada expectativa quanto ao gênero e à sexualidade (Louro, 2000).

As salas de aula, em toda a sua complexidade, são espaços altamente generificados, estando o gênero e as sexualidades atravessando-as o tempo inteiro (Seffner e Pichetti, 2016). Talvez por atuar por meio desse trabalho mais silencioso, em suas entrevistas, as jovens pouco ou quase nada, fazem referência ao papel repressor da escola. Diante disso aponto, não só a sofisticação de seus mecanismos de engendramento desenvolvidos ao longo da história, mas também, o fato de que, por mais que durante os últimos anos, como descrito em capítulos anteriores, tenham-se movido forças políticas com o intuito de extirpar qualquer debate de gênero e sexualidade na escola, tal tarefa mostra-se mal-sucedida.

O medo de algumas instituições para fomentarem o debate sobre o gênero de modo formal pouco interferiu na dinâmica dos debates entre os próprios estudantes. O silêncio que envolve a sexualidade em casa diverge completamente do modo verborrágico, com que a temática é tratada nas relações de amizade, especialmente, as que se desenvolvem na escola. As mulheres jovens relatam que os professores, em especial, os de história, filosofia, sociologia e geografia, “*o pessoal de Humanas*”, não se privam de fazer tais discussões. Muitas conhecem os discursos de combate às desigualdades raciais, de classe e sociais, na sala de aula, mas comentam que o assunto é efervescente entre seus pares, no cotidiano escolar, nos corredores, na hora do intervalo, nas mais variadas relações sociais mantidas na escola.

Para algumas entrevistadas, a escola é o lugar onde elas podem expressar-se com maior liberdade. Na verdade, percebi que, na maior parte das vezes em que a escola é referida, não é no sentido da institucionalidade, ou seja, a escola é o local onde os laços de amizade se constroem e, através dessas relações, as afirmações quanto à sexualidade são delineadas. Muitas vezes, falam sobre sua sexualidade, a partir de compreensões identitárias definidas com amigos da escola, como observo na fala a seguir:

- “*No ensino médio, que é a preocupação mais, principalmente nos primeiros anos era saber que tipo de sexualidade você pertencia, e com o passar você sentia isso do meio dos seus colegas principalmente a questão da cobrança você tinha que pertencer a uma*

sexualidade, você tem que ter e tal, e é uma coisa que eu sempre fui meio fechada porque eu tava em casa me compreendendo e tal e eu não me entendia muito nessa questão e tal, e eu fui assim nossa, eu não sei qual é e tal, e as pessoas, nossa, você se aparenta mais em ser hétero e tal foi, é né, eu acho não tenho certeza e tal... ainda não cheguei a decidir e eu não sei ainda porque eu acho que isso vem mais da experiência” (Elena, p. 86).

Estudos sobre a sexualidade e a escola apontam que, à margem da instituição, cria-se uma intrincada rede de sociabilidade, na qual esses sujeitos negociam os modos como inventam suas subjetividades. Nesse sentido, há uma contradição, pois, ao mesmo tempo em que a escola assume um papel ativo na “correção” dos comportamentos sexuais dissidentes, seja por meio do silenciamento, seja por meio do *bullying* tolerado (Miskolci, 2010), nesse mesmo ambiente, os jovens constroem uma forte rede de solidariedade e de reconhecimento.

Como as famílias são interpretadas uma instância bastante conservadora, que não acolhe suas singularidades, em especial, suas sexualidades não normativas, a escola passa a ser um local reconhecidamente mais plural, onde podem se conectar com outros jovens que já se afirmam LGBTs: *Eu comecei a entender mais sobre isso Quando eu entrei nessa escola No segundo ano, porque eu acho essa escola bem diversificada. Aí eu comecei a ter amizades tipo pessoas homossexuais e elas me explicaram mais sobre isso entendeu?* (Brisa, p 19).

- “*Não falo com minha família sobre nada em relação a isso. Como já disse, eles são bem fechados para isso. E com meus amigos eu falo bastante sobre isso, é uma das coisas que eu acho interessante, na minha outra escola não falavam muito sobre isso, porque faziam um... não sei se esse é o nome agora, é o nome? É. É pra... Preconceito. Preconceito, com relação a... Sim, preconceito dessas pessoas, porque tem diferentes nomes para cada pessoa, então eu não tenho como aceitar todos os outros. Mas, agora, nessa escola que eu estou, eles são bem mais falantes sobre isso. Então, acho isso bem interessante. E a gente fala muito, a gente estuda sobre isso, de relações.*” (Lina, p. 156).

Ao mesmo tempo, é também na escola e nas relações entre os colegas que sofrem reprimendas quanto a comportamentos disruptivos. As meninas lésbicas exploram com maior profundidade tal questão. A fala de Bela mostra como o *bullying* homofóbico e lesbofóbico é um elemento regulador, que, por meio da violência, repreende corpos não normativos, coagindo-os a se conformarem à heteronormatividade (Almeida; Soares, 2021; Nino; Piva, 2013).

- “*Quando eu cortei meu cabelo curto disseram: Quem é um menino novo? Se referindo a mim. Como se eu não fosse mais eu. Também me chamavam de sapatão de sapatona pessoas que eu não dei a autorização entre aspas pra me chamar disso*” (Bela, p.

11).

Nesse mesmo excerto, Bela traz outro fato regulador a ser observado: uma imagem estética muito bem definida quanto à feminilidade. No seu caso, o cabelo longo era motivo de orgulho de sua mãe: “*desde criança ele era até a minha bunda e minha mãe sempre achou a coisa mais linda e logo antes da pandemia eu fui pra uma consulta do psicólogo e o meu problema era esse minha mãe não deixava eu cortar meu cabelo e eu fui contra a vontade dela eu cortei eu cortei eu cortei no ombro*” (Bela, p. 8).

Bela manifesta insatisfação com seu corpo e com sua imagem, tendo passado por diversas transformações na aparência, geralmente, devido a mudanças no cabelo. A mãe, de modo bastante sutil, busca, por meio de práticas corretivas, imprimir nela formas de apresentação que entende como desejáveis. Em seu relato expõe: “*Já foi azul platinado com luzes, vermelho, lilás, tudo porque eu não ficava contente comigo eu não sentia no momento eu sentia meu deus que lindo, eu sou assim, eu me amo e depois eu enjoava e eu ficava eu não sou assim, eu preciso mudar, eu preciso mudar, mas de que adianta mudar por fora se eu não consigo mudar por dentro e também era uma coisa que minha mãe sempre pegava no meu pé por causa disso você vai se mudar por fora que não sei quem tem que se mudar por dentro você não consegue se mudar*” (Bela, p. 8).

No caso de Bela, a insistência da mãe para que ela se vista e se porte de um certo modo revela sua dificuldade em aceitar a sexualidade da filha. Exigir que ela exiba um comportamento e um semblante que ela entende como feminino faz parte dos investimentos educativos para reaver a norma heterossexual, que vem sendo negada pela filha. As pedagogias de gênero tendem à padronização de uma estética feminina desejável. A beleza é coordenada por certos protótipos que ditam não só o que é ser mulher, mas também o que é ser uma mulher atraente, especialmente, aos olhos masculinos.

A valorização da aparência, e os padrões rígidos de beleza, funcionam como ferramentas de regulação da feminilidade. Tais dispositivos frequentemente são citados pelas jovens, quando se referem ao modo como são incitadas a apresentarem sua identidade de gênero, e aos modos como entendem a opressão e as desigualdades, advidas de tais modelos. Quanto à regulação promovida por meios punitivos, no caso de Bela, o fato de usar o cabelo curto já foi passível de reprimendas. Observa-se também a imposição de um padrão de beleza sendo estabelecido de forma velada e de forma mais rebuscada em um mundo de imagens. Os modelos femininos revelam sempre a imposição de um corpo magro e concordante com a branquitude. Isso tem severas consequências no modo como as jovens criam imagens sobre si, e agem para alcançar ideais inatingíveis. Alguns excertos demonstram tal fato: “*Aí eu*

comecei a me sentir melhor ao mesmo tempo que eu queria ser magra, eu estava me sentindo muito magra. Nunca chegava, nunca estava bom. Aí eu passei a me sentir melhor. Eu não tinha chegado ao corpo que eu desejava, mas já estava me sentindo melhor” (Brisa, p. 18).

- “*E eu tive bastante insegurança de querer, por exemplo, emagrecer, querer fazer jejuns muito longos e tal, e assim, sem dizer realmente a ninguém e tal, ficar pra mim*” (Elis, p. 78).

Os padrões estéticos hegemônicos reverberam nas subjetividades destas jovens. Num livro clássico sobre o tema, Wolff (2019) analisa como a concepção de um ideal irrealista e inatingível de beleza têm servido para manter a dominação masculina, mesmo após alguns afrouxamentos do controle patriarcal produzido pelos movimentos feministas. O padrão físico imposto às mulheres garante uma hierarquização, que mina as possibilidades de uma rede de solidariedade entre elas. As imagens produzidas a partir desse mito são usadas em desfavor das mulheres, à medida que garante o controle dos corpos em prol da lógica de consumo capitalista.

Faço um parêntese para destacar como tal mecanismo opera de modo bastante intenso quando se trata de mulheres negras, ou seja, os modelos de beleza oferecidos e respaldados na sociedade são associados à branquitude eurocentrada. Nessas circunstâncias, a negação da beleza negra é central no processo de exclusão, com efeitos severos nas mulheres negras e nos seus processos de reconhecimento e de autoestima. Tal questão é um elemento claro para respaldar as análises sobre o gênero, adotando um olhar para a interseccionalidade, como uma “sensibilidade analítica” (De Oliveira, 2021).

Voltando à narrativa das entrevistadas, observamos que as exigências estéticas agem de modo impositivo sobre elas, mas fica evidente em suas falas a criticidade com relação a tal fenômeno. O fato de elas pensarem sobre essas construções de um modo mais combativo, ainda que, às vezes, tenham dificuldade de se desvincilar de tais padrões, já é um indicativo de uma prática de si contestatória, que reflete um processo de conscientização com relação à arbitrariedade dos modelos de beleza que as subjuga. Bela, no final da entrevista, comenta: “*Quando minha namorada disse o que seria essa entrevista eu fiquei pensando e eu lembrei disso quando eu vi a menina no caso do cabelo grande dos vestidos dos sapatos de tudo eu penso nossa eu devia ser assim eu devia ser essa pessoa eu devia eu devia me vestir mais eu devia comprar um vestido eu devia usar um vestido só que aí eu penso mas não é isso*” (Bela, p. 9).

O destaque dado pelas jovens em suas falas demonstra a análise que fazem de si, por meio do que, conscientemente, identificam como discursos que as condicionam. É notável

como elas observam com clareza que seu gênero orienta modos específicos de definições discursivas, que as vulnerabilizam e as colocam necessariamente em um lugar de desigualdade. Quando discorrem sobre sua experiência de gênero, muitas vezes, a avaliam como desigual e injusta, em comparação ao gênero masculino e seus privilégios.

- “*Mas em relação a tipo, Ai, vou comprar uma coisa, aí comprar para ele, pra o meu irmão, E eu peguei essa concepção. Por conta que no tempo a gente fazia capoeira, os dois, só que na capoeira quando a gente fazia meu pai comprou a roupa só para ele, para mim não, porque eu era mulher não precisava, (...). Tipo assim, ó, um tempo desse eu tava assistindo tiktok e eu vi uma fala que me pegou muito, que é: pais amam seus filhos, e criam suas filhas, eu acho que é algo assim ... e me pegou muito*” (Selena, p. 207-208).

- “*Se eu fosse homem. Ela não ia me bater. Nem me xingar. Eu acho que minha irmã também não. Por conta do meu irmão. Meu irmão com ele é totalmente diferente. Ele é muito rebelde. Não sabe fazer nada. E já comigo. Quando eu tinha 4 ou 5 anos, ela já queria me ensinar a ler. Já queria me ensinar a escrever. Já queria que eu fosse pra escola. E ele não. Ele vai pra escola quando quer. Repetiu de ano já. Não vai pra escola na verdade. Ele sempre diz. Ah não vou hoje não, minha mãe não liga, faz o que ele quer. Já comigo era diferente. Eu não quero ir pra escola hoje, com dor de cabeça passando mal, com qualquer coisa, eu tinha que ir pra escola. Mas já ele não. Ele faz o que ele quiser. Manda na minha mãe também. Às vezes quer bater nela. E ele só tem 11 anos. E ela sempre tá com ele, adulando ele, fazendo tudo o que ele quer. Ele até os 10 anos bebia leite na mamadeira, já eu, já eu com 9 anos. Já tinha que estar trabalhando*” (Talita, p. 268).

Por vezes, a fala das jovens e o modo como elas interpretam a incidência de discursos sobre si podem supor um processo causal linear entre os discursos e as práticas. Em outras palavras, muitos modos explicativos ou a forma como as jovens discorrem sobre suas experiências podem aparentar que o discurso repressivo, enquanto poder, tolhe suas experiências, reprimindo-as. Contudo, no sentido foucaultiano, o poder, entendido como todo o aparato acionado na regulação dos comportamentos, é, em si, também produtor de gêneros e de sexualidades. Essa suposta separação entre o poder da regulação e o próprio gênero é contestada por Butler (2022), para quem as regulações não operam de modo apartado, de fora para dentro, mas os discursos participam da constituição do sujeito.

Esse ritual reiterado e constantemente encenado trata de dar ao que é cultural e discursivo, a aparência de naturalidade, sendo, portanto, pouco questionado. Butler (2019) argumenta que não há natureza ou essência que preexista ao discurso, muito menos discursos que reprimam tal natureza. As mulheres são construídas na ação, isto é, o discurso sobre

aquele corpo o constrói e o constrói na prática discursiva. Sendo assim, o gênero torna-se efeito e não causa da ação.

Na medida em que a denominação de *menina* é transitiva, ou seja, inicia o processo pelo qual a posição de certa “feminilidade” deve ser assumida, o termo, ou melhor, o poder simbólico do termo governa a formação de uma feminilidade interpretada corporalmente e que nunca é completamente semelhante à norma. Essa é uma “menina”; no entanto, que é obrigada a “citar” a norma a fim de se qualificar e permanecer como um sujeito viável. Portanto, a feminilidade não é o produto de uma escolha, mas a citação forçada de uma norma, uma citação cuja historicidade complexa é indissociável das relações de disciplina, regulamento e punição. Na verdade, não há “alguém” que possa escolher uma norma de gênero. Pelo contrário, essa citação da norma de gênero é necessária justamente para uma pessoa se qualificar como “alguém”, para se tornar viável como “alguém”, uma vez que a formação do sujeito é dependente da operação prévia da legitimação das normas do gênero (Butler, p. 380, 2019).

É importante destacar, desta longa explanação de Butler, que a norma é apresentada como instável em si e que, para se estabelecer como fixa, exige-se uma citação contínua, tal norma deve ser constantemente reescrita, não apenas na infância, mas, durante toda a vida. Desde a hora em que acordam, as mulheres seguem modos definidos de agir, de pensar e até mesmo de sentir, conforme as normativas de gênero. No modo como se vestem, andam, se expressam, devem demonstrar alinhamento com as expectativas culturais criadas em torno das feminilidades. Nesse processo, “citar” frequente e reiteradamente a norma é crucial.

As premissas do conceito de “citar” apresentadas por Butler (2019) descendem das interpretações de Derrida (1991), das teorias dos Atos de fala de Austin (1962), de quem é derivada a noção da performatividade, no sentido de ato linguístico. Austin (1962) traz um arcabouço teórico consistente relativo aos atos de fala e suas engrenagens produtivas e não representativas.

De acordo com Austin (1962), a linguagem se apresenta por meio de enunciados de duas formas: os enunciados constatativos ou atos perlocutórios e os enunciados performativos ou atos ilocutórios. Os primeiros, como o nome sugere, se referem aos atos de fala, que descrevem e atestam uma realidade, sendo, portanto, passíveis de verificação. Quando se diz que *o dia está chuvoso*, tal enunciado pode ser observado por meio de um simples exame, pois descreve um estado meteorológico. Já os enunciados performativos têm outra natureza, pois estão implicados numa ação que não é necessariamente constatada, mas realizada na fala. Quando um juiz profere uma sentença, não está só atestando uma realidade, mas, ativamente, realiza um ato e, ao mesmo tempo, o atesta (Salih, 2017; Austin, 1962). O mesmo ocorre

quando anuncio o sexo do bebê na sala de parto ou na comemoração do chá revelação; tal enunciado é a realização de uma ação, não apenas a descrição dela.

Feita a distinção entre os atos constatativos e os performativos, o autor robustece sua teoria ao indicar que os atos constatativos também seriam produtores de realidades, além de serem anunciantes de uma “verdade”. “Assim, pode-se concluir que todo uso da linguagem é, de alguma forma, performativo” (Arbo, 2021, p. 259). O autor observa que, mesmo possuindo em si a força do performativo, alguns fatores determinam o fato de uma enunciação ser bem-sucedida ou não no seu fazer, na sua ação. Ou seja, existem certas condições, para que os atos de fala sejam, de fato, realizações bem-sucedidas e felizes.

Derrida (1991) contesta Austin (1962) no que se refere à debilidade dos atos de linguagem, quando estes não forem bem-sucedidos em sua ação. O autor aponta que tal fragilidade seria, de fato, uma característica inerente aos signos linguísticos, que ele denomina de iterabilidade. O fato de os atos de linguagem serem passíveis de fracasso, ao se revelarem em outras circunstâncias que não as convencionais, aponta que os contextos ou intenções não podem cercear de modo definitivo um signo. Ou seja, é justamente sua falibilidade que aponta sua possibilidade de reinserção em outros contextos de recriação, fora do espaço convencional (Salih, 2017).

A citacionalidade e iterabilidade, é então tomada por Butler, para ressaltar a performatividade, pois, nesse sentido, a performatividade não estaria posta apenas como sujeição às leis, mas, segundo as premissas de Derrida (1991), estaria posta a possibilidade de reiteração fora dos ditames impostos por determinados contextos (Borges, 2015). O que poderia indicar fracasso, em certa medida, significa subversão, que é o caso de todo performativo que foge às regras de gênero e, ao fazê-lo, já revela seu caráter ficcional. Se, por exemplo, uma *drag* pode performar um gênero que não é coerente com aquele entendido como o seu, então, tal possibilidade já aponta o caráter mutável do que se construiu como estável.

Aqui ressalto o fato de que a performatividade se dá por meio da repetição continuada, mas, de nenhum jeito, faz-se uma cópia idêntica ao repetir; “iterabilidade implica repetir e mudar ao mesmo tempo” (Borba, 2014, p. 465). Num processo, sempre ocorrem rupturas e descontinuidades. Nessa perspectiva, Butler (2016; 2019; 2020) tece suas teorizações relativas à identidade, pondo à prova qualquer possibilidade de congruência e estabilidade. A repetição é orientada pelo conjunto de discursos heteronormativos correntes, garantindo assim a generificação de corpos pelo ordenamento entre corpo-sexo-gênero e desejo. Nesse sentido, tal modelo opera como um sistema de reconhecimento das identidades generificadas.

Os excertos demonstram todo o conjunto de aparatos que incitam o corpo das mulheres a afirmar-se a partir de atributos culturais, que caracterizam seus corpos de forma distinta, produzindo diferenças simbólicas que organizam de modo desigual suas experiências. Esse processo de feminização as qualifica como “sujeitos legítimos”. O sujeito é impelido a viver sob o jugo de tal norma, pois não o fazer implica estar a parte de uma lógica de reconhecimento e, em alguns casos, como o dos corpos trans e travestis, desemboca na vulnerabilidade à violência e na possibilidade de extermínio, pois entende-se que sua vida, em termos butlerianos, é uma vida não vivível (Louro, 2020).

Tal constatação é paradoxal, pois, se sou feita pelo discurso e na relação com o outro, qual a minha possibilidade de agência frente a um mundo linguístico fora de mim que me constitui? Se já estou, desde antes de nascer, exposta a um regramento linguístico impositivo, e se fazer a mim significa a sujeição a esse aparato simbólico, como construir-me fora das opressões de gênero e sexualidade? Alguns críticos da teoria de Butler (2016) teimam em afirmar que a autora dedica pouco espaço à agência do sujeito, negligenciando assim suas possibilidades de emancipação. Discordando de tais premissas, pretendo apresentar de forma clara os argumentos teóricos que atestam as possibilidades de ação e de transformação dentro da performatividade.

Diante da constatação de que a citação iterativa pode dar-se de modo variado, diferente da norma, ou seja, um processo que constitui e ao mesmo tempo desestabiliza, garantindo algum nível de agência, então, a partir do próprio imperativo da repetição, abre-se a possibilidade de novas práticas, que subvertem as leis vigentes, possibilitando o desfazimento do gênero. As jovens, em suas entrevistas, em alguns momentos, observam em si mesmas práticas de contestação, isto é, aquilo que identificam como normativo e gerador de injustiças. Outras vezes, de modo não consciente, imprimem em suas narrativas formas de ação sobre si, que escapam aos investimentos heteronormativos. Isso ocorre, muitas vezes, no próprio movimento de não acomodação a uma identidade binária: “*Ai, garotas falam disso garotas fazem aquilo Elas gostam disso, gostam daquilo. E tipo, eu nunca estive nessa caixinha. Mas eu também nunca estive na caixinha masculina, então, por isso que eu não me defino como nada, porque eu realmente não sinto que eu me defina como alguma coisa. Eu já pensei na possibilidade de ser não-binária Mas eu acho que também não, porque eu me identifico com alguma coisa Eu só não sei o que é, por isso que geralmente eu digo que é não-definida, por causa disso*” (Sabrina p. 229).

A fala de Sabrina relativa à sua identidade de gênero evidencia que ela reflete sobre si, a partir da ideia de agência, supondo uma liberdade que sabemos não ser plena: “Nossas

performances de gênero só podem acontecer dentro de uma cena discursiva plena de constrangimentos que limitam o que conta como inteligível” (Borba, 2014, p. 449). De todo modo, mesmo que não haja em absoluto uma escolha fora da linguagem ou de um campo cultural compartilhado, que identifica o que é inteligível, sua ação sobre si, a partir de uma noção expansível da binaridade já desestabiliza os processos repetíveis, sugerindo ações que alargam as possibilidades do que é admissível como possibilidade de ser.

A teoria de Butler sobre a performatividade aponta, portanto, um sujeito instável em suas bases, um sujeito convocado todo o tempo a se construir por meio da reiteração e da repetição da norma. Tal abordagem dispensa a ideia de autoria, pois não há um sujeito anterior à norma ou à linguagem, mas um sujeito que se constitui em ato, através de ambas. As narrativas das mulheres apontam um reconhecimento explícito das normas de gênero e de sexualidade, o que, de nenhum modo, implica que se atua fora delas. A fala de Sabrina revela como, apesar de seu conhecimento e de sua crítica, a forma como é constrangida a viver a partir de determinado gênero, pensar fora de tais regulações é difícil. O próprio fato de não se identificar com um gênero já reafirma sua existência enquanto norma.

Outro fato a ser observado com relação à Sabrina é que, ao não se definir, ela se coloca como sujeito em busca de uma identidade, pois não encontra esquemas de reconhecimento disponíveis. Tal análise é ilustrativa tanto das transformações que podem advir do alargamento do escopo do reconhecível em termos de gênero e sexualidades, quanto do fato de que não se encontrar definida a partir de um gênero a exclui de um campo de inteligibilidade, que, muitas vezes, é desejável pelo sujeito. Butler (2022), ao argumentar acerca do desejo de reconhecimento que envolve o gênero, observa que, apesar de o gênero não implicar uma direção em relação ao desejo, o desejo é constitutivo do gênero, o que não nos permite separá-los totalmente. O desejo, nesse caso, está vinculado ao reconhecimento (Tradição Hegeliana), pois é por meio dele “que qualquer pessoa é constituída como um ser socialmente viável” (p. 12). Nesse caso, o desejo de viver de acordo com a norma não deve ser desprezado ou incompreendido, considerando que pela norma me faço reconhecível.

Porém, se não consigo viver dentro de um conjunto normativo, porque não há em mim o desejo de viver e ser reconhecido por meio de um conjunto de normas que a mim soa irreconhecível ou mesmo abominável, resta-me escapar de tal regramento. Essa relação crítica com a norma depende de fatores muitas vezes inconciliáveis. Segundo a argumentação de Butler (2022) “(...) a capacidade de desenvolver uma relação crítica com essas normas pressupõe um distanciamento, uma habilidade de suspender ou de adiar a necessidade que temos delas, mesmo havendo um desejo por normas que nos permitam viver” (p. 14).

Sendo assim, para a autora, qualquer fuga ou escape depreende uma agência vinda de articulações coletivas, que assuma a condição paradoxal da minha constituição frente a tais normas. Se há qualquer possibilidade de agência, ela está atrelada ao reconhecimento de que sou fundada por meio de um aparato social e cultural, que não escolhi, mas pelo qual desejo ser reconhecida. O paradoxo de tal condição não indica impossibilidade de ação, apenas afirma uma condição de possibilidade por meio dele (Butler, 2022).

As mulheres jovens que entrevistei resistem a demarcações de gênero fixas em duas frentes, tanto ao contestarem as definições de feminilidade imposta a seus corpos, quanto ao afirmarem sua sexualidade fora da norma heterossexual. Elas tensionam os limites de gênero, muitas vezes, por meio da elasticidade e da flexibilidade quanto à vivência dos seus desejos. Esse campo de negociações tem sido possível, por meio do reconhecimento do que agora lhes está disponível por diferentes lugares, em especial, pelos meios digitais, mídias sociais, séries televisivas, de que a sexualidade é plural. Não me esquivo aqui de fazer uma crítica aos modos como tais apresentações se dão, isto é, muito amarradas às identidades sexuais, mas tal fato não deslegitima o status contestatório ao se afirmar lésbica, bissexual ou pansexual, até porque, através de tais afirmativas, se tensiona o próprio gênero, a construção unitária de “ser mulher”, que, para elas, passa a ter contornos mais embaçados, menos discerníveis.

Diante disso, no próximo tópico, discorro sobre os modos como as jovens narram suas sexualidades e as práticas de si envoltas naquilo que identificam como um processo de “descoberta”. Como já referi, comprehendo que, ao assumir uma retórica butleriana, segundo a qual uma matriz heterossexual sustenta os modos como os sujeitos são inscritos em um campo inteligível, a separação conceitual de gênero e sexualidade apenas orienta um modo de organização desta Tese. O binômio sexo/gênero em Butler é problematizado por meio de sua extração. A autora comprehende que tal eixo é o sustentáculo da intelecibilidade, que naturaliza a coerência entre “sexo- gênero-prática sexual e desejo” (Rodrigues, 2022, p. 167).

5.2 SEXUALIDADES E A MATRIZ HETERONORMATIVA - O QUE FAÇO DO DESEJO QUE CONSTRUO E QUE ME CONSTITUI?

A sexualidade e sua relação intrínseca com os processos de subjetivação na Modernidade foram profundamente estudadas por meio da genealogia desenvolvida por Foucault (2015), no texto seminal de *A História da Sexualidade Vol 1 - a vontade do saber*. Foucault (2015) apresenta a história dos processos por meio dos quais passamos a nos reconhecer como sujeitos de uma sexualidade, desde a passagem da Idade Clássica até a

Modernidade (Oliveira, 2021). Suas análises são orientadas pela constatação de uma mudança nas formas como a vida e a morte são geridas por meio do Biopoder, a partir de fins do século XVIII e início do século XIX. A partir desse período, os mecanismos disciplinares de controle passam a conviver com outros dispositivos de poder/saber, que agem sobre os corpos, não apenas com o intuito de torná-los dóceis, mas de sujeitá-los a partir de técnicas elaboradas de produção de vidas (Oliveira, 2021).

Foi na esteira da Modernidade que o Dispositivo da Sexualidade se desenvolveu, numa imbricada relação com as instituições políticas e os sistemas econômicos. Nesse período, o sexo e a reprodução tornam-se centrais para o controle das populações. A sexualidade passa a ser dissecada, medida, regulada e vigiada por variados meios discursivos, técnicos e científicos. De acordo com Foucault (2015), algumas estratégias foram desenvolvidas de modo bastante efetivo, com o intuito de produzir os corpos e conduzir os desejos, entre elas, a histerização do corpo da mulher, a pedagogização do sexo da criança, a socialização das condutas de procriação e a psiquiatrização do prazer perverso (Foucault, 1985; Oliveira, 2021b). Todas essas práticas não apenas disciplinam, mas também constroem os corpos, por meio da narração da verdade sobre o sexo. A sexualidade não é, portanto, um dado em si, mas “o próprio funcionamento do poder” (Abilio Galvão, 2024).

(...) a sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder (Foucault, 2015, p. 115).

Nesse jogo de produção de verdades, a sexualidade é posta num campo discursivo onde se estabelece o que é lícito e ilícito, normal ou patológico, proibido ou permitido. Por meio do estabelecimento de uma normativa quanto à sexualidade, os corpos são limitados em suas práticas e confere-se um juízo moral diante do que é concebido como natural, ou seja, diante do que se inscreve dentro de uma norma prescrita e prescritiva. Nesses termos, a heterossexualidade é fixada como única possibilidade viável de vivência dos desejos. Em estreita relação, institui-se a homossexualidade como seu binômio opositor. A partir disso, quaisquer práticas fora da norma passam a ser entendidas como perversão, anomalia, aberração.

Das análises desenvolvidas por Foucault (2015), depreende-se um modo de conceber a centralidade política da sexualidade, pois o autor desvela o modo como, por variados meios,

científicos, filosóficos, jurídicos, administrativos, instituiu-se o dispositivo da sexualidade, que “(...) tem de ser entendido como uma rede histórica de saberes poderes que incide sobre corpos, prazeres, órgãos, relações interpessoais e alianças, produzindo como seu efeito aquilo que nós então experimentamos, como o sexo que nos compete e nos define” (Duarte, 2017, p. 256). Essa concepção de uma ordem natural do sexo é o que garante a administração de corpos, por meio da definição de anomalias, criando um controle estratégico das populações, ao mesmo tempo em que a sexualidade se torna uma maquinaria eficiente na produção de subjetividades.

Em estreita afinidade com o pensamento foucaultiano, mas também com base em conversas com os postulados desenvolvidos por Adrienne Rich (2012) e Monique Wittig (2019), Butler (2016) observa que a construção do corpo por meio de um poder/saber define uma essência corporal binária, ou seja, uma diferença sexual natural e incontornável opera sob o crivo da consolidação da heterossexualidade como norma, em função da reprodução. As premissas de essencialidade e de substancialidade da mulher em oposição ao homem somente fazem sentido diante de um regime que exige a heterossexualidade reprodutiva como central e primeira. Butler (2016) observa que a heteronormatividade define e orienta uma matriz de inteligibilidade no contemporâneo, que determina processos de subjetivação generificados.

Rich (2012) já apontava a “heterossexualidade como uma instituição política que retira o poder das mulheres” (p.19). Sendo assim, a autora advoga a importância de reconhecer que a heterossexualidade não é uma “escolha” ou “preferência”, mas uma imposição simbólica e ideológica mantida por meio de variadas forças. Para Butler, (2016) a heterossexualidade não opera apenas de fora para dentro, como um conjunto de regras externas às quais o sujeito se submete, ela também estabelece uma relação do sujeito consigo mesmo.

Butler (2016), além de reconhecer os elementos estruturais que determinam a heterossexualidade como norma, retoma o olhar para os modos como tal norma age por meio de formas difusas de poder. Para isso, Butler (2016) retoma sua crítica à dicotomia sexo e gênero, apontando que ela é fruto de um conjunto arbitrário de simbolismos, que inscrevem o sujeito numa lógica binária: homem/mulher, masculino/feminino, homossexual/heterossexual. Tal lógica binária foi construída por discursos, entre eles, os discursos médico-científicos, que fazem supor uma essencialidade psicológica e comportamental vinculada à fêmea humana, como se a genitália pudesse determinar modos de pensar, de sentir e de agir de um sujeito.

Como consequência da suposição de um sexo naturalmente determinado e de um gênero a ele atrelado, considera-se também natural, o desejo. Se sou mulher, o meu desejo se volta naturalmente ao meu oposto, o homem. Assim, a heterossexualidade se apresenta como

norma, determinando o que é entendido como natural, aceitável e inteligível no campo dos corpos e dos desejos. “As regras que governam a identidade inteligível são parcialmente estruturadas, a partir de uma matriz que estabelece a um só tempo uma hierarquia entre masculino e feminino e uma heterossexualidade compulsória” (Aran; Júnior, 2007, p. 133).

A matriz heteronormativa tem como princípio a manutenção da homogeneidade e da coerência entre corpo, sexo, gênero e desejo. Sendo assim, tal matriz tem por finalidade a conservação do sexo como heterogêneo, o que serve à persistência da dicotomia essencializante entre homens e mulheres. A heterossexualidade compulsória não se refere, portanto, a práticas sexuais, como o nome poderia supor. Esse princípio normatizador estabelece como parâmetro de “normalidade”, uma fêmea que se identifica como mulher e que sente atração por homens, e um macho que se identifica como homem e sente atração por mulheres. Qualquer fuga a essa norma é percebida com estranhamento; somente a adequação a ela enseja reconhecimento social, político e jurídico ao sujeito (Brosin; Tokarski, 2017).

Mas, afinal, sob quais operações se estabelecem os tipos de existência reconhecíveis, e como a ação do sujeito sobre si reforça ou contesta tal ordenamento? Com a tarefa de responder a tais questões, retomo o conteúdo narrativo das entrevistas, destacando que as falas das jovens não só atestam a historicidade das sexualidades e dos gêneros e sua importância para a criação de um sujeito, mas também são ilustrativas do modo como se exige uma heterossexualidade firme e rígida, para que se estabilize o gênero (Butler, 2016). Ou seja, a heterossexualidade como mecanismo normatizador atua firmemente para garantir a suposta neutralidade ou naturalidade dos constructos corpo/sexo/gênero/desejo. Nesse sentido, desorganizar a suposta coerência e estabilidade das sexualidades e gêneros passa pela desestabilização da própria heterossexualidade normativa.

Não é difícil atestar transformações quanto ao dispositivo da sexualidade, especialmente, para quem sustenta as bases da heterossexualidade como norma. Basta observar os novos arranjos familiares, comportamentos sexuais mais autônomos, práticas amorosas e sexuais não normativas, como a vivência do amor distante da monogamia, para percebermos que tais fenômenos impactam a desorganização da heterossexualidade compulsória, desmantelando as compreensões acerca do que é legítimo e ilegítimo em termos de sexualidade. Tais mudanças, além de revelarem o caráter histórico e cultural da própria sexualidade, têm ditado novas práticas de cuidado de si entre as mulheres, novas relações do sujeito consigo mesmo. Considerando a minha pergunta de pesquisa, esse é um ponto que me dedico a aprofundar.

De todo modo, não quero fazer supor que os modelos tradicionais desapareceram,

observo que, apesar das inúmeras transformações elencadas e dos novos modos de agir sobre si, especialmente, entre as mulheres mais jovens, ainda resistem os ditames de um sistema heteronormativo. As narrativas das jovens apresentadas neste capítulo dão conta do modo como a heteronormatividade atua o tempo todo, enquanto dispositivo normativo que subjetiva as jovens, num movimento negociado de sujeição e de subjetivação, que implica certas rebeliões, mas, ao mesmo tempo, reproduzem-se conformações.

Para avaliar de que modo as mudanças relativas aos dispositivos das sexualidades são vividas por mulheres jovens no interior do país, vale salientar as especificidades dessas jovens. Por mais que no mundo ocidental globalizado, hiperconectado tecnologicamente, haja congruências e similaridades entre as mulheres, em determinada fase de desenvolvimento, não podemos desconsiderar o que nos situa em termos geográficos e da nossa história colonial. Esclarecendo, por mais homogêneos que sejam os discursos quanto ao gênero e à sexualidade, devido às formas de comunicação mediadas por redes sociais, acessadas por grande parte das populações jovens ao redor do mundo, as mulheres jovens aqui investigadas guardam os marcadores do modelo econômico capitalista das regiões colonizadas do mundo, cuja marca se encontra no recrudescimento da racialização e da feminização das classes exploradas.

Problematizo tais aspectos, a partir de quatro entrevistadas - Bela, Lícia, Gaia e Brisa. Como já mencionado, tomo por base algumas entrevistas com narrações mais densas e as intercalo com excertos extraídos da fala de outras jovens. Bela e Lícia se identificam como mulheres lésbicas e reconhecem os elementos políticos que atravessam tal identificação. Em suas falas, fica evidente seu maior conhecimento sobre o ativismo e os debates acerca das sexualidades. Gaia se apresenta como lésbica desde o início, mas não se mostra atenta às questões políticas, às vezes, parece avessa ao movimento de grupos organizados, como sinalizam suas falas, que são bastante contraditórias. Brisa se distingue das demais, pois, apesar de namorar uma mulher, ela não se anuncia com uma identidade lésbica.

Suas narrativas quanto aos seus desejos e aos modos como eles as constituem servem para apontar o quanto as mulheres jovens voltam suas experiências para certas resistências normativas, quanto à constituição dos seus desejos e de suas narrativas acerca das identidades sexuais, que, muitas vezes, apontam uma forma distinta de viver seus gêneros. Talvez, uma forma mais libertária de viver seus gêneros tenha possibilitado um modo distinto de constituição de seus desejos e de redirecionamento de suas sexualidades. Não intenciono respostas definitivas, mas assevero que, nas entrevistas com relação à sexualidade, mesmo quando referida por meio de uma identidade, as meninas fazem questionamentos acerca de um conjunto de regramentos quanto à própria vivência do seu gênero.

Nesse sentido, levanto algumas questões com o intuito de organizar as discussões. De que modo o sujeito se produz dentro das determinações de uma matriz heterossexual do desejo? Como as mulheres não heterossexuais escapam dos modelos normativos? Que mecanismos de controle são acionados na tentativa de corrigir comportamentos de esquivas dos inscritos na normalidade? De que forma tais mulheres atuam sobre si, a partir da ação contestatória de viver sua sexualidade de outros modos? Quais discursos são acionados na tarefa de se afirmarem como sujeitos de desejo? Como os novos arranjos do dispositivo da sexualidade têm sido assimilados por jovens mulheres no processo de construção de si?

As entrevistas destacadas são bastante ilustrativas dos modos pelos quais nossa sociedade, por meio da heteronormatividade, produz uma matriz de vidas reconhecíveis, condicionando nossos modos de ser e de viver, a partir do que se entende como normalidade. As jovens vão costurando os condicionantes que lhes são ditados, com suas próprias construções, articulando os elementos de que dispõem de modo bastante paradoxal, ora resistindo à heteronorma, ora reforçando-a por meio de discursos essencialistas. Aqui tomo como essencialistas dois tipos de argumentos traçados nas narrativas:

- 1- A tentativa de retomar a coerência entre sexo e gênero, apesar da incongruência entre gênero e desejo, que indica, muitas vezes, um desejo genuíno de viver em coerência com as normas, para ser efetivamente reconhecido como sujeito;
- 2- A sexualidade como essência a ser descoberta, revelada, algo que se esconde em lugares profundos do ser e que, em certo momento da vida, irrompe como a verdade do eu.

Começo por Brisa, cuja narrativa traz muitos elementos relativos à heteronormatividade. Sua fala, de acordo com as demais, demonstra como os aparatos de uma sociedade machista e sexista agem de modo bastante efetivo sobre o corpo de mulheres, impondo-lhes uma vida submetida a variadas violências. No caso de Brisa, a violência sexual sofrida ainda na infância mobiliza sua compreensão da condição de ser mulher, permanentemente vulnerável: “*Eu contei pra minha irmã só que não deu muito nada não. Ela preferiu deixar só entre nós*” (Brisa, p. 18).

Também decorrem desta experiência, as definições relativas aos modos de como vive sua sexualidade. Brisa relata que o trauma sofrido lhe causou aversão à possibilidade de manter relações sexuais com homens. Aos 15 anos, conhece um jovem com quem começa a se relacionar, mas pondera: “*Eu comecei a namorar um menino. Só que nunca chegamos a ter relações sexuais, porque esse medo estava muito grande para mim. Eu sempre fui muito fechada a esse negócio de relações sexuais. Aí, depois que eu terminei, porque eu perguntei*

para ele, no começo ele aceitou, ele entendia esse meu medo, mas ele acabou me deixando por isso" (Brisa, p. 17).

Depois desse primeiro relacionamento heterossexual, ela começa a se envolver com mulheres, mas argumenta²³: "*Eu não acho que eu não goste de homem em si. Eu acho que é esse tabu mesmo da relação sexual*". Hoje ela se relaciona com uma mulher, mas ressalta: "*tipo eu não sinto que eu sou lésbica, não sinto que eu sou lésbica, Eu só respeito, tipo, eu gosto de uma pessoa e estou com ela*" (Brisa, p. 25). Ao apresentar suas características, Brisa já havia ressaltado que sua identidade sexual era indefinida e, ao longo da entrevista, ela discorre sobre tal indefinição.

A fluidez sexual abala profundamente os imperativos da matriz heteronormativa, causando estranhamento diante da inconsistência de um sistema que se concebe como natural. Brisa observa isso de forma muito assertiva em sua fala: "*É tipo assim, tá, eu sou mulher, sou feminina. Mas eu não sou feminina bastante, entendeu? Porque eu gosto de mulheres, acho que é esse o quesito. É, eu já me senti nessa questão que as pessoas olham pra mim e me acham feminina, até porque todas as pessoas que eu conhecia até hoje em dia nenhuma chegaram até mim e falaram que: Ah. Todos chegam e falam, eu pensei que tu era hétero, Porque eu sou mais feminina né? Geralmente o pessoal tem essa questão. Quem gosta de mulher, se veste mais "Desfeminina" Mas eu sou muito feminina. E eu gosto de mulher*" (Brisa, p. 25). Monique wittig (2019) esclarece que a recusa em se subordinar à heterossexualidade implica, antes de mais nada, abdicar, "conscientemente ou não", do sistema binário homem/mulher.

Então, se o desejo de um sujeito que se autodetermina mulher volta-se para outras mulheres, a suposta congruência é desmantelada e, nesse sentido, a própria identidade feminina começa a ser questionada. Esse ponto é trazido por Brisa, quando ela se refere ao fato de que gostar de mulheres a colocaria na condição de ser "*menos mulher*" (p. 25) ou de não ser mulher o suficiente. Brisa demonstra certo desconforto com relação a tais

²³ A narrativa de Brisa que relaciona a sua sexualidade à uma resposta a um trauma que a faz expelir relações sexuais com homens, traz alguns elementos a ser pensados especialmente a partir de Adriene Rich (2012). A autora opta por utilizar o conceito existência lésbica ou continuum lésbico ao invés de lesbianismo pelo seu caráter clínico muitas vezes limitante. Falar de existência lésbica é entender uma experiência de mulheres com mulheres que ultrapassa também o desejo ou a experiência sexual com outra mulher. Sendo assim as continuum lésbicas é expansível a relações entre mulheres de afeição companheirismo e solidariedade, ou seja, ao rompimento de modos de vida impositivos quanto a possibilidade única de existência da mulher ser dada por uma relação amorosa e matrimonial com um homem. É importante perceber as sexualidades especialmente as dissidentes lésbicas não como o resultado de um ódio ou aversão ao homem, mas como uma ruptura com um tabu, um ato de resistência à dominação masculina. Talvez aqui a formação política incipiente de Brisa desemboque na reprodução de análises de si e de sua sexualidade que muitas vezes pode atuar reforçando preconceitos.

questionamentos, sugerindo que as incongruências apontadas entre sua sexualidade e o modo como expressa sua identidade de gênero não fazem sentido para ela, uma vez que ela demonstra satisfação com o modo como expressa sua feminilidade, voltada à sua identidade de gênero.

Monique Wittig (1992), em texto célebre em que desenvolve os termos relativos ao que entende como sistemas de pensamento heterossexuais, afirma de forma provocativa e inquietante, “as lésbicas não são mulheres”. Assim ela também se posiciona quanto ao ser “a mulher”, cujo significado estaria inscrito apenas nos sistemas de significação heterosexual, isto é, para a autora, “a mulher” só existe a partir de sua condição de oposição e de subordinação ao homem, num sistema de coerência binária.

O sexo, para a autora, tem caráter puramente ficcional; a uniformização em torno de conceitos que circunscrevem o corpo é produzida por uma cultura heterocentrada, fruto de relações desiguais de poder. A mulher é, então, o mito do qual precisamos nos livrar, para que, de fato, possamos estabelecer transformações. Nesse sentido, para a autora, a implosão dessa categoria só seria vislumbrada por meio da lesbianidade, pois lésbica é o único conceito fora das categorias de sexo (homem e mulher).

(...) o sujeito designado (lésbica) não é uma mulher, seja economicamente, politicamente ou ideologicamente. Pois o que faz uma mulher em uma relação social específica com um homem, uma relação que chamamos anteriormente de servidão, uma relação que implica obrigação social e física, bem como econômica (residência forçada, trabalho doméstico, deveres conjugais, ilimitada produção de filhos etc.), uma relação da qual as lésbicas escapam, recusando-se a se tornar ou permanecer heterossexuais (Winting, 2019, p. 91).

Judith Butler (2016) tensiona muitas das premissas defendidas por Wittig (1992)²⁴. A proposição de Winting de implodir a categoria “mulher” em favor da categoria “mulheres” é elaborada a partir da sua filiação marxista. A autora entende que o sistema heterosexual compulsório é um sistema total, isto é, há uma visão totalizante que presume “a integridade sistêmica da heterosexualidade” (p. 210). Tal perspectiva, de acordo com Butler, coloca a homossexualidade completamente fora da matriz heterosexual, postulado negado pela autora,

²⁴ De acordo com Warmling e Bastone (2023) Wittig é uma autora essencial para o pensamento Butleriano, suas ideias quanto a desconstrução da categoria sexo e o seu caráter ficcional, são tomos basilares do que vêm a propor Butler quanto a desconstrução dos binarismos impostos pelo constructo sexo/gênero. Além deste ponto também em Wittig está pontuado o fato de a linguagem ter um caráter produtivo e mantenedor de componentes de um sistema normativo heterosexual de opressão (a autora faz severas críticas à psicanálise). Além das convergências as elaborações teóricas de Butler a partir de Wittig tem divergências, especialmente no que se refere ao humanismo sobreposto em suas análises, ao mesmo tempo Butler observa que ao anunciar as lésbicas como possibilidade de existência subversiva, muitas vezes a autora não problematiza de modo mais contundente as próprias identidades.

pois ela entende que tal binarismo disjuntivo é irreal, pelo fato de as estruturas homo e hetero não serem separáveis, havendo interdependência entre ambas, inclusive, psiquicamente, como visto a seguir.

Butler (2016) toma a heterossexualidade a partir do modelo dinâmico de poder produtivo, conceito que adota em toda sua construção teórica. Assume que há diferentes posições teóricas quanto ao tema, como as de Irigaray (1985) e Wittig (1992), mas observa que é importante problematizar qualquer apresentação explicativa global, para não incorrer no risco de apenas substituir uma explicação monolítica, o falocentrismo, por outra, nesse caso, a heterossexualidade compulsória.

De modo algum, Butler (2016) desconsidera a violência com a qual opera o sistema de poder da heterossexualidade compulsória, mas ratifica que há outras maneiras de operar além da força, que entram em voga em tal dinâmica. Existe “uma produção altamente complexa do desejo” (p. 204); mesmo dentro do campo heterossexual, há a possibilidade de um deslocamento, por meio de práticas subversivas. Butler (2016) contesta a tese de Wittig de que apenas por meio do apagamento da heterossexualidade, como se essa fosse um poder exterior ao corpo, se pode contestar e transformar os sistemas. Para a autora, “o poder não pode ser retirado, nem recusado, mas somente deslocado” (p. 179).

A partir desse ponto da observação de Butler, é importante retomar algumas amarrações teóricas feitas pela autora, para argumentar a relação dinâmica e produtiva sobre a qual se assenta a construção das identidades sexuais e de gênero, que, neste caso, se distanciam da compreensão de heterossexualidade atuando de fora para dentro. Como já foi mencionado, Butler (2016) faz uma análise de como psiquicamente operam tais dinâmicas de poder, por meio da Psicanálise. Salih (2020) destaca que tal tópico é essencial para a compreensão de como a autora elabora os conceitos de identidade. Recorrendo à psicanálise, mas reinterpretando-a por meio de uma leitura foucaultiana, suas teorizações trazem o corpo como sendo o efeito do desejo e não o contrário.

As interpretações de Butler de alguns textos de Freud e Lacan são bastante controversas. De todo modo, a autora recorre a ambos, na tentativa de observar os aspectos psíquicos da constituição do sujeito. Ao compreender o sujeito como fabricado por relações de poder/saber dentro da matriz de heterossexualidade compulsória, Butler (2016) sustenta que a heterossexualidade se fixa enquanto regra apenas por sua rejeição à homossexualidade e à sua introdução às instâncias egóicas. Utiliza o conceito de melancolia, trabalhado por Freud (1917) em texto clássico da psicanálise, para reelaborar a definição da construção do sujeito da heterossexualidade, via negação ou forclusão da homossexualidade. Cunha o termo

melancolia heterossexual para referir-se ao reconhecimento de que, para se constituir enquanto norma, o desejo homossexual teve que ser negado e expurgado. Sendo assim, o sujeito se constitui não pela falta (análise psicanalítica), mas pela negação do desejo.

Além de fazer um contraponto à lei repressiva e proibitiva definida por Lacan, trata de substituir o tabu do incesto como sendo central na construção de identificações primárias pelo tabu da homossexualidade. Nesse sentido, as identidades sexuais e de gênero são construídas a partir da proibição da homossexualidade e não do incesto, conforme proposto na teoria do complexo de édipo elaborado por Freud. Nesse caso, tanto o sexo quanto o gênero são entendidos como fruto da produção da melancolia, derivada da repressão homossexual. As identificações incorporadas, nesse caso, são vividas no corpo. Os desejos esquecidos ou reprimidos são conservados na superfície corporal e constituem nossas identidades. “Nesse sentido, o corpo é uma estrutura imaginada que é a consequência ou o produto do desejo” (Salih, 2020, p. 63).

Para os propósitos desta discussão, faz-se necessário apontar os modos pelos quais Butler (2019) destitui o corpo desse lugar de “fato natural”, demonstrando sua historicidade e, portanto, sua instabilidade e não sua fixidez. Desse modo, o desejo não pode ser entendido como derivado de um corpo supostamente natural, isto é, as bases dessa relação devem ser desfeitas. Ao mesmo tempo, tal corpo não determina uma essência feminina, mas, de nenhum modo, tal fato exclui o desejo, que, muitas vezes, é demonstrado pelas jovens de se adequarem aos lugares de reconhecimento, supostos por tal natureza feminina. Entre as meninas lésbicas, esse lugar de reconhecimento é, por vezes, requerido como uma possibilidade de afirmação de si, que lhes propicia um senso de pertencimento e de aceitação.

Podemos verificar a mesma questão da identidade feminina e dos sentidos de ser mulher diante dos seus desejos supostamente inconsistentes, quando Bela fala com certo alívio sobre o fato de sentir-se mulher, “apesar” da lesbianidade. A entrevistada revela como foi reconfortante para ela dar-se conta de sua feminilidade, reconhecer-se como mulher: “*E também as meninas que falam que Bela parece um machinho, mas por dentro é uma mulherzinha todinha, e isso me faz perceber que, por mais que eu estou mal, não perceba, quando eu estou com a cabeça nos trilhos, eu consigo perceber que eu sou uma mulher. E, nossa, eu sou uma mulher, além de tudo isso, eu permanecerei mulher. E, é muito gratificante, nesse momento, mesmo tremendo, mesmo muito nervosa, eu consegui afirmar isso com todas as palavras. Que eu sou mulher. E que, mesmo diante de tudo que eu já passei, diante de todas as dúvidas que ainda têm sobre mim, de mim, eu consigo afirmar isso. Que eu sou uma mulher, e que eu sou lésbica, e que todas as minhas experiências, por mais que tenham sido*

pavorosas, no sentido, eu afirmo que eu sou isso” (Bela, p. 9).

Nessas falas, ficam evidentes os elementos contraditórios no que se refere a tais discursos. Primeiro, a fala de Brisa e Bela expõe de modo velado como a exaltação da feminilidade se refere, muitas vezes, à tentativa de adequar-se ao gênero designado. Afirmar que ser lésbica não a torna menos mulher tem relação direta com a tentativa de ratificar sua identidade de gênero. Elas entendem que a lesbianidade (no caso de Brisa, a indefinição) não implica a expressão em um campo de masculinidade, como se essa fosse a única alternativa à feminilidade, reeditando percepções unicamente binárias de tais experiências.

Além do desejo não inscrito em coerência com um gênero, há sempre, em suas narrativas, a premissa de que não seguir o regramento heteronormativo as inscreve fora das feminilidades. Tais questionamentos partem de outras pessoas, de familiares, de amigos, o que, conforme já mencionado, cumpre as premissas de uma vigilância constante quanto à forma correta de performar o feminino. Além disso, elas próprias reproduzem tais percepções, sempre narrando a si e sua sexualidade como surgida do reconhecimento de gestos, comportamentos e aparências condizentes com as masculinidades, o que, supostamente, as dispõe à homossexualidade, demonstrando que, mesmo na dissidência, buscam-se coerências.

Nesse sentido, a observação de Lícia em sua fala: “*Assim, eu, na minha visão, eu nunca demonstrei muito em questões físicas. Então, quando eu era pequenininha, minha mãe me vestia, então, questões físicas mesmo, eu sempre era muito feminina quando eu era criança. Quando eu comecei a ficar, assim, começou a adolescência e tudo mais, eu comecei a me vestir. Então, assim, me vestir como eu queria. Então, acho que através daí já tinha uma coisa, minha assim, desconfiada. E essa questão de muitos meninos gostarem de mim e eu só ignoro a todos*

” (Lícia, p.174).

Geralmente, quando as expressões de gênero são percebidas como incoerentes com a feminilidade, elas próprias apontam como um indício da sexualidade que estava por vir: “*As meninas ficavam correndo, ficavam brincando. E eu queria brincar também. Eu não gostava de brincar de boneca, assim, muito, porque era muito chato. E as meninas só brincavam disso todo dia. Então, eu fui brincar com os meninos*

” (Bela, p. 4).

É interessante observar que as expectativas quanto à lesbianidade envolvem a retomada do binômio masculino/feminino e, consequentemente, da heteronorma. Se os desejos das mulheres se voltam a outras mulheres, espera-se que se comportem como homens, para que seja mantida a coerência e a constância da heterossexualidade. Agir de maneira masculina prenuncia a homossexualidade, bem como, a homossexualidade altera as expectativas relativas às expressões de gênero. Tal fato já demonstra em si a arbitrariedade

dos gêneros e das sexualidades. Não há nada que possa garantir que um corpo define um gênero ou uma sexualidade, e vice e versa. Gaia observa: “*Quando era mais nova, em relação a esse olhar de fora era bem assim, Como ela tem características masculinas, então ela vai gostar de mulher*” (Gaia, p. 95).

O fato é que, conforme destacado na revisão da literatura, em teses como a de Braga (2019) e de Almeida (2022), as vivências lésbicas são bastante plurais; não existe um modo de ser mulher, bem como não há um modo único de ser lésbica. As expressões de gênero não são obrigatoriamente vinculadas ao gênero designado ou à identidade sexual assumida. De todo modo, é interessante verificar que há, de forma consciente ou não, a busca pela congruência, na tentativa de encontrar coerência entre os sistemas normativos orientadores dos binarismos de gênero e sexual. Tal busca não deriva apenas dos discursos e das interpretações dos outros, mas, muitas vezes, parte do próprio sujeito. Como mencionado no capítulo anterior, o desejo de submeter-se às normas subentende o desejo por reconhecimento.

De todo modo, ressalta-se que mulheres lésbicas podem ter uma expressão de gênero coordenada com a feminilidade, já outras tantas lésbicas têm se expressado por meio da masculinidade, com a identidade sapatão, conforme traz o trabalho de Campos (2022), as quais se recusam a se submeter tanto às normas sexuais quanto às normas de gênero. Halberstam (2008) traz o conceito de masculinidades femininas, para se referir ao fato de que a expressão da masculinidade não se restringe aos homens, sendo as mulheres hetero ou lésbicas passíveis de se expressar por meio de gestos, atos e atitudes coordenados com os preceitos da masculinidade, assim como alguns sujeitos não se definem a partir do binômio homem/mulher e optam por não se expressar por meio de alguma definição de gênero.

Aqui, outro ponto merece destaque: o fato de que a lesbianidade é vivida de diferentes formas pontua a convivência com a lesbofobia e preconceitos, especialmente, porque retoma a questão da invisibilidade lésbica, que, conforme ratificado no trabalho de Braga (2019), não é de modo algum vivida por mulheres que se apresentam de modo masculinizado. Ao contrário, as masculinidades femininas são hiper visibilizadas.

A tentativa de algumas jovens de se distanciarem de expressões ou comportamentos vinculados à masculinidade decorre muito de um jogo de negociações, para escaparem de reprimendas e punições. O desejo é algo que pode ser dissimulado, escondido, disfarçado, já a expressão de gênero, em desacordo com o corpo, gera uma estranheza evidente, que demarca de imediato a diferença. Buscar corresponder a certas expectativas quanto ao gênero garante a permanência num campo de inteligibilidade.

No caso de Gaia, houve dificuldade na tentativa de se esquivar de penalidades, pois é

uma jovem lésbica cujas expressões de gênero são reconhecidas por ela e pelo seu entorno como masculinizadas. Observa que, desde muito jovem, o “seu jeito” diferente das primas e mais semelhante ao comportamento dos meninos despertava reprimendas e reprovações. A incongruência quanto às expectativas de gênero gera muita ansiedade em Gaia, que tenta, ao longo da sua infância e da adolescência, construir-se em meio a julgamentos e interpretações que fazem dela: *“eu me olhava no espelho, fisicamente eu me via como as minhas primas e outras mulheres que eu via. Mas eu gostava de meninas e tinham pessoas que me comparavam com meninos. Então o que eu era? Um robô? E dai eu me castigava muito, muito”* (Gaia, p. 95-96).

Dando continuidade à narrativa observa: *“também nunca fui muito feminina”, se dizendo. Por exemplo, a minha prima, quando eu ia pra uma festa, ela, meu Deus, começava a se arrumar duas horas da tarde pra uma festa de dez da noite. Eu começava a me arrumar às nove. Entende? Então, acho que isso influencia, sim, muito. Eu sempre fui muito mais próxima dos meus primos”* (Gaia, p. 94). Percebe-se como Gaia vai costurando suas ideias sobre si, em conformação aos modos como os outros a observam e lhe informam suas expectativas, ou seja, sua ação sobre si é coordenada pelos modos como os outros descrevem e significam seu comportamento.

Dessa forma, o controle das sexualidades se expressa não só de modo objetivo, mas também na ação do sujeito para consigo, numa relação dinâmica com os discursos normativos. Tais discursos são variáveis, mas, nas narrativas aqui investigadas, o discurso essencialista quanto ao gênero e à sexualidade se destaca. É importante observar como as jovens recorrem a explicações quanto à natureza definidora do ser e vão operando sobre si de modo contraditório, pois, ao mesmo tempo em que revelam construções de gênero e sexuais dissidentes em suas vivências, reforçam teorias explicativas relativas a uma natureza corporal intrínseca e imutável.

Tais proposições vão atuando nas operações de construção de si do sujeito, tomadas como discursos científicos válidos. Gaia é uma das entrevistadas que mais utiliza tal recurso. Em dado momento, ela reivindica para si a feminilidade como atributo próprio do seu corpo, marcado por uma anatomia de fêmea: *“Não é porque eles têm essa visão de mim que eu não possa cuidar. Eu tenho a total capacidade de cuidar da criança e de fazer qualquer outra coisa. Eu acho que isso não influencia em nada. E até mesmo porque é uma questão biológica. A mulher, obviamente, tem instintos maternos. É uma questão biológica. Não é algo social, é biológico. A gente nasce assim. Eu acho que isso também influencia muito, porque muitas vezes pode-se ver, sei lá, uma criança se machucando, a mãe vai tomar a*

frente do pai. Mas não é pro pai se afastar, não. Esse leão é uma questão biológica dela, ela precisa fazer aquilo, aquilo é o instinto materno dela. É basicamente igual aos animais” (Gaia, p.109).

Em outro momento, Gaia utiliza o mesmo recurso explicativo, vinculado a discursos médicos, na tentativa de justificar sua sexualidade: “*eu nunca tive traços muito femininos. Entende? E eu não falo nem de comportamento. Eu falo até em traços estéticos mesmo. Porque assim, é... Eu não sei o que acontece, mas eu tenho uma teoria que, na verdade, uma médica também já me falou isso, que talvez, eu nunca fiz exame, que talvez o meu nível de testosterona no meu corpo é maior do que do hormônio feminino. Ou seja, então eu tenho traços corporais no meu corpo, é errada essa frase, corporais? Você tem traços corporais?* (pesquisadora). “*É, corporais, esteticamente falando, que é masculinizado. Qual? Onde você identifica isso?* (pesquisadora). “*Eu tenho um... um dos principais fatores é que a minha voz é a mais notória de todas, né? Inclusive eu sofro muito por causa disso. Por causa da sua voz? Sim. Eu já sofri alguns casinhos aí de bullying, que... que é assim, agora... um problema que eu tenho muito na minha vida é que eu falseio muito a minha voz. Pra ela ficar minimamente fina. Entende? Porque se eu falar normal, minha voz é muito grossa, comparada a ser um homem. E isso não é normal pra uma mulher falar, né?*” (Gaia, p. 94).

Na fala de Gaia, pode-se observar como o sexo e o corpo são tomados enquanto materialidades reais e factuais, que atuam na construção da ideia de natureza das mulheres. Butler (2019) adensa as discussões quanto à natureza e à essencialidade do sexo e do corpo, questionando sua própria materialidade. A autora afirma que a materialidade corporal só se configura no interior da categoria sexo e somente é possível por meio da produção discursiva e da reiteração. Nas suas palavras:

Nesse sentido, então, “sexo” não só funciona como norma, mas também é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa, ou seja, cuja força regulatória é evidenciada como um tipo de poder produtivo, um poder de produzir – demarcar, circular, diferenciar – os corpos que controla. Assim, “sexo” é um ideal regulatório cuja materialização se impõe e se realiza (ou fracassa em se realizar), por meio de certas práticas altamente reguladas. Em outras palavras, “sexo” é um constructo ideal forçosamente materializado ao longo do tempo. Não se trata de um simples fato ou uma condição estática do corpo, mas de um processo no qual normas regulatórias materializam o “sexo” e alcançam essa materialização com uma reiteração forçada destas normas. Que essa reiteração seja necessária é um sinal de que a materialização nunca está completa, de que os corpos nunca estão suficientemente completos, de que os corpos nunca cumprem completamente as normas pelas quais se impõe sua materialização (Butler, 2019, p. 20-21).

Pensar nesses termos é, de fato, inquietante. Butler sugere que a materialidade do

corpo e do sexo e tudo o que dela é derivado “será algo totalmente material, desde que a materialidade seja repensada aqui como o efeito do poder, como o efeito mais produtivo do poder” (Butler, 2019, p. 21). Nesse sentido, não se trata de negar a existência de um corpo, mas de entendê-lo como estando, desde o início, posto em termos de significação linguística-cultural ou, como afirma Lopes (2008): “Não se trata de negar a materialidade dos corpos, mas, sim, de assumir que é no interior da cultura e de uma cultura específica, que características materiais adquirem significados” (p. 22).

Tendo como certas essas premissas relativas ao corpo, voltamos à performatividade, entendida “não como um “ato” singular ou deliberado, mas como uma prática reiterativa e citacional, por meio da qual o discurso produz os efeitos daquilo que nomeia” (Butler, 2019, p. 21). A materialidade da diferença sexual é ela própria construída por esse sistema, que serve aos ditames da heterossexualidade. Ou seja, o corpo não pode ser compreendido fora dos simbolismos linguísticos que o atravessam. A matéria corporal é fruto de uma dinâmica produtiva de poder que não desassocia as regulamentações do sexo, dos efeitos materiais dos corpos.

Então, o gênero não pode ser entendido como efeito do sexo. O próprio sexo pode ser interpretado a partir da mesma chave de compreensão, sendo, da mesma forma que o gênero, estabelecido por meio de performatividade. Desmantelar o entrelaçamento supostamente natural entre corpo, sexo, gênero e desejo desmonta qualquer apresentação do corpo fora de inscrições linguísticas; portanto, não há uma essência ligada a uma materialidade corporal.

Nesse caso, a premissa de que a fêmea humana possui características naturais que a condicionam a determinados lugares sociais é uma ficção que determina os modos desiguais como as mulheres têm sido tratadas. Mesmo assim, tal assertiva ainda é plenamente aceita, mesmo entre sujeitos engajados e cientes das desigualdades. Nesse sentido, destituir o corpo e o sexo desse lugar de natureza é parte essencial da tarefa de subverter certas identidades e as desigualdades delas decorrentes. Para tanto, a tarefa de questionar uma ligação causal entre sexo e gênero passa a ser imprescindível diante da persistência das relações desiguais.

A contestação de uma relação inexorável entre sexo e gênero, como já mencionado em capítulos anteriores, é uma argumentação teórica profícua, quando se busca sair da essencialização atribuída à mulher. Essa argumentação, de grande penetrabilidade no campo teórico dos feminismos, não tem a mesma expressão entre as jovens entrevistadas. Podemos supor algumas justificativas, entre elas, o fato de o campo das políticas feministas e LGBTs estarem bastante pautadas nas questões de identidade, o que acaba produzindo certa circularidade ou retorno ao pensamento essencialista.

Contudo, tal circularidade só se produz, considerando a ideia de identidades fixas e imutáveis, diferente do que é defendido por Butler e seu modelo performativo de identidade, segundo o qual nossas ações, “repetidas incessantemente, constituem a identidade como se fosse algo natural; a essência é, assim, um efeito de performances repetidas que reatualizam discursos histórica e culturalmente específicos” (Borba, 2014, p. 448). A construção da aparência de natural é possível, desde que o sexo “apareça na linguagem hegemônica como substância” (Butler, 2016, p. 46), agindo para manter uma metafísica da substância de gênero.

A percepção da essencialidade quanto ao gênero, definida por uma natureza biológica, portanto, natural, do sexo, modula as prerrogativas da heteronormatividade. A premissa de que eu sou de um gênero, de que eu sou uma mulher, de que eu sou um homem nasce exatamente de uma oposição binária, ou seja, se é mulher, em referência a um outro que é homem, mas também através de uma oposição de si, com relação a outro gênero oposto que se deseja. Sendo assim, a coerência interna do gênero é mantida pela heterossexualidade institucional, que não apenas mantém a relação sexo, gênero e desejo, mas também estabelece uma relação causal, em que o gênero exprime o desejo e o desejo exprime o gênero (Butler, 2016).

A instituição de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada exige e regula o gênero como uma relação binária, em que o termo masculino se diferencia do termo feminino, por meio de práticas do desejo heterossexual. O ato de diferenciar os dois momentos opositivos da estrutura binária resulta na consolidação de cada um dos termos e na coerência interna relativa ao sexo, ao gênero e ao desejo (Butler, 2016, p. 53).

Mesmo as jovens atestando em suas práticas tal incongruência relacional entre seus corpos e seus desejos, como vimos nos excertos das entrevistas, a questão da materialidade corporal biologicamente determinada e de uma essência feminina é bastante acionada enquanto narrativa explicativa de quem se é, a partir da noção de uma substância constitutiva. É importante notar a força de tais discussões entre as jovens, até porque muitos deles derivam das premissas legitimadoras de vários discursos conservadores e antigênero, que ganham força ao redor do globo. Pautadas no cientificismo das ciências biológicas do evolucionismo comportamental, dentre outras, são validadas as desigualdades entre homens e mulheres, a partir da afirmação considerada incontestável de que os corpos de macho e fêmea são distintos. Aquilo que condiciona o corpo da mulher à procriação e à maternidade lhe impõem, de modo natural, a desigualdade (Rosa; Zamboni; Vieira, 2025).

Tais alegações fazem parte de um elaborado aparato ideológico, que busca a retomada

de certas premissas que colocam a heterossexualidade e a família burguesa cristã, como não apenas única possibilidade de vivência, mas também como aquela que se baseia na natureza humana. Refiro-me aos paradoxos das narrativas das jovens, por compreender que eles revelam os arranjos conflituosos que se inserem no campo dos gêneros e das sexualidades. As disputas ocorrem não só no campo político e cultural, mas também invadem as experiências pessoais e organizam produções subjetivas, num processo bastante sofisticado, no qual se negociam possibilidades de ser com/contra as normatizações impostas.

No caso das jovens mulheres aqui entrevistadas, a grande maioria apresenta sexualidades dissidentes, o que leva a questionar a suposição de um gênero coerente, apesar dos discursos essencialistas professados. O jeito “correto” de ser mulher passa pela expressão de feminilidade e o desejo voltado para os homens. No caso de Gaia, Lícia, Bela e Brisa, o fato em comum é que elas se afirmam fora da heterossexualidade, rompendo com os imperativos de um gênero suposto como natural, decorrente de uma materialidade corporal (supostamente factual e neutra).

Diante dessa diversidade de expressões, é inequívoco o fato de que a heteronormatividade não é uma operação exterior ao sujeito. As mulheres, o tempo todo, agem sobre si, por meio dos discursos disponíveis. Negociam regramentos, alargam fronteiras, conformam-se e assimilam algumas práticas, confrontam e subvertem outras. Almeida (2022) identificou em sua Tese de doutoramento o mesmo movimento de estabelecimento da inteligibilidade além das fronteiras, mesmo não sendo uma operação simples. No momento em que narram suas histórias, organizam não só a exposição de eventos, mas também elaboram análises e explicações, que, ao mesmo tempo que informam, operam sobre si.

Também, em sincronia com os dados de Almeida (2022), as jovens entrevistadas movimentam recursos afetivos variados e conflitantes em relação às fugas e às insubmissões normativas. Tais sentimentos se revelam, muitas vezes, no modo vacilante como suas histórias são costuradas, ao narrarem angústias e desconfortos surgidos da falta de validação do seu entorno e do seu próprio estranhamento diante do não reconhecimento. Percebe-se, nas próprias oscilações discursivas, que, ora afirmam discursos essencialistas, ora os contestam.

As mesmas contradições estão presentes nas narrativas acerca de como as jovens “descobriram”, “aceitaram” e/ou construíram suas sexualidades. O paradoxo contido no reforço do discurso da essencialidade, presente nos discursos de gênero, também se manifesta quando se trata da sexualidade. Os próprios verbos utilizados já evidenciam tal contradição. Conforme já mencionado, há sempre uma incongruência manifesta na ideia de uma substância que compõe o eu e a identidade constituída pela sexualidade a ser revelada.

Sennett (1981), em conversa com Foucault (1981), aponta o fato de que ambos se interessam pelo mesmo tema em suas pesquisas, “porque a sexualidade se tornou tão importante para as pessoas como uma definição delas mesmas”. Os autores lançam luz ao fato de que, na Modernidade, “a subjetividade tornou-se subjugada à sexualidade” (p. 2) e investigam tal questão a partir do que denominam de modernas tecnologias do *self*, que se referem aos entendimentos de corpo e mente, na relação com a produção da verdade de si. Nesse sentido, retoma-se o cristianismo como fonte da premissa de confessar a verdade dos desejos corporais, pois, a partir disso, uma revelação de si ocorreria, vinculada à centralidade do corpo. Porém, disso decorre uma problemática, pois, dada a instabilidade do desejo corporal, fica comprometida qualquer tentativa de uma lógica unitária do *self*. “as muitas incertezas que a sexualidade cria para a subjetividade exageram a importância da experiência, isto é, quanto mais a sexualidade torna-se problemática, maior a sua importância para nós na definição de nós mesmos” (Sennet; Foucault, 1981, p. 3).

Apesar de a data do referido texto ser do início dos anos 1980 e das alegadas transformações efetivadas no campo das sexualidades, é inegável que as premissas expostas ainda são bastante atuais. Nas narrativas das jovens, percebe-se uma tentativa continuada de estabelecer uma unidade do *self*, por meio do reconhecimento de uma sexualidade, ou seja, a sexualidade determina uma verdade sobre si. Nesses termos, as jovens recorrem às definições identitárias, para se afirmarem enquanto sujeitos. A confissão de tais verdades é hoje instigada em todos os campos das experiências dessas jovens, que são incitadas a falarem sobre seus desejos como a máxima de um processo de revelação de si. Vê-se o retorno à ideia de uma essencialidade imposta à sexualidade como sendo inata e imutável, que define, sobremaneira, os destinos do Eu.

Portanto, a sexualidade é algo a ser descoberto, aceito, proclamado, já que é apenas a revelação de algo inherentemente constitutivo de ser, como observa Diná: “*E aí eu percebi que certas coisas que eu fazia com a minha vida de novo, certos olhares que eu tinha, na verdade, eram exatamente por conta da sexualidade, eu quis ser diferente da outra coisa, tipo, nossa, meninas são bonitas, tipo, sempre senti uma curiosidade de meninas, mas achei que era... Mas, na verdade, conforme foi passando o tempo, eu fui tendo mais conhecimento sobre a sexualidade e fui tipo, caramba, que louco, eu sou gay! É, foi isso, mais ou menos*” (Diná, p. 74).

Diná assevera que foi o conhecimento sobre o assunto que lhe possibilitou a aceitação de algo que já se anunciava nos modos como seus desejos se voltavam para mulheres, ou seja, a revelação de sua sexualidade foi possível quando tomou conhecimento de outros modos de

vivê-la, para além da heterossexualidade. A interpretação feita por ela é a de que o conhecimento, portanto, é um mecanismo através do qual se pode revelar algo que já estava lá o tempo todo, que necessitava apenas ser nomeado, para, de fato, ser acolhido pelo sujeito como a determinação mais íntima de seu eu.

Pontuo, nas falas, a presença de uma suposta natureza de sexualidades dissidentes, como a homossexualidade e a lesbianidade, como tentativa de adequar-se a um sistema linguístico e normativo, que privilegia os discursos biológicos e psicológicos substancializantes. Da mesma forma que o gênero estaria implicado num biologicismo determinante, existiria uma essência feminina inata e imutável. A sexualidade também é entendida nesses termos, quando se consente que ela seria algo como um eu encoberto à espera de uma revelação, um dado fixo que apenas precisa ser aceito. Há uma problemática evidente quanto a tais termos, que gostaria de pontuar, pois comproendo que os discursos que sobrepõem a essencialidade à sexualidade, em detrimento dos preceitos de uma potência criativa tendem a vincular-se a um tipo de discurso conservador. Nesse sentido, concordo com Sousa Filho quando afirma:

O argumento da natureza despolitiza a reflexão sobre gênero e sexualidade e atrela direitos a serem conquistados pela mudança de mentalidade da sociedade ao obscurantismo do apelo ao biológico ou ao psicológico. O que fundamenta a crença essencialista é, no fundo, o temor da ideia de liberdade, o temor do desejo como fator de produção da diversidade, da pluralidade. O temor do próprio desejo como potência criadora (Sousa Filho, 2009, p. 68).

Kelly empreende uma narrativa similar: “*Eu não tenho muito lembrança de quando eu era criança. Na parte da infância, eu acho que eu só tenho mais de uns seis, sete pra cá, mas eu cresci numa família que meu pai é cristão, minha mãe também. Desde sempre fui filha única. Aí, quando eu cresci eu ficava admirando personagens femininas, depois entendi que eu não queria ser ela, eu tava com interesse na personagem aí, foi quando entrou a pandemia que eu tive mais certeza da minha sexualidade, que eu fui me descobrindo mais e eu não sou assumida ainda, acho que eu nem tenho coragem agora. (...). Esse negócio de eu me aceitar bissexual, eu só... Tipo, foi bem que foi na pandemia isso, mas eu só assim percebi, sim cara, eu acho que eu também sinto atração por mulher, só foi bem tranquilo, eu sei que tem pessoas assim que descobrem e acabou por não aceitar, só que eu fui bastante tranquila, acho que eu nem percebi as vezes que eu já tinha noção. O povo me perguntava, ah, qual a tua sexualidade? Eu respondia, ah, B.I. Eu também já me... aqui na escola, eu também já me interessei por alguns meninos daqui. Mas a questão da aceitação da minha parte foi bastante*

tranquila, foi... eu diria que foi suave, porque nem eu percebi quando eu passei a me aceitar eu só pensei, cara, acho que eu sou, depois eu confirmei” (Kelly, 118).

Já Virna narra esse momento de uma suposta revelação atrelada a todos os medos advindos da moralidade cristã da mãe que lhe foi ensinada: “*assim, eu conheci, eu tinha um grupinho de amigos e eles eram também e eu me senti mais confortável com e eles me apoiaram muito, inclusive. Foi no ano passado, a época que aconteceu tudo. E... nessa menina tinha um grupo... essa menina estava no grupo e eu acabei me apaixonando por ela. E ela por mim também. E a gente não ficou juntas porque, como eu cresci com a minha mãe, e ela sempre foi evangélica, eu cresci com pensamento homofóbico também. Eu não queria, sei, eu não aceitava que eu era. Porém, a gente conversava muito sobre isso e eu me sentia muito confortável com eles*” (Virna, p. 288).

Nas falas, sobressai um fator explicativo quanto à substancialidade, a partir da supervalorização dos preceitos familiares, segundo a visão das jovens, ordenadores e influenciadores de quem elas são. Quando justificam sua sexualidade como fruto de um desejo inerente e natural, o fazem, argumentando que as famílias e seu conservadorismo impediriam uma construção que diferisse da heterossexualidade. Se elas manifestam tal incongruência, mesmo em desacordo com os ensinamentos familiares, supõe-se uma natureza incontornável do desejo dissidente. De modo contraditório, mais adiante, referem-se a toda uma rede de informações hoje disponível, que impulsionaria sua coragem para se afirmarem, ou seja, reconhecem a influência de uma cultura, na qual os corpos dissidentes começam a se apresentar, enquanto uma linguagem nova torna as vivências da sexualidade mais amplas.

Dando continuidade ao debate, Gaia faz uma análise explicativa similar às demais quanto à sua sexualidade. Observa que, diante do fato de sua família ser bastante conservadora, não acredita que fatores externos tenham contribuído para sua orientação sexual: “*Mas eu acho que se fosse algo de influência, eu não teria essa orientação sexual. Porque eu cresci dentro de uma bolha muito fechada. Eu cresci dentro de regras muito fechadas em relação a beber, a fumar, a sexo, orientação sexual, tudo. Era muito fechado. Então, eu acredito que não seja por causa de influências. Em questão de como a história de vida influenciou na minha, eu não creio que influenciaram como orientação sexual, mas eu creio que me influenciaram como pessoa, como ser humano*” (Gaia, p. 99).

Percebe-se, nos três enunciados, a referência às famílias conservadoras e às dificuldades advindas do fato de performarem uma sexualidade que foge à norma heterossexual; reconhecem a aceitação de sua sexualidade como discordante e opositora ao mesmo tempo que suas famílias incitam seus comportamentos a favor da heteronormatividade;

portanto, observam em si uma ação conflitante. Claro que cada uma das jovens apresenta certas singularidades, mesmo diante de uma narrativa equivalente. Kelly anuncia como natural a sua aceitação do que passou a ser compreendido como seu eu verdadeiro. Já Virna confessa certa dificuldade de aceitar sua sexualidade, ou seja, aceita o que entende ser constituinte, devido aos seus próprios preconceitos. Gaia, ao enfatizar o que entende ser o caráter fixo e inerente de sua sexualidade, argumenta que, se houvesse determinantes sociais, não seria lésbica, pois sua família é intransigente e pouco afeita a negociações, quando se trata de sexualidade, o que a faz supor uma natureza inerente ao modo como seu desejo se expressa.

Lícia, ao longo da narração de sua história, escava em sua memória, pistas da infância e do início da adolescência, que pudessem denunciar a sua sexualidade:

- “*Então, por exemplo, ah, se meu pai fazia uma brincadeirinha com um menino, eu achava extremamente desconfortável, entendeu? Não era tipo assim, ai, não, não faz isso e tudo mais, não brinca sobre isso. Era realmente tipo assim, não, Deus me livre, eu não quero isso. Então, acho que essa, eu não sei se tinha algo relacionado a alguma menina em específico, porque se tiver, eu não me lembro. Mas eu acho que foi principalmente por conta disso. Na pré-adolescência, essa questão de vestimentas e tudo mais, eu nunca gostava muito de transparecer um, ah, usar saia, uma coisa assim. E tudo mais. Essa questão de eu nunca ter muitas amigas e falar sobre meninos*” (Lícia, p. 175).

Recusar-se a fantasiar sobre meninos, opor-se a uma norma heterossexual que lhe fosse apresentada é entendido por ela, como sinal de que havia algo de diferente em si. Sua narrativa observa que, desde quando era criança, a heterossexualidade foi-lhe apresentada como única possibilidade. O que, muitas vezes, é expresso na brincadeira por pais e socializadores é, na verdade, uma reiteração da regulamentação de gênero e da sexualidade. O pai informa para onde os desejos da menina devem se voltar, como também instrui para uma feminilidade voltada ao desejo de um outro, nesse caso, um homem. O amor romântico é, desde muito cedo, estabelecido como desejável. As mulheres são subjetivadas, a partir da ideia de serem escolhidas por um homem, o que lhes dá a possibilidade da maternidade, sendo esse o sentido da feminilidade.

O desconforto diante da situação não se assenta apenas no reconhecimento da normatização de gênero imposta, mas no fato de que aquele desejo suposto não seria o desejo “natural”, reconhecido por ela como orientador de sua sexualidade, que é narrada como sendo constituída de uma essência, ou seja, a sexualidade toma aparência natural; porém, o que ocorre de modo oposto é que Lícia e as demais jovens estão num movimento continuado de

criá-la. Lícia discorre sobre situações em que a dita essencialidade se manifestava na sua infância, como se a sexualidade fosse uma unidade identitária que ela carrega desde sempre e não algo fruto de ações e práticas reiteradas.

- “*Teve uma vez que minha mãe me contou, uma vez que eu estava debatendo com minha mãe, antes de me assumir, sobre essa questão de sexualidade e tudo mais. E ela falou que quando eu era bem pequenininha, tipo, criança, criança, assim, eu estava assistindo TV. E aí, ela virou assim, eu virei pra ela e perguntei pra ela se duas mulheres podiam se casar. Se elas podiam namorar. E aí, minha mãe na época virou e falou assim, não, não, não pode não e tudo mais. E eu tipo, ah, ok. Então, assim, deve ter tido muito mais vezes que eu falei alguma coisa, demonstrei alguma coisa, só que eu não me lembro*” (Lícia, p.175).

Em outro momento da narrativa, observa: “*Inclusive, quando eu tava pensando sobre essa questão de sexualidade, já muito mais velha, eu comecei a perceber que já teve meninos que eram muito bonitos, eram muito inteligentes, eram, enfim, de todos os jeitos e formas, já gostaram muito de mim. E não era um gostar, assim, era realmente um gostar genuíno. Às vezes criança, às vezes já mais velho. Independentemente, eu não gostava de jeito nenhum. Isso tinha uma repulsa enorme pelo fato, assim, eu não entendia, eu não queria. Inclusive, um pensamento muito comum que eu tinha era de olhar pra isso daí e pensar, eu prefiro só seguir minha vida estudando, nunca beijar, nunca fazer nada, porque não me interessa, eu não quero isso. Eu não queria casar, eu não queria ter filho, porque, realmente, eu não gostava. Então, desde pequenininha, eu sempre fui muito retraída. Inclusive, já teve cenas na minha vida onde eu parava e imaginava, tipo assim, imaginava com uma mulher alguma coisa assim relacionada a isso. Tipo assim, abria uma foto que me gerava um sentimento, sabe, diferente. E eu simplesmente levantava e falava, eu não sou lésbica, eu não sou lésbica. Então, dava pra ver claramente que eu sempre soube lá no fundo. Só que eu não me aceitava de jeito nenhum. E aí, com o passar dos anos, eu só fui deixando essa ideia de lado, de escanteio. Com a pandemia e já me tornando um pouquinho mais jovem e tudo mais, eu comecei a perceber mais o mundo à minha volta e começar a perceber as diferenças e começar a realmente entender*” (Lícia p. 164).

Assim como Lícia, a narrativa de Bela também tenta buscar sinais, desde a infância, dos modos como sua sexualidade se manifesta de modo dissidente. Ao entrar na adolescência, o tema sexualidade é retomado: “*quando eu tinha 12 anos aqui entra o quesito sexualidade. Eu descobri assim, eu não lembro, que mulheres se beijavam. E aí quando eu descobri isso eu fiquei o que? O que que tá acontecendo? Meu Deus! E e aí eu como qualquer criança assim, eu fui pesquisar no Google mulheres se beijam. E aí eu vi aquela foto e eu pensava meu Deus!*

Aí eu via e aí eu fechava. Porque eu pensava que era pecado. E eu fiquei eu fiquei tipo que ao mesmo tempo que eu queria saber mais, como que eu queria saber mais? Eu fiquei assim, não, isso é errado. Eu não posso, eu não sou assim. Eu não quero isso. Ficou essas duas coisas na minha cabeça. Mas com o passar do tempo eu fui vendo e descobrindo que aquilo não era errado. E eu fui e descobri assim, eu nunca tinha beijado, nunca tinha feito nada disso. Aí eu também comecei a pensar que eu também posso gostar de meninas. E aí foi nessa época da pandemia e tal. E aí eu pulei de bissexual pra lésbica, pra pansexual. Ai não, eu sou hétero. Não, eu só gosto de garota. Não, mas eu também gosto de garota (...) E foi por aí que eu percebi assim, que aflorou essa questão da sexualidade em mim” (Bela, p. 5).

Nota-se que as duas entendem que seus desejos estão em desacordo com a norma vigente. Subverter tal lógica seria para Bela, uma jovem que cresceu dentro de igrejas evangélicas, um pecado, algo inconcebível que feriria as leis de Deus e da natureza. A partir desse choque, entram em operação processos de ação sobre si, sempre coordenados por respostas homofóbicas e lesbofóbicas, que operam em seu meio. Nesse ponto, observam-se as contradições e os paradoxos de um discurso que, ao mesmo tempo que reforça a descoberta da essência do eu por meio da sexualidade, apresenta um exercício contínuo de buscar conhecer outras práticas de sexualidades, para, então, se afirmarem em contraposição aos imperativos da heteronorma.

Apesar de apresentarem a concepção de que a sexualidade é despertada, descoberta e aceita em certa fase da vida, observam a existência de vários elementos culturais e relacionais dos quais elas dispõem, na empreitada de construí-la. Por mais que suas falas reforcem referências essencializantes quanto à sexualidade, elas também apresentam uma narrativa contraditória, em que tal “descoberta” só foi possível por meio de acesso à informação a respeito de outras identidades, das relações estabelecidas com outras pessoas dissidentes ou por meio de discursos oficiais em sala de aula. O desconforto quanto a uma inadequação é, em certa medida, compreendido e assimilado, a partir do momento em que as jovens reconhecem que a heterossexualidade não é o único modo de experienciar sua sexualidade. Ou seja, o conjunto de aparato linguístico-cultural que lhe é disponibilizado determina a fronteira do reconhecimento do inteligível, do seu próprio eu.

De acordo com Lícia: “*Foi aí que eu comecei a estudar sobre essas questões LGBTs e tudo mais. Enfim, toda a comunidade em si. E aí, eu comecei a ter essa noção. (...) Eu já tava muito bem à par das coisas. Só que eu nunca tinha me imaginado nessa situação. Até quando eu entrei na escola, foi quando eu realmente comecei a entrar em contato com as outras pessoas. Porque antes eram dois anos de pandemia. E antes disso, eu tava no sétimo ano. Eu*

era muito jovem. Nessa época, eu não pensava tanto nisso. Então, aqui, principalmente, eu entrei em contato com pessoas que eram, que sentiam a mesma coisa que eu. Principalmente colegas e tudo mais. Que eram mulheres que gostavam de outras mulheres. E elas já tinham essa certeza. (...) Foi, inclusive, num dia. Foi bem, assim, aleatório. Que eu tava parada e pensando sobre essa questão de ah, eu não quero casar. Eu não quero ter filhos e tudo mais. Só que aí me veio só um um insight, assim. Tipo, não. Mas se for com uma mulher, eu quero me casar. Se for com uma mulher, eu, tipo assim, não iria repugnar a questão de ter filhos. (...) E foi aí que eu comecei a entender melhor. E foi aí que eu comecei a me abrir. Como nessa época eu já tinha estudado e visto muito essa questão da comunidade. Tinha pessoas à minha volta. Foi mais tranquilo. Eu observar isso e falar Ah, ok. Agora eu entendo o que eu sou. Enfim. Foi bem recente, assim” (Lícia, p. 164).

O discurso essencialista, que vincula a homossexualidade a fatores biológicos, inerentes e imutáveis, é utilizado, muitas vezes, de modo estratégico²⁵, por movimentos sociais, com o claro intuito de se valer de discursos validados como oficiais, para reivindicar direitos. Usar o argumento de que não se escolhe, mas se é, desde o início, de determinada identidade sexual e até mesmo tentar validar tal argumento por meio de pesquisas no campo da biologia tem sido usado taticamente por grupos organizados, com o intuito de justificar a afirmação de sexualidades dissidentes. Não me aterei às contradições inerentes em se recorrer a discursos dominantes para contestá-los; porém, observo a penetrabilidade de tal conteúdo na fala das jovens.

Nos relatos a respeito do que entendem por descoberta e como ela se dá, notou-se, a convocação, em especial de amigos, para se apresentarem por meio de uma identidade sexual. Nesses casos, nem sempre são relatados sofrimentos com interrogações com relação à verdade de si, apenas são conduzidas a escolherem, dentre as possibilidades de identidade, aquela com a qual se identificam, como num jogo de reconhecimento, que não se baseia em experiência pessoal, mas na necessidade de definir-se a partir da sexualidade, conforme se observa nas narrações de Eloá e Camila, apresentadas abaixo:

- “*Nesse processo, quando eu descobri, eu não sabia exatamente o que era esse negócio de descobrir, só que meus irmãos mais velhos já sabiam. Aí, eles me apresentaram nesse mundo, e eu só tive que procurar no que mais eu me identificava. Foi assim que eu me descobri como pansexual.*” Eles já sabiam o quê? “*Eles já sabiam o que era a comunidade, como funcionava, as identidades deles também.*” Eles são LGBTs ou não? “*Assim, eles nunca*

²⁵ Para um debate mais aprofundado sobre o tema, ver artigo de Sousa Filho (2009), disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2296/1729>

me confirmaram nada, mas eu acho que sim.” Vocês não conversam sobre isso? (pesquisadora). “A gente, em relação à minha família, a gente não tem muita conversa pessoal. Quase ninguém trata nada pessoal um com o outro. Assim, essa conversa pessoal foi que eu digo assim, fala, só que fala tirando onda, entende? Comentando, dizendo que talvez eu seria isso e aquilo. Aí, eu só tive que pesquisar depois. Mas, a gente nunca teve uma conversa profunda pra falar sobre a nossa vida, o que a gente viveu” (Eloá, p. 57).

- “*E tipo, eu não ainda sabia que existia esse negócio de bissexualidade, lésbica, eu não sabia. Aí, tem umas amigas minhas que elas [...] teve um tempo que começou a comentar sobre isso e eu insultando, eu só fiquei tipo, com aquilo na minha cabeça. Na minha cabeça, será que de fato eu sou isso e tudo mais? Até tipo, conversei e tudo mais. Porém, quando eu saí de lá, eu esqueci, nem liguei e pra mim eu não gostava mais de nada, porque eu fui pro 9º ano, aí a gente teve um tempo de aula e foi pandemia, então tipo, foi como se eu tivesse esquecido dessa minha parte, porém ainda eu sentia a atração por uma menina, mas eu preferia não ligar, sabe, por causa que eu tava em casa, sabia que não ia dar certo tanto pela questão dos meus pais não aceitarem isso e tanto pela questão que eu ainda não tinha certeza então era só uma coisa da minha cabeça, sabe? Aí chegando no ensino médio tinha muita gente que já comentava sobre isso, já falava sobre e eu comecei a sentir atração mais ainda por meninas e tudo mais no primeiro ano eu não tentei, fiquei com nenhuma menina No segundo ano foi onde eu fiquei e eu tive a certeza Foi pela questão da experiência mesmo Eu tive a certeza que eu gostava de menina e também de menino” (Camila, p. 32).*

Ambas as narrativas ratificam o fato de que a sexualidade é o meio pelo qual se convocam as mulheres a narrarem um processo de tomada de consciência de si e de suas subjetividades, o que ocorre ao se anunciar por meio de uma identidade sexual. Observo que, entre as jovens, tal fato é mais evidente, diante de um conjunto cada vez maior de identidades sexuais reconhecidas por elas. De acordo com as entrevistadas, a identidade sexual é o grande tema que emerge na entrada no ensino médio, entre os colegas da escola. A virgindade, por exemplo, tópico sensível entre as mulheres da minha geração, até por ser um discurso ativo de controle da sexualidade feminina (Knibiehler, 2016), é pouco referida; logo, a sexualidade está cada vez mais atrelada aos discursos das identidades.

As jovens são convocadas a falarem sobre suas sexualidades e impelidas a definirem, a sua identidade. Poucas mulheres, quando discorrem sobre a sexualidade, partem de questões relacionadas às suas práticas sexuais. Suas narrativas se referem ao modo como, a partir da entrada na adolescência e no ensino médio, se apropriaram de informações e de discursos que ditam a necessidade de identificação quanto à sexualidade. Tal fato me faz tensionar alguns

elementos contraditórios inerentes à política identitária sexual, pois ao mesmo tempo em que certas lógicas de poder e de controle são ratificadas, há uma expansão do campo de possibilidades de existir, vinculados a uma complexa rede de identidades discordantes das normativas.

Desdobrando tal argumento, recorro a Carrara (2015), que discorre sobre as transformações derivadas da expansão dos direitos sexuais e dos próprios discursos de direitos humanos, desde a metade do século XX até os dias atuais. O autor observa que não são apenas os direitos que se expandem, mas também, consequentemente, reconhece as ingerências estatais repressivas sobre a sexualidade. Menciona o surgimento de “um novo regime secular da sexualidade”, produzido por tais direitos, que incide diretamente no dispositivo da sexualidade, criando regimes morais que lhe são próprios. O artigo se debruça sobre os direitos e seus atores institucionais, apontando como ativistas, juristas, pesquisadores produzem os discursos oficiais que vêm mudando os modos pelos quais a sexualidade sai do campo das obrigatoriedades conjugais e se inscreve na lógica da busca por saúde e felicidade.

Segundo o autor, constata-se a passagem de uma linguagem biomédica para uma linguagem sociojurídica no campo das sexualidades. Mesmo assim, afirma que o status de passagem não significa a extinção de um regime em detrimento do outro, mas uma convivência tensa entre ambos. Nesse sentido, há um campo aberto de conflitos e de negociações, onde se redesenham moralidades e políticas, sempre articuladas com a moral cristã prevalente. De todo modo, o autor sustenta que a sexualidade parece cada vez mais vinculada ao signo dos direitos sexuais. Apesar de reconhecer o desmantelamento da heterossexualidade reprodutiva como normativa vigente, observa que o dispositivo da sexualidade vem se alargando e se aprofundando enormemente.

O autor não discorre sobre a subjetivação e os processos de construção de si, mas tomo de empréstimo sua construção teórica, para avaliar como os direitos sexuais têm produzido discursos com implicações diretas na produção da subjetividade dessas jovens mulheres. Quando começam a esboçar suas histórias, sempre fazem operações significativas, a partir da ideia de acolhimento à diferença sexual, de respeito a sexualidades dissidentes e de combate às discriminações. Tudo isso, envolto em narrativas de si, vinculadas à sexualidade como um construto estável e interior, que prenuncia um eu unitário. Essa unidade está vinculada às muitas identidades que são disseminadas por meio de discursos dos ativistas, organizados na busca do reconhecimento de direitos de tais minorias sexuais.

Faço aqui uma ponderação quanto a essa questão, pois, academicamente, já é amplamente discutida a incoerência de sistemas de lutas políticas que se orientam por meio da

afirmação de identidades, como já mencionado no segundo capítulo. Além de Butler (2016), o próprio Foucault (1982) faz uma crítica à orientação de pautas de lutas reivindicatórias, por meio de identidades sexuais. Em entrevista concedida em 1982, na qual reflete sobre o movimento de liberação da sexualidade e o próprio movimento homossexual da época, Foucault faz uma provocação a respeito da questão, apontando a sexualidade como “algo que nós mesmos criamos - ela é nossa própria criação, ou melhor, ela não é a descoberta de um aspecto secreto de nosso desejo” (p. 1). Nesse sentido, não há de se restringir a sexualidade aos imperativos das identidades, devemos nos ater à construção de outras formas mais éticas de relações, que produzam vidas como obras de arte.

Na mesma entrevista, o autor pondera que se as identidades são tidas como o núcleo central da nossa existência, sendo o desvendamento da identidade o motor da vivência da sexualidade. Ela passa a operar como uma lei, uma espécie de código que delimita tanto a existência quanto a norma heterossexual. Por outro lado, “nós não devemos excluir a identidade se é pelo viés desta identidade que as pessoas encontram seu prazer” (p. 4). Nesse sentido, a identidade não deve ser entendida como uma ética universal ou ser valorada por si mesma como boa ou má. O modo como nos relacionamos com a atividade criativa é o que define suas possibilidades de libertação ou de aprisionamento.

Aqui chego ao tema da resistência, entendendo que ele merece atenção quanto à argumentação que pauta as dinâmicas ambíguas e paradoxais de produção de identidades. Dada a dinâmica dos processos de sujeição e de como o poder atua, Butler (2020), ao citar Foucault (1982), considera, em especial nas suas últimas entrevistas, que os processos de resistência são evidenciados como “efeito do poder ao qual ela se opõe” (p. 106). As reflexões da autora sobre a questão corroboram o que vem sendo exposto até aqui. Pensar e insistir nessa dupla possibilidade de poder, que regula e contesta, parte do princípio de que a lei em si pode ser transmutada e ultrapassar suas diretrizes originais. Nesse sentido, Butler (2020) observa:

O que é gerado pelo efeito performativo da exigência interpelladora é muito mais do que um sujeito, pois o sujeito criado não é, por esse motivo, fixado numa posição: ele se torna a ocasião para uma feitura posterior. Na verdade, gostaria de acrescentar que o sujeito só permanece sujeito mediante a reiteração ou rearticulação de si mesmo como sujeito, e o fato de a coerência do sujeito depender dessa repetição pode constituir a incoerência desse sujeito, seu caráter de incompletude. Essa repetição - ou melhor, iterabilidade - torna-se assim o não-lugar da subversão, a possibilidade de recorporificar a norma subjetivadora capaz de redirecionar sua normatividade (p. 107).

Foucault (1982) também salienta que as identidades vêm se conformando a requisitos

dos estados liberais contemporâneos. No caso, o autor analisava a década de 1980, quando a reivindicação de direitos legais estaria sendo atrelada a uma presumida identidade singular, tornando as identidades cada vez mais totalizadas. Mas, como escapar das jurisdições impostas pelo Estado, ao mesmo tempo em que se exige sua proteção advinda do reconhecimento? A proposta elaborada por Foucault e corroborada por Butler parte de uma invenção radical de subjetividades que não viria por meio da libertação de subjetividades reprimidas, mas de uma ação criativa de produção de si, na recusa do que somos.

Sendo assim, será que as mulheres aqui entrevistadas nesse movimento de tessitura de suas sexualidades não heteronormativas estão, de algum modo, recusando as individualidades propostas pelo estado disciplinar? Ou o modo como isso tem se dado por meio da afirmação de outras identidades só atesta a impossibilidade de fugir dessa estrutura elaborada de submissão.

Reafirmo a problemática advinda de tal mecanismo de organização política e de construção de individualidades costuradas por identidades sexuais. De todo modo, nesta Tese, descrevo os modos pelos quais as jovens mulheres imersas nessa rede discursiva vêm narrando a si e se construindo, recusando e afirmado certos campos das identidades. Afirmo que o conjunto de mecanismos que operam na construção de si, agem de formas variadas, por vezes, de modos contraditórios, que produzem acomodações, ao mesmo tempo em que alargam e subvertem experiências. Tal análise me conduz a pensar que há possibilidades de resistência nesse conjunto muito bem amarrado de normatividades, pois, do próprio movimento de afirmar identidades sexuais divergentes da heteronorma, mesmo que fixadas em sentidos de identidades, de modo contínuo, é possível criar modos mais inventivos de vida, que fujam das imposições restritivas do viver. Reitero que somente a afirmação de uma identidade diferente da heterossexual não é, em si, resistência. Mas o que constatamos da fala das jovens é que algo tem se movido, e gerado transformações.

Dentro desta rede, podemos perceber vislumbres de tentativas de criar outra ética de si mesmo em meio às amarrações identitárias, como, por exemplo, os modos de pensar a sexualidade por meio da experimentação. O fato de conseguirem ampliar o escopo prescritivo dos modos de viver os gêneros e as sexualidades vêm alargando uma experiência de si, que pode desdobrar-se em movimentos mais criativos e inventivos, conforme sinaliza a narrativa de Melissa:

- “Então eu tenho um amigo. Que hoje ele namora com uma pessoa. Assim eu não sei explicar. Porque eu sou nova nesse tipo de coisa. A pessoa que ele namora. É uma mulher. Mas se vê como um homem. Então os pronomes é tudo. Ele é tudo masculino. Então eu não

sei ao certo. Mas ele sempre. Esse meu amigo. Sempre me deu conselhos. Então de certa forma as vezes eu deitava a noite. E ficava pensando. Será que eu sou? Será que eu não sou? Então isso ia ficando na minha cabeça. Sempre, sempre, sempre. Então esse ano. Acho que já nesse finalzinho. Eu fiquei com uma pessoa. Uma amiga minha. (...) E foi uma coisa assim que eu nunca imaginei que eu estaria fazendo. E que não foi ruim. Eu não me senti estranha. Eu não me senti. É. Como eu posso te dizer. Eu não me senti mal fazendo aquilo. Eu me senti bem. Mas o momento que eu tive com essa minha amiga. A gente sempre foi conversando” (Melissa, p.184-185).

As jovens, imersas em linguagens diversas quanto às sexualidades, são convocadas a narrar a si por meio de uma identidade sexual, que, por mais que se apresente, muitas vezes, pautada na essencialidade, é por elas assumida em oposição à heteronorma. É uma dinâmica que ilustra a contradição e a disputa do contemporâneo, quanto ao gênero e à sexualidade. Além disso, demonstra o paradoxo de resistir às leis, ao mesmo tempo em que se submete a elas. A invenção de si dessas jovens é inscrita nesse campo de ambivalências, no qual visualizamos suas resistências atadas aos modos como são instigadas a continuamente reiterar o poder como condição de sua existência. Portanto, nesse contexto, é recomendável assumir uma postura crítica com relação aos modos como as identidades são assumidas politicamente, em muitos movimentos sociais. Os seus efeitos, por vezes, produzem reificações de discursos essencialistas quanto ao gênero e à sexualidade, conforme visto nas entrevistas. De todo modo, há uma desestabilização evidente e uma reacomodação em curso, ou seja, as múltiplas identidades reconhecíveis têm alargado movimentos subjetivos, criando assim a possibilidade de expandir as fronteiras da compreensão de normalidade, dilatando o campo do reconhecível. A possibilidade de tal expansão também depende de uma conjuntura político-social que garanta certas liberdades, uma organização macrossocial radicalmente democrática, o que ainda é uma utopia, tendo em vista a aceleração de extremismos e de movimentos neofascistas, no nosso tempo. Cabe aos sujeitos desse tempo resistirem a eles.

6

**“ME TOQUEI QUE EU
IA TER QUE PASSAR
POR COISAS QUE
HOMENS NÃO PASSAM”**
as desigualdades operando
em construções subjetivas



6 “ME TOQUEI QUE EU IA TER QUE PASSAR POR COISAS QUE HOMENS NÃO PASSAM” - AS DESIGUALDADES OPERANDO EM CONSTRUÇÕES SUBJETIVAS

“[...] Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou eu uma mulher? Olhem para mim! Olhem para o meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros, e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou eu uma mulher? Conseguí trabalhar e comer tanto quanto um homem — quando tinha o que comer — e aguentei as chicotadas! Não sou eu uma mulher? Pari cinco filhos, e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou eu uma mulher?” (Sojourner Truth, 1851)

“Nossa história nos assombra, porque foi enterrada indevidamente”.
(Kilomba, 2019)

No processo de apontar as lentes analíticas para o material produzido nesta investigação, embrenhei-me num percurso, muitas vezes angustiante, de operar com os conceitos de gênero e sexualidade, buscando ancorar neles, as demarcações sociais, econômicas, raciais, culturais e geográficas, que circunscrevem as jovens mulheres que entrevistei. Ciente das críticas apontadas aos feminismos pós-estruturalistas, cuidadosamente, fui costurando as premissas de uma crítica a conceitos filosóficos tradicionais, compreendendo a importância estratégica de reconhecer identidades políticas como motes essenciais das lutas por direitos sociais e igualdade.

Nesse movimento de investigar, ao mesmo tempo em que me construía enquanto pesquisadora, num campo teórico-metodológico muito bem delimitado, foi essencial, especialmente nesta fase de análise, reconhecer as falsas antíteses, corroborando Fraser (2018), entre a Teoria Crítica e o Pós-Estruturalismo. Pensar a partir de uma perspectiva teórica que não se sustenta na metanarrativa da história não impossibilita que movimentos emancipatórios como o feminismo tomem forma, conforme vemos no contemporâneo. As visões de subjetividade e de agência têm sido muito potentes para os movimentos sociais, nos últimos anos, incluindo a aliança dos feminismos a outros grupos organizados, sem tirar do horizonte uma necessária contraposição ao capitalismo e seus mais arrojados modos de produções subjetivas, decorrentes do neoliberalismo contemporâneo.

As mulheres aqui entrevistadas, com relação às suas marcações de gênero e sexuais, estão imersas em campos de poder difusos e constituintes, como já demonstrado no capítulo anterior. Elas também estão se construindo num sistema neoliberal, cujas forças se constituem não apenas por meio de um modelo econômico que impõe às populações mais vulneráveis um

empobrecimento profundo e a exclusão, mas também são moldadas por uma racionalidade própria, que lhes impõe um modo de se construírem por meio da ideia de empresariamento de si (Dardot; Laval, 2016).

A maioria das jovens estudantes, cujas narrativas compõem o conjunto analítico desta pesquisa, está à margem do sistema econômico, isto é, sua existência é vulnerabilizada por privações materiais e culturais, que, muitas vezes, as impedem de terem uma vida digna que possibilite elaborações de si, num espaço de reconhecimento. Nesse sentido, trago, neste capítulo, as narrativas de Talita, Selena e Virna, que são mulheres negras. Destaco-as, pois o modo como a privação econômica define muitas das suas experiências é bastante marcante. São jovens submetidas a violências de várias ordens, entre elas, a negligência reiterada, que reafirma o racismo como fundante e organizador das relações na sociedade brasileira. Lidam com as consequências da ausência de políticas públicas que lhes garantam direitos básicos, que as colocariam em condições de cultivar desejos de se projetar no futuro, quebrando o ciclo de pobreza das gerações anteriores.

Diferente das outras narrativas já mencionadas, as três que guiam esta seção trazem tangenciadas as questões de sexualidade. Tainá e Sabyne são mulheres heterossexuais e mães. A sexualidade não é racionalizada objetivamente em suas falas, como se constata em manifestações de outras jovens, apesar de, factualmente, a heteronormatividade, articulada à classe e à raça, estar muito bem-marcada no modo como descrevem suas histórias, enquanto mulheres e mães jovens. Pensar sobre esses marcadores nos coloca em estreita relação com a interseccionalidade, nos termos como Butler o faz, em *Problemas de gênero* (2016). Como aponta Carla Rodrigues (2022), neste livro, a teoria de Butler adere à interseccionalidade, ao destacar não só a raça e a classe, mas, em especial, a sexualidade, como elemento marcador de desigualdades. A autora pondera que o próprio questionamento às “mulheres” como sujeitos do feminismo foi o primeiro e necessário passo de desestabilização, para compreender que a unicidade da categoria continua representando mulheres brancas europeias.

No texto, “Os feminismos e suas sujeitas”, Carla Rodrigues, uma das principais estudiosas de Butler no Brasil, aponta, inspirada em Fraser (2018), os benefícios da aliança entre o pós-estruturalismo e a Teoria Crítica, para os feminismos. Para que haja, de fato, um enfrentamento ao capitalismo, deve-se ampliar as compreensões a respeito dos marcadores interseccionais, entendendo, de acordo com Butler, que “os sujeitos marcados por não correspondência aos padrões heteronormativos experimentam formas de exclusão que se manifestam na vida social e econômica” (Rodrigues, 2022, p. 187-188). O feminismo, então, deve centrar-se na crítica à heteronormatividade, reconhecendo as condições materiais

deterioradas de vida dentro de um modelo capitalista em decadência.

Dito de outro modo, as autoras que trago para discussão, cujas ideias corroboro, apontam a necessidade de ultrapassarmos as antíteses aventadas no campo das esquerdas e, em termos teóricos, aprofundar as associações entre a questão das subjetividades e a materialidade da experiência dessas mulheres. Essa superação, em termos teóricos, não é difícil, se nos detivermos nas teorizações de Butler, especialmente, nos aspectos que trago neste capítulo, alinhados com Rodrigues (2022), que propõe “o gênero como mais um dos marcadores corporais que introduzem a interseccionalidade na obra de Butler” (p. 159), num movimento duplo, em que se rebaixa e se amplia o conceito de gênero, para complexificá-lo, entendendo-o como mais um definidor das vidas reconhecíveis como vivíveis.

Mas, afinal, quais são as vidas reconhecidas como humanas e, nos termos de Butler, compreendidas como dignas de luto (Butler, 2015) E aquelas, cuja marca da abjeção as dispõe não apenas ao não reconhecimento, mas à exclusão e à exposição a um campo de violência simbólica ou mesmo de extermínio físico? De acordo com o modo como venho costurando, a partir de Butler, a ideia de um sujeito construído em torno da performatividade, como jogar luz aos corpos que se inscrevem à margem do campo de inteligibilidade? Quais as condições de possibilidade para que um corpo seja entendido como não passível de luto? As meninas jovens aqui descritas têm seu status de humanidade já definido pelo seu gênero reconhecível? Ou suas sexualidades dissidentes as expulsam de um campo de reconhecimento? Num sistema de profundas desigualdades, as condições que determinam a inteligibilidade e a humanidade das mulheres encontram-se asseguradas?

Para adentrar nesse campo argumentativo, é necessário aprofundar alguns conceitos teóricos que abordei de forma superficial nos capítulos anteriores, entre eles, o de abjeção, uma vez que dele decorre a noção de que, para a coerência e a representação de corpos legítimos, faz-se necessária uma rede complexa e antagônica de construção de corpos não inscritos sob qualquer possibilidade representativa. Na complexa trama de produção de sujeitos, aqueles cujas práticas não se inscrevem na heteronormatividade estão à margem de qualquer sistema de reconhecimento, portanto, apartados da lógica que lhes confere humanidade, expostos a um conjunto perverso de sanções e punições.

Como vimos no capítulo anterior, o sujeito, segundo as teorizações de Butler (2016; 2019), é definido na perspectiva da performatividade, isto é, em se tratando de mulheres, não há um corpo anterior aos discursos que as constituem, numa relação de desigualdade e de oposição aos homens. Contudo, nesse processo de construção, são delimitadas as fronteiras do que é reconhecível dentro de um campo de inteligibilidade e aquilo que está fora. Tal

separação serve à própria manutenção da norma, pois é justamente pelo estabelecimento do que é abjeto que se ratifica a normativa. De acordo com Butler (2019), são os corpos que fracassam em sua materialização, ou seja, os deslegitimados são o “exterior necessário” para a construção dos corpos legítimos, dos corpos que importam.

Sendo assim, a matriz heterossexual é o cerne dos modos pelos quais se identificam ou se assumem certas posições quanto ao sexo, sempre orientada pela exclusão, pois só se constroem os sujeitos, porque se nega a existência daquilo que escapa à norma. Então, num movimento duplo, o sujeito sexuado e de desejo só se torna possível ao mesmo tempo em que é negada ou forocluída toda forma de identificação exterior à heterossexualidade. Sendo assim, por meio da criação destes corpos abjetos, são instituídos os corpos possíveis, sendo o sujeito dependente dessa zona do não dizível. Nas palavras de Butler (2019):

O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas “não-vivíveis” e “inabitáveis” da vida social, que, não obstante, são densamente povoadas por aqueles que não alcançam o estatuto de sujeito, mas cujo viver sob o signo do “inabitável” é necessário para circunscrever o domínio do sujeito (p. 22).

Sendo assim, define-se “uma dialética incontornável” (De Assis César, 2017) entre a produção do sujeito viável e do corpo abjeto, ocorrendo entre ambos uma interdependência constituinte. Para a construção da normalidade, exige-se a definição do não sujeito, considerando que o corpo inteligível só se constrói enquanto tal, criando um domínio de corpos indizíveis. Nessas circunstâncias, é importante compreender que não há uma relação de oposição entre o domínio do inteligível e do abjeto, pois a oposição indicaria uma lógica dentro da reconhecibilidade, no caso, o que é abjeto foi excluído de qualquer lógica significante (Butler, 2019). Nos termos de Butler (2016), a abjeção que o sujeito porta é expelida para fora e, de modo fantasmático, o assombra. A reivindicação de autonomia do sujeito nasce com e contra esse exterior abjeto.

Há modos distintos de enxergar as jovens mulheres apresentadas nesta pesquisa: são mulheres cuja designação de gênero ao nascer corresponde ao seu corpo biológico. Algumas apresentam certas hesitações quanto à normativa de gênero; no entanto, todas têm uma expressão mais coerente com o feminino. As mulheres não são, por si só, segundo Butler, corpos abjetos nos termos de sua analítica. Numa entrevista, Butler (2002) salienta a problemática de exemplificar quais corpos estaria definindo como abjetos. Em suas palavras, é importante admitir “a incomensurabilidade entre a elaboração teórica da abjeção e seus exemplos” (p.163), devendo a abjeção ser entendida como um processo.

Nessa mesma entrevista, a autora observa que o abjeto se refere a todo tipo de corpo que não é considerado vida, ou seja, sua morte não tem importância. Nesse caso, as mulheres não podem ser entendidas como sendo uma unidade. Existem mulheres, em certas partes do mundo, cujo tom de pele específico lhes assegura o direito à vida e ao reconhecimento. Já outras tantas não usufruem o mesmo status, sendo seus corpos passíveis de sofrerem violações e sua existência ser fragilizada. Com relação às mulheres da pesquisa, percebe-se que elas se encontram sempre em perigo de serem privadas de seu status de humanidade, dependendo dos contextos das experiências.

No caso de Talita, cuja vida foi sempre marcada pela violência física e psicológica, o fato de ser uma mulher heterossexual lhe deu poucas garantias no que se refere à segurança de um desenvolvimento infantil e juvenil saudável. O casamento precoce como forma de fugir de uma convivência familiar opressora é a realidade não só da Talita, mas também de muitas outras meninas e mulheres, cuja autonomia não é reconhecida e seus direitos não são protegidos pelo Estado. O casamento passa a ser uma alternativa e a maternidade, um lugar de reconhecimento e de assunção de respeito e de autoestima. Por mais que ela esteja num campo de reconhecimento jurídico e político, o contexto de suas experiências sempre a coloca na fronteira, a um passo da abjeção.

Então, esse corpo abjeto não é de fato definível, a não ser enquanto “processo discursivo”, pois o próprio capitalismo desdobra-se em precarizar políticas de segurança social. No caso do Brasil, não há sequer um desmonte, mas a imposição exaustiva de uma política de austeridade, que sempre atravancou maiores avanços nas áreas sociais, que desse condições mínimas de existência a populações marginalizadas. Nesse caso, tais movimentos macropolíticos tornam, muitas vezes, indiscerníveis as fronteiras entre os corpos que importam e os que não importam, ou até criam um sistema no qual os sujeitos, especialmente, as mulheres, estão indo e vindo nessa zona do reconhecimento.

Nosso país também é reconhecido pelo racismo e pelo modo cruel com que opera, para garantir uma linha de continuidade desde o período da escravização, em que os corpos negros têm suas vidas deslegitimadas por um sistema que não apenas se exime de protegê-los, mas também, intencionalmente, a partir de uma Necropolítica (Mbembe, 2018), cria uma zona de exclusão e de marginalização para corpos negros, tornando-os descartáveis. No Brasil, a política de extermínio de jovens negros nas periferias do país é um exemplo claro de como as políticas do Estado se amparam num racismo constituinte.

Vivemos num país onde a democracia como regime de acesso a direitos nunca se efetivou de fato, onde a democracia como acesso a eleições livres tem apenas 40 anos desde a

redemocratização, com dois *impeachments* de presidentes e uma tentativa de golpe recente. Pensar sobre processo de subjetivação de meninas jovens no Nordeste do Brasil envolve reconhecer todas as impossibilidades que delimitam esse espaço de construção de si e impõe às mulheres, às populações negras, indígenas, LGBTs, além de tantos outros corpos excluídos, formas de vida não vivíveis, que definem seus corpos como matáveis, mas não enlutáveis.

A seguir, retomo o gênero como operador analítico, compreendendo-o como alargado, diante da constatação de que não há substancialidade na categoria mulher e que ela é fruto de uma convergência prolixa de modos de desigualdade e de opressão. Entender essa rede intrincada de confluência entre tantas determinações é essencial para que esse corpo político possa ser dotado de agência e passe a operar a partir de possibilidades reais de emancipação.

Convém esclarecer que parto da reflexão de quais corpos importam, iniciada no livro do mesmo nome, de Judith Butler, para ampliar a análise das formas como agem as injustiças e as desigualdades na produção de sujeitos e na concepção de sua inteligibilidade, ou não. Ao trazer outros recursos teóricos conceituais para analisar a narrativa das jovens, gostaria de justificar que o faço não apenas por compreender o gênero a partir de uma concepção ampliada, mas agregando-o a uma discussão mais complexificada sobre como as vidas são reconhecíveis e descartáveis num modelo capitalista neoliberal tão desigual. Pensando em como as jovens crescem e se subjetivam com relação aos discursos feministas emancipatórios e aos discursos conservadores, em última instância, pode-se dizer que elas se localizam numa zona fluida e instável de inteligibilidade.

Em alguns momentos da Tese, utilizei o conceito de abjeção, para falar de corpos não inteligíveis, amparando-me em Rodrigues e Gruman (2021), que localizam, na obra de Butler, dois conceitos utilizados em momentos distintos da sua teoria, mas que se relacionam: a abjeção e a condição de não enlutável, como mecanismos de manejo de certas vidas para espaços de exclusão apartados da esfera social. A inteligibilidade/ininteligibilidade se faz justamente por meio do mecanismo de reconhecer apenas certas vidas como humanas e dignas de luto, enquanto outras tantas são existências sem valor, corpos não integráveis e, portanto, não passíveis de luto. Nesse sentido, a inteligibilidade do sujeito passa pelo desprezo por certas mortes, como se aquelas vidas não valessem. Pensemos nas vítimas de feminicídio e no extermínio de pessoas LGBTs, que não passam de um dado estatístico corriqueiro, principalmente, quando se trata de mulheres negras e pobres.

As autoras, ao debaterem a obra de Butler, argumentam que há uma expansão da sua teoria em obras mais recentes, quando se envereda na tarefa de ir além do estudo da norma e se passa a discutir, num nível macro, as condições de possibilidades que definem quais vidas

são passíveis de luto e quais não são, quais estão num campo inteligível, enquanto outras estão fora de qualquer possibilidade de reconhecimento (Rodrigues; Gruman, 2021).

Ao analisar o conteúdo do material de pesquisa, percebi a singularidade de cada uma das narrativas e as formas distintas de como as histórias foram narradas. Assim sendo, compreendi a necessidade de pontuar as condições de vida dessas jovens, as quais, muitas vezes, as exclui de um lugar inteligível, por meio de desigualdades expressas nas mais variadas violências, inclusive, as do Estado, entre elas, sua negligência, que se evidencia quando certas vidas não importam, não valem, não contam como vida, ao não chorar as mortes, muito menos, ao não lhes propiciar a condição de vivente.

6.1 OS CORPOS DAS MULHERES JOVENS IMPORTAM? - ALARGANDO O GÊNERO

“As crianças ricas brincam nos jardins com seus brinquedos prediletos. E as crianças pobres acompanham as mães a pedirem esmolas pelas ruas. Que desigualdades trágicas e que brincadeira do destino” (Carolina Maria de Jesus).

“Depois fiquei pensando que parte da responsabilidade por tudo de ruim que aconteceu era da nossa pobreza, me convenci disso. Imaginei que coisas piores aconteciam com gente pobre, gente que só tem um quarto e tem que se amontoar para dormir” (Jarid Arraes).

Ser uma mulher jovem ao redor do globo acarreta várias formas de estar no mundo. Uma mulher nascida num país escandinavo europeu, cujas políticas de bem-estar social são bastante consolidadas, leva uma vida bem diferente de uma mulher negra latino-americana, a quem o Estado, ano após ano, restringe políticas sociais, deixa de investir em políticas universais de moradia, de saúde e de educação. Num país continental como o nosso, as disparidades regionais também são marcantes. Uma jovem nordestina tem suas condições de vida definidas pela precariedade histórica de anos de exploração colonial e de abandono estatal.

De todo modo, a condição subalterna da mulher e os entraves de um sistema capitalista baseado no sexismo não se extinguiram nem em países do norte global, muito menos em regiões mais pobres. É fato que a experiência da desigualdade não atinge todas as mulheres da mesma forma; logo, pensar o gênero a partir da interseccionalidade é reconhecer que entre as mulheres há formas distintas e específicas de relações de opressão. Como mencionado no capítulo três, ao recapitular o pensamento de teóricas negras feministas, não podemos entendê-lo como sendo uma graduação hierárquica de opressão, isto é, os marcadores de desigualdade, classe, raça, gênero, geração, não podem ser entendidos como “entidades

distintas e mutuamente excludentes" (Collins; Bilge, 2021). Compreender como as relações de poder se estabelecem e se articulam na produção de desigualdades e de exclusões é essencial para aprendermos como operam as formas de subjetivação.

A normatividade feminina não responde a uma regra universal; os poderes se articulam e se rearticulam, produzindo regramentos de gênero distintos e articulados a outros marcadores. No caso das jovens entrevistadas, um conjunto pequeno de vinte e uma estudantes, já podemos perceber as singularidades com que se apresentam os processos gerificantes. A relação entre as desigualdades de gênero, sociais e raciais incide de modos variados nos corpos e nas vivências dessas jovens, o que revela a complexidade que envolve a temática das subjetividades das mulheres.

Nesta seção, analiso como tal articulação vêm produzindo um espaço móvel, onde as mulheres jovens pobres e racializadas estão sempre a um passo de serem expulsas de um campo de inteligibilidade, possibilitado pelo reconhecimento. As jovens que vivem suas sexualidades fora da heteronormatividade já se encontram, de algum modo, num lugar instável entre a abjeção e o sub-reconhecimento, não gozando de uma humanidade completa, por não se adequarem ao sistema heterossexual. Os marcadores raciais e as vulnerabilidades econômicas e sociais constituem mais um fator de investigação a ser considerado nas análises de mulheres que vivem cotidianamente processos de marginalização, com os quais também operam na construção de si.

Na perspectiva de interseccionalidade segundo Butler, na qual assento meus argumentos quanto à subjetivação de mulheres jovens, não é possível separar as opressões culturais das opressões econômicas; porém, há um conjunto de forças que se digladiam num mesmo campo, isto é, os aspectos culturais e econômicos estão sempre embaralhados e são indistinguíveis (Blanco, 2024). Trata-se de uma interseccionalidade radical, conforme definido por Carla Rodrigues (2022), que comprehende que não há diferenças entre injustiças econômicas e culturais, pois ambas ocupam o mesmo campo de forças em interação.

As desigualdades e injustiças, advindas de um sistema opressor em relação ao corpo de mulheres jovens e negras, reverberam profundamente nos modos de subjetivações destas jovens. No capítulo anterior, tratei dos modos pelos quais as resistências à heteronorma vêm produzindo outros modos de ser. Aqui, amarro tais resistências às formas elaboradas de como o sistema capitalista trata de naturalizar violências normativas de gênero, atreladas à construção de um conjunto de corpos, cuja vida precarizada as dispõe não só a um lugar de não reconhecimento, mas de descartabilidade.

Para tanto, comecei esboçando as premissas de corpos abjetos como constructo

explicativo, tanto da construção de subjetividades, quanto das desigualdades sociais vinculadas. Os corpos abjetos são passíveis de violências diversas, bem como estão a parte do sistema jurídico e político de direitos. No caso deste estudo, busco investigar como a vida dessas meninas jovens entrevistadas ganha contornos não valorativos. Nesse sentido, volto a questionar: De que forma os sistemas de poder atuam sobre seus corpos para precarizá-los? Como essa precariedade desemboca na ação delas sobre si, em movimento de resistência?

A ascensão da extrema direita atrelada ao neoconservadorismo é elemento central a ser considerado nesse movimento de marcação de vidas inteligíveis e de vidas não vivíveis. Como exemplo, cito uma das primeiras ações do segundo governo de Trump²⁶ nos Estados Unidos, que consistiu em excluir dos documentos oficiais a menção “transgênero”. Nesse decreto, o presidente deixou claro que, para fins legais, seriam considerados somente dois gêneros -homem e mulher – com a intenção clara de restituir a verdade biológica e não mutável dos corpos e de proteger as mulheres e toda a população do que chama de extremismo da ideologia de gênero (Discurso já referido no capítulo 3 desta Tese). O fato é que a exclusão de pessoas trans da ordem jurídica é um movimento que torna seus corpos ainda mais vulneráveis à violência, destituídos de um status de humanidade.

Os perigos dos retrocessos que alicerçam os discursos neoconservadores estão à espreita e se fortalecem, colocando em risco não apenas indivíduos transgêneros, mas qualquer corpo que ouse se contrapor à normatividade vigente. Vimos isso no Brasil, nos anos do governo da extrema direita. Apesar da sua derrota nas eleições de 2022, o Congresso ainda mantém as políticas alinhadas tanto a pautas neoliberais, de desorganização de políticas de bem-estar social, quanto ao impulsionamento de políticas antigênero e antiLGBT, ligadas a base religiosas. Todo esse cenário macrossocial reverbera nas experiências de mulheres jovens, nas formas como elas inventam modos de ser e de estar no mundo, resistentes ao avanço de ataques aos seus direitos e ao reconhecimento derivado desses direitos.

Quando se refere ao Brasil e ao Nordeste brasileiro em especial, devemos considerar, além dos aspectos referentes a políticas neoliberais e neoconservadoras do contemporâneo, as linhas de continuidade entre o passado e o presente (Bento, 2024), que tem garantido que o racismo se perpetue na nossa história, sendo um definidor dos modos como o Estado desenvolve suas ações, por meio de biopolíticas e de necropolíticas²⁷, essa última tendo como

²⁶ Notícia retirada do site G1: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/01/20/agora-so-existem-dois-generos-masculino-e-feminino-diz-trump-em-discurso-de-posse.ghtml>

²⁷ Necropolítica trata-se de um conceito desenvolvido por Achille Mbembe (2018), em ensaio do mesmo nome, no qual o filósofo observa, ampliando os preceitos de biopolítica de Foucault, como o estado moderno e as políticas neoliberais estabelecem de modo desigual as possibilidades de vida e de morte, subjugando

foco principal as populações negras. O que se observa nas narrativas das jovens é que o gênero e a sexualidade funcionam enquanto operadores analíticos, quando analisados na junta a aspectos raciais, pois é justamente a raça que marca seus corpos, que, muitas vezes, é o limitante de seu status de humanidade.

Em livro publicado em 2024, Berenice Bento, numa pesquisa sobre as bases do racismo como construtoras da nação, traz o conceito de abjeção, para costurar muitas das argumentações quanto à sua tese de que mulheres negras escravizadas não tinham seu status de gênero garantido, isto é, não eram “mulheres” num sentido reconhecível. Não eram, porque a racialização de seus corpos e sua condição de escravização as coloca fora de qualquer termo de inteligibilidade; é um corpo destituído de qualquer possibilidade de reconhecimento; portanto, não eram mulheres. Ao fazer um estudo historiográfico, a autora tenta traçar uma linha de continuidade entre tal condição da mulher negra escravizada e as condições atuais do país, revelando continuidades que têm garantido a manutenção de corpos negros como corpos abjetos, ou seja, destituídos de seu senso de humanidade (Bento, 2024).

Há, nos relatos das jovens, muitas marcas de como as desigualdades sociais e de renda têm consequências profundas nos modos como constroem as desigualdades raciais. Ainda que elas não apareçam objetivamente nas suas falas²⁸, são um elemento organizador de sua vida e de suas relações. Talita, Selena e Virna, enquanto meninas negras, descrevem sua infância e sua juventude, como estando sempre vulneráveis e alheias às proteções cabíveis. A insegurança quanto a laços afetivos, a privação de condições materiais adequadas, a exposição a violências físicas e psicológicas são uma constante em suas histórias.

Conforme comentei no capítulo anterior, os discursos das identidades operam em dois sentidos e podem ratificar premissas opressivas, bem como podem subvertê-las, ou seja, podem, paralelamente, dispor os corpos a condições de reconhecimento ou sustentar uma permanente zona de exclusão. Aqui observo uma inconstância e fluidez dos corpos femininos,

determinadas populações e condenando-as à permanente marginalização, por meio da morte direta ou da negligência perpetrada. Um processo intrinsecamente ligado ao racismo e ao colonialismo.

²⁸ Observo que o racismo se apresenta constantemente na sociedade brasileira, mas de forma sorrateira, disfarçada, sendo, muitas vezes, eficaz em simular uma suposta igualdade. Os sexismos e homofobias são referidos em todas as falas de modo direto, ao contrário do racismo. Pondero que isso pode acontecer pelo fato de o tema da pesquisa ter sido apresentado a partir das chaves gênero e sexualidade. De todo modo, acho importante salientar que, na identificação racial, as jovens se declaram pardas e pretas, isto é, o racismo não é identificado objetivamente como fator determinante de suas experiências. Esse não reconhecimento não significa a ausência do racismo, conforme podemos constatar em todas as narrativas das mulheres negras. O racismo por denegação, como apontado por Lélia Gonzales, ainda mostra sua face, apesar dos avanços alcançados nas últimas décadas, no que se refere ao seu combate. Gonzales (2020) cria tal conceito para referir-se à forma de apresentação do racismo em termos mais sutis, não explicitado ou reconhecível claramente, que se manifesta por meio de estereótipos e práticas cotidianas, as quais são assimiladas socialmente e disfarçam as desigualdades.

quando marcados por outras formas de opressão como, por exemplo, a raça, por mais que se fortaleçam garantias às condições de vida das mulheres. Tais garantias se costuram em uma rede permeável e frágil, na qual, algumas delas, senão a maioria, não se constroem enquanto corpos válidos. Nesse sentido, há uma elasticidade que cria um processo continuado de inclusão e de exclusão de certos corpos.

Sendo assim, busco, portanto, demonstrar a questão da inconsistência do status de humanidade, ou seja, as determinações do que seja um corpo abjeto ou não, a partir de algumas circunstâncias que demonstram como o aparato legal e jurídico de cuidado e reconhecimento não abarca certas vidas ou se apresentam tão fragilmente que não conseguem lhes garantir dignidade. No caso das meninas entrevistadas, trago três circunstâncias para ilustrar meu argumento. Primeiro, a negação da infância, quando se tira da criança o direito à convivência familiar e comunitária, sua liberdade e autonomia, restringindo o acesso a serviços de saúde, de educação, de moradia que lhe garantam a plena dignidade. Isso é narrado na história de uma infância marcada pelos desafios de uma situação econômica e social de privação. Em segundo lugar, a questão da maternidade precoce e a instabilidade produzida sobre um corpo negro, sempre marcado pela sexualização e por narrativas de honra e moralidade que não as abarca. Por último, as violências a que são submetidas em um sistema que ora as constitui como sujeitos, ora as destitui de qualquer direito que lhes permita construir-se enquanto tal.

Diante do que demonstra a narrativa das jovens mulheres, o fato de as mulheres jovens negras terem sua experiência de vida precarizada por meio de uma política de deixar morrer os corpos não correspondentes às normativas, no Brasil, isso se refere majoritariamente aos corpos negros. Apesar da crença disseminada de uma democracia racial, a construção deste país tem por base o racismo estrutural e estruturante de todas as relações. Os modos de ser e de inventar a si respondem continuamente à condição de manutenção dos corpos negros como abjetos, ou seja, não humanos, descartáveis com relação à sua experiência. Passo aqui a argumentar, com base nos estudos de Bento (2024), ao ponderar que a condição da mulher negra e escravizada sempre foi destituída de qualquer significação de gênero como convencionado, o que tem reflexos profundos no contemporâneo e na forma como se perpetuam necropolíticas de gestão da vida destas populações.

Ao focar na relação entre gênero-abjeção-escravização para refutar a primazia da diferença sexual, não estou propondo que exista uma matriz única para reconhecer o outro como ser humano. Existem conjuntos de matrizes de inteligibilidade historicamente estruturadas. A exclusão de pessoas transgênero nessa matriz, por exemplo, se cruza com outros marcadores sociais de abjeção. Cada um desses

conjuntos requer análises matizadas separadamente, mas também em conexão com estruturas mais amplas (Bento, 2024, p. 53).

Retomo novamente a pergunta que embasa esta pesquisa: Como se dão os processos de subjetivação de mulheres jovens e quais as condições de possibilidade para que um corpo seja representado e reconhecido como mulher? Como a raça, além de outros marcadores, são determinantes de tal processo? Destaco, corroborando a tese de Bento (2024), que, no nosso país, a raça constitui um elemento analítico central, à medida que condiciona certos princípios do viver que envolvem os corpos de mulheres negras a um lugar de abjeção, ou, então, a uma zona cinzenta de bases tênues e facilmente desorganizados.

A própria condição de infância e juventude é definida e condicionada por determinantes econômicos, sociais e raciais. Nesse sentido, apesar de, muitas vezes, compreendermos as fases de desenvolvimento como naturais, existe toda uma natureza simbólica e cultural que a carrega de sentido. Nas sociedades modernas ocidentais, ser criança e ser adolescente significa estar inserido num campo de garantias de direitos que protegem o pleno desenvolvimento do sujeito. A infância das meninas descritas nesta seção é uma fase descrita como bastante instável, por vezes, conturbada e envolta em violências físicas e psicológicas, sem que o Estado lhes garanta proteção legal. A adolescência é atropelada, sem que se resguardem direitos primordiais para o pleno desenvolvimento das jovens.

Como descrito na apresentação de Talita, no capítulo anterior, sua história retrata uma infância marcada pelo desfazimento de laços afetivos, pela instabilidade nas relações afetivas e familiares, além da convivência com o padrasto, marcada por violência psicológica e agressões.

- “*Minha mãe começou a morar com o meu padrasto, aí, tem os filhos dele. A gente não se dava muito bem, aí minha irmã foi morar com a gente. Aí, ela também não se dava muito bem com o meu padrasto. (...) Aí, a gente começou a morar sozinha, eu e ela. Só que aí, ela começou a namorar, aí, ela ia se casar com o namorado dela. Aí, eu saí de casa. Porque ela ia morar com ele. Aí, eu voltei a morar com a minha mãe, meu padrasto. Aí, a gente não se deu muito bem. Porque ele não gostava muito de mim*”. Ele não gostava de você? (pesquisadora). “*É, ele me tratava mal. Aí, eu parei de morar com ele. Fui morar na minha irmã de consideração, que era a filha dele e (...) só que aí, eles se mudaram para outra cidade, aí, eu fui morar na minha madrinha. Morando com a minha madrinha, veio a Covid e o meu padrinho faleceu. Aí, eu tive que voltar a morar com a minha mãe*” (p.257).

Relações afetivas seguras, que são fatores determinantes de um desenvolvimento social e emocional adequado, são completamente negligenciadas. No caso de Talita, o direito

à convivência afetiva com a família, seja a natural ou a substituta, é fragilizado por mudanças constantes, que fazem com que suas relações passem por cortes abruptos, o que, na infância, é fator preponderante de desadaptação com implicações no pleno desenvolvimento. A relação ruim com o padrasto a deixa sempre vulnerável a sofrer violências.

Virna é outra jovem que traz uma narrativa da sua infância também marcada por omissões e violências. Relata que ela e os irmão cresceram num ambiente pouco acolhedor, onde presenciar situações de violência era corriqueiro. Ela descreve a relação conturbada da mãe com o padrasto: “*Ele bebia muito, ele chegava em casa, colocava boneco, aí ele batia nela, ela batia nele, e eu via isso, meu irmão também via isso, e a gente cresceu numa infância totalmente perturbada por conta disso, aí foi na época que eu sofri os abusos também, que foi ele, e aí a minha mãe acabou desenvolvendo essa esquizofrenia. Acho que foi tão traumático pra ela que deve ter desencadeado. O resto da minha família não é muito boa, tanto que é só eu e a minha mãe, minha família, porque eram todos do mesmo rumo que o meu irmão tomou. Mexia com droga, com facção, esse tipo de coisa. E eu só tenho dois tios, um deles está preso por porte ilegal e o outro morreu faz muito tempo.*”

No caso de Talita, situações semelhantes às relatadas a levam a buscar autonomia muito precocemente. Como a infância lhe foi negada, assumiu a responsabilidade por seu próprio cuidado, desde muito cedo, o que se reflete na própria inserção no mundo do trabalho. A mãe de Talita, mãe solteira, cuja dificuldade financeira é sempre referida em sua entrevista, busca o sustento da família em trabalhos domésticos. Quando a filha já tem certa idade, ela passa a acompanhá-la, devido à ausência de uma rede de apoio e de qualquer serviço de educação ofertado pelo Estado: “*E aí, minha mãe sempre saía pra trabalhar e eu ficava em casa sozinha. O dia todinho, todos os dias. Aí, quando ela começou a morar com o meu padrasto, e eu já fui ficando mais velha, assim com 10, 9 anos, eu também saí pra trabalhar com ela. Trabalhava. Trabalhava fazendo faxina. Uhum. Eu sempre trabalhei com ela*” (Talita, p. 257).

A infância e a juventude de Talita são marcadas pelo trabalho, sem qualquer possibilidade de se dedicar exclusivamente aos estudos, às brincadeiras infantis e juvenis. Ela relata que conciliar a escola e o trabalho sempre foi um desafio: “*Só que eu também não tinha muito tempo. Porque eu também trabalhava. Aí ficou um pouco complicado. Eu me esforcei bastante. Trabalhava no reforço. Também trabalhei fazendo faxina. Na casa da família do meu padrasto. Minha mãe não podia ir, aí eu ia no lugar dela. E também no reforço da família do meu padrasto. Aí eu chegava atrasada na escola às vezes, aí os professores vieram falar comigo*” (Talita, p. 256).

Quanto à vulnerabilidade ao trabalho infantil, no caso de Talita e de tantas meninas no Brasil, o trabalho de cuidado lhe é apresentado desde cedo, pois ela passa a cuidar dos irmãos mais novos na ausência de outros cuidadores adultos ou de um serviço de creches: “*Só que aí eles se separaram. E eu ficava junto com o meu irmão, cuidando dele quando minha mãe ia trabalhar*” (Talita p. 259). Assim como sua irmã havia cuidado dela quando mais nova, Talita também passa a cuidar do irmão mais novo. Dessa forma, as meninas são inseridas nas funções de cuidado muito precocemente, não só por ideologia, mas, principalmente, por necessidade. Os adultos das famílias mais pobres, muitas vezes, são obrigados a trabalharem em empregos mal remunerados, em jornadas exaustivas de trabalho, enquanto o cuidado dos filhos é relegado a terceiros, sendo negligenciadas muitas necessidades típicas da infância, dentre elas, a própria convivência afetiva familiar.

Sabiny também relata uma infância atravessada por dificuldades idênticas às já mencionadas: “*Minha mãe trabalhava no tempo, na Tecnolite. Então, ela saía para trabalhar às seis horas. Aí vinha, doze horas almoçava, deixava a gente na escola. Eu passava tarde na escola. Ela só chegava, sei lá, pra seis horas da noite. Aí, quando eu chegava da escola, minha avó ia me buscar, a gente ficava dentro de casa, por conta que parecia aqueles pinches trancados, quando você soltava, ia correr à rua, ia fazer as maiores atrocidades que a gente fazia, porque a gente vivia muito preso. Eu acho que por conta do trabalho, e como minha avó tinha outros netos, que ela cuidava, a gente acabava ficando preso, por conta que, tipo assim, minha mãe falava, ó, não deixa eles irem pra rua. Porque sabia que se a gente fosse pra rua, a gente ia só dar trabalho*” (Sabiny, p. 210).

Ficar em casa, sozinhas, para que os pais ou cuidadores principais saiam para trabalhar é fato corriqueiro num país onde as creches são insuficientes para abarcar toda a demanda da população. Segundo dados do levantamento nacional Retrato da Educação Infantil no Brasil - Acesso e Disponibilidade de Vagas, relativos a 2024, havia 632.763 crianças aguardando por uma vaga em creches pública. Mesmo quando já são maiores e frequentam escolas infantis que ofertam apenas um turno, as crianças são obrigadas a ficarem sozinhas ou com avós e tios, no turno oposto. A lógica capitalista de relegar o trabalho não remunerado às mulheres como sendo sua obrigação, impondo-lhes jornadas de trabalho duplas ou triplas, tende a destituir de toda a comunidade a responsabilidade pelo cuidado das crianças, além de eximir do Estado a tarefa de fomentar políticas adequadas para o cumprimento de tal função²⁹. Assim, muitas

²⁹ Para um aprofundamento sobre as análises da crise global do trabalho do cuidado, além dos ataques sistemáticos do capitalismo às políticas estatais de saúde, assistência social e educação, os trabalhos de autoras marxista contemporâneas têm sido elucidativos. Algumas já citadas nesse texto, como Nancy Fraser e Silvia Federici, têm defendido a luta feminista ancorada na reprodução social.

vezes, o fortalecimento dos laços afetivos é comprometido pela falta de tempo das trabalhadoras.

Nesse sentido, Melissa confessou com tristeza o pouco tempo de convivência com a mãe após a separação dos pais: “*Vieram buscar as coisas dele e não deixou quase nada pra gente. Então, pra mim, isso foi, eu fiquei muito triste por essa situação. Eu não entendi muito bem, mas agora eu vejo que ele foi muito, eu não sei explicar a palavra certa. E daí, minha mãe não trabalhava também. Então, foi difícil pra ela arranjar um trabalho, porque a gente sempre, ele meio que não a deixava trabalhar. Então, foi muito difícil arranjar um trabalho. Mas, quando ela conseguiu, foi uma parte meio difícil. Meio que difícil, porque eu quase não via ela também. Só depois da escola, já era noite, ela estava cansada, eu também. Então, cada um para o seu canto*” (Melissa, p. 184).

A falta de políticas públicas estatais de proteção à criança, a ausência de garantias de laços afetivos familiares que assegurem o desenvolvimento de relações afetivas e de cuidado, além da negligência que acarreta violações de direito como o trabalho precoce são consideravelmente mais impactantes nas comunidades negras, o que não quer dizer que as mães brancas e pobres não padecem da mesma problemática, mas é importante reconhecer que a infância vinculada a pressupostos de cuidado e de proteção abrange majoritariamente os corpos de crianças brancas, às quais se concede o status de vivente, os sentidos do humano. Então, os próprios arranjos que tiram das mulheres negras sua vinculação ao gênero também retiram da criança negra o estatuto de infância. No Brasil, os dados estatísticos atestam tal fato, ou seja, as crianças e os adolescentes negros são os que estão mais suscetíveis a sofrerem violência sexual, são os que mais morrem por violência policial, são também a maioria em situação de trabalho infantil e em condição de abrigamento estatal, além de representarem o recorte demográfico em cumprimento de medidas socioeducativas (Santiago, 2022).

Isso não ocorre por coincidência, mas trata-se de um projeto estatal, que, desde a colonização escravagista, destitui dos corpos negros sua condição de humanidade. O Estado brasileiro não é somente omissão no que se refere à população negra, mas ele também age de modo efetivo no sentido de validar políticas de exclusão e de extermínio. No caso das jovens mulheres negras, suas narrativas nos dão a dimensão de como tais problemas não são enfrentados pela sociedade. As meninas negras têm sua infância negada em função de uma negligência contumaz, que as priva do acesso à educação, à saúde, à moradia, à cultura, sem causar qualquer comoção da sociedade, ou seja, olhamos para tais dados e para as crianças negras como “não crianças” (Santiago, 2022), isto é, como sendo indignas de proteção estatal, pois jamais lhes foi dada a possibilidade de viverem sua infância.

No que se refere à juventude, o fenômeno é similar, pois nega-se reiteradamente a estas populações as mínimas condições para um desenvolvimento juvenil adequado. Quando se interroga a respeito dos significados de ser jovem, as mulheres referem que a precarização de suas condições materiais de subsistência as impede de crescer: “*Eu não sei. Porque eu acho que vai depender. Porque tem muitas coisas que jovens fazem que eu não costumo fazer. Tanto é que, quando eu saí pela primeira vez que fui ao shopping, eu estranhei tudo, porque era tudo algo novo pra mim. E isso foi quando eu tinha 15 anos. Ou seja, foi só três anos atrás. E algo, sempre que a gente sai, por exemplo, ter uma excursão escolar, pra conhecer as universidades, foi tudo novo pra mim. Porque eu não conhecia o Crato (cidade vizinha), eu nem sabia que existia. Pra mim era só da minha casa e a escola, e era só isso que existia. O resto não existia, não era real. É tudo uma novidade pra mim. Eu acho que eu tô vivendo na minha juventude agora. Eloá.*”

Eloá pontua com bastante clareza que a condição juvenil em termos de fase para descobrir coisas novas, de lançar-se em experiências diferentes fez pouco sentido para ela, tendo em vista a privação econômica, que nunca lhe possibilitou ir além da sua casa e da escola. Como aqui já observamos, a compreensão de infância e juventude tem datação histórica. Na concepção do capitalismo, a juventude é a fase em que o sujeito está em formação, na expectativa para assumir a vida adulta e adentrar o mundo do trabalho. Contudo, pensar na juventude a partir da interseccionalidade nos faz perceber que a relação juventude, pobreza, gênero e raça torna tal definição inócuas, se for pensada universalmente. As jovens mulheres negras estão inseridas num espaço de vulnerabilidade econômica e social, que vai minando suas possibilidades de desenvolvimento pleno.

Uma das circunstâncias vividas por estas jovens, que ilustra a minha argumentação a respeito das várias camadas de violência a que são expostas, bem como a negação do direito à juventude nos seus termos convencionais, é a maternidade e o matrimônio precocemente firmados. Talita, ao narrar sua infância e sua juventude, demonstra não apenas fragilidade nos laços afetivos, mas também o fato de que, precocemente, passou da infância para a vida marital. As premissas de uma infância e de uma adolescência livres de responsabilidades nunca foi uma possibilidade para ela. Aos 15 anos, ela estava grávida de modo acidental, pois ela alega que nunca conversou com algum adulto sobre sua vida sexual, nem teve acesso, através da escola ou por outros meios, a uma educação sexual adequada, que lhe possibilitasse um planejamento familiar.

O casamento surge na vida de Talita como uma opção que lhe possibilita fugir das violências cotidianas empreendidas pelo padrasto, as quais, conforme descreve, consistiam

numa relação conflituosa de brigas e de desentendimentos constantes, que culminavam em surras. Talita diz que seu padrasto, um homem idoso de 70 anos, descontava nela as frustrações com os próprios filhos, tanto que já havia fugido de casa para ir morar com a madrinha. Ainda, aos 14 anos, é apresentada ao seu companheiro, 13 anos mais velho. Começam a se relacionar por insistência da madrinha que o considerava um bom pretendente. Segundo suas palavras, “*todo mundo gostava dele. Aí eu só comecei a gostar dele, depois que eu comecei a namorar com ele*” (Talita p. 272). Assim, a partir do desenrolar dos eventos, passaram a morar juntos:

- “*Aí, minha mãe, ela se separou do meu padrasto. Só que aí, depois voltou de novo pra ele. Aí, não deu certo de novo. Porque ele começou a me tratar mais mal ainda. Aí, eu conheci o Antônio, que a gente começou a namorar. E a gente começou a morar junto (...). Antes de eu engravidar, eu comecei a morar com ele. Eu morava com a minha mãe. Eu namorava com ele. Aí, a minha mãe voltou a morar com o meu padrasto (...). Aí, a gente começou a morar junto. Aí, com o passar do tempo, a gente foi comprando coisas. Aí, depois eu engravidiei. Aí, a gente continuou morando junto. Aí, a gente também trabalha junto. A gente fez de alguma forma uma boa renda. Pra gente ganhar dinheiro trabalhando. Aí, a gente sempre trabalha junto. Eu sempre ajudo ele em tudo*” (Talita, p. 257-258).

O casamento e a gestação vividos ainda na adolescência deram-lhe outro senso de responsabilidade, conforme suas palavras: “*porque a pessoa tem preocupações. Depois que começa a morar com alguém. Tem filha. Tem que comprar fralda. Tem que comprar remédio. Tem que pagar aluguel. Tem que pagar essas coisas. Que minhas amigas não pensam nisso. Por exemplo, se eu perguntar para minha amiga quanto é o aluguel da casa dela, ela não vai saber. É meus pais que sabem. Já eu lá em casa, eu que tenho que ver, quando é que vai pagar isso, quando é que vai pagar aquilo aí também sobrecarrega a pessoa. E é por isso que eu me sinto um pouco adulta. Por conta dessas responsabilidades que eu já tenho. Mas também ao mesmo tempo não. É assim com relação à juventude. Você diz assim eu sinto como se eu tivesse antecipado algumas coisas. Como se minhas amigas... Como se eu tivesse pulado alguma etapa*” (Talita, 270).

Selena, outra estudante que engravidou aos 16 anos do primeiro namorado, passou a coabitar após o nascimento do filho, quando o namorado veio residir na sua casa, junto com a mãe e um irmão mais novo. Selena pondera que estão se organizando financeiramente para se mudarem e morarem sozinhos. Quanto à maternidade, as responsabilidades e as obrigações que ela traz, Selena observa: “*mas tem dias e momentos que, tipo assim, é muito difícil, porque tem dia que a criança não está bem, a criança só quer estar ali com você, cansa, você*

ficar com a criança o tempo todo no seu braço, você dá atenção o tempo todo, querer fazer uma coisa e não conseguir, você querer, ah, vai ter tal show, você se priva de muitas coisas, porque, tipo assim, ah, mas só porque tu teve filho, tu não vai pra tal canto, não, não é por conta disso, mas eu não vou deixar uma criança de um ano em casa pra mim curtir, não consigo, tipo assim, minha mente não me permite que eu faça isso, porque eu sei que ele precisa de mim (...)" (Selena, 213).

Talita também se refere ao cansaço que sente em função das obrigações conjugais e maternas, mesmo que o marido, por ser mais velho e estar acostumado aos afazeres domésticos, assuma serviços de casa, além de muitas das funções de cuidado com a filha, principalmente, pelo fato de Talita ter receio de executar certas tarefas relacionadas à criança, devido à sua falta de experiência e pouca idade: “*Ele cuidou bastante dela. Ele fazia a comida dela. Ele dava banho nela. Eu também tinha muito medo. Eu tinha medo de pegar ela, segurar. Se ela fosse pequena. E por eu ainda ser nova. Não ter muita experiência. Também porque ele nunca teve filha. Ele não tinha experiência. Mas por ele ser mais velho Era mais fácil para ele fazer. Eu ficava olhando. Eu não tinha coragem de pegar ela. Ele sempre aprendeu a dar banho. Ele sempre aprendeu a dar comida. Eu acho que é meio estranho. A mãe ser assim, mas é por conta de eu também me achar assim nova, não saber. Eu não fazia as coisas. Sempre mais quem fazia era ele*” (Talita, p. 275).

Pelo fato de Talita estudar durante o dia, o marido se responsabiliza pela comida e pelo cuidado com a casa, mas pondera: “*A mãe dele fica falando. Às vezes ele não quer lavar os pratos na frente da mãe dele, para a mãe dele não ficar vendo e dizendo coisa. Só isso que eu acho ruim, porque ele fica com medo do que os outros vão pensar, do que os outros vão falar, dos amigos dele também, fica com vergonha. Mas é ele que faz, mas a família dele é muito preconceituosa, acha que se tu é mulher, é tu que tem que fazer. Às vezes ligava pra mim e dizia: Tu já fez a comida do Antônio? Antônio já comeu? Ai meu Deus, não sabe que é ele que faz porque eu nem sei fazer direito*” (Talita, p. 276).

A narrativa da Talita evidencia algumas diferenças entre a experiência dela e a de Selena. Ambas são meninas negras com relações familiares conturbadas; Além da infância atribulada, devido a conflitos frequentes em casa, em decorrência do alcoolismo do pai, ela descreve a relação com a mãe como fria e distante e o pai como uma figura bastante autoritária. Nesse ambiente, nunca conversou sobre sua sexualidade. Assim, após iniciar sua vida amorosa, não se atentou quanto a cuidados relativos à segurança em suas relações sexuais, visando evitar uma gravidez indesejada. A juventude dela foi atravessada por tarefas de cuidado, tanto que, ao longo da entrevista, faz várias observações sobre a educação do

filho e sua responsabilidade agora como cuidadora. Relata que o pai da criança, no início, se esquivava das tarefas de cuidado, dando como desculpa sua falta de experiência. Depois de algumas discussões, isso foi mudando. Selena relata: “*antes ele tipo, a criança chorou ele me ligava, a criança chorou ele entregava, só que eu vejo que agora ele aprendeu ele percebeu como é cansativo*” (Selena, p. 221).

Ambas as estudantes levam os filhos para a sala de aula. As crianças ficam sempre na escola, sob seus cuidados. Assim, a vida de estudante, as rotinas escolares são modificadas para dar conta de todas as funções. Talita, em certo momento da entrevista, observa que a filha está sempre às voltas com alguma doença, acometida por sintomas respiratórios, que ela sugere advirem do ar-condicionado da sala de aula, que sempre está gelado. Ela me descreve um dia da sua rotina, entre os cuidados maternos e a escola: “*Eu cheguei muito cedo, porque a aula ia começar só de 10 horas. Aí a gente tem um ponto aí em frente, aí a gente traz as coisas, eu e o Antônio. E traz Iana também na moto. Ele ajeita lá fora, eu entro e estudo. Eu fico com ela o dia todinho. Às vezes de tarde, aí quando é meio dia, eu fico lá para almoçar. Aí ele volta. Aí ontem eu fiquei com ela de manhã e de tarde. Só que hoje é assim, já hoje ela ficou comigo a manhã todinha. E a tarde ela ficou com a mãe dele*” (Talita, p. 266). “(...) a gente sempre trabalha junto. Eu sempre ajudo ele em tudo. A gente trabalhava com iFood. Como entregador. Também já trabalhou vendendo salada de fruta. E agora, a gente trabalha vendendo caldo de cana, pastel, salgado, essas coisas” (Talita, p.258).

Com um dia a dia tão atribulado, além da obrigação de trabalhar para manter sua condição de subsistência, Talita comenta que não tem mais intenção de cursar uma faculdade, que era um sonho anterior à sua gestação. Considerando as necessidades da vida adulta e com compromissos de várias ordens, estudar parece um sonho muito difícil de concretizar. Por outro lado, Selena vê na continuidade dos estudos a possibilidade de dar uma vida melhor ao filho, mesmo tendo bastantes dificuldades nos estudos. Diz ela que, depois que se tornou mãe, passou a aventar a possibilidade de estudar e de cursar uma faculdade, a fim de conseguir proporcionar melhores condições financeiras ao filho e lhe oferecer coisas às quais ela não teve acesso, devido à sua condição de pobreza.

Em dado momento da entrevista, Talita, ao refletir sobre a juventude e comparar sua vida com a das demais colegas de sala observa: “*E eu já via muito diferente assim... Os meus amigos. O que elas faziam. Eu vou pedir a minha mãe. Eu não precisava pedir a minha mãe. Eu não precisava pedir a ela. Porque eu saía, chegava muito tarde, eu ia pra escola, tinha que chegar meio dia, eu chegava 3 horas da tarde. Minha mãe não ligava, estava assistindo televisão. Oi mãe, eu cheguei. Aí minhas amigas. Por serem jovens, tinha que pedir aos pais.*

Os pais tinham que autorizar. Aí com isso, eu fui me acostumando desde nova, foi mudando, mudando(...) as pessoas da minha sala que eu convivo muito, todos os dias. Eu vejo muito diferente. Que eu sou mentalmente mais velha do que elas. E de experiência, muito mais velha do que elas. Mas também de fazer as coisas assim de jovem. Sair, fazer aquilo de se divertir. Sair sem Iana (a filha). Às vezes quando eu saio sem Iana, eu meio que esqueço que eu tenho filha. “Não esqueço que eu tenho filha” (se repreende). Esquece sabe... eu sinto como se fosse normal, jovem igual elas, saindo se divertindo, sem as preocupações do dia a dia” (Talita, p. 270).

Apesar de constatar a diferença entre sua vida e a de suas amigas da mesma idade, Talita não se refere às causas de não poder ter tido uma infância e uma juventude como elas. Ela considera apenas os fatos, uma sucessão de eventos sobre os quais não teve muita ingerência, que tornaram sua vida muito diferente das amigas. Ao esboçar uma tentativa de justificativa, menciona a negligência e o abandono da mãe. Não lhe ocorrem todos os demais mecanismos produtores de desigualdade, que contribuem para ela não ser reconhecida enquanto sujeito e que lhe negam a infância e a juventude, principalmente, a força do racismo que opera eficazmente no sentido de tornar o seu corpo sem qualquer importância.

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), o casamento infantil é a união formal ou informal, na qual, pelo menos uma das partes tenha menos de 18 anos. Segundo dados da mesma instituição, o Brasil ocupa a quarta posição no mundo em números absolutos de ocorrência de tal fenômeno. As meninas são bem mais atingidas do que os meninos, pois sofrem consequências preocupantes, que podem obstaculizar suas trajetórias de vida, bem como causar prejuízos na educação, no campo do trabalho, além de prejuízos afetivos e subjetivos. Trata-se de uma realidade invisibilizada no Brasil, não entendida como problema, o que se reflete nos poucos dados e estudos disponíveis que se aprofundem na observância do fenômeno. Tal invisibilidade atesta as profundas desigualdades de gênero que vem se consolidando no país.

Veiga e Loyola (2020), em pesquisa realizada sobre a temática no Brasil, observam que as questões raciais e de pobreza se conectam profundamente com as desigualdades de gênero. As meninas negras, expostas a uma maior vulnerabilidade econômica, cujo acesso a políticas de saúde, à educação e a serviços sociais é restrito, são as mais afetadas. Diferente de outras regiões do mundo com alta prevalência do fenômeno, no Brasil, a religião não é fator determinante, uma vez que o casamento das meninas é, geralmente, informal e consensual, ou seja, envolve uma escolha deliberada das meninas em fazê-lo. É óbvio que as premissas de agência são contestáveis num sistema no qual predominam relações desiguais de poder e de

disparidades socioeconômicas profundas (Taylor *et al.*, 2015).

Há sempre uma relação complexa de fatores que podem ser apontados como razão para que o casamento numa idade tão precoce ocorra, mas a gravidez é um fator comumente destacado. Conforme foi pontuado no capítulo da revisão de literatura, a prevalência da gravidez na adolescência ocorre principalmente nas regiões norte e nordeste, entre meninas negras e indígenas. Nessas circunstâncias, o casamento infantil também tem esse recorte demográfico. A prevalência de tal fenômeno no Brasil atesta a negligência quanto a políticas públicas de cuidados a jovens mulheres, à qual se atrelam políticas ativas de controle dos corpos. Como exemplo evidente desse controle, podemos citar a luta constante de setores conservadores do Brasil, para que o direito ao aborto, sob condições específicas estabelecidas na legislação, seja revogado, desconsiderando que tal direito abarca especificamente meninas e mulheres negras vítimas de estupro, o que evidencia que as políticas antigênero se vinculam profundamente a uma política de negligência e inoperância do Estado contra corpos que julga ilegítimos.

Outro ponto que gostaria de destacar é que tais condições de desigualdade e de vulnerabilidade desembocam em inúmeras violências. Nas suas narrativas, as jovens destacam as violências simbólicas a que são submetidas quando assumem uma sexualidade dissidente, ou quando são convocadas a assumirem uma suposta feminilidade ou são invisibilizadas quanto ao seu gênero e sua condição juvenil, como ocorre frequentemente com meninas negras. Outra violência destacada deriva de privações econômicas, que condicionam os sujeitos mais vulneráveis a um estresse continuado e, no caso das mulheres, à violência de gênero, que, muitas vezes, se manifesta por meio de violência sexual.

Essas inúmeras violências são bastante eficazes no sentido de condicionarem as mulheres a certos espaços, restringindo suas possibilidades de ser, bem como operam com bastante eficiência na pedagogização dos comportamentos femininos, cerceando as condições para construções subjetivas livres. Virna, em dado momento da entrevista, quando fala das violências sexuais sofridas e de suas consequências em termos de sua compreensão quanto a ser mulher, observa: “*Ah sim, eu acho que a primeira noção que eu tive de que eu era uma mulher mesmo, foi quando eu deixei de ser criança, achei a dor... e foi quando aconteceu a segunda vez do abuso. Foi quando algumas pessoas me acolheram, outras me culparam e eu vi a diferença de como eram tratadas*” (Virna, p. 282).

A narrativa de Virna é bastante ilustrativa quanto à manutenção de um ciclo de pobreza e violência. Trata-se de mecanismos importantes que contribuem para distribuir desigualmente as vulnerabilidades, assegurando uma zona permanente de sujeitos em lugares

de exclusão.

- “A mesma coisa que eu passei com a minha mãe, a minha mãe passou em casa com a minha avó. Ela tinha um relacionamento complicado também com o padrasto, irmã só das minhas tias, que era só o pai das minhas tias, mas não era da minha mãe. E ele também assediava ela, abusava dela. Minha mãe saía muito, ia pra festa, não gostava de ficar em casa por conta dele, saia no dia e voltava só no outro. Aí a minha avó acabou também, quando se separou, acabou se prostituindo, se viciando em cocaína e álcool. A mãe da tua mãe? A mãe da minha mãe. Aí ela acabou se prostituindo e eu lembro disso porque eu também na época morava com a minha avó e o meu tio que morreu, que foi morto. E... aí a minha avó sofria muito, às vezes ela chegava totalmente conturbada, tirava a roupa no meio da rua, aí ficava mexendo comigo, aí meu tio pegava e tinha que bater nela pra ela parar. E eu lembro disso. Então, eu cresci assim, não convivi muito com a agressão e não foi num convívio bom. E aí eu vi os reflexos disso no meu irmão. Meu irmão já agrediu a mulher dele” (Virna p. 283).

Virna traz uma fala muito consistente, mencionando que a condição de gênero e a socioeconômica foram fatores determinantes para as variadas violências que sofreu ao longo da vida. Ela menciona que, mesmo diante dos abusos sexuais sofridos, sempre lhe foi retirada a posição de vítima, por meio de julgamentos que relativizavam a ação do agressor, questionando seus comportamentos pelo fato de ela ser mulher, conforme seu relato: “eu denunciei, eu fui pro conselho de tutelar. E aí eles sempre passam, antes perguntando se algum familiar pode lhe receber, pra você não precisar ir pro abrigo. E a gente foi na casa dessa minha tia e ela disse que não ia me receber porque era minha culpa, porque ela não acreditava em mim, porque ela tinha encontrado, a mulher tinha dito que tinha encontrado conversas minhas com um menino” (Virna, p. 286).

Da mesma forma, quando se refere à pobreza, suas explicações recorrem a uma moral específica, que ratifica preceitos meritocráticos. Os discursos de responsabilização individual são bastante efetivos na invisibilização das engrenagens de opressão do sistema capitalista. Não me deterei nas suas expressões, mas observo que, muitas vezes, a lógica individualizante e meritocrática gera nas jovens um sentimento de culpabilização individual. As jovens percebem e atestam uma realidade flagrantemente desfavorável, mas continuam imersas na lógica de que todos têm as mesmas oportunidades, o que evidencia a dificuldade de se desvincilharem de tal argumento. Esse movimento, que articula uma moralidade muito específica vinculada à pobreza, tem efeitos claros nas narrativas de Virna, que se concentra, muitas vezes, em situações de violência continuada a que é exposta, ou seja, uma violência

racialmente estruturada, que garante seu ciclo geracional.

Quando fala sobre a mãe, sua situação de pobreza e sua dificuldade em apoiá-la diante da violência sexual, para além das ponderações relativas à sua experiência de vida, Virna observa: “*Eu entendo que toda essa questão que a minha mãe passou assim não é justificável porque tudo é escolha*”. De modo ambíguo, estabelece relações entre a história pregressa da mãe, as condições desfavoráveis de pobreza, a violência a que também era submetida e as circunstâncias de sua vida atual; porém, junto a essa reflexão, questiona as escolhas individuais da mãe: “*Porque eu não sou nem registrada, né, pra começar. Porém, eu acho, eu também culpo a minha mãe um pouquinho (...) porque quando ela dormiu com ele sem proteção, ela já via como ele era. E ele não ia mudar, entende? Ela diz que tipo, ah, mas eu só queria ter filho. Mas acho que é uma responsabilidade muito grande para o seu próprio filho, você ter filho sem, entendeu, ter consciência do pai (...) ela só queria ter e pronto. Não se preocupou com os pais, aquilo poderia... Porque eu tenho consciência de que quando tem uma família reestruturada, tipo um pai ou uma mãe, tanto na questão da mente quanto financeira é muito melhor, dependendo dos pais, é claro, né?*” (Virna, p. 285-286).

Fica bastante evidente que os discursos moralizantes de gênero e raciais estão presentes na forma como as mulheres narram a si e suas experiências. Em certa medida, percebe-se que as desigualdades se escondem ou se camuflam por meio de imperativos de escolha individual, de liberdade e de autorresponsabilização. Apesar do consistente avanço dos discursos feministas e de igualdade, persiste a invisibilização dos esquemas de desigualdade, o que parece ter estreita ligação com o ocultamento dos racismos e da rede intrincada e complexa por onde operam as várias formas de opressão. Virna foi uma das poucas estudantes que se identificou como feminista, bem como justificou tal identificação dizendo que almeja ser livre: “*eu não quero ser limitada por eu ser mulher, por eu ser bi, por eu ser ser humano. E quando eu soube do movimento feminista, eu só soube algo que eu já era*” (Virna, p. 290).

Aqui encontro um argumento que organiza muitos conteúdos trazidos pelas narrativas das jovens, que revelam seus modos de subjetivação. Os modos de se narrar e de se constituir por meio de discursos heterogêneos no campo dos gêneros e da sexualidade certamente alargaram muitas experiências de si e se desdobraram numa ética mais plural e contestatória da heteronormatividade. De todo modo, persistem incongruências nas análises das amarragens das variadas linhas de desigualdade que compõem o mecanismo de produção dos sujeitos. Estamos num campo que se move, construído sobre bases instáveis, ou seja, os sentidos de ser reconhecido ou de ter o corpo relegado ao campo da abjeção estão o tempo todo se edificando,

se esfacelando, num movimento permanente e impreciso.

Desse modo, o permanente estado de crítica a nossas práticas políticas, coordenado com o cultivo de práticas de si que contemplam o reconhecimento de uma relação intrincada e dependente do outro, pode ser um mecanismo eficiente de transformação. Como defende Butler (2021), é preciso cultivar uma ética que reivindique valores de justiça e de igualdade, que conteemple a todos de modo uniforme. Como fazer isso, num sistema capitalista em colapso, que, como vimos, cria um estado permanente de construção de corpos abjetos, é a tarefa do nosso tempo. Talvez, ao olhar para as mulheres e seus modos de resistir firmemente aos ataques contra sua existência, encontraremos algumas respostas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desta longa jornada acadêmica, me peguei a pensar sobre o que significava, de fato, terminar. Pôr fim a um projeto, a um trajeto, a uma história é, de fato, acabar? Como conceber o momento em que algo se finda? Não sei se há um fim ou se todo fim é também princípio, se o que acaba carrega em si mesmo o começo. Por vezes me questionei se, de fato, chegara ao fim desta Tese. Agora entendo que meus prazos findaram, mas, desse mesmo tempo e espaço, nasceram um olhar aguçado, uma ânsia por compreender, uma curiosidade em saber, que apenas começaram. Da constatação de que respondi às questões de pesquisa e cumpri com os objetivos estabelecidos, surgiram mais tantas questões, outras perguntas, mais inquietações. O alívio que decorre do sentimento de que cumpri o que me propus a fazer veio junto ao desejo de fazer mais, de ler mais, de conhecer mais. No fim, me refiz, agarrada ao que aprendi e desgarrada de ilusões de perfeição e totalidade.

No início desta empreitada, olhava curiosa para as muitas mulheres e meninas jovens que compunham meu dia a dia, seus desconfortos, suas coragens, suas vontades. Sonhava com a transformação que viria com um mundo hiperconectado e com a circulação livre de informação: reivindicar direitos, rechaçar injustiças, fortalecer solidariedades, tudo isso parecia um caminho factível para mudar as coisas, que as transformações tecnológicas e sociais poderiam proporcionar. Minhas ingênuas interpretações se chocaram com a captura desses espaços digitais, para fins de uma formidável contraofensiva conservadora. Desses mesmos lugares de onde esperava revolução, deparei-me assustada, com mentiras, ataques, ódio. De repente, das mídias digitais, onde fervilhavam ideias de democracia, união e transformação viu-se surgir um clamor por normatizações, um ímpeto autoritário e odiente que tem sido deletério a todas as sociedades.

Enquanto grupos feministas se fortalecem, grupos antigênero e de valorização de uma moral sexual tradicional também ganham lugar em um mundo digital. O movimento de homens que anseiam pela retomada e reafirmação de sua masculinidade anda em paralelo a grupos de mulheres conservadoras, que aspiram um retorno à vida tradicional burguesa, que supunha ser um sonho superado, comprado apenas por gerações passadas. O mundo mudou, as relações mudaram, a sexualidade, o gênero, o desejo: tudo se transforma! Mas não sem que uma força contraofensiva se estruture, tentando garantir os sistemas de poder vigentes, que sempre favorecem certas castas, em detrimento da desumanização de outras tantas.

Mesmo atenta a este mundo de embates, constantes conflitos e guerras permanentes, onde se deteriora o sistema capitalista e vulnerabiliza-se nossas existências, analisei nesta

Tese os modos como jovens mulheres, diante de tais circunstâncias, respondendo a este tempo, vêm se subjetivando, inventando modos de existir resistentes, fabricando desejos e vontades, subvertendo e reinventando regramentos, experimentando outras formas de ser. Analisei, por meio do material produzido por Entrevistas Narrativas, como mulheres jovens narram a si e suas histórias a partir de seus gêneros e suas sexualidades. Como os discursos heterogêneos, que despontaram como mecanismo poderoso de produção de medos e condução de sujeitos, têm reverberado nas experiências de si dessas jovens.

Em minhas análises, busquei convergências entre elementos globais e locais, considerando ao máximo as especificidades de mulheres de uma região do país empobrecida e marcada por desigualdades históricas, que determinam muitos dos enquandramentos experienciais das jovens entrevistadas. O Cariri cearense, em todas as suas contradições, é elemento definidor, dos modos como discursos de gênero e sexualidade são assimilados, e de como as jovens atuam sobre si a partir de tão variados e discordantes operadores.

Dos grupos de sentido analíticos que emergiram de suas narrativas, pude depreender algumas constatações. A primeira delas, é a força com que os discursos feministas e de igualdade de gênero se alastram e operam no sentido de dotar as jovens de habilidades para reconhecer o regramento que é imposto aos seus corpos, e tentar fugir dele. As jovens se reconhecem como sujeitos passíveis de sofrerem opressões diversas, que tolhem, de forma util, mas bastante eficaz, suas possibilidades de ser. Em contraponto a tal ciência, observa-se ainda a ratificação de certos discursos essencialistas e essencializantes no que se refere ao gênero e aos sentidos de ser mulher.

Tal dicotomia me fez refletir sobre as variadas formas com que os feminismos se apresentam em suas narrativas, se sobressaindo discursos de igualdade de direitos e de liberdades individuais. Temas como o direito das mulheres a assumirem outros espaços além do doméstico e do trabalho de cuidado, são sempre tratados como centrais para uma dinâmica de transformações, apesar de as questões de raça e desigualdades sociais não serem expressas de modo tão claro, fazendo-me supor uma prevalência de discursos mais liberais dentro dos espaços virtuais onde habitam e se formam. A assimilação dos discursos feministas liberais pelo próprio capitalismo, baseando-se em sistemas meritocráticos, reverbera nas manifestações das jovens entrevistadas quando aos seus sentidos de luta política e igualdade.

Revisitando a história do feminismo estadunidense, bell hooks (2019), avaliava como os feminismos protagonizados por mulheres brancas e privilegiadas acabava por tornar-se um movimento reformista ao invés de revolucionário. Neste momento de retomada dos discursos feministas via redes sociais, retomo tais preocupações quanto a dominância de discursos que

invizibilizam classe e raça. Pois tais discursos abarcam poucas mulheres e servem muitas vezes ao camuflamento de lógicas cristalizadas de opressão. Nessas circunstâncias mulheres jovens diante da crença de um sistema justo de possibilidades de ascensão social sonham em ingressar nesse sistema ao invés de transformá-lo.

De todo modo, mesmo diante da problemática quanto ao discurso feminista mais proeminentes, não posso deixar de reconhecer a capacidade destas jovens de deslocar seus olhares, o que se discute e aponta como mote para outras pesquisas são as possibilidades de tornar os discursos e práticas mais radicais, empurrando tais jovens para campos de transformações ainda mais profundos. Talvez a aliança com outras pautas políticas se apresente como campo fértil para tal radicalização. Dentre tais alianças, destaco nas narrativas, as pautas quanto a sexualidade e os direitos LGBT+, que apesar de suas dicotomias e paradoxos, apontam para um sentido de luta e de igualdade que amplia as noções do eu, apartados de normativas e dinâmicas binárias, dando as jovens possibilidades de pensar sobre outros modos de ser.

Nas narrativas das jovens os discursos quanto às sexualidades apresentam-se de modos contraditórios, afirma-se o direito de viver fora dos ditames da heteronormatividade, acionando-se os preceitos de diversidade sexual e respeito às diferenças, ao mesmo tempo em que os preceitos de uma sexualidade natural e essencialista são mantidos e evidenciados em discursos de descoberta de si, e de revelação de desejos ocultos, supostamente naturais e inatos. Deriva de tal análise a observação de que os discursos das identidades se sobressaem quando se referem ao campo dos gêneros e das sexualidades. Atentei-me à dinâmica de tal processo, alinhada ao pensamento de Judith Butler e outros autores pós-estruturalistas, advogo que há um movimento oscilante e fluido, com fronteiras indistintas, onde se viabiliza experiências dissidentes, mas isso se faz, por meio da legitimação de certas identidades. Tal fato evidencia a complexidade da problemática e a necessidade de uma crítica constante, no sentido de garantir que os discursos quanto à identidade não assumam uma premissa de fixidez ou rigidez. Ao contrário, que se alarguem fronteiras, mais que isso, que se imploda operações que destitua qualquer corpo, fora de inscrições identitárias, de seu sentido de humanidade.

No último capítulo, me detenho um pouco no exercício de pôr em movimento, por meio dos preceitos de interseccionalidade e de gênero ampliado, a observação das dinâmicas de variados operadores de desigualdade, os marcadores de classe e, em especial, o de raça, que se destacaram como operadores na dinâmica de produção de subjetividades. Deparei-me com o fato inequívoco, da impossibilidade de ignorar as questões raciais quando se estudam

as mulheres no Brasil, um país cujas marcas da escravização são sentidas nos corpos de meninas e mulheres, sendo definidoras das possibilidades que elas têm de narrar a si.

Desse último exercício analítico, foi possível atestar o mesmo movimento oscilante de reconhecimento e desumanização, que opera na construção de corpos abjetos. Tais corpos apartados, de qualquer senso de humanidade, estão sempre expostos a violências e violações, são sujeitos que estão fora de uma dinâmica de inteligibilidade. Neste caso, não são apenas sujeitos com menos direitos: são não sujeitos, são corpos não inscritos em um campo de significação, não estando codificados em uma zona do humano. O que separa a zona do humano e do inumano é cinzento, indiscernível, e nesta Tese atesto que sua fluidez garante a manutenção dos sistemas de desigualdade em constante operação. As mulheres são sujeitos em alguns cenários, em certo tempo, a partir de determinadas circunstâncias. A criação e a manutenção de tal instabilidade são necessárias à solidificação do status quo, que garante a poucos corpos brancos privilegiados seu estado - esse sim inabalável - de privilégios.

A tese aqui defendida é a de que **os processos de subjetivação de mulheres jovens no contemporâneo ocorrem em uma zona fluida e contraditória, onde os discursos de gênero e sexualidade operam em muitas circunstâncias, em sentidos opostos, evidenciando limitações emancipatórias**. Nesse sentido, os arranjos subjetivos de invenção de si destas jovens, estão condicionados a zonas fluidas organizadoras de desigualdade, onde os discursos de gênero e sexualidade atuam de modo contraditório e oscilante, concebendo inteligibilidade e, ao mesmo tempo, produzindo abjeções. Não quero, com isso, afirmar que as transformações no campo do gênero e sexualidade são inválidas, diante da constatação da operação de tal sistema. Ao contrário, observo que, mesmo diante das incoerências e ambiguidades das políticas de identidade, elas têm sido eficientes na promoção de direitos e na garantia do status de viventes a muitos sujeitos historicamente excluídos.

Dos dois blocos analíticos propostos nesta Tese, depreende-se a afirmativa sobre uma dinâmica oscilante nos modos de se fazer jovem mulher no contemporâneo, tal fato é útil para se pensar nos próprios modos de fazer educação, e de se vislumbrar uma escolarização atenta a esse sujeito e as demandas do presente. Abro aqui um parêntese para afirmar que dos estudos das masculinidades também pode-se extrair vários instrumentos para se pensar, como em sentido oposto, os homens jovens cada vez mais, tem se radicalizado por meio de redes sociais, e se afetado por discursos misóginos e de ódio a minorias sociais. Nesse sentido, este trabalho pode servir tanto para orientar outras pesquisas, quanto para subsidiar a formação de professores e profissionais da educação afim de pensarmos formas de construir uma cultural

democrática e solidária por meio da escola.

Nesse sentido, é necessário avançar. É preciso dissipar a fronteira estabelecida entre os sujeitos e corpos dignos de humanidade e aqueles sempre relegados à abjeção. É necessária a assunção de um discurso que apele para uma democracia radical, uma democracia que se paute numa ética de igualdade inegociável, distante dos propósitos impostos pelos Estados liberais e pelas políticas econômicas neoliberais. Fazer isso, diante da aceleração da vida contemporânea, é um desafio enorme, as respostas de hoje já não servem aos problemas de amanhã.

Percebi a aceleração contumaz deste tempo, ao longo desses quatro anos. As perguntas do primeiro ano do doutorado não cabem mais no presente, as dúvidas de um tempo pré-pandêmico não são mais suportadas no agora. Exemplifico isso com as narrativas das próprias jovens: antes da pandemia, havia interesse em pesquisar subjetividades juvenis em interface com redes sociais. Naquele período, o Instagram era a rede social mais utilizada entre os jovens dos meus grupos de pesquisa. Hoje, nas entrevistas, o Tik Tok se tornou unânime, as mulheres não só se relacionam por meio de tal rede: elas se informam, pesquisam assuntos diversos e criam visões de mundo por meio de vídeos com duração de segundos. Tal rapidez me faz interrogar as tantas demandas que ainda virão; me faz refletir sobre a urgência de se pensar no humano em todas as suas formas de ser, sobre a necessidade de nos voltarmos a nós mesmos e às nossas relações, para assimilarmos bem tudo de novo que tantas transformações podem nos proporcionar.

Por fim, diante dos achados desta pesquisa, atesto a necessidade de ampliar as investigações nas áreas das infâncias, juventudes, e dos feminismos, especialmente voltando o nosso olhar para as subjetividades humanas, e os impactos das profundas desigualdades deste tempo sobre produções subjetivas. Hoje, diante das análises desenvolvidas nesta investigação, há em mim uma profunda esperança de que a resposta está nas mulheres, nos modos como se relacionam consigo mesmas, com suas famílias e suas comunidades, no modo como seus afetos circulam e são produtivos e inventivos. Assim, como em todo o meu percurso na produção desta Tese, concluo questionando: pode-se perguntar, de quem estou falando quando falo em mulheres? E eu digo que me refiro a todo e qualquer corpo que respira e vive. Enquanto ao menos um destes corpos não estiver englobado em tal conceito, não haverá mundo possível. E creio profundamente que essa é a nossa luta, a luta deste tempo.

REFERÊNCIAS

GALVÃO, Bruno Abílio. O dispositivo de sexualidade em Foucault. Prisma. **Revista de Filosofia**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 127–147, 2024. Disponível em: //periodicos.ufam.edu.br/index.php/prisma/article/view/15355. Acesso em: 16 abr. 2024.

ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Marconi (org.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 37-72.

ABROMAVAY, Miriam. *et al.* **Gangues, galeras, chegados e rappers**: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

ACIOLY, Rafael de freitas Dias. **As solicitações do corpo que muda** : a construção subjetiva da representação da gravidez na adolescência e a incorporação do habitus da maternagem em Gaibu, Pernambuco. 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

AGUIAR, Camilla Moura. **O contexto familiar na trajetória de vida de jovens e a gravidez na adolescência**: estudo longitudinal com escolares de São Gonçalo. 2023. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz., Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. Rio de Janeiro, 2023.

AGUIAR, Cibele Maria Duarte de. **Vivências sexuais de mulheres jovens usuárias de crack**. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A invenção de um macho. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino**: invenção do falo – uma história do gênero masculino (1920-1940). São Paulo: Intermeios, 2013. p. 137-229.

ALMEIDA, Ana Laura; SOARES, Rosângela Rodrigues. Narrativas de mulheres lésbicas sobre as vivências no cotidiano e no período escolar. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 1, 2021. e67625. DOI: 10.1590/1806-9584-2021v29n167625.2021. Acesso em: 16 abr. 2024.

ALMEIDA, Marlise Miriam de Matos. Simone de Beauvoir: uma luz em nosso caminho. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 12, p. 145–156, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634811>. Acesso em: 08 ago. 2025.

ALMEIDA, Mileia Santos. Maternidades Subalternas: ser ou não ser mãe nas epistemologias decoloniais e do feminismo negro. **Revista Em Tese**, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, v. 19, n. 01, p. 87 107, jan./jun., 2022.

ALMEIDA, Patrícia Fortes de. **Entre laços que educam e o cuidado de si**: tramas discursivas de identidades “desviantes” e modos de subjetivação lésbicos.2022. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal

de Pernambuco, Recife, 2022.

ANJOS, Caroline Ferreira. **Fatores associados ao comportamento sexual de risco em adolescentes e adultas jovens**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) - Programa de Pós Graduação em Ciências da Saúde, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Editora Martins Fontes, 1980.

ALTMANN, Helena. Sobre a educação sexual como um problema escolar. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 7, n. 1, 2007. Disponível em:
<https://revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1324>. Acesso em: 08 ago. 2023.

ALVAREZ, Sonia E. **The politics of gender in Latin America: comparative perspectives on women in the Brazilian transition to democracy**. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

ANDRADE, Bruna Letícia Ribeiro. A culpa é toda delas: analisando a naturalização do discurso dos celibatários involuntários (incels) no Brasil. **Revista Iberoamericana de Psicologia**, [s. l.], v. 2, n. 1, 2021.

ANDRADE, Sandra dos Santos O que fazer no ano que vem? **Articulações entre juventude, tempo e escola educação em revista**, [s. l.], v. 33, p. e158274, 2017.

ANDRADE, Sandra dos Santos. **Juventude e processos de escolarização: uma abordagem cultural**. 2008. 258f. Tese (Programa de Pós-graduação em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS. Porto Alegre, 2008.

ARCOVERDE, Lílian Rocha. **Gravidez e juventude no meio urbano e rural: significados e aproximações**. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

ARÁN, Marcia; PEIXOTO JUNIOR, Carlos Augusto. . Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler. **Cadernos Pagu**, [s. l.], p. 129-147, 2007.

ARAÚJO, Iara Maria; LIMA, Jacob Carlos.; BORSOI, Izabel Cristina. Ferreira. Operárias no cariri cearense: Fábrica, família e violência doméstica. **Revista Estudos Feministas** (UFSC. Impresso), v. 19, p. 705-732, 2011.

ARAÚJO, Roger Albernaz de; CORAZZA, Sandra Mara. Método Maquinatório de Pesquisa. **Pedagogía y Saberes**, [s. l.], v. 49, p. 67-80, 2018.

ARBO, J. B. Performance e performatividade: aproximações entre Judith Butler e J.L. Austin. **Prolíngua**, [s.l.], v. 16, n. 2, p. 256–266, 2021. DOI: 10.22478/ufpb.1983-9979.2021v16n2.58805. Disponível em:
<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/prolingua/article/view/58805>. Acesso em: 4 jan. 2025.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

AUSTIN, John Langshaw. How to do things with words. Harvard University Press, 1962a. (Traduzido por Danilo Marcondes de Souza Filho. Quando Dizer é Fazer Palavras e Ação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990).

AVELINO, Nildo. Foucault e a racionalidade (neo)liberal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 21, p. 227-284, dez. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-335220162107>. Acesso em: 28 ago. 2023.

BARRETO, Polliana de Luna Nunes; HOLANDA, Patrícia Helena Carvalho. Uma abordagem da santificação do feminino em face da educação no Cariri cearense. **Educação em Análise**, Londrina, v. 4, n. 1, p. 123–152, 2019. DOI: 10.5433/1984-7939.2019v4n1p123. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/educanalise/article/view/36364>. Acesso em: 27 jan. 2024.

BARROSO, Vanessa da Costa. **Caminhos, violências e r-existências** : experiências do risco de ser mulher na metrópole fluminense. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

BELELI, Iara. Corpo e identidade na propaganda. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, n. 15, p. 193-215, 2007.

BELLO, Alexandre Toaldo. Pecuária do amor: Relações afetivo-sexuais das jovens em escolas da periferia de Porto Alegre. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

BENJAMIN, Walter. Experiência e Pobreza. In: **Magia e técnica, arte e política**. 7. ed. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENTO, Berenice. **Abjeção**: a construção histórica do racismo. São Paulo: Cult Editora, 2024. 349 p.

BENTO, Berenice. Sexual Difference and Abjection: What is the Gender of Enslaved Black Women? **What is Contemporary Global Thinking from Latin American Women**. Writings from the Margins. [S.l.: s.n], 2024. p. 29.

BENTO, Paula Alegria. **As quatro estações da primavera**: ativismos de gênero e sexualidade no movimento de ocupações secundaristas em São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná.2023. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**: disputas e retrocessos na América Latina. [S. l.]: Boitempo Editorial, 2020.

BITTENCOURT, Naiara Andreoli. Movimentos feministas. **InSURgênciA: revista de direitos e movimentos sociais**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 198-210, 2015.

BLANCHART, Adriana Laedzma. **Subjetividades engendradas**: configurações sexo-afetivas de mulheres heterossexuais, urbanas, de classe média do Brasil. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2022.

BLANCO, Daniela C. Butler e a capacidade de agência dos sujeitos políticos: o debate com Fraser e as influências de Foucault e Derrida. **Trans/Form/Ação**, [s. l.], v. 47, n. 2, p. e02400286, 2024.

BOGADO, M. Rua. In: HOLLANDA, H. B. **Explosão feminista**: arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BORBA, Rodrigo. A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais. **Cadernos Pagu**, [s.l.], n. 43, p. 441–474, jul. 2014.

BOTTON, Andessa *et al.* Os papéis parentais nas famílias: analisando aspectos transgeracionais e de gênero. **SciELO: Pensando Famílias**, [s.l.], v. 19, n. 2, p. 43-56, 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v19n2/v19n2a05.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2025.

BRAGA, José Ricardo Marques. **Trajetórias tecidas entre as luzes da cidade e as veredas do sertão**: jovens mulheres rurais, ensino superior e projetos de vida. 2018. Dissertação (Mestrado em antropologia social) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, natal , 2018.

BRAGA, Keith Daiani da Silva. **Lesbianidades, performatizações de gênero e trajetória educacional**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, 2019.

BRAIDOTTI, Rosi. Diferença, diversidade e subjetividade nômade. **Labrys, estudos feministas**, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 1-16, 2002.

BROSIN, Danuska; TOKARSKI, Maine Laís. Do gênero a norma: contribuições de Judith Butler para a filosofia política feminista. **Revista Gênero**, [s.l.], n. 1, 2017.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Politeia, 2019.

BROWN, Wendy. O Frankenstein do neoliberalismo: liberdade autoritária nas “democracias” do século XXI. **Neoliberalismo, neoconservadorismo e crise em tempos sombrios**. [S. l.], 2021. p. 91.

BUTLER, Judith. **A força da não violência**: um vínculo ético-político. Tradução de Heci Regina Candiani. [S.l.]: Boitempo, 2021.

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder**: teorias da sujeição. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam:** os limites discursivos do “sexo”. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

BUTLER, Judith. **Desfazendo gênero.** São Paulo: Editora Unesp, 2022.

BUTLER, Judith. Introdução. In: BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra:** quando a vida é passível de luto?. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. p.13-55.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?.** São Paulo: Boitempo, 2024.

BUTLER, Judith. **Vida precária:** os poderes do luto e da violência. Tradução de Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica. 2019. 189p.

CAMPOS, Izabela Pinheiro. **Produção de subjetividades sapatonas:** resistências a heteronormatividade. 2022. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.

CAMPOS, M. T. de A.; DE TILIO, R.; CREMA, I. L. Socialização, gênero e família: uma revisão integrativa da literatura científica. **Pensando fam.**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 146-161, jul. 2017. Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2017000100012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 09 abr. 2025.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. In: HOLANDA, H. B. **Pensamento Feminista Brasileiro:** formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 271-290.

CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARRARA, Sérgio. Moralidades, rationalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. **Revista Mana**, [s. l.], v. 21, n. 2, p. 323-345, 2015.

CARVALHO, M. P.; LOGES, T. A.; SENKEVICS, A. S. Famílias de setores populares e escolarização: Acompanhamento escolar e planos de futuro para filhos e filhas. **SciELO: Rev. Est. Fem.**, [s. l.], v. 24, v. 1, p. 81-99, 2016. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/ref/v24n1/1805-9584-ref-24-01-00081.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2025.

CARVALHO, M. P.; SENKEVICS, A. S.; LOGES, T. A. O sucesso escolar de meninas de camadas populares: Qual o papel da socialização familiar? **SciELO: Educ. Pesqui**, [s.l.], v. 40, n. 3, p. 717-734, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v40n3/09.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2025.

CARVALHO, Maria Danúbia Dantas. **Um olhar interseccional acerca da gestação precoce:** análise pelo viés de gênero, raça, classe e sexualidade. 2023. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2023.

CASTRO, E. **Vocabulário em Foucault:** um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CASTRO, Fabiana Leonel de. **Negras jovens feministas:** sexualidade, imagens e vivências. 2011. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) - Programa de Pós Graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

CÉSAR, M. R. DE A.; DUARTE, A. DE M. Governo e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios. **Educar em Revista**, [s.l.], n. 66, p. 141–155, out. 2017.

COIMBRA, Cecília; BOCCO, Fernanda; NASCIMENTO, Maria Livia do. Subvertendo o conceito de adolescência. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p. 2-11, jun. 2005. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672005000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 13 jun. 2023.

CORRÊA, M. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cadernos Pagu**, [s. l.], n. 16, p. 13–30, 2001.

COSTA, A. de O.; BARROSO, C.; SARTI, C. A. Pesquisa sobre mulher no Brasil - do limbo ao gueto?. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 54, p. 5–15, 1985. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1389>. Acesso em: 08 ago. 2023.

COSTA, A. de O.; LIMA, V. da R.; MARZOLA, N.; MORAES, M. T. P. (org.). **Memórias (das mulheres) do exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

COSTA, C. de L. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. **Cadernos Pagu**, [s. l.], n. 19, p. 59–90, 2002.

CRENSHA, W, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. (Tradução de Mapping the Margins).

CYFER, I. Afinal, o que é uma mulher? Simone de Beauvoir e "a questão do sujeito" na teoria crítica feminista. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, [s. l.], n. 94, p. 41–77, abr. 2015.

CYRINO, Rafaela. A deriva transfóbica do feminismo radical dos anos 1970. **Varia Historia**, [s. l.], v. 39, n. 79, p.e23107, 2023.

DA SILVA, Roberto Rafael Dias. Para compreender a geração nem nem. **Revista Outras Palavras**, 2023. Disponível em: <https://outraspalavras.net/mercadosdemocracia/para-compreender-a-geracao-nem-nem/>. Acesso em: 12 out. 2023.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. O jovem como sujeito social. In: BRASIL. **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília, DF: UNESCO: MEC: ANPED, 2007. (Coleção educação para todos, 16). p. 155-176.

DE ASSIS CÉSAR, Maria Rita. O dispositivo da sexualidade ontem e hoje: sobre a constituição dos sujeitos da anomalia sexual. **DoisPontos**, [s. l.], v. 14, n. 1, 2017.

DE OLIVEIRA, E. A. S. O conceito de dispositivo de sexualidade na obra foucaultiana a vontade de saber. **Kalágatos**, [s. l.], v. 12, n. 24, p. 89–108, 2021. DOI: 10.23845/kalagatos.v12i24.6165. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/kalagatos/article/view/6165>. Acesso em: 16 abr. 2025.

DELORY-MOMBERGER, C.; KONDRTIUK, C. A Narrativa como Experiência e como Saber. **Revista Internacional Educon**, [s. l.], v. 2, n. 3, p. e21023005, 2021. DOI: 10.47764/e21023005. Disponível em: <https://grupoeducon.com/revista/index.php/revista/article/view/1738>. Acesso em: 16 set. 2024.

DERRIDA, J. A diferença. In: **Margens da filosofia**. Tradução de Joaquim Torres Costa e António M. Magalhães. Campinas: Papirus, 1991a. p. 33-63.

DERRIDA, J. Assinatura Acontecimento Contexto. In: DERRIDA, J. **Limited Inc**. Tradução de Constança Marcondes Cesar. Campinas, SP: Papirus, 1991b.

DINIZ, Débora; GEBARA, Ivone. **Ouvir in:** Esperança feminista. [S. l.]: Rosa dos Tempos, 2022.

DOMINGUES, Gabriela Di Giacomo. **Feminilidade líquida:** a escolha de objeto não binário entre as adolescentes contemporâneas. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de pós Graduação em Psicologia: Psicologia Clínica. Pontifícia Universidade católica de São Paulo. São Paulo, 2021.

DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica:** para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

DUARTE, André de Macedo. Relevar Foucault à luz de Butler: repensar a Biopolítica e o Dispositivo da Sexualidade. **Dois Pontos**, [s. l.], v. 14, n. 1, 2017. DOI: 10.5380/dp.v14i1.56552. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/doispontos/article/view/56552>. Acesso em: 13 ago. 2025.

DUARTE, André. Biopolítica e resistência: o legado de Michel Foucault. In.: RAGO, Margareth; VEIGA NETO, Alfredo. **Figuras de Foucault**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 45-55.

DUARTE, André. Foucault e os coletivos políticos: novas formas de vida para além do sujeito identitário de direitos. **Michel Foucault:** política: pensamento e ação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016. p. 35-49.

DUARTE, C. L. Feminismo: uma história a ser contada. In: HOLLANDA, H. B. (org.). **Pensamento feminista brasileiro:** formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 25-40.

- DUTRA, Z. A. P. A PRIMAVERA DAS MULHERES: Ciberfeminismo e os Movimentos Feministas. **Revista Feminismos**, [s. l.], v. 6, n. 2, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30384>. Acesso em: 12 out. 2023.
- EUZÉBIO, Paula Montenegro. **Experiências escolares de jovens mulheres no Ensino Médio da rede pública**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 2023.
- FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 202-231.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. [S. l.], Editora Elefante, 2017.
- FERREIRA, C. B. C. Feminismo Web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. **Cadernos Pagu**, [s. l.], n. 44, p. 199-228, 2015.
- FERREIRA, Marina Márcia Ribeiro. **Gestação durante a adolescência**: antigos debates, desafios atuais. 2016. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Programa de Pós graduação em Saúde Coletiva. Universidade do estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016
- FERREIRA-NETO, J. L. A analítica da subjetivação em Michel Foucault. **Polis e Psique**, [s.l.], v. 7, n. 3, p. 7-25, 2017. DOI: <https://doi.org/10.22456/2238-152X.76339>. Acesso em: 12 out. 2023.
- FERRO, Elaine Gomes. “**Ela é mais feminista do que eu**”: narrativas de jovens universitárias sobre feminismos nas redes. 2023. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação - Universidade Estadual Paulista (UNESP). Presidente Prudente - SP, 2023.
- FISCHER, R. M. B. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, [s. l.], n. 114, p. 197–223, nov. 2001.
- FISCHER, R. M. Foucault e o desejável conhecimento do sujeito. **Educação & Realidade**, [s.l.], v. 24, n. 1, p. 39-60, 1999.
- FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2. ed. Porto alegre: Bookman, 2004.
- FONSECA, M. **Michel Foucault e a Constituição do Sujeito**. São Paulo: EDUC, 2007.
- FOUCAULT, M. A governamentalidade. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1992. p. 277-293.
- FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito**. Tradução de Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, M. **Ética, Sexualidade, Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. (Coleção Ditos & Escritos, v. 5).

FOUCAULT, M. História da sexualidade. A vontade de saber. *In: História da sexualidade: a vontade de saber.* [S. l.]: Paz & Terra, 2015. v. 1.

FOUCAULT, M. História da sexualidade. O cuidado de si. *In: História da sexualidade: a vontade de saber.* [s. l.], Paz & Terra, 2017. v. 3.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica:** curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. *In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. (eds.), Michel Foucault, uma trajetória filosófica:* para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FOUCAULT, M. **Sexo, poder e política de identidade.** En-trevista com B. Gallagher e A. Wilson, Toronto, junho de 1982. Disponível em: <http://www.filoesco.unb.br/foucault>. Acesso em: 12 fev. 2025.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir:** história da violência nas prisões. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

FOUCAULT, M.; SENNETT, R. Sexuality and solitude: an interview with Richard Sennett. **London Review of Books**, [s. l.], n. 21, p. 03-07, 1981.

FRANÇA, Giselli de Oliveira. **Trajetórias afetivas, sexuais e reprodutivas de jovens mulheres em vulnerabilidade social:** experiências de socialização. 2014. Dissertação (Mestrado em educação) - Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos - SP, 2014.

FRASER, N. Falsas antíteses: uma resposta a Seyla Benhabib e Judith Butler. *In: BENHABIB, Seyla; BUTLER, Judith; CORNELL, Drucilla; FRASER, Nancy. Debates feministas. Um intercâmbio filosófico.* Tradução de Fernanda Veríssimo. São Paulo: Editora Unesp, 2018. p. 93-115.

FRASER, N. **Justiça interrompida:** Reflexões críticas sobre a condição “pós-socialista”. São Paulo: Boitempo, 2022.

FRASER, N. Reframing justice. Amsterdam: Royal Van Gorcum, 2005. *In: FRASER, Nancy. Feminism, Capitalism and the Cunning of History*, New Left Review, London, n. 56, p. 97-117, 2009.

FREIRE, Rebeca Sobral. **Hip Hop Feminista?** Convenções de gênero e feminismos no movimento hip hop seteropolitano. 2011. Dissertação (Estudos interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo) - Programa de Pós Graduação em Estudos interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

FREIRE, Rebeca Sobral. **“Orgulhosamente feministas, necessariamente inconvenientes”:** os discursos político-poéticos-musicais recentes das feministas jovens em Salvador. 2018. Tese (Mestrado em Estudos interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo) - Programa de Pós graduação em Estudos interdisciplinares sobre mulheres, gênero e

feminismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

FREUD, Sigmund. Luto e Melancolia. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, v. XIV, Rio de Janeiro: Imago, 1917 (Impressão em 1976).

FRIEDAN, Betty. **Mística feminina**. Petrópolis: Vozes, 1971.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Escola “sem” partido**. Rio de Janeiro: LPP/Uerj, 2017.

GALLO, Silvio. Foucault:(Re) pensar a educação. In.: RAGO, Margareth; VEIGA NETO, Alfredo. **Figuras de Foucault**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 253-260.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2015.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOLDBERG, Anette. **Feminismo em regime autoritário**: a experiência do movimento de mulheres no Rio de Janeiro. In: XII CONGRESSO INTERNACIONAL DA IPSA. Rio de Janeiro, 1982.

GRAVE, R.; MARQUES, A. M.; NOGUEIRA, C. Fluidez sexual: Contextualização histórica e contributos teóricos. **Psicologia em Estudo**, [s.l.], v. 28, p. e53789, 2023.

GROENINGA, G. C. Família: Um caleidoscópio de relações. In: GROENINGA, G. C.; PEREIRA, R. C. (orgs.). **Direito de família e psicanálise**: rumo a uma nova epistemologia. Rio de Janeiro: Imago, 2003. p. 125- 142.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. “Estudos de gênero no Brasil”. In: MICELI, Sérgio (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999. p.183-221.

HOLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento Feminista Brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Explosão feminista**: arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HOOKS, bell. O feminismo é para todo mundo: **políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019

HOPPEN, N. H. F.; DALMASO-JUNQUEIRA, B. Retrato dos estudos feministas, de mulheres e de gênero no brasil (1971-2019): a consolidação do campo científico, aprendizados e desafios. **Encontros bibli.**, [s. l.], v. 28, p. e92103, 2023.

IRIGARAY, Luce. **Speculum of the other Woman**. Tradução de Gillian C. Gill. Ithaca: Cornell University Press, 1985.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. W. Entrevista Narrativa. In: BAUER, M, W;

GASKELL, G. (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.p. 90-113.

JUNQUEIRA, R. D. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Psicologia Política**, [s. l.], v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018.

KNIBIEHLER, Yvonne. **História da virgindade**. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Rev. Bras. Educ.**, [s.l.], n.19, p. 20-28, abr. 2002.

LAURETIS, Teresa. Tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.

LORDE, Audre. Não existe hierarquia de opressão. In: HOLANDA, H. B. **Pensamento Feminista conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 235 - 238.

LOURO, Guacira Lopes. Cinema e sexualidade. **Educação e Realidade**, [s. l.], v. 1, n. 33, p. 81-98, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pró- Posições**, [s. l.], v. 19, n. 2, maio/ago., 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **O Corpo Educado:** pedagogias da sexualidade, pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Um Corpo Estranho** – ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

LUGONES, María. **Pilgrimages/Peregrinajes:** Theorizing Coalition against Multiple Oppressions. Lanham, MD, 2003.

MACHADO, Brena o Dwyer Spina da Rosa. **A construção de gênero nas relações amorosas:** um estudo sobre mulheres transexuais jovens e o processo de feminização. 2016. Dissertação (Mestrado em saúde coletiva) - Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

MACHADO, Nathalye Nallon. **Mulheres jovens, selfies, feminilidades e subjetividades em imagens.** 2019. Tese (Doutorado em educação) - Programa de Pós Graduação em educação , Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

MARIANO, S. A. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], v. 13, n. 3, p. 483–505, set. 2005.

MARIANO, S. A.; PENATI FERREIRA, L.; FERREIRA DE SOUZA, M. Metodologia e ética feministas em pesquisa social com mulheres em situação de pobreza. **Revista Pesquisa Qualitativa**, [s. l.], v. 10, n. 24, p. 192–212, 2022. DOI: 10.33361/RPQ.2022.v.10.n.24.500. Disponível em <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/500>. Acesso em: 11 ago. 2023.

MARINHO, Cristiane Maria. A potência da educação de subjetividades insurgentes para uma política outra. **Michel Foucault e as insurreições:** É inútil revoltar-se. [S. l.], p. 249-260, 2017.

MARIZ, S. A "nova direita" e a "ideologia de gênero & quot", como arma política no Brasil. **Revista de História da UEG**, [s. l.], v. 10, n. 02, p. e022105, 28 jun. 2021.

MARQUES, Ana Carolina dos Santos. **Práticas espaciais da cultura periférica de jovens mulheres negras na constituição de periferias vivíveis.** 2024. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente - SP, 2024.

MARTINS, Ana Paula Antunes. O Sujeito" nas ondas" do Feminismo e o lugar do corpo na contemporaneidade. **Revista Café com Sociologia**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 231-245, 2015.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global?. **Revista de Sociologia e Política**, [s. l.], v. 18, n. 36, p. 67–92, jun. 2010.

MATOS, Olgária. A narrativa: metáfora e liberdade. **História Oral**, São Paulo, v. 4, p. 9-24, 2001. DOI: <https://doi.org/10.51880/ho.v4i0.32>. Acesso em: 12 fev. 2024.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MCLAREN, M. **Foucault, feminismo e subjetividade**. São Paulo: Editora Intermeios, 2016.

MEAD, Margaret. **Blackberry Winter:** my earlier years. New York: Simon & Schuster, 1972.

MEAD, Margaret. **Male and Female.** A study of the sexes in a changing world. New York: Dell Publishing, 1973.

MEAD, Margaret. **Sex and Temperament in Three Primitive Societies.** New York: Dell Publishing. 1968.

MEDEIROS, N. M. de; MIRANDA, L. L. Gravidez na adolescência: educação sexual e produção de subjetividades. **Sociedade em Debate**, [s. l.], v. 27, n. 2, p. 123-137, 2021. DOI: 10.47208/sd.v27i2.2797. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/2797>. Acesso em: 08 ago. 2025.

MEIRELES, Tatiana. **"Pegar, ficar, namorar..."** Jovens mulheres e suas práticas afetivo-sexuais na contemporaneidade. Mestrado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto alegre, 2011.

MELO, Jose Patrício Pereira; BARBOSA, Fabiana Pereira; LOPES, Maria da Conceição. Chapada do Araripe: Território encantado dos índios kariri, livro aberto da história da Terra. In: IV SIMPÓSIO CIENTÍFICO DO ICOMOS BRASIL., 2020, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/simposioicomos2020/241176-CHAPADA-DO-ARARIPE--TERRITORIO-ENCANTADO-DOS-INDIOS-KARIRI-LIVRO-ABERTO-DA-HISTORIA-DA-TERRA>. Acesso em: 22 abr. 2024.

MIGUEL, L. F. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. **Cadernos Pagu**, [s. l.], n. 62, 2021.

MIRANDA, Emilia Bezerra de. **Narrativas de Amizade entre Jovens Mulheres:** experimentações em território afetado pelo programa de aceleração do crescimento. 2018 Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

MISKOLSCI, R. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. **Cadernos Pagu**, [s. l.], n. 53, ePub, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000200402&lng=pt&tlang=pt. Acesso em: 19 abr. 2023.

MISKOLSCI, R.; CAMPANA, M. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**, [s. l.], v. 32, n. 3, p. 723-748, set./dez. 2017.

MISKOLCI, R.; PELÚCIO, L. Gênero, sexualidades e mídias contemporâneas: do pessoal ao político. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], v. 25, n. 1, p. 263–268, jan. 2017.

MISKOLCI, R. **Batalhas Morais Política identitária na esfera técnico-midiatizadora**. São Paulo: Autêntica, 2021.

MISKOLCI, R. Um corpo estranho na sala de aula. In: Anete Abramowicz; Valter Roberto Silvério (orgs.). **Afirmando diferenças:** montando o quebra-cabeça da diversidade na escola. 2. ed. Campinas: Papirus, 2010. p. 13-26.

MOHANTY, C. T. Under Westerns Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses. **Boundary 2**, Durham, v. 12, n. 3, p. 333-358, 1984.

MONTEIRO, Laís de Souza. **Trajetórias afetivo-sexuais de mulheres jovens universitárias em Recife:** aproximações sobre as vivências sexuais e os significados do prazer. 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2019.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. **Mulheres em movimento**. São Paulo: Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

MORAES, Silvia Piedade de. **Sexualidades e identidades de gênero no contexto do cárcere:** representações sociais de jovens presidiárias. 2017. Tese (Doutorado em educação e saúde na infância e adolescência) - Programa de Pós Graduação em em educação e saúde na infância e adolescência, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2017.

MORESCO, Marcielly Cristina. **Primavera secundarista feminista:** corporalidades, gênero.e sexualidades dissidentes nas ocupações escolares do Paraná. 2020. Tese (Doutorado em Educação - Programa de Pós Graduação em em educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

MOURA, Marco Aurelio. **O discurso do ódio em redes sociais**. [S. l.]: Lura Editorial (Lura

Editoração Eletrônica LTDA-ME), 2016.

MOZER, Rute Bueno Caires. Trajetórias de Jovens Mulheres LBT: Memórias de (Des)acolhimento Institucional, violências e resistências. 2023. Dissertação (Mestrado em estudos da Condição Humana) - Programa de Pós Graduação em Estudos da Condição Humana) Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2023.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Famílias e patriarcado: Da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia & Sociedade**, [s.l.], v. 18, n. 1, p. 49-55, 2006a.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, [s. l.], v. 11, n. 3, p. 647–654, set. 2006b.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. A concepção de família de uma mulher-mãe de vítimas de incesto. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, [s. l.], v. 19, n. 3, p. 395-406, 2006c.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**: relações raciais, quilombos e movimentos. Organização de Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NAVARRO-SWAIN, Tania. Entre a vida e a morte, o sexo. In: NAVARRO-SWAIN, Tania; STEVENS, Cristina (orgs.). **A construção dos corpos**: perspectivas feministas. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2008. p. 285- 302.

NEVES, S.; NOGUEIRA, C. Metodologias feministas: a reflexividade ao serviço da investigação nas ciências sociais. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, [s. l.], v. 18, n. 3, p. 408–412, set. 2005.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas**, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 9–41, 2000.

NINO, Aldones; PIVA, Paulo Jonas de Lima. O cotidiano escolar e os impactos da teoria queer face à pedagogia heterossexista. **Sapere Aude**, [s. l.], v. 4, n. 7, p. 501-505, 2013.

NOGUERA-RAMÍREZ, Carlos Ernesto. "A governamentalidade nos cursos do professor Foucault." **Foucault: filosofia & política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 71-80.

OGIDO, Rosalina. **Adolescência, maternidade e mercado de trabalho**: uma relação em construção. 2011. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Programa de Pós Graduação Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

O'LEARY, D. **The gender agenda**: redefining equality. Lafayette, LA: Vital Issues Press, 1997.

OKSALA, Johanna. O sujeito neoliberal do feminismo. In: RAGO, M.; PELEGRIINI, M. **Neoliberalismo Feminismos e Contracondutas**: Perspectivas Foucautianas. São Paulo: Intermeios, 2019. p. 115-138.

OLIVEIRA JUNIOR, Isaias Batista de; MAIO, Eliane Rose. "Não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais": o discurso inaugural no "desagendamento" do kit gay do MEC. **e-Curriculum**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 125-152, mar.

2017. DOI: <https://doi.org/10.23925/1809-3876.2017v15i1p125-152>. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-38762017000100125&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 dez. 2023.

OLIVEIRA, Kris Herik de. Intensos encontros: Michel Foucault, Judith Butler, Paul B. Preciado e a teoria queer. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], v. 29, p. e67637, 2021.

OLIVEIRA, Josilene Maria de. **O lugar das jovens negras no contexto escolar em Campina Grande-PB:** raça e gênero. 2016. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande-PB, 2016.

OXFAM BRASIL. **A desigualdade de gênero, suas injustiças e desafios.** 2021. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/blog/a-desigualdade-de-genero-suas-injusticas-e-desafios/?gclid=Cj0KCQiAnsqdBhCGARIsAAyjYjREHnG2zyjHI6YRH21uMgBJnpzHSuA8-J4s2l6Us75oRbd_dMioZmcaAlQQUEALw_wcB. Acesso em: 16 set. 2023.

PADILHA, Maria Angélica Silveira. **As representações sociais da evasão escolar para mães adolescentes:** contribuição para a enfermagem. 2011. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

PAIVA, André Luiz dos Santos. Poder, Norma, Corpo e Gênero: Reflexões a partir de Michel Foucault e Judith Butler. **Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea**, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 505–527, 2022. DOI: 10.26512/rfmc.v10i1.39186. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/fmc/article/view/39186>. Acesso em: 4 mar. 2025.

PAIVA, C. C. da S.; SOUSA, R. B. de; RIBEIRO, E. J. Gênero, educação e metodologias feministas. **Cenas Educacionais**, [s. l.], v. 4, p. e11421, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/cenaseducacionais/article/view/11421>. Acesso em: 06 abr. 2024.

PASSEGGI, Maria da Conceição. A experiência em formação. **Educação**, Porto Alegre, v. 34, n. 02, p. 147-156, ago. 2011. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-25822011000200004&lng=pt&nrm=iso. Acessos em: 16 set. 2023.

PASSERINI, Luisa. Mulheres, consumo e cultura de massas. In: PERROT, Michele; DUBY, Georges. **História das mulheres no Ocidente**. Porto, Portugal, Afrontamento, 1991. v. 4.

PEÇANHA, Virgínia. **#Elenão e ni una menos:** a "quarta onda" feminista e o ativismo nas redes sociais. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós Graduação em Ciências Políticas, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.

PENNA, F.A. Programa Escola sem Partido: Uma ameaça à educação emancipadora. In: GABRIEL, C.T.; MONTEIRO, A.M.; MARTINS, M.L.B. (orgs.). **Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2016. p. 43-58.

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. **Dengos e zangas das mulheres-moringa:vivências afetivo-sexuais de mulheres negras.** Tese(doutorado) Universidade de Brasília. Brasília, 2019.

PEREZ, T. S.; PALMA, Y. A. Amar amores: o poliamor na contemporaneidade. **Psicologia & Sociedade**, [s. l.], v. 30, p. e165759, 2018.

PESSOA, Daniele Raimundo Neves. **Mulheres, jovens, negras e positivas para o HIV... quem elas são?** Perspectivas interseccionais na trajetória de mulheres grávidas com HIV em acompanhamento de saúde no núcleo perinatal do Hospital Universitário Pedro Ernesto/UERJ. 2018. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

PINHEIRO, Cristiano Guedes. **Escola Sem Partido (ESP) versus Professores Contra o Escola Sem Partido (PCESP):** tensões e discurso nas redes sociais. 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul, 2017.

PINHEIRO, L.; GALIZA, M.; FONTOURA, N. Novos arranjos familiares, velhas convenções sociais de gênero: a licença-parental como política pública para lidar com essas tensões. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], v. 17, n. 3, p. 851-859, 2009.

PINTO, Céli Regina J. Feminismo, História e Poder. **Revista de Sociologia e Política**, [s. l.], v. 18, n. 36, p.15-23, jun. 2010.

PINTO, Celi Regina J. **Uma história do feminismo no Brasil.** [S. l.: s. n.], 2003.

PISCITELLI, A. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque; SZWAKO, José. **Diferenças, Igualdade.** São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. p.116-148.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, 2008. DOI: 10.5216/sec.v11i2.5247. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/5247>. Acesso em: 21 ago. 2024.

PISCITELLI, A. **Re-criando a (categoria) mulher?** [S. l.], 2001. Disponível em: <http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.ifch.unicamp.br.pagu/files/Adriana01.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2023.

PRECIADO, Paul B. As vezes me esqueço que sou um homem. **El País**, 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/cultura/2021-03-19/paul-b-preciado-as-vezes-me-esqueco-de-que-sou-um-homem.html>. Acesso em: 08 fev. 2025.

PRECIADO, Paul B. **Dysphoria mundi:** O som do mundo desmoronando. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

PRECIADO, Paul B. **Eu sou o monstro que vos fala:** Relatório para uma academia de psicanalistas. [S. l.]: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2022.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Revista estudos feministas**, [s. l.], v. 10, n. 01, p. 155-167, 2002.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER,

Edgardo (org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 107-130.

RAGO, M. **A aventura de contar-se:** feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas: Unicamp, 2013.

RAGO, M. Adeus ao feminismo? Feminismo (pós)moderna no Brasil. **Cadernos Ael**, [s.l.], n. 3/4, p. 11-43, 1996.

RAGO, M. Descobrindo historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**, [s. l.], n. 11, p. 89–98, 2013. Disponível em:
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634465>. Acesso em: 10 out. 2023.

RAGO, M. Epistemologia Feminista, Gênero e história. In: PEDRO, Joana M.; GROSSI, Mirian P. (orgs). **Masculino, Feminino, plural**. Florianópolis, Editora das Mulheres, 1998. p. 24-42.

RAGO, M. Estar na hora do mundo: subjetividade e política em Foucault e nos feminismos. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, [s. l.], v. 23, p. e180515, 2019.

RAGO, M. Feminismo e subjetividade em tempos pós-modernos. **Poéticas e políticas feministas**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004. p. 31-41.

RAGO, M.; PELEGRIINI, M. **Neoliberalismo, Feminismos e Contracondutas:** perspectivas foucaultianas. São Paulo: Intermeios, 2019.

REA, Caterina; AMANCIO. Crítica Queer racializada e deslocamentos para o Sul global. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje:** sexualidades no sul global. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

REBS, Rebeca Recuero; ERNST, Aracy. Haters e o discurso de ódio: entendendo a violência em sites de redes sociais. **Diálogo das letras**, [s. l.], v. 6, n. 02, p. 24-44, 2017.

REIS JUNIOR, D. de O. Natureza e trabalho no cariri cearense. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26. 2011, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: ANPUH, 2011.

RIBEIRO, Diana; NOGUEIRA, Conceição; MAGALHÃES, Sara Isabel. **As ondas feministas:** continuidades e descontinuidades no movimento feminista brasileiro. [S. l.: s. n.], 2021.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas - Estudos gays:** gêneros e sexualidades, [s. l.], v. 4, n. 05, 2012. Disponível em:
<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309>. Acesso em: 12 fev. 2025.

ROCHA, Fernanda de Brito Mota. **A quarta onda do movimento feminista:** o fenômeno do ativismo digital. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo - RS, 2017.

RODRIGUES, C.; BUTLER, Judith P. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], v. 13, n. 1, p.179, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000100012>. Acesso em: 10 out. 2023.

RODRIGUES, C. **O luto entre clínica e política:** Judith Butler para além do gênero. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

RODRIGUES, Maélli. Arali. Lima. **Narrativas insurgentes de mulheres negras lésbicas acerca dos efeitos das discriminações em seu bem-estar subjetivo.** 2022. (Dissertação de mestrado) - Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

RODRIGUES, C.; GRUMAN, P. Do abjeto ao não-enlutável: o problema da inteligibilidade na filosofia de Butle. **Anuário Antropológico**, [s. l.], v. 46, n. 3, 2021. DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.8933>. Disponível em: <http://journals.openedition.org/aa/8933>. Acesso em: 27 maio 2025.

RODRIGUES, Virginia Squizani. **Controvérsias em torno da pílula anticoncepcional:** usos e recusas do medicamento por jovens mulheres das classes médias urbanas. 2020. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

RODRIGUES, Julliana Luiz. **Estereótipos de gênero e cuidado em saúde sexual de mulheres lésbicas e bissexuais.** 2011. Dissertação (Mestrado em Saúde, Ciclos de Vida e Sociedade) - Programa de Pós Graduação em Saúde, Ciclos de Vida e Sociedade Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

ROMÃO, Carla de Oliveira. **Do protagonismo à liderança:** trajetórias de jovens mulheres em tempos de democracia e de golpe. 2021. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2021.

ROSA, P. O.; ZAMBONI, J.; VIEIRA, B. B. dos R. Uma análise dos discursos conservadores sobre “ideologia de gênero” a partir dos estudos queer e do feminismo negro decolonial. **Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia**, [s. l.], v. 57, n. 1, 2 jan. 2025.

ROSE, Nikolas. Como se Deve Fazer a História do Eu. **Educação & Realidade**, [s. l.], v. 26, n. 1, 2001. p. 33-57.

RUBIN, Gayle. Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: NARDI, Peter M.; SCHNEIDER, Beth E. (eds.). **Social perspectives in lesbian and gay studies.** London: Routledge, 1998.

RUBIN, Gayle. Tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo. In. REITER, R. (ed.). **Toward na Antropology os Women.** New York: Monthly Review Press, 1975. p. 05. (Traduzido para o português e publicado por SOS Corpo e Cidadania).

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer.** Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer.** Tradução e notas de Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

SANTIAGO, Viviane. Relatório- Infância negra, uma reconstrução necessária. **Geledes: instituto da mulher negra.** [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2022/07/Infancia-negra-uma-reconstrucao-necessaria.pdf>. Acesso em: 27 maio 2025.

SANTOS, Ana Carolina Vila Ramos dos. Feminismo teen e youtubers: feminismo na adolescência em tempos de redes sociais. **Desidades**, Rio de Janeiro, n. 31, p. 136-151, dez. 2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2318-92822021000300009&lng=pt&nrm=iso. Acessos em: 15 abr. 2024.

SARTI, C. A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. **Cadernos Pagu**, [s. l.], n. 16, p. 31–48, 2001.

SARTI, C. A. **O início do feminismo sob a ditadura no Brasil:** o que ficou escondido. In: XXI CONGRESSO INTERNACIONAL DA LASA. Chicago, 1998. p. 1-12.

SAVEGNAGO, S. D. O.; ARPINI, D. M. A abordagem do tema sexualidade no contexto familiar: o ponto de vista de mães de adolescentes. **SciELO: Psicol. cienc. prof.**, [s. l.], v. 36, n. 1, p. 130-144, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v43n150/10.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2025.

SAVEGNAGO, S. D. O.; ARPINI, D. M. Conversando sobre sexualidade na família: olhares de meninas de grupos populares. **SciELO: Cadernos de Pesquisa**, [s.l.], v. 43, n. 150, p. 924-947, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v43n150/10.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2025.

SCALA, Jorge. **Ideología de Género:** o neototalitarismo e a morte da família. São Paulo: Katechesis, 2011.

SCALA, Jorge. **La ideología del género o el género como herramienta de poder.** Rosário: Ediciones Logos Ar, 2010.

SCAVONE, L. Políticas feministas do aborto. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], v. 16, n. 2, p. 675–680, maio 2008.

SCHÜTZE, Fritz. Pesquisa biográfica e entrevista narrativa. In: WELLER, Vivian; PFAFF, Nicole. (Orgs.). **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação:** teoria e prática. Petrópolis (RJ): Vozes; 2010. p. 211-22.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, [s. l.], v. 20, n. 2, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 08 ago. 2023.

SCIAROTTA, Daniely. **Expulsas do paraíso:** reprodução de jovens mulheres vivendo com HIV. 2021. Tese (Doutorado em Ciências) - Programa de Pós Graduação em Saúde da Criança e da Mulher, Instituto Nacional de Saúde da Mulher da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2021.

SILVEIRA, Isabella Batista. “**Lute como uma menina**”: gênero e processos de formação na experiência das ocupações secundaristas. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2019.

SEFFNER, F.; PICCHETTI, Y. de P. A quem tudo quer saber, nada se lhe diz: uma educação sem gênero e sem sexualidade é desejável? **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 61-81, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.17058/rea.v24i1.6986>. Acesso em: 16 abr. 2025.

SEFFNER, Fernando. Sempre atrás de um buraco tem um olho: racionalidade neoliberal, autoritarismo fundamentalista, gênero e sexualidade na Educação Básica. **Práxis Educativa**, [s. l.], v. 15, 2020.

SENKEVICS, A. S.; CARVALHO, M. P. Casa, rua, escola: gênero e escolarização em setores populares urbanos. **SciELO: Cadernos de Pesquisa**, [s. l.], v. 45, n. 158, p. 944-968, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v45n158/1980-5314-cp-45-158-00944.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2025.

SILVA, J. M. **O lugar do pai**: uma construção imaginária. São Paulo: Annablume, 2010.

SILVA, Jaime Peixoto. **Jovens LGBTQIA+ negro/as e as resistências ao neoconservadorismo**: narrando dissidências. 2022. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de pós-graduação: conhecimento e inclusão social em educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo horizonte, 2022.

SILVA, L. M. **Paisagem e Memória no Cariri Cearense**: apontamentos de pesquisa. In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: Lugares dos Historiadores Velhos e novos desafios. Florianópolis, SC, 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439858185_ARQUIVO_PaisagememorianoCaririapontamentosdepesquisa.pdf. Acesso em: 23 abr. 2024.

SILVA, Monalisa Nanaina da. **Influência da autoestima na saúde sexual e reprodutiva de jovens universitárias**: análise sob a ótica racial. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós Graduação em Enfermagem em Saúde Pública, Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2019.

SILVA, raquel zanelatto alves da. **Iniciação sexual de mulheres jovens vivendo com HIV/Aids no município de São Paulo**. 2017. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Programa de Pós Graduação em Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo 2017.

SILVA, Karina. Dias da. **Um discurso sobre gênero em uma escola profissionalizante no Sul do Brasil**: o que pensam, o que dizem, o que sentem, as estudantes do programa jovem aprendiz?. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade La Salle, Canoas, 2021.

SIQUEIRA, Tatiana Lima. **Sujeito simples, composto ou inexistente**: quem é o sujeito da or(ação) feminista?. [S. l.: s. n.], 2008.

SOARES, Diulia Luisa Hartmann. **#elenão e a quarta onda do feminismo no Brasil**: Movimentos de mulheres no Twitter durante as eleições de 2018. 2021. Dissertação

(Mestrado em Ciências Humanas) - Programa de Pós Graduação em Ciências Humanas. Universidade Federal da Fronteira Sul. Erechim, 2021

SOIHET, R.; COSTA, S. G. Interdisciplinaridade: história das mulheres e estudos de gênero. **Gragoatá**, [s. l.], v. 13, n. 25, 30 dez. 2008.

SOMMERS, C. H. The Feminist Revelation. **Social Philosophy and Policy**, [s. l.], v. 8, n. 1, p.141–158, 1990a. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/social-philosophy-and-policy/article/abs/feminist-revelation/BE71D95FE39E15438ECF0AC583E3E863>. Acesso em: 15 maio 2021.

SOUZA FILHO, Alípio. A política do conceito: subversiva ou conservadora? Crítica à essencialização do conceito de orientação sexual. **Bagoas**, Natal, v. 3, n. 4, p. 5977, jan./jun. 2009.

SOUZA, Letícia de Melo. **Slut Shaming e Porn Revenge:** vivências de mulheres jovens e as repercussões para a saúde mental. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) Programa de Pós Graduação em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

SOUZA, A.L.S. *et al.* **A ideologia da Escola sem Partido:** 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Autores Associados, 2016.

SOUZA, E.; MEIRELES, M. de. Fotobiografia e entrevista narrativa: modos de narrar a vida e a cultura escolar. **Pesquisa Narrativa:** interfaces entre histórias de vida, arte e educação, Santa Maria: Ed. da UFSM, 2017. p. 125-141.

SOUZA, Paolla dos Santos. **Ciberfeminismo:** conceito teórico para as narrativas contemporâneas da quarta onda feminista. Tese (Mestrado em Cognição e Linguagem) - Programa de Pós Graduação: Cognição e Linguagem, Universidade Estadual do norte Fluminense, Campos dos Goytacazes - RJ, 2020.

SOUZA, Rosangela Silva de. **Gravidez na adolescência, pólos de desenvolvimento e controles institucionais:** trajetórias reprodutivas de adolescentes/jovens de nossa senhora do ó'. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 135 p.

SUARÉZ, Daniel Hugo. Pesquisa narrativa: outras formas de conhecer. In: MARTINS, Raimundo; TOURINHO, Irene; SOUZA, Elizeu Clementino de (org.). **Pesquisa narrativa:** interfaces entre histórias de vida, arte e educação. Santa Maria: Ed. UFSM, 2017. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 16 set. 2023.

TAYLOR, A.; LAURO, G.; SEGUNDO, M.; GREENE, M. **Ela vai no meu barco:** casamento infantil na infância e adolescência no Brasil. 1. ed. [S. l.]: Instituto Promundo e Promundo-US, 2015. Disponível em: <https://promundo.org.br/recursos/ela-vai-no-meu-barco-casamento-na-infancia-e-adolescencia-no-brasil/>. Acesso em: 27 maio 2025.

TEIXEIRA, Inês A. Castro; PÁDUA, Karla Cunha. **Virtualidades e alcances da entrevista narrativa.** In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA (AUTO) BIOGRÁFICA. [S. l.], 2006.

TORRES, Thaís Priscila de Souza. “**Em papel carbono e barbante**” : currículo, normatividade e agência a partir de experiências escolares de jovens lésbicas. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

UMBELINO, Vanessa Maria Rigaud Peixoto dos Santos. **Filhos/as de Suape:** sexualidade e reprodução entre jovens mulheres evangélicas residentes em Cabo de Santo Agostinho/PE. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

VAZQUEZ, Ana Carolina Brandão. **A chamada quarta onda do movimento feminista:** entre o conservadorismo e a resistência. 2023. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

VEIGA, Marília Vilela Alencastro; LOYOLA, Valeska Maria Zanello de. Escolher é ser escolhida: meninice, pobreza e casamento infantil no Brasil. **Psicologia:** Teoria e Pesquisa, Brasília, DF, v. 36, n. spe, p. e36nspe18, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102.3772e36nspe18>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/vmzsx5dSWKCD3hcB5MSQfYm/?lang=pt#>. Acesso em: 08 fev. 2025.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a Educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

VEIGA-NETO, Alfredo.; LOPES, Maura. Corcini. Inclusão e governamentalidade. **Educação & Sociedade**, [s. l.], v. 28, p. 947-963, 2007.

VIANA, Iara Félix. **Mulheres negras e baile funk:** sexualidade, violência e lazer. 2013. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) - Programa de Pós-Graduação em Estudos do Lazer. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

VIANNA, Cláudia; BORTOLINI, Alexandre. Discurso antigênero e agendas feministas e LGBT nos planos estaduais de educação: tensões e disputas. **Educação e Pesquisa**, [s. l.], ePub 30 set. 2020. ISSN 1678-46342020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202046221756>. Acesso em: 8 jan. 2022.

WARMLING, Diego; BASTONE, Petra. Sobre a crítica ao pensamento hétero e a desconstrução das categorias de gênero: Butler leitora de Monique Wittig. **Cadernos Pagu**, [s.l.], n. 68, p. e236809, set. 2023.

WITTIG, Monique. Não se nasce Mulher. In: HOLANDA, H. B. **Pensamento Feminista conceitos fundamentais.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 83-94.

WITTIG, Monique. **The Straight Mind and Other Essays.** Boston: Beacon Press, 1992.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza:** como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres.

7. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

XAVIER, Anna Karina Gonçalves. **Mulheres jovens e prática da dupla proteção em uma comunidade popular do Recife.** 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife , 2011.

APÊNDICE A - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

Caracterização sócio-econômica

1. Nome
2. Idade
3. Escolaridade
4. Com quem mora
5. Situação conjugal
6. Cidade de residência
7. Local de nascimento
8. Raça/cor (autodeclaração espontânea e categorias do IBGE + heteroclassificação):
9. Renda mensal da casa
10. Filhos/as
11. Religião
12. Identificação de gênero
13. Identificação de orientação sexual

Questão gerativa da narrativa.

Fale sobre sua história de vida enquanto uma jovem mulher. Destaque em sua fala, qual é a sua percepção sobre ser mulher e jovem nos dias de hoje, ressaltando as questões de gênero e sexualidade. Considere os desafios e dificuldades enfrentados em virtude da identidade feminina, da identidade sexual e da identidade juvenil, em variados espaços, como a família, a escola e na comunidade.

Questionário orientador da pesquisadora (Utilizado apenas como referência dos conteúdos a serem verificados).

Parte I da narrativa:

1 - Relatar como foi sua história de vida na infância, em que momento sentiu ou tomou consciência sobre seu gênero.

- Trazer experiências na família
- Trazer experiência na escola
- Trazer experiência em outros ambientes

- Quais foram suas referencias femininas ao longo da vida
- Trazer a história da família
- Trazer a história da mãe e avós

2 - Com relação a identidade sexual contar sua experiência.

- Trazer relatos quanto a reação na família, na escola, e demais espaços de socialização.
- O que você entender sobre questões de gênero e sexualidade?
- Conte sobre sua educação quanto a temática na família, na escola, e em outros espaços de socialização.
- Quanto aos feminismos qual o seu nível de conhecimento e suas fontes de informação?
- Trazer experiências formais (a escola) e experiências informais (amigos, espaços de formação política, internet, literatura...)
- Como você percebe que essas discussões chegam até você?
- Falar sobre os discursos conservadores e os modos como impactam em suas vidas

Parte II - Temas dos Feminismos

- 1 - O que é feminismo? Quais as suas experiências políticas? Experiências pessoais?
- 2 - Como você entende as desigualdades de gênero? Como você sente as desigualdades?
- 3 - Observar como, e se, emergem os seguintes temas:

- Relacionamento abusivo;
- Padrões de Beleza;
- Direito de mulheres negras;
- Aborto;
- Trabalho reprodutivo;
- Amizade e sororidade;
- Preconceito contra mulheres, LGBTs, negros;
- Maternidade;
- Paternidade;
- Sexualização do corpo feminino;
- Relacionamento amoroso.

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE (TCLE)



UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
Diretoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
COMITÉ DE ÉTICA EM PESQUISA

O Comitê de Ética é responsável por assegurar os cuidados éticos da pesquisa com seres humanos.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Prezado (a) pai/mãe ou responsável,

A estudante sob a sua responsabilidade legal, está sendo convidada para participar de pesquisa que busca analisar as experiências de jovens mulheres e as transformações da realidade social que envolvem desigualdades. A pesquisa será desenvolvida por Fabrícia Keilla Oliveira Leite, no Curso do Doutorado em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, sob orientação da Professora Drª Maura Corcini Lopes.

A participação da estudante consiste em responder entrevista individual sobre o assunto, que será realizada na escola em horário previamente definido entre a pesquisadora e a participante. Será gravada em áudio, para facilitar a análise dos dados, que serão utilizados apenas para este estudo. Os riscos às participantes são mínimos e poderão estar relacionados com desconforto a responder a entrevista, vergonha ou constrangimento ao relatar eventos vividos. Neste caso a participante poderá conversar com a pesquisadora e verificar a melhor forma de seguir com sua participação, ou interrompê-la, se assim desejar. Caso ela decida não participar ou o(a) senhor(a) deseje retirar seu consentimento em qualquer etapa da pesquisa, não haverá nenhum prejuízo para a estudante.

Todo o material produzido durante as entrevistas ficará sob a guarda da pesquisadora e será garantido o anonimato da estudante. Os benefícios da pesquisa, não são diretos às participantes, mas os resultados do estudo poderão contribuir para o desenvolvimento de conhecimento na área do estudo. A pesquisadora fica à disposição para esclarecer qualquer dúvida que possa surgir antes, durante ou depois da entrevista. O contato com a pesquisadora poderá ser pelo celular: (83) 996281045 ou e-mail: fabricia.oliveira@ifce.edu.br. Este Termo é assinado em duas vias, sendo que uma permanece com o senhor(a) e a outra deve ser devolvida à pesquisadora.

_____, ____ / _____ / 2024.

Nome do(a) responsável

Fabrícia Keilla Oliveira Leite
Pesquisadora

Assinatura do(a) responsável

CEP – UNISINOS
VERSÃO APROVADA
Em 17/04/2024

APÊNDICE C – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)



UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
Diretoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
COMITÉ DE ÉTICA EM PESQUISA

O Comitê de Ética é responsável por assegurar os cuidados éticos da pesquisa com seres humanos.

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TALE

Você está sendo convidada para participar de pesquisa que busca analisar as experiências de jovens mulheres e as transformações da realidade social que envolvem desigualdades. A pesquisa será desenvolvida por Fabrícia Keilla Oliveira Leite, no Curso do Doutorado em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, sob orientação da Professora Dr.ª Maura Corcini Lopes.

Sua participação consiste em responder entrevista individual sobre o assunto, que será realizada na escola em horário previamente definido por nós. Será gravada em áudio, para facilitar a análise dos dados, que serão utilizados apenas para este estudo. Os riscos relacionados com sua participação são mínimos e poderão estar relacionados com a possibilidade de você sentir algum desconforto ao responder a entrevista, vergonha ou constrangimento ao relatar eventos vividos. Neste caso você poderá conversar com a pesquisadora e verificar a melhor forma de seguir com sua participação, ou interrompê-la, se assim desejar. Você também poderá desistir de participar em qualquer etapa da pesquisa, sem nenhum prejuízo.

Todo o material produzido durante as entrevistas ficará sob a guarda da pesquisadora e será garantido o seu anonimato. Os benefícios da pesquisa, não são diretos às participantes, mas os resultados do estudo poderão contribuir para o desenvolvimento de conhecimento na área do estudo. A pesquisadora fica à disposição para esclarecer qualquer dúvida que possa surgir antes, durante ou depois da entrevista. O contato com a pesquisadora poderá ser pelo celular: (83) 996281045 ou e-mail: fabricia.oliveira@ifce.edu.br. Este Termo é assinado em duas vias, sendo que uma permanece com você e a outra deve ser devolvida à pesquisadora.

_____, ____ / _____ / 2024.

Nome do participante

**CEP – UNISINOS
VERSÃO APROVADA**
Em 17/04/2024

Assinatura do participante

Fabricia Keilla Oliveira Leite
Pesquisadora

APÊNDICE D – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)

UNIVERSIDADE DO VALE DO
RIO DOS SINOS - UNISINOS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Titulo da Pesquisa: JOVENS MULHERES E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO:
modos de resistir e se inventar.

Pesquisador: FABRICIA KEILLA OLIVEIRA LEITE

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 77914424.1.0000.5344

Instituição Proponente: Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.771.245

Apresentação do Projeto:

O projeto „JOVENS MULHERES E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO: modos de resistir e se inventar“, está sendo desenvolvido pela doutoranda Fabricia Keilla Oliveira Leite, no Doutorado em Educação, da Unisinos, sob a orientação da Profa. Dra. Maura Corcini Lopes. O objetivo é discutir e problematizar formas de subjetivação de jovens mulheres atravessadas pelos gêneros e sexualidades. Pesquisa qualitativa inspirada nos estudos foucaultianos e nos estudos feministas. Participantes serão estudantes matriculadas em instituições públicas de ensino médio do Cariri Cearense. Coleta por meio de entrevistas. Também será utilizado diário de campo. Análise será à luz do campo teórico metodológico foucaultiano.

Objetivo da Pesquisa:

Os objetivos são transcritos a seguir.

OBJETIVO PRIMÁRIO

Discutir e problematizar formas de subjetivação de jovens mulheres atravessadas pelos gêneros e sexualidades.

OBJETIVOS SECUNDÁRIOS: analisar na literatura a articulação entre os conceitos de gênero, sexualidade, subjetivação e Juventudes; compreender as disputas antagônicas em torno de gênero e sexualidade que adentraram o espaço escolar no Brasil; conhecer os modos de subjetivação de jovens escolares por meio das narrativas que elaboram sobre si e suas práticas políticas; problematizar as questões dos acionamentos das identidades de gênero

Endereço: Av. Unisinos, 960 - Ramal 3219

Bairro: Cristo Rei

CEP: 93.022-000

UF: RS

Município: SAO LEOPOLDO

Telefone: (51)3691-1122

Fax: (51)3691-3219

E-mail: cep@unisinos.br

**UNIVERSIDADE DO VALE DO
RIO DOS SINOS - UNISINOS**



Continuação do Parecer: 6.771.245

e sexuais como categoria política e de construção de subjetividades; tensionar os modos como a governamentalidade neoliberal atua na experiência de ser mulher e jovem.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos e benefícios são transcritos a seguir.

RISCOS

FORMULÁRIO DA PLATAFORMA BRASIL. Desconforto emocional produzido pela evocação de memórias. Vergonha ou constrangimento ao relatar eventos vividos. Cansaço. Neste caso poderá conversar com a pesquisadora e verificar a melhor forma de seguir com sua participação, ou interrompê-la, se assim desejar.

PROJETO DE PESQUISA. Destaca-se também que as participantes e seus responsáveis serão esclarecidos quanto aos riscos, que podem estar relacionados com desconforto emocional produzido pela evocação de memórias, vergonha ou constrangimento ao relatar eventos vividos. Neste caso poderá conversar com a pesquisadora e verificar a melhor forma de seguir com sua participação, ou interrompê-la, se assim desejar. Será dada ciência de que os benefícios da pesquisa, não serão diretos aos participantes, mas que sua ação voluntária contribuirá significativamente para o desenvolvimento de conhecimento na área de estudo.

TCLE. ¿Quanto aos riscos envolvidos na pesquisa, eles podem estar relacionados com desconforto emocional produzido pela evocação de memórias, vergonha ou constrangimento ao relatar eventos vividos. Neste caso a participante poderá conversar com a pesquisadora e verificar a melhor forma de seguir com sua participação, ou interrompê-la, se assim desejar¿.

TALE. ¿Quanto aos riscos envolvidos na pesquisa, eles podem estar relacionados com desconforto emocional produzido pela evocação de memórias, vergonha ou constrangimento ao relatar eventos vividos. Neste caso, você poderá conversar com a pesquisadora e verificar a melhor forma de seguir com sua participação, ou interrompê-la, se assim desejar¿.

BENEFÍCIOS

FORMULÁRIO DA PLATAFORMA BRASIL. ¿Os benefícios da pesquisa, não serão diretos aos participantes, mas sua ação voluntária contribuirá significativamente para o desenvolvimento de conhecimento na área de estudo. Produzindo um aprofundamento no conhecimento sobre mulheres e juventude. Elaborando uma nova abordagem para enfrentamento das desigualdades por meio do reconhecimento de modos de subjetivação de mulheres, criando assim perspectivas educacionais sobre gênero e sexualidade amparada na fala das próprias

Endereço: Av. Unisinos, 960 - Ramal 3219

Bairro: Cristo Rei

CEP: 93.022-000

UF: RS

Município: SÃO LEOPOLDO

Telefone: (51)3591-1122

Fax: (51)3591-3219

E-mail: cep@unisinos.br

UNIVERSIDADE DO VALE DO
RIO DOS SINOS - UNISINOS



Continuação do Parecer: 6.771.245

estudantes.

TCLE. Os benefícios da pesquisa, não são diretos aos participantes, mas sua ação voluntária contribui significativamente para o desenvolvimento de conhecimento na área de estudo.

TALE. {Os benefícios da pesquisa, não são diretos para você, mas sua ação voluntária contribui significativamente para o desenvolvimento de conhecimento na área de estudo}.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

As pendências foram atendidas, entretanto é preciso revisar redação do TCLE e do TALE, que deve ser amigável sem uso de termos que poderão ser difícil compreensão aos pais ou responsáveis e às participantes do estudo.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados os documentos:

- 1) Carta de Anuência da Escola de Nível Médio em Tempo Integral Tiradentes, de Juazeiro do Norte/CE, assinada pela Diretora Administrativa da Escola.
- 2) Carta de Anuência da Escola de Nível Médio em Tempo Integral Dona Maria Amélia Bezerra, assinada pela Coordenadora da Escola.
- 3) Folha de Rosto assinada pelo Coordenador do PPG Educação da Unisinos.
- 4) TCLE
- 5) TALE

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há.

Considerações Finais a critério do CEP:

Conforme "Parecer Consustanciado do CEP", o projeto está aprovado (neste parecer encontrará o número de aprovação). Acesse a Plataforma Brasil e localize o TCLE aprovado e carimbado, em folha timbrada. É obrigatório o uso do TCLE validado por este CEP para reproduzir cópias, entregar, em interações presenciais, ou disponibilizar versões digitais aos participantes, se a pesquisa (ou parte desta) for em formato virtual. Siga estas Instruções para

Endereço: Av. Unisinos, 950 - Ramal 3219	CEP: 93.022-000
Bairro: Cristo Rei	
UF: RS	Município: SAO LEOPOLDO
Telefone: (51)3591-1122	Fax: (51)3591-3219
	E-mail: cep@unisinos.br

UNIVERSIDADE DO VALE DO
RIO DOS SINOS - UNISINOS



Continuação do Parecer: 6.771.245

localização do TCLE aprovado: Na aba *{Pesquisador}*, clique na lupa da coluna *{Ações}*, em *{Documentos do Projeto de Pesquisa}*, na Árvore de Arquivos, expanda as pastas totalmente, com as setas apontadas para baixo, até encontrar TCLE/Terminos de Assentimento. Ao clicar nesta descrição, localizará o TCLE aprovado (em pdf), data 17/04/2024.

Em caso de dúvidas, faça contato com Vanessa Esperafico, 51- 3591-1122, ramal 3219, e-mail cep@unisinos.br.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJECTO_2291206.pdf	11/04/2024 15:13:50		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Assentimento_corrigido.docx	11/04/2024 15:13:34	FABRICIA KEILLA OLIVEIRA LEITE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_corrigido.docx	11/04/2024 15:12:47	FABRICIA KEILLA OLIVEIRA LEITE	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.docx	24/03/2024 21:36:33	FABRICIA KEILLA OLIVEIRA LEITE	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_enviada.pdf	29/02/2024 14:31:55	FABRICIA KEILLA OLIVEIRA LEITE	Aceito
Outros	carta_de_anuencia_envio.pdf	21/02/2024 22:41:43	FABRICIA KEILLA OLIVEIRA LEITE	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_envio.pdf	21/02/2024 22:41:26	FABRICIA KEILLA OLIVEIRA LEITE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_FabriciaKeillaOliveiraLeite.pdf	17/04/2024 17:00:03	Maria Claudia Dallgna	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Unisinos, 850 - Ramal 3219	CEP: 93.022-000
Bairro: Cristo Rei	
UF: RS	Município: SAO LEOPOLDO
Telefone: (51)3591-1122	Fax: (51)3591-3219
	E-mail: cep@unisinos.br

UNIVERSIDADE DO VALE DO
RIO DOS SINOS - UNISINOS



Continuação do Parecer: 6.771.245

SAO LEOPOLDO, 17 de Abril de 2024

Assinado por:
Maria Claudia Dallgna
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Unisinos, 950 - Ramal 3219
Bairro: Cristo Rei **CEP:** 93.022-000
UF: RS **Município:** SAO LEOPOLDO
Telefone: (51)3591-1122 **Fax:** (51)3591-3219 **E-mail:** cep@unisinos.br